

EID&A

Nº 20
v. 3

Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação

ISSN 2237-6984

Editores responsáveis

Eduardo Lopes Piris

Isabel Cristina Michelan de Azevedo

Maurício Beck

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Rubens Damasceno-Morais

Editores fundadores

Eduardo Lopes Piris

Moisés Olímpio-Ferreira



Universidade Estadual de Santa Cruz

Reitor: Alessandro Fernandes de Santana
Vice-Reitor: Maurício Santana Moreau



Departamento de Letras e Artes

Diretor: Fernando José Reis de Oliveira
Vice-Diretora: Élide Paulina Ferreira



Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação

ISSN 2237-6984

Editores responsáveis

Eduardo Lopes Piris (UESC)

Isabel Cristina Michelan de Azevedo (UFS)

Maurício Beck (UESC)

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo (USP)

Rubens Damasceno-Morais (UFG)

Editores fundadores

Eduardo Lopes Piris

Moisés Olímpio-Ferreira

Endereço eletrônico: revista.eidea@gmail.com

Sítio eletrônico: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea>

Indexada em:



Sumário

Artigos inéditos


- Operadores de contraposição na introdução das redações do ENEM: Um estudo semântico-argumentativo.....5**
Aleise Guimarães Carvalho
Maria Eliane Gomes Morais
Erivaldo Pereira do Nascimento
- As cartas de Jô Soares ao Presidente Bolsonaro: pastiche, humor político e argumentação29**
Anderson de Carvalho Pereira
- A interação dos argumentos nos processos argumentativos de uma reportagem sobre bullying nas escolas 53**
Edmar Peixoto de Lima
Márcia Pereira da Silva Franca
Maria José Fernandes da Silva Araújo
- Estratégias de persuasão na publicidade impressa de alimentos..... 75**
Fabiano Aparecido Sales Lima
- Os modalizadores orientando o enunciado de discentes do curso de secretariado executivo no gênero memorial 99**
Francisca Janete da Silva Adelino
Jayne Silva de Oliveira Nelo
Kátia Regina Gonçalves de Deus
- Argumentação implícita e multimodalidade em gêneros da instância midiática: contribuições para o ensino.....125**
Glacy Kelli Reis da Silva Xavier

O meme e as orientações argumentativas.....	147
<i>Juliemerson José da Silva</i>	
<i>Luciani Dalmaschio</i>	
Sujeito dividido e argumentação: efeitos das formações imaginárias no ensino fundamental	171
<i>Maria Aparecida de Souza Carvalho</i>	
<i>Soraya Maria Romano Pacífico</i>	
As descrições sobre o negro escravizado nos jornais Correio Paulistano e A Redenção	189
<i>Mírian Lúcia Brandão Mendes</i>	
“Levante a voz pela Amazônia”: a organização argumentativa da mensagem da CNBB sobre a devastação da Amazônia.....	211
<i>Mônica Santos de Souza Melo</i>	
A referência como estratégia retórico-discursiva em tirinhas da Mafalda	233
<i>Patrícia Sousa Almeida de Macedo</i>	
Tradução	
O ponto de vista da Lógica Natural: demonstrar, provar, argumentar	253
<i>Jean-Blaise Grize</i>	

Operadores de contraposição na introdução das redações do ENEM: Um estudo semântico-argumentativo


Aleise Guimarães Carvalho

Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

 orcid.org/0000-0002-3287-2319


Maria Eliane Gomes Morais

Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

 orcid.org/0000-0002-1410-5263

Erivaldo Pereira do Nascimento

Docente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

 orcid.org/0000-0002-4595-1550

Resumo: Este artigo objetiva identificar e analisar o emprego dos operadores de contraposição mobilizados para formulação da tese presente na introdução de redações nota 1000 do ENEM dos anos 2016 e 2017, publicadas na Cartilha do Participante (2017; 2018). À luz da Semântica Argumentativa, analisou-se o comportamento semântico-argumentativo desses operadores, considerando o requisito da construção de um texto dissertativo-argumentativo avaliado na competência 2, da matriz de referência do INEP/MEC, a fim de discutir de que maneira tais elementos contribuem para formulação da tese e direcionam a argumentação. O caráter metodológico do estudo em questão foi documental, de cunho descritivo-interpretativista, baseado nos postulados teóricos de Ducrot (1987; 1988), Vogt e Ducrot (1980), Koch (2011) e Silva (2015). Os resultados obtidos indicam que os operadores de contraposição são recorrentes na construção da tese das redações analisadas e contribuem para marcar o posicionamento do locutor na introdução do texto.

Palavras-chave: Semântica Argumentativa. Argumentação. Redação do ENEM.

Abstract: This study aims to identify and analyse the use of contraposition operators mobilized to construct the thesis presented in the introduction of 10 grade essays ENEM from 2016/2017, published in the Participant Booklet (2017; 2018). In the view of the Argumentative Semantics, it was analysed the semantic-argumentative behaviour of these operators, considering the requirement of the construction of a dissertative-argumentative text evaluated in the competence II, of the reference matrix from INEP/MEC, in order to discuss how such elements contribute to the formulation of thesis and direct the argumentation. The methodological character of this study was documental, descriptive-interpretativist, based on the theoretical postulates of Ducrot (1987; 1988), Vogt and Ducrot (1980), Koch (2011) and Silva (2015). The results indicate that the contraposition operators are recurrent in the construction of the thesis of the analysed essays and contribute to mark the positioning of the speaker in the introduction of the text.

Keywords: Argumentative Semantics. Argumentation. ENEM Essay

Introdução¹

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), e é dividido por áreas do conhecimento, entre as quais está a de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, que traz anexada a prova de Redação. Como forma de conduzir os participantes na elaboração dessa redação, todos os anos o INEP publica, no site do ENEM [<https://enem.inep.gov.br/>], a Cartilha do Participante, a qual, segundo o Órgão, tem como principal objetivo “tornar o mais transparente possível a metodologia de avaliação da redação, bem como o que se espera do participante em cada uma das competências avaliadas” (BRASIL, 2018, p.3).

Na Cartilha, o INEP explica como ocorre o processo de avaliação e apresenta o detalhamento de cada uma das cinco (05) competências avaliativas da redação do ENEM. Além disso, na parte final, publica algumas redações que contabilizaram a pontuação máxima (1.000 pontos) na edição do ano anterior, seguidas de comentários relacionados às cinco (05) competências em cada uma dessas redações.

Conforme o documento em questão, a redação do ENEM deve ser construída de acordo com a tipologia dissertativa-argumentativa, em prosa, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Nesse texto, é preciso que o candidato apresente e defenda uma tese (orienta-se que a tese esteja na parte introdutória do texto), a partir de argumentos consistentes estruturados com coerência e coesão, adotando a modalidade escrita formal da língua portuguesa. No mais, deve-se elaborar uma proposta de intervenção para o problema discutido no texto, respeitando os direitos humanos.

A partir da observação das introduções dos textos publicados nas Cartilhas do ano de 2017 e 2018, percebemos que a maioria das teses construídas nessa parte inicial dos textos foram elaboradas com a presença de operador de contraposição. Nas cartilhas desses dois anos foram publicadas o total de dezessete (17) redações nota mil e, entre elas, onze (11) apresentam elementos de contraposição na construção das teses.

¹ Texto apresentado em comunicação oral no XI Seminário Nacional Sobre Ensino de Língua Materna e Estrangeira e de Literatura (XI SELIMEL), Campina Grande-PB, 10 de dezembro de 2019.

Diante do exposto, interessou-nos observar a contra-argumentação nas teses presentes nas introduções das redações publicadas nas cartilhas dos anos de 2017 e 2018, a fim de verificar os efeitos de sentido produzidos e as contribuições dos elementos de contraposição para a nota da redação do ENEM. Dessa forma, o objetivo central deste artigo é identificar e analisar o emprego dos operadores de contraposição mobilizados para formulação da tese presente na introdução de redações nota 1000 do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) dos anos 2016 e 2017, publicadas na Cartilha do Participante (2017; 2018), objeto da presente investigação.

Para tanto, como método para esta pesquisa, adotamos a análise do tipo descritivo-interpretativista, sob o enfoque teórico da Semântica Argumentativa (SA). Desse modo, além dessa seção introdutória, este texto está estruturado em outras três seções. Na segunda seção, realizamos um breve percurso teórico sob os pressupostos da Teoria da Argumentação na Língua (TAL) e dos estudos de operadores argumentativos, a partir de Ducrot (1987; 1988), Koch (2011), Silva (2015), entre outros. Na terceira seção deste estudo, apresentamos algumas informações sobre a redação do ENEM, com base no texto das Cartilhas do Participante do ENEM (2017 e 2018) e, em seguida, a análise do *corpus* selecionado. Finalmente, com base na análise desenvolvida, elaboramos algumas considerações sobre o fenômeno investigado.

1 Fundamentação Teórica

A Teoria da Argumentação na Língua (TAL) considera que as relações entre os enunciados possibilitam a argumentação. Sob essas considerações, Ducrot (1988) afirma que a argumentação está inscrita na própria estrutura da língua e dela vai para o discurso. É a partir da própria língua que o argumento é estruturado, logo, o sentido do enunciado é apreendido a partir da argumentação estabelecida nas relações dos segmentos da língua, ou seja, a partir da significação das frases que constituem os enunciados. Assim, a argumentação não é algo externo à língua, mas está na sua própria estrutura.

Com base no exposto, o estudioso da argumentação desenvolve a Teoria Polifônica da Enunciação. Nela, Ducrot (1988) apresenta o conceito de polifonia afirmando que o sentido de um enunciado pode estar relacionado a um ou a mais sujeitos, podendo ser perpassado por diversas vozes, e não

apenas a um só sujeito autor do enunciado. Dessa maneira, determinado sujeito (que fala) não se expressa diretamente, mas põe em cena pontos de vista, como também, outros sujeitos e, assim, tanto os pontos de vista quanto os demais sujeitos atuam dentro do mesmo enunciado.

Para melhor entendimento desse conceito de polifonia apresentado por Ducrot, é relevante compreender os três sujeitos (ou funções do sujeito) constituintes do enunciado segundo a Teoria Polifônica da Enunciação, quais sejam: sujeito empírico (SE); locutor (L); enunciador (E). Para Ducrot (1988), o sujeito empírico (SE) é aquele que produz o enunciado, ou seja, é o sujeito que constrói, literalmente, o texto, nas palavras do autor: “SE é o autor efetivo, o produtor do enunciado”² (DUCROT, 1988, p. 16, tradução nossa). No entanto, segundo o estudioso, é extremamente difícil conseguir determinar quem realmente produziu tal enunciado.

Como locutor (L), Ducrot afirma que é aquela pessoa a quem se atribui a responsabilidade pelo enunciado. É a ele que se referem as marcas de primeira pessoa, no entanto, não necessariamente o autor real do enunciado é também o locutor. Ao locutor imputamos a responsabilidade pelo enunciado como todo, ou seja, pela ocorrência deste. Ainda sobre o locutor, Ducrot (1987) apresenta o seguinte desdobramento: “locutor enquanto tal”, doravante L, e o locutor enquanto “ser do mundo”, representado por λ . Para o autor, L é responsável pela enunciação, possuindo unicamente essa propriedade, diferentemente de λ que “é a pessoa ‘completa’, que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado” (DUCROT, 1987, p. 188). Além disso, o autor afirma que L e λ são seres do discurso, mas não são semelhantes ao sujeito produtor do enunciado (sujeito empírico).

No que diz respeito aos enunciadores (E), Ducrot (1988, p. 20) classifica-os como sendo os diferentes pontos de vista que se apresentam em determinado enunciado, “não são pessoas, mas ‘pontos de vista’ abstratos”³. Além disso, Ducrot (1988) afirma que “mesmo o locutor pode ser identificado como algum destes enunciadores, mas na maioria dos casos, ele apresenta-se mantendo certa distância deles”⁴.

2 Na edição consultada: “SE es el autor efectivo, el productor del enunciado”.

3 Na edição consultada: “no son personas sino ‘puntos de perspectiva’ abstractos”.

4 Na edição consultada: “el locutor mismo puede ser identificado con algunos de estos enunciadores, pero en la mayoría de los casos los presenta guardando cierta distancia frente a ellos”.

A partir desses três personagens linguísticos, Ducrot (1987) sugere dois tipos de polifonia, a polifonia de enunciadores e a de locutores. Em relação à primeira polifonia, o autor (1987) afirma que o locutor apresenta em seu enunciado diferentes pontos de vista com os quais ele se identifica, aprova ou rechaça. Por meio dessas diferentes vozes e diferentes pontos de vista, o locutor orienta o sentido pretendido do enunciado.

Após desenvolver várias pesquisas baseadas nos estudos de Ducrot, Nascimento (2005; 2015) afirma que, na polifonia de locutores, o locutor responsável pelo enunciado apresenta a(s) voz(es) de outros locutores e perante ela(s) assume diferentes graus, maiores ou menores, de comprometimento do dizer do outro. Por ora, não trataremos aqui sobre a posição do locutor em relação aos demais locutores que ele coloca em cena nos enunciados (polifonia de locutores), uma vez que nosso foco de análise é a contraposição que nos estudos polifônicos é compreendida como ocorrência de polifonia de enunciadores.

Na terceira fase da Teoria da Argumentação na Língua, começou-se a considerar que existem elementos linguísticos na língua que determinam a argumentação, introduzindo valores argumentativos no discurso. Esses elementos são os operadores argumentativos, também classificados pelos gramáticos e algumas correntes da linguística como conectores e/ou conjunções, quais sejam: mas, porém, embora, pois, porque, todavia, no entanto, apesar de, contudo etc.

Assim, a TAL compreende que os operadores argumentativos são constitutivos dos enunciados, uma vez que esses são responsáveis por orientar a sequência do discurso. Ou seja, a passagem do enunciado para determinada conclusão é conduzida por um operador argumentativo. Os operadores utilizados nos enunciados que proferimos constantemente no nosso dia a dia guiam nossos discursos a determinadas conclusões, o que, conseqüentemente, orienta nossos interlocutores a certas compreensões. A partir da orientação argumentativa desses elementos da língua, nossos discursos revelam nosso engajamento ou distanciamento diante do dito.

Koch (2011) afirma que os operadores atuam como articuladores, estabelecendo diferentes tipos de relação nos textos. Assim, essas marcas linguísticas possibilitam a progressão textual, estabelecendo a coesão do texto. Nessa mesma obra, a autora (2011) organiza uma lista de sete tipos de

operadores argumentativos e a partir dessa lista, Silva (2015) elabora um quadro de operadores do tipo discursivo/argumentativo, vejamos a seguir:

Quadro 1 – Operadores do tipo discursivo

Tipos de relações	Operadores do tipo discursivo/argumentativo
Escala de argumentos	até, até mesmo, nem, nem mesmo, inclusive etc.
Adição de argumentos	e, também, ainda, nem (= e não), não só... mas também, tanto... como, além de, além disso, a par de etc.
Conclusão	portanto, logo, por conseguinte, pois, em decorrência, consequentemente etc.
Alternativas	ou, ou então, quer...quer, seja...seja etc.
Comparativas	mais que, menos que, tão... como, tão ... quanto etc.
Justificação/explicação	porque, pois, que, já que, visto que etc.
Contraposição	mas (porém, contudo, todavia, no entanto etc.) embora (ainda que, posto que, apesar de que etc.)
Ativam pressupostos	já, ainda, agora, deixou etc.
Relação entre escalas opostas	pouco, um pouco, quase, apenas (só, somente)
Comprovação	tanto que
Generalização/extensão	de fato, realmente, bem, aliás, mas, também etc.
Especificação/exemplificação	como, assim como (e expressões como “por exemplo”)
Contraste	mas (e outros operadores de contraposição)
Correção/definição	isto é, de fato, ou melhor, pelo contrário etc.

Fonte: Silva (2015, p. 93).

Observa-se que os operadores do tipo discursivo/argumentativo constituem relações que “podem ocorrer entre as orações de um mesmo período, entre orações de períodos distintos bem como entre os parágrafos de um texto” (SILVA, 2015, p. 89). Ainda sobre essa classificação, os operadores responsáveis por relações de contra-argumento apresentam-se no tipo “contraposição” e “contraste”, apresentando-se com a listagem dos seguintes operadores: mas (porém, contudo, todavia, no entanto etc.), embora (ainda que, posto que, apesar de que etc.).

Na Teoria da Semântica Argumentativa, Vogt e Ducrot (1980) foram os pioneiros na investigação e análise sobre o funcionamento do operador “mas”. Nesse estudo, os autores consideraram a existência de duas estruturas, em língua portuguesa, de ocorrência da palavra *mas*: *masSN*, considerado um sintagma nominal, e *masPA*⁵, com função de operador argumentativo. O “*masSN*” tem a função de retificar o que foi dito à esquerda do conectivo. Notem tais aspectos a partir do exemplo 1:

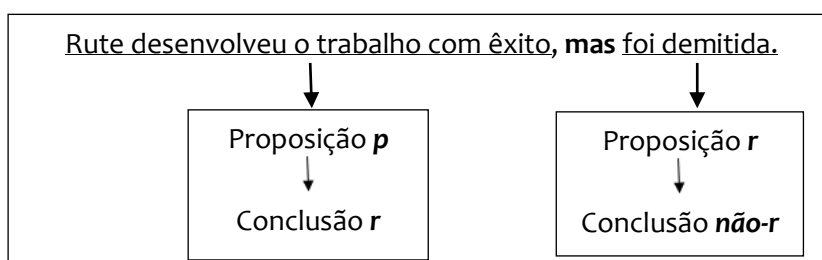
Exemplo 1:

Ela não é professora, **mas** advogada.

(p) (p') (q)

No exemplo 1, o “*mas*” introduz uma informação *q* (ela é advogada), substituindo a determinação anterior *p'* (ela é professora) que foi negada por *p* (ela não é professora). Pelo fato de o “*mas*” retificar a informação anterior, ele é compreendido pelos autores como “*masSN*”. Diferentemente desse, o “*masPA*” tem a função de introduzir uma proposição que orienta para uma conclusão oposta à conclusão previamente apresentada na primeira proposição. Vejamos o exemplo:

Exemplo 2:



A partir do exemplo 2, é possível perceber que o operador argumentativo é ativador de polifonia de enunciadores, uma vez que quatro enunciadores, ou pontos de vista, estão presentes na sentença. Dois enunciadores estão presentes na própria estrutura do enunciado e os demais

⁵ Silva (2015, p. 95, grifos do autor) explica que “*masSN*” “foi formado por meio do vocábulo espanhol *sino* e do alemão *sondern*” e “*masPA*” é realizada “por *pero* do espanhol e *aber* do alemão”.

enunciadores são apresentados como conclusões a partir dos enunciadores apresentados anteriormente, respectivamente:

E₁: Rute desenvolveu o trabalho com êxito

E₂: continua na empresa

E₃: Mas foi demitida

E₄: não continua na empresa

Sobre a primeira proposição (E₁), conclui-se que Rute permanece na empresa (E₂), no entanto, com a segunda proposição (E₂) percebe-se que a conclusão E₁ foi negada e colocou-se em evidência outra conclusão, a de que Rute não continua na empresa (E₄). Perante esses enunciadores, o locutor do enunciado assume alguns posicionamentos: o locutor aprova E₁, rechaça E₂ e se identifica com E₃ e E₄. Assim, com base nessas considerações, Vogt e Ducrot (1980) concluem que o “masPA” é ativador de polifonia e, portanto, o “masSN” atua dentro da sentença como um retificador da proposição anterior e não como um elemento argumentativo.

Ao estudar o “masPA”, Silva (2015) afirma que, além do rechaço total de E₂, existem casos em que o locutor se posiciona com rechaço parcial em relação ao ponto de vista 2. Sobre esse tipo de rechaço, Silva (2015, p. 179) afirma que:

[...] ocorre quando o locutor entende que os dois argumentos não são totalmente opostos, que há entre eles um certo tipo de complementaridade, isto é, no caso de um enunciado com uma estrutura *masPA*, E₂ não é concebido como totalmente oposto, visto que ele se faz presente e é sustentado em E₄ como algo necessário, mas não o suficiente, de forma total (SILVA, 2015, p. 179).

Vejamos o exemplo apresentado por Silva (2015, p. 101) para entendermos a classificação do rechaço parcial do locutor:

Exemplo 3:

A adoção só resolveria o problema do menor abandonado no Brasil se todos eles estivessem fora das ruas em locais próprios para isso e se as famílias de todo o país de interessassem pela adoção, **mas** o que ocorre é que nem todos os menores estão em creches e hoje a parcela de famílias que estão dispostos a

adotar ainda é muito pequena o que torna a adoção um meio pouco viável para resolver esse problema.⁶

A partir do trecho acima, Silva (2015) afirma que podemos considerar os 4 enunciadores a seguir:

E₁: [...] se todos estivessem fora das ruas e as famílias se interessassem pela adoção

E₂: a adoção atenderia totalmente aos menores abandonados,

E₃: **mas** o que ocorre é que nem todos estão em creches e a parcela de famílias que estão dispostas a adotar é muito pequena.

E₄: a adoção não atende totalmente (apenas parcialmente) aos menores abandonados.

Diante dos enunciadores apresentados, o locutor assume diferentes posicionamentos: identifica-se com E₃ e E₄, aprova E₁ e rechaça parcialmente E₂. “O rechaço parcial ocorre devido ao fato de nem todos os menores estarem em creches e o número de famílias dispostas a adotar ainda ser pequeno” (SILVA, 2015, p. 102). Então, por apenas alguns serem adotados, o problema dos meninos abandonados nas ruas não é resolvido, pois a adoção é parcial e não total.

Portanto, Silva (2015) conclui que os enunciados com ocorrência de masPA são polifônicos, uma vez que a partir deles compreendemos pelo menos 4 enunciadores. Perante esses enunciadores o locutor assume diferentes posicionamentos, podendo se identificar, assumir, rechaçar, como também rechaçar parcialmente, diferentemente do que consideram os estudos de Vogt e Ducrot (1980), os quais não abordam o rechaço parcial.

Diante dessa discussão, analisaremos, no tópico seguinte, a construção da contra-argumentação ativada por operadores de oposição presentes no primeiro parágrafo das redações do ENEM publicadas pelo INEP na Cartilha do Participante (2017/2018).

2 Um olhar sobre os elementos de contraposição presentes nas teses das redações do ENEM

⁶ Esse trecho é usado como exemplo por Silva (2015, apud Silva 2010).

De maneira estrutural, a Cartilha do Participante (2018) orienta que a redação do ENEM deve ser formada por introdução, desenvolvimento e proposta de intervenção para finalizar o texto. Dessa forma, o documento (2018) instrui o candidato a construir a tese na introdução do texto e, na sequência, desenvolver parágrafos de argumentação que justifiquem a tese apresentada no primeiro parágrafo.

Todos esses aspectos são avaliados a partir de uma matriz de referência, na qual são organizadas e descritas as competências, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Competências da redação do ENEM

Competência 1:	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
Competência 2:	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
Competência 3:	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
Competência 4:	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência 5:	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado que respeite os direitos humanos.

Fonte: Brasil (2018, p. 8).

Essas orientações, presentes em cada competência, devem ser observadas pelo participante do exame, a fim de que obtenha o melhor desempenho possível. Para cada competência, o avaliador atribui uma nota entre 0 e 200 pontos. A soma desses pontos comporá a pontuação total de cada avaliador, que pode chegar a 1.000 pontos. Assim, quanto mais o candidato cumprir o que exige cada competência, melhor será sua nota.

Diante desses fatores, nesse artigo, evidenciaremos, especificamente, a competência 2, uma vez que ela é responsável por avaliar se o candidato conseguiu “compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa” (BRASIL, 2018, p. 13). Nesse sentido, ao descrever a competência 2, a cartilha orienta o candidato a construir um texto que apresente uma tese em relação ao tema proposto e desenvolva justificativas para comprovar essa tese.

Segundo o INEP (2018, p. 16), tese “[...] é a ideia que você vai defender no seu texto. Ela deve estar relacionada ao tema e apoiada em argumentos ao longo da redação”. Nesse sentido, percebemos que o INEP considera que a construção da tese é um fator essencial para a formação de um texto do tipo dissertativo-argumentativo e esse é avaliado a partir dos critérios estabelecidos na competência 2 da matriz de referência.

Somada à apresentação de uma tese, o candidato deve buscar atender, de maneira satisfatória, os três (03) elementos de avaliação dessa competência, são eles: a temática; o texto do tipo dissertativo-argumentativo; e o repertório sociocultural. Isso implica dizer que o participante deve contemplar, em seu texto, todos os aspectos evidenciados no tema proposto e desenvolver o texto considerando a estrutura do dissertativa-argumentativo (introdução, desenvolvimento e conclusão, de maneira completa).

Além disso, o participante tem de apresentar repertório sociocultural legitimado (dados estatísticos, pesquisas; fatos comprováveis; citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto; alusões históricas; etc.), de modo que esteja articulado e seja relevante ao tema. O atendimento a esses critérios permitirá que o texto do candidato obtenha melhor pontuação na competência 2.

Como exemplos de redações nota máxima (1000), as cartilhas dos anos de 2017 e 2018 publicaram dezessete (17) redações, desse total, como dito na introdução, onze (11) apresentam estruturas de contraposição nas teses, vejamos:

Redações - Cartilha 2017 (oito – 08 – redações publicadas)	Redações - Cartilha 2018 (nove – 09 – redações publicadas)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Redação 01 – “entretanto”; 2. Redação 02 – “contudo”; 3. Redação 03 – “entretanto”; 4. Redação 05 – “entretanto” 5. Redação 06 – “entretanto”; 6. Redação 07 – “embora...”. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Redação 01 – “porém”; 2. Redação 02 – “entretanto”; 3. Redação 03 – “no entanto”; 4. Redação 06 – “entretanto”; 5. Redação 08 – “entretanto”.
Total de 06 redações	Total de 05 redações

Fonte: Elaboração própria, a partir de Brasil (2017; 2018).

Conforme dados informados na tabela, na Cartilha do participante do ano de 2017, das oito (08) redações publicadas, seis (06) apresentam estruturas de contra-argumentos nas teses presentes nas introduções dos

textos. Na Cartilha do ano de 2018, das nove (09) redações disponibilizadas, cinco (05) apresentam teses com operadores de contraposição.

Para sistematizar nossa análise, ressaltamos que das onze (11) redações, selecionamos apenas quatro (04) para descrição do fenômeno de contraposição, tendo em vista que a elaboração da tese nessas onze redações se dá a partir da mesma estrutura, a de contraposição. Além disso, como é possível perceber no quadro acima, os operadores argumentativos utilizados para essa elaboração se repetem. Sendo assim, escolhemos duas (02) redações da Cartilha do ano de 2017 e duas (02) outras redações da Cartilha do ano de 2018.

Figura 1 - Redação 01 (2017)

Redação de **Vinícius Oliveira de Lima**

Tolerância na prática

A Constituição Federal de 1988 – norma de maior hierarquia no sistema jurídico brasileiro – assegura a todos a liberdade de crença. Entretanto, os frequentes casos de intolerância religiosa mostram que os indivíduos ainda não experimentam esse direito na prática. Com efeito, um diálogo entre sociedade e Estado sobre os caminhos para combater a intolerância religiosa é medida que se impõe.

Fonte: BRASIL (2017, p. 29, grifo nosso).

Nas redações do ano de 2016, publicadas na Cartilha de 2017, os candidatos ao ENEM deveriam dissertar sobre a temática: “Caminhos para se combater a intolerância religiosa no Brasil” (anexo I). Na Redação 01 (2017), o locutor responsável pelo texto (L1) – Vinícius Oliveira de Lima – introduz o texto apresentando um segundo locutor (L2)⁷ – Constituição Federal de 1988

7 Nos estudos atuais da Semântica Argumentativa, tem-se observado a presença da voz impessoal dentro dos enunciados. Anscombe (2005; 2010; 2014) afirma que a voz impessoal nos enunciados corresponde a um caso particular de polifonia, o ON-locuteur (SE-Locutor). Este caso de polifonia tem sido mais recentemente investigado por Nascimento (2015), o qual, ao desenvolver pesquisa sobre textos acadêmicos, corrobora a tese de Anscombe ao afirmar que, embora a voz seja supostamente impessoal, ela é também constituída pela voz do outro. Na Redação 01 (2017), observa-se a ocorrência de Se-Locutor, pois L1 apresenta a Constituição Federal de 1988 como a segunda voz, ou seja, uma voz impessoal e pertencente à coletividade. Neste artigo, não investigaremos essa ocorrência, pois nosso foco de análise está situado na contraposição presente nas construções da tese das introduções das redações selecionadas, ou seja, ocorrência de *polifonia de enunciadores*. No entanto, pretendemos desenvolver outros

e após isso formula a tese, introduzindo-a a partir do operador de contraposição “entretanto”.

A presença do segundo locutor contribui para a nota da competência II, tendo em vista que um dos critérios avaliados nessa competência, segundo a Cartilha do Participante do ENEM (2017; 2018), é a utilização de estratégias argumentativas as quais expõem o problema discutido no texto e o detalhamento de argumentos utilizados. Uma das estratégias argumentativas considerada como válida pelo INEP são as “citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto” (BRASIL, 2018, p. 16).

No caso do primeiro enunciado apresentado na Redação 01 (2017), o locutor coloca em cena a voz que pertence à coletividade, pois se trata do documento mais importante do país, a Constituição. Essa citação é válida para a construção do texto dissertativo-argumentativo, no entanto, ela não é uma informação nova, uma vez que está presente em um dos textos motivadores (Texto I), disponibilizado na proposta de redação (anexo I).

A construção semântica da tese dessa redação, compreendida na introdução, é ativadora de *polifonia de enunciadores* a partir da presença do operador “entretanto” no segundo enunciado, uma ocorrência de MasPA. O referido operador atua sobre o primeiro enunciado e ativa pelo menos 4 enunciadores:

- E₁: A Constituição Federal de 1988 [...] assegura a todos a liberdade de crença;
- E₂: Existe liberdade de crença no Brasil;
- E₃: Entretanto, os frequentes casos mostram que os indivíduos ainda não experimentam esse direito na prática;
- E₄: Não há liberdade de crença no Brasil.

A partir desses enunciadores, L1 assume diferentes posicionamentos, pois aprova E₁, identifica-se com E₃ e E₄ e rechaça E₂. Com isso, percebemos que L1 optou por construir sua tese a partir do contra-argumento diante de um rechaço de um enunciador que foi ativado pela construção linguística da qual L1 fez uso do operador argumentativo “entretanto”. Portanto, a tese apresentada por L1 é a de que os frequentes casos mostram que os indivíduos

estudos, a fim de analisar, de maneira mais detalhada, a ocorrência do Se-Locutor nessas Redações.

ainda não experimentam a liberdade de crença na prática, e apresenta como conclusão o ponto de vista de que não há liberdade de crença no Brasil.

Sobre essa mesma temática, a candidata Jordana Bottin Ecco apresenta a seguinte introdução da redação:

Figura 2 - Redação 02 (2017)

Redação de **Jordana Bottin Ecco**

Prática religiosa um direito de todos

A curiosidade humana acerca do desconhecido e a sua incapacidade de explicá-lo através da razão fez com que, desde os primórdios, o homem atribuisse acontecimentos do seu cotidiano à vontade de seres sobrenaturais. Apesar dos avanços científicos e de suas respostas lógicas para fatos da realidade, as crenças em divindades perpassaram a história e continuam muito presentes nas sociedades, talvez por suprirem a necessidade humana de reconforto, talvez por levarem à transcendência espiritual. Atualmente, a grande diversidade religiosa existente traz a possibilidade de escolha a cada cidadão e essa liberdade é, ou deveria ser, garantida a todos os membros de uma população. Contudo, práticas de intolerância religiosa vêm impedindo um número cada vez maior de pessoas de exercitarem tal direito, ferindo sua dignidade e devendo, portanto, serem combatidas veementemente.

Fonte: Brasil (2017, p. 31, grifo nosso).

No trecho acima, percebemos a presença de dois operadores de contraposição, conforme apresentação de Silva (2015), quais sejam: “apesar de + os”; e “contudo”. Por ora, consideraremos, para esta análise, apenas o segundo operador – “contudo” –, uma vez que a nossa investigação propõe observar a contraposição na formulação da tese e essa se encontra na parte final do parágrafo de introdução da Redação 02 (2017).

Na construção inicial do texto, o locutor responsável (L1 – Jordana Bottin Ecco) apresenta uma contextualização sobre o assunto relacionado à temática quando afirma que a humanidade sempre desenvolveu crenças em divindades. A partir do terceiro enunciado da introdução do texto, L1 faz a apresentação da temática proposta pelo ENEM, afirmando que “atualmente, a grande diversidade religiosa existente traz a possibilidade de escolha a cada cidadão e essa liberdade é, ou deveria ser, garantida a todos os membros de uma população”. Após essa afirmação, L1 insere o operador argumentativo “contudo”, o qual ativa a polifonia de enunciadores:

E₁: Atualmente, a grande diversidade religiosa existente traz a possibilidade de escolha a cada cidadão e essa liberdade é, ou deveria ser, garantida a todos os membros de uma população;

E₂: No Brasil, é respeitada a liberdade religiosa;

E₃: Contudo, práticas de intolerância religiosa vêm impedindo um número cada vez maior de pessoas de exercitarem tal direito, ferindo sua dignidade e devendo, portanto, serem combatidas veementemente;

E₄: No Brasil, nem sempre é respeitada a liberdade religiosa.

Os quatro enunciadores são ativados no discurso por causa da presença do operador de contraposição “contudo” e ele equivale ao MasPA apresentado por Vogt e Ducrot (1980), e Silva (2015). Diante desses pontos de vista, L1 assume os seguintes posicionamentos: aprova E₁, identifica-se com E₃ e E₄ e rechaça parcialmente E₂. Esse rechaço parcial ocorre por causa da expressão “nem sempre” em E₄, pois em alguns momentos é possível considerar que a liberdade religiosa é respeitada no Brasil, mas isso não ocorre sempre.

Além disso, em E₁ o locutor antecipa seu posicionamento em relação ao E₄ a partir da expressão “ou deveria ser”, colocada entre vírgulas no segundo enunciado da introdução. A utilização do verbo conjugado no futuro do pretérito, antecedido do elemento “ou”, reitera, antecipadamente, a identificação de L1 em relação ao ponto de vista de que a liberdade religiosa nem sempre é respeitada no Brasil.

Assim sendo, L1 apresenta a tese de que “práticas de intolerância religiosa vêm impedindo um número cada vez maior de pessoas de exercitarem tal direito, ferindo sua dignidade e devendo, portanto, serem combatidas veementemente”. A construção dessa tese, introduzida pelo operador de oposição, permite a conclusão de que a diversidade religiosa nem sempre possibilita a liberdade de escolha de crença religiosa, e essa liberdade não é garantida a todos os membros de uma população, isso por causa da intolerância religiosa praticada atualmente.

Além dos textos analisados até o momento, alguns outros textos selecionados para a Cartilha do Participante 2018 apresentaram tese introduzidas por operadores de contraposição. Como foi dito anteriormente, nessa Cartilha (2018), o INEP publicou nove (09) redações nota 1.000 (mil) e

em cinco (05) delas observamos operadores de contraposição na tese presente nas introduções.

As redações nota 1.000, publicadas na Cartilha do Participante 2018, são redações de candidatos que prestaram o Exame no ano de 2017. Nesse ano, a proposta de Redação exigiu que os candidatos escrevessem textos com a seguinte temática: “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil” (ver anexo II).

Figura 3 - Redação 01 (2018)

Redação de **Alan de Castro Nabor**

Sob a perspectiva filosófica de São Tomás de Aquino, todos os indivíduos de uma sociedade democrática possuem a mesma importância, além dos mesmos direitos e deveres. No entanto, percebe-se que, no Brasil, os deficientes auditivos compõem um grupo altamente desfavorecido no tocante ao processo de formação educacional, visto que o país enfrenta uma série de desafios para atender a essa demanda. Nesse contexto, torna-se evidente a carência de estrutura especializada no acompanhamento desse público, bem como a compreensão deturpada da função social deste.

Fonte: BRASIL (2018, p. 33, grifo nosso).

Na Redação 01 (2018), L1 – Alan de Castro Nabor – introduz o texto com enunciado que ativa a *polifonia de locutores*, uma vez que apresenta a voz de um segundo locutor, São Tomás de Aquino. É de responsabilidade de L1 todo o enunciado, ou seja, toda a Redação 01 (2018), no entanto, o trecho “todos os indivíduos de uma sociedade democrática possuem a mesma importância, além dos mesmos direitos e deveres”, é atribuído ao segundo locutor – L2 –, São Tomás de Aquino, a quem L1 coloca em cena no texto, em forma de estilo indireto⁸.

Diferentemente da voz apresentada por L1 na redação 01 (2017), na redação 01 (2018) L1 apresenta um locutor 2 que não havia sido apresentado nos textos motivadores, ou seja, é uma informação nova, pois não está presente na proposta de redação. Assim sendo, ao colocar em cena uma voz

⁸ Nos estudos de Ducrot (1987; 1988), a presença de um ou mais locutores colocados em cena por L1 é compreendida como ocorrência de *polifonia de locutores*. No grupo da *polifonia de locutores*, Ducrot (1987) apresenta o discurso relatado sobre o qual se observa a presença de pelo menos dois locutores distintos, sendo esses responsáveis pela parte do enunciado a eles relacionada. Neste estudo, não investigaremos as ocorrências de *Se-Locutor* nem *polifonia de locutores*, uma vez que analisaremos apenas a *polifonia de enunciadores*, em especial, as situações de teses introduzidas pelo MasPA.

que socialmente é legítima, cujo conteúdo apresentado por essa citação está relacionado ao tema abordado, evidencia-se pertinência em relação aos critérios avaliativos da competência II, sendo, portanto, um ponto positivo para avaliação desta competência.

Após apresentar a voz de L2, L1 insere o operador de contraposição “no entanto” e a partir dele formula a tese da redação. Assim como verificamos nas redações anteriormente analisadas, o operador argumentativo introduz um novo enunciado, relacionando o enunciado localizado na direita do operador de contraposição, ao da esquerda. Tal qual “entretanto” e “contudo”, o operador “no entanto” apresenta-se com a função de MasPA, ou seja, é um elemento linguístico que aciona a *polifonia de enunciadores*. Vejamos:

E₁: Todos os indivíduos de uma sociedade democrática possuem a mesma importância, além dos mesmos direitos e deveres;

E₂: Os surdos têm seus direitos respeitados no Brasil;

E₃: No entanto, [...] no Brasil, os deficientes auditivos compõem um grupo altamente desfavorecido no tocante ao processo de formação educacional [...];

E₄: Nem sempre os surdos têm direitos respeitados no Brasil.

Diante desses enunciadores, o locutor responsável pelo texto assume diferentes posicionamentos. L1 aprova E₁, identifica-se com E₃ e E₄ e rechaça parcialmente E₂. Assim como observamos na análise da Redação 02 (2017), na Redação 01 (2018) a expressão “nem sempre” presente em E₄, não permite o rechaço parcial de E₂, pois se pode compreender que em alguns momentos os surdos têm seus direitos respeitados no Brasil.

No mais, na Redação 01 (2018), L1 apresenta a voz de L2 – São Tomás de Aquino – e em relação a ela assume a posição de aprovação e, mediante a apresentação do operador de contraposição, L1 rechaça parcialmente o ponto de vista de que os surdos têm seus direitos respeitados no Brasil. Com isso, a tese de L1 é construída a partir de enunciadores que conduzem a diferentes conclusões e, com relação a elas, o locutor assume diferentes posicionamentos enunciativos.

A quarta e última redação selecionada para descrição neste artigo é a seguinte:

Figura 4 - Redação 02 (2018)

Redação de **Mariana Camelier Mascarenhas**

Na antiga Esparta, crianças com deficiência eram assassinadas, pois não poderiam ser guerreiras, profissão mais valorizada na época. Na contemporaneidade, tal barbárie não ocorre mais, porém há grandes dificuldades para garantir aos deficientes – em especial os surdos – o acesso à educação, devido ao preconceito ainda existente na sociedade e à falta de atenção do Estado à questão.

Fonte: BRASIL, 2018, p. 29 (grifo nosso).

Nessa redação, o locutor responsável por todo o texto – Mariana Camelier Mascarenhas – inicia a redação apresentando uma informação pertencente ao contexto histórico da antiga Esparta. Em seguida, afirma que atualmente não acontece o que ocorria em Esparta e, após essa afirmação, L1 insere o elemento de contraposição “porém”.

Diferentemente das redações analisadas anteriormente, na Redação 02 (2018) o MasPA não inicia um novo enunciado, mas se apresenta no meio da sentença, contrapondo a informação apresentada à direita, à informação que é colocada à esquerda. Diante do operador “porém”, verificamos os seguintes pontos de vista:

- E₁: Na contemporaneidade, tal barbárie (crianças com deficiência eram assassinadas), não ocorre mais;
- E₂: Os direitos fundamentais são garantidos à pessoa com deficiência;
- E₃: Há grandes dificuldades para garantir aos deficientes – em especial os surdos – o acesso à educação, devido ao preconceito ainda existente na sociedade e à falta de atenção do Estado à questão;
- E₄: Nem todos os direitos fundamentais são garantidos à pessoa com deficiência.

A partir desses enunciadores, L1 assume diferentes posicionamentos, quais sejam: apresenta E₁, rechaça parcialmente E₂ e identifica-se com E₃ e E₄. Assim como verificamos nas duas últimas redações anteriormente analisadas, L1 insere o elemento de contraposição na estrutura linguística da tese elaborada e, com isso, rejeita parcialmente um ponto de vista e revela a tese e a conclusão com as quais se identifica. Assim sendo, na Redação 02 (2018), L1 apresenta a tese de que “há grandes dificuldades para garantir aos deficientes – em especial os surdos – o acesso à educação, devido ao preconceito ainda

existente na sociedade e à falta de atenção do Estado à questão”, e possibilita a conclusão de que “nem todos os direitos fundamentais são garantidos à pessoa com deficiência”.

Diante das análises apresentadas, percebemos que as teses desenvolvidas a partir de elementos de contraposição (nos casos analisados: entretanto; contudo; no entanto; porém) contribuem para marcar o posicionamento do locutor (candidato) na introdução do texto da redação do ENEM. Com isso, o candidato cumpre o que sugere a Cartilha do Participante (2017; 2018), pois quando o locutor demonstra seu posicionamento perante um assunto em um texto em prosa, a estrutura desse texto passa a ser compreendida como dissertativa-argumentativa.

Percebemos claramente essas características nos textos analisados. Na Redação 01 (2017), por exemplo, o locutor expõe uma informação sobre a Constituição Federal de 1988 e, logo em seguida, insere um operador de contraposição, construindo posicionamentos acerca do assunto abordado. O mesmo ocorre nas demais redações investigadas, ou seja, L1 insere um repertório sociocultural, seja ele novo ou dado na proposta de redação (Constituição Federal; Histórico de crenças em divindades; São Tomás de Aquino; Antiga Esparta), em seguida, o operador de contraposição, e, com isso, assume diferentes posicionamentos.

Segundo a cartilha, a estrutura do texto dissertativo-argumentativo em prosa “é mais do que uma simples exposição de ideias; por isso, você deve evitar elaborar um texto de caráter apenas expositivo” (BRASIL, 2018, p. 13). A partir da estrutura de tese com operadores do tipo “MasPA”, o candidato expõe o fato/informação/ideia e revela seu posicionamento, estruturando a introdução conforme a tipologia dissertativa-argumentativa.

Considerações finais

Neste artigo, objetivamos identificar e analisar o emprego dos operadores de contraposição mobilizados para formulação da tese presente na introdução de redações nota 1000 do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) dos anos 2016 e 2017, publicadas na Cartilha do Participante (2017; 2018). Para tanto, observamos, inicialmente, as recorrências dos operadores de contraposição na introdução de redações que são consideradas, pelo INEP, textos modelos. No mais, discutimos sobre essa construção linguística a partir da matriz de referência da competência 2, evidenciando os requisitos necessários para obtenção de pontuação máxima nessa competência. Em seguida, pautados nos estudos da Semântica Argumentativa, analisamos as redações selecionadas, no que concerne ao nosso foco de interesse, a construção da tese na introdução das redações indicadas pelo INEP.

A partir das análises realizadas, constatamos que as teses contidas nas introduções dos textos publicados pelo INEP são predominantemente estruturadas a partir de operadores de contraposição. Esse predomínio permite que o candidato, locutor responsável pela redação, evidencie sua tese e, ao fazer uso de estratégias argumentativas para fundamentá-la, marque seu posicionamento em relação ao enunciado que apresenta. Além disso, verificamos que na elaboração da tese, esse posicionamento é marcado, predominantemente, pelo rechaço parcial do locutor, em relação ao E_2 , conforme visto nas análises.

Diante dessas considerações, concluímos que o uso dos elementos de contraposição na construção das teses é uma característica bem aceita pelo exame. Tal constatação justifica-se pelo fato de o INEP ter selecionado a maioria dos textos de redações modelos com essas estruturas linguísticas presentes nas teses. Outro fato que justifica a publicação de redações com essas construções é a de que, conforme verificamos na análise, a partir dessas estruturas linguísticas, o candidato/locutor responsável pelo texto situa sua tese e marca também o seu posicionamento em relação aos pontos de vista evidenciados no discurso apresentado, característica pertinente ao tipo de texto aceito pelo exame.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Redação no ENEM 2017 cartilha do participante**. Brasília, 2017.

BRASIL. **Redação no ENEM 2018 cartilha do participante**. Brasília, 2018.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Tradução: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. **Polifonia y argumentacion**. Universidade del Valle: Cali, 1988.

KOCH, Ingedore G. V. **Argumentação e Linguagem**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **Jogando com as vozes do outro**: argumentação na notícia jornalística. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. A polifonia nos gêneros acadêmicos e formulaicos: a construção de sentidos a partir da evocação da palavra alheia. **Revista Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 50, n. 3, p. 342-351, 2015.

SILVA, Marcos Antônio da. **Os operadores de contraposição no gênero resumo acadêmico**: perspectiva linguístico-discursiva. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

VOGT, Carlos; DUCROT, Oswald. De magis a mas: uma hipótese semântica. In: VOGT, Carlos. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

ANEXO I

Proposta de Redação | Enem 2016

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I
Em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil e com toda a legislação que assegura a liberdade de crença religiosa às pessoas, além de proteção e respeito às manifestações religiosas, a laicidade do Estado deve ser buscada, afastando a possibilidade de interferência de correntes religiosas em matérias sociais, políticas, culturais etc.
Disponível em: www.mpj.mp.br. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO II
O direito de criticar dogmas e encaminhamentos é assegurado como liberdade de expressão, mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis.
STECK, J. Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade. Jornal do Senado. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO III

CAPÍTULO I

Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso | Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo

Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:
Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.
Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.
BRASIL. Código Penal. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO IV
Intolerância Religiosa no Brasil
Fiéis de religiões afro-brasileiras são as principais vítimas de discriminação
Número de denúncias por religião (2011 a julho de 2014)

Afro-brasileira	75
Evangélica	58
Espírita	27
Católica	22
Ateus	8
Judaica	6
Islâmica	5
Outras	15



1
denúncia a cada 3 dias



213
denúncias com religião não informada



20%
dos episódios relatados em 2013 envolveram violência física



12%
dos episódios relatados até jul.2014 envolveram violência física

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República | Disponível em: www.11folha.uol.com.br. Acesso em: 31 maio 2016 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

ANEXO II

enem2017

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- desrespeitar os direitos humanos.
- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

CAPÍTULO IV
DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...]

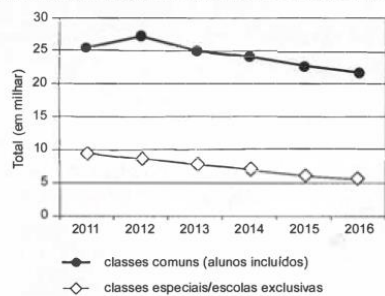
IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; [...]

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 9 jun. 2017 (fragmento).

TEXTO II

Matrículas de Surdos na Educação Básica - Educação Especial



Fonte: Inep.

TEXTO III



Disponível em: <http://servicos.prt4.mpt.mp.br>. Acesso em: 3 jun. 2017 (adaptado).

TEXTO IV

No Brasil, os surdos só começaram a ter acesso à educação durante o Império, no governo de Dom Pedro II, que criou a primeira escola de educação de meninos surdos, em 26 de setembro de 1857, na antiga capital do País, o Rio de Janeiro. Hoje, no lugar da escola funciona o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines). Por isso, a data foi escolhida como Dia do Surdo.

Contudo, foi somente em 2002, por meio da sanção da Lei nº 10.436, que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como segunda língua oficial no País. A legislação determinou também que devem ser garantidas, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Libras como meio de comunicação objetiva.

Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso em: 9 jun. 2017 (adaptado).


PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

As cartas de Jô Soares ao Presidente Bolsonaro: pastiche, humor político e argumentação

Anderson de Carvalho Pereira

Professor Doutor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil

 orcid.org/0000-0002-1485-0095

Resumo: Este artigo mostra resultados da análise dos textos-cartas enviados por Jô Soares ao presidente Bolsonaro, publicados na *Folha de São Paulo*. A análise do *corpus* pontua formas pelas quais um lugar discursivo materializado em pastiche está afetado pelo determinante político do sentido. Fundamentado na Análise do Discurso e em teorias da enunciação e da argumentação, conclui que este lugar faz emergir o sujeito do discurso por efeitos de sentido que, de forma deslocada, sustentam uma argumentação que por meio do humor e do pastiche instala críticas ao atual governo.

Palavras-chave: Humor. Discurso. Argumentação. Pastiche.

Abstract: This paper aims at investigating letters published such as texts written by the Brazilian comedian Jô Soares and sent to “Folha de Sao Paulo” newspaper. The *corpus* analyzed focus on discursive place that circulates as pastiche. The contribution is to argue about political determinant of the meaning (based on Discourse Analysis and theories of enunciation and argumentation) and shows the ideologically displacements of meaning. The subject arise between humor and pastiche and carries out a hard criticize against Bolsonaro government.

Keywords: Humor. Discourse. Argumentation. Pastiche.

Introdução

Em período recente, o escritor, influenciador digital e humorista Jô Soares publicou na seção “opinião” do jornal *Folha de São Paulo* uma sequência de três textos dirigidos ao presidente Jair Bolsonaro que chamam a atenção pela qualidade do uso da irreverência e do humor; e que incluem o uso de decalques do óbvio à moda do Barão de Itararé e do humor com valor político, remetendo com isso a um efeito pastiche. Ao considerar estes aspectos, neste artigo almejamos a uma reflexão sobre como se constituem texto e discurso e quais lugares de interpretação esta materialidade torna possível ao sujeito-leitor.

A sequência destes três textos-cartas¹ aqui analisados pode ser acessada na internet. Para acessar alguns efeitos de sentido sustentados por estes textos-cartas (*corpus* desta pesquisa), o leitor deve, a saber: ter acompanhado o noticiário no período em que o presidente sugere indicar um dos filhos para a embaixada brasileira nos Estados Unidos (primeiro texto); identificar de que forma algumas palavras que não fazem propriamente parte exclusivamente do português brasileiro ou do francês provocam razoável familiaridade e estranhamento entre ambas as línguas (segundo texto); e, por fim, retomar os acontecimentos da Segunda Grande Guerra, que envolvem o ex-ministro britânico Winston Churchill e o grupo paramilitar nazista *Shutzstaffel*, cuja sigla “SS” aparece grafada em maiúsculas ao longo do terceiro texto-carta.

A partir da identificação destas marcas de heterogeneidade discursiva (AUTHIER-REVUZ, 1998) e do lugar de analista (pesquisador), revisitamos questões decisivas aos estudos da linguagem para debater a relação entre o determinante político do sentido como eixo articulador, por meio do pastiche e do humor, da argumentação empreendida por Jô Soares.

É a partir deste indício, o do decalque de outros textos (interdiscurso) sob a forma do pastiche, no sentido de um dizer (GRANGEIRO; FERREIRA, 2016) ou uma obra (IPANEMA, 2017) sobreposta a outra materialidade, que empreendemos um gesto de análise. Estas considerações fundamentam o objetivo deste artigo: analisar formas pelas quais a materialidade de textos-

¹ Optamos por denominar “texto-carta” a materialidade aqui analisada, por se tratar de um portador textual na tênue fronteira de um texto jornalístico apresentado sob a forma de carta ou missiva. Optamos também por deixar de lado a polêmica em torno das definições de gêneros textuais, ainda que este tópico seja relevante.

cartas escritos por Jô Soares e endereçados ao presidente Bolsonaro é afetada pelo determinante político do sentido (conforme a Análise do Discurso, doravante AD) e faz emergir o sujeito do discurso. Os efeitos de sentido (interpretação), de forma deslocada, instalam críticas ao atual governo sendo que também entendemos estes atalhos e/ou manobras enunciativas dos deslocamentos de sentidos como recursos argumentativos.

A seguir, vamos explicar a construção do dispositivo teórico-analítico em questão, que requer apresentar as condições de produção do *corpus*, do ponto de vista das questões do pastiche, humor político e da argumentação.

2 Aspectos Teórico-metodológicos

2.1 Panorama do dispositivo teórico-analítico

Em AD, o analista (pesquisador) organiza a materialidade linguística que analisa concomitantemente aos estranhamentos e às operações de releitura que com esta estabelece. De um olhar deslocado, estranho à própria leitura corriqueira e trivial, surgem questões com as quais um tempo inicial de reflexão requer principalmente questionar o valor do efeito de sentido produzido no lugar de leitor/analista em função do valor político e sócio-histórico do *corpus*.

Este exercício inicial lança questões pelas quais o pesquisador tenta organizar um bólide de percursos teórico-metodológicos dentro do quadro teórico da AD, possíveis de aprofundar a análise com o propósito de ultrapassar a superficialidade linguística. Neste segundo momento, tenta-se capturar de que modo alguns sentidos se instalaram e apagaram outros sentidos possíveis.

Esta passagem da reflexão da natureza do sentido instalado para seu mecanismo de funcionamento requer debater o tipo de dispositivo, ou seja, um artifício pela qual o pesquisador analisa pistas mais explícitas ou mais discretamente presentes no campo dos enunciados, que autorizam ou glosam algumas zonas de sentido.

Na linha do que Courtine (2014) denominou de sequências discursivas de referência, o pesquisador faz uso de uma razão intuitiva pela qual podemos filiar a AD ao paradigma indiciário (cf. TFOUNI; PEREIRA, 2018) e mostrar

interfaces entre lugares do interdiscurso que decalcam domínios de memória (COURTINE, 2014).

Trata-se do gesto de remexer alteridades, de pontuar e interpretar o “outro” no corpo dos discursos (cf. PÊCHEUX, 1997b; AUTHIER-REVUZ, 1998). Esta provocação do que se apresenta por uma estabilidade semântica, todavia, tem nuances. A este respeito, vamos tratar especificamente do que se pode denominar de texto humorístico, ou texto opinativo e de humor, como o próprio lugar enunciativo da *Folha de São Paulo* define a materialidade analisada.

No campo das marcas explícitas que de alguma forma enviesam a leitura inicial, o primeiro momento do qual tratamos, a marca “opinião” indica o lugar que autoriza aquele que, seja sob a forma do nome próprio (José Eugênio) ou pseudônimo artístico (Jô Soares) levará a efeito um modo de dizer que não é o da crítica habitual vinda do texto dissertativo-argumentativo com pareceres técnicos ali alocados, mas da irreverência resultante da obviedade e subversão dos sentidos. É este o dispositivo principal instalado pelo jornal impresso nesta seção específica pelo qual trataremos das condições de produção dos discursos ali instalados, após apresentarmos de forma mais detalhada a formação do *corpus*.

2.2 Formação do *corpus*

Neste artigo demos destaque às formas pelas quais efeitos de sentido conjugam enlaces do linguístico com o político nesta conjuntura histórica (MALDIDIER; GUILHAUMOU, 2016). Portanto, vamos nos ater ao modo pelo qual cientistas da linguagem de perspectiva discursiva abordam a enunciação.

Partimos do pressuposto que o autor destes textos-cartas não apenas mobilizou efeitos de sentido do campo do humor, no sentido de suspender a censura inconsciente e provocar riso, mas pela subversão do mundo semanticamente estável das palavras em sua relação com as coisas do mundo (PÊCHEUX, 1997b), driblou as ofensivas explícitas de discursos autoritários do governo cujo ícone é a imagem e lugar de presidente ocupado por Jair Bolsonaro.

Ao perseguirmos os diversos meandros desta estratégia, alertamos que o sujeito do discurso não é o locutor (Jô Soares, nome artístico do indivíduo

empírico José Eugênio Soares), nem somente o enunciador (*Folha de São Paulo*, veículo no qual todos os textos-cartas foram publicados). Trata-se antes de um lugar de articulação, seja no sentido de Guimarães (2009) de uma contiguidade, seja em Pêcheux (1988) de sustentação de um efeito de sentido que marca uma tomada de posição por um uso específico da substituição e por efeito metafórico.

Esta substituição é marcada pelo uso da nomeação, de dêiticos, *shifters* e/ou pelo uso de embreagens e debreagens, que conduzem a discursivização, ou seja, o mecanismo de passagem da criação para a “representação actancial” de pessoa, espaço e tempo (FIORIN, 1995, p. 27), mas que também considera “[...] um real específico formando o espaço contraditório do desdobramento das discursividades” (PÊCHEUX, 2014, p. 228).

No caso apresentado, aparece a debreagem actancial, do espaço e tempo na enunciação. Isto porque ao jogar com o binômio José Eugênio e Jô Soares, com o lugar enunciativo da *Folha de São Paulo* e com o destinatário Presidente e indivíduo empírico Bolsonaro face ao leitor, as cartas-textos projetam, como podemos entendê-las concorde Fiorin (1995, p. 27), “[...] no enunciado, um *não eu*, um *não aqui* e um *não agora*”. Não nos deteremos aos meandros desta dimensão enunciativa, embora destaquesmos sua relevância.

Em outro patamar teórico, destacamos concorde Guilhaumou e Maldidier (2016), a dimensão da enunciação entendida como condição para as “estratégias discursivas” (p. 226, expressão dos autores) de efeitos de sentido que indiciam o processo histórico na língua. Afinal, que estratégias discursivas são estas que indiciam um efeito de sentido pastiche e que transitam na área do humor político?

Por meio deste debate, queremos demonstrar que a sustentação de efeitos de sentido por meio dos quais Jô Soares assume uma posição de crítico do Jair Bolsonaro presidente (acrescido do valor simbólico do lugar que o indivíduo empírico Jair ocupa e que dirige ao enunciatário leitor da *Folha de São Paulo*) faz uso de um efeito pastiche, em que o humor é determinado pelo político. É este último que sustenta o valor político da argumentação nas três cartas que compõem estas condições de produção em jogo na materialidade linguístico-discursiva do *corpus*.

Veiculados na grande mídia impressa, o jornal “Folha de São Paulo”, os textos-cartas de Jô Soares denominados por ele mesmo “Carta aberta” foram publicados respectivamente em abril e julho de 2019 e em junho de 2020.

O nome “carta aberta” logo de início indicia que se trata de uma peça textual em tom intimista, mas que recebe a predicação “aberta”, por abordar questões de interesse público e por dirigir-se à figura pública. São estes os títulos: “Carta aberta ao Ilmo Sr. Presidente Jair Bolsonaro: devo confessar que também já fui alvo de chacota”, publicado em 12 de abril de 2019 (primeiro texto-carta); “Outra carta aberta ao nosso excelentíssimo presidente da República, senhor Jair Bolsonaro – quel idê genial de nomé vtre fils come ambassadeur”, publicado em 22 de julho de 2019 (segundo texto-carta); e, por fim, “Carta aberta ao Ilmo sr. Jair BolSSonaro – VoSSa redundância é o 1º. presidente pataffísico!” (terceiro texto-carta), publicado em 23 de junho de 2020.

No primeiro texto-carta, é tecida uma genial argumentação que a cada parágrafo provoca giros entre as posições do interlocutor “eu” e interlocutário “caro presidente Jair Bolsonaro”. Esta debreagem enunciativa (FIORIN, 1995) aparece em “devo confessar que também já fui alvo de chacota” no subtítulo, no qual, por sua vez, há elipse do pronome. Mais adiante também notamos um processo de reescrituração (GUIMARÃES, 2009), posto que o subtítulo serve como um mote que reaparece no início do quarto parágrafo em “Devo lhe confessar que também já fui alvo de chacota”. A todo tempo, as posições “tu” a quem me dirijo e “eu”, “eu também já fui alvo” provocam riso, porque simulam mudanças de posição daquele que é alvo do próprio risível.

Nesta última aparição, há a marcação do interlocutário em “lhe”, ou seja, “a tu” Jair Bolsonaro. Há várias marcações em que a aparência de um “*não eu*, um *não aqui* e um *não agora*” (FIORIN, 1995, p. 27) marcada como “Eu” (Jô soares e/ou José Eugênio, ou por vezes ambos)², a um “tu” (Excelentíssimo ou Ilmo Sr. presidente Jair Bolsonaro); e o tempo marcado pelas variadas declarações do presidente no agora: “quando o senhor afirmou que o nazismo era de esquerda” (primeiro texto-carta); “nomé vtre fils Eduardô come

2 O primeiro texto-carta, por exemplo, é assinado por Jô Soares. Por sua vez, a segunda carta-texto é assinada por Jô Soares e por José Eugênio, mesmo porque o autor sustenta um efeito de sentido de ironia e de aproximação com o interlocutário ao mencionar na segunda assinatura a insígnia “oficial da Ordem do Rio Branco”.

ambassadeur” (segundo texto-carta); “o livro³ sobre Churchill que estava na sua mesa na hora da posse” (terceiro texto-carta).

Ou seja, a aparência de não estar definido de quem se ri, se de Jô Soares ou de Bolsonaro, pende para ênfase neste último, claramente designado por “Excelentíssimo”, “Ilmo Sr.”, “votre fils”, “na sua mesa”. Em outras palavras, o autor do texto-carta indica que: pode parecer que não, mas estamos (eu, Jô Soares, o autor, e o leitor) rindo de você. Portanto, parece que o leitor não sabe quem fala (José Eugênio ou Jô Soares) e de quem se ri (Jair ou Bolsonaro presidente), mas algumas marcas permitem atestar que o autor e o sujeito-leitor riem do presidente e do governo Jair Bolsonaro.

No segundo texto-carta, em um tom quase professoral, o escritor segue uma linha de incisiva crítica principalmente pelo imbróglio de suspeita de nepotismo na tentativa do presidente em emplacar o filho como Embaixador nos Estados Unidos. O subtítulo “quel idê genial de nomé votre fils come ambassadeur” poderia ser qualificado como um francês macarrônico. Esta designação no imaginário comum indica manobras nas regras gramaticais e mesmo em ordenações sintático-semânticas tão caras a qualquer não falante nativo; alude também a uma mistura de francês com herança do latim vernáculo. Neste caso, é sustentada uma ironia à dificuldade do referido presidente em fazer da própria língua materna, na forma oral e escrita.

Por fim, no terceiro texto-carta a própria grafia do nome do presidente e do pronome de tratamento (inventado de forma irreverente e intitulado “VoSSa redundância”) fazem referência ao nazismo, referência esta presente no primeiro texto-carta. A partir desta pista, deste nome novo que designa o presidente, pela mudança do “tu” para “VoSSa redundância” que discutimos, como pastiche e humor político, a interface com o Barão de Itararé (1978) já presente no interdiscurso e do Barão de Münchhausen e do Monsieur de la Palice (cf. PÊCHEUX, 1988).

3 A menção ao livro também mobiliza no interdiscurso a marca sociopolítica e histórica do “Orvil” (palavra “livro” ao contrário), nome amplamente divulgado na mídia (como no canal do youtube Meteoro Brasil) acerca do livro elaborado pelos militares em reação à publicação de “Brasil: nunca mais”, lançado em 1985 por Dom Paulo Evaristo Arns e suas críticas aos horrores da ditadura civil militar de 1964-1985. Pode-se mencionar também a referência bolsonarista ao livro “Verdade sufocada”, do militar coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, mencionado no transcurso do golpe de 2016. Em suma, há outros livros recobertos pelo livro de Churchill posto à mesa. Vale lembrar Kundera (1988) comentado por Courtine (2014, p. 240): “Quando se quer liquidar os povos, começa-se por lhes tirar a memória”.

2.3 Condições de produção - pastiche e humor político

Não é novidade no cenário nacional, a sátira, o riso e o pastiche subvertendo a tentativa de ordem autoritária vinda de um presidente. Jacobus e Golin (2011, p. 57) mostram como a construção de outro personagem, agora o Barão de Itararé - feita por Apparício Torelly (ou Apporelly) no jornal “A manhã”, que foi um jornalista “antecedente do jornalismo de humor” para “atiçar o imaginário popular” (expressões dos autores) - já tomava este caminho.

Com esta apropriação parodiada e com viés crítico, Apporelly sustentou paródias, entendidas como “fala recalcada do outro” (SANT’ANNA, 2007 apud JACOBUS; GOLIN, 2011, p. 59), definição esta apropriada para analisarmos os textos-cartas de Jô Soares, uma vez que se trata de um presidente Bolsonaro ali recalcado e metamorfoseado no que deste retorna em figura real e personagem de ficção cuja fronteira é tênue.

Uma das diferenças é a preocupação econômica com a venda da seção com viés de pasquim daquele jornal que Apporelly escrevia e que não parece ser o foco da seção “opinião” da Folha de São Paulo na qual aparecem os textos-cartas de Jô Soares. Em suma, o razoável distanciamento deste viés se dá porque nem todo texto deste autor tem como principal foco este viés de pasquim parodístico, e pelo fato de que “[...] *A manhã* igualmente agregava de modo lúdico aspectos típicos das revistas ilustradas” (p. 63, *italico no original*).

Talvez mantendo como semelhante a interface que Jô Soares também faz com outros personagens políticos ou personalidades de destaque, Apporelly escreve sobre o barão de Itararé junto da presença de Artur Bernardes, Júlio Prestes e Getúlio Vargas; Jô Soares, por sua vez, evoca Goebbels, Kierkegaard, Wittgenstein, Rafael Leonidas Trujillo Molina, FHC, Jacinto B. Paynado, Ramfis Trujillo Marinez, Napoleão e Churchill, como se estivessem ali (aqui).

Como se nota, o elenco de personagens políticos mencionados por Jô Soares tem uma escala proposital de políticos de pouca relevância e que provocaram muito estrago na América Latina ao lado de nomes conhecidos pelo imaginário comum, como Napoleão e Churchill. Todos os primeiros da

República Dominicana, onde os colonizadores espanhóis teriam aportado em um primeiro encontro com os ameríndios⁴. Portanto, lugar emblemático da esfera política regional. E ironia por conta da contradição entre a área de destaque impressa pelo bolsonarismo que resvala na identificação com líderes autoritários de pouca relevância histórica em nível global, mas certamente de marcas profundas de retrocesso local.

Defendemos também que outra semelhança, a que torna a materialidade analisada aqui ancorada em outros modos de dizer encadeados em um viés mais crítico do jornalismo, é o fato de que em “A manhã” Apporelly também fazia do próprio texto produzido veículo para criticar o suposto espírito iluminista do jornalismo em geral. Jô Soares também embarca nessa vertente uma vez que lança nomes de personagens históricos com uma sutileza e liame tênue com os fatos históricos, de modo a incorporar o que é publicamente apontado como desprezo do presidente pelo conhecimento; também como aparente falha na informação, veiculada pela imprensa.

Em síntese, o autor Jô Soares dialoga por variadas estratégias com o suposto ataque injusto que o presidente alega sofrer a todo tempo vindo da imprensa. Junto disso, também demonstra que o texto-carta não serve apenas para criticar o presidente em questão, à medida que o sujeito-leitor da Folha de São Paulo também é posto à prova quanto ao seu conhecimento sobre realidade ou ficção em torno dos personagens históricos acima mencionados e de suas condutas.

Em campo de discussão próximo a este, a historiadora Rogéria de Ipanema (2013) ensina que o caricaturista e jornalista Ângelo Agostini, por exemplo, ao se referir a Prudente Moraes, político das oligarquias eleito pelo voto direto, contrasta a corrupção corriqueira do governo com o bem comum encarnado em Dom Quixote. O uso deste personagem secular para desenhar contrastes e operar um simulacro da figura real do presidente que conjuga excentricidade e estereotipia também desmoraliza o presidente. Em outro trabalho, Ipanema (2017) analisa novamente Dom Quixote como pastiche. Segue definição da autora:

⁴ A este respeito ver o filme “1492: a conquista do Paraíso”.

As definições de pastiche, do termo da língua francês, dispõem o sentido de uma obra literária composta no modelo de outra, a maneira de, ou mesmo de recortes de mais de uma obra. O decalque, processo do universo das artes visuais, a obtenção de uma cópia de um desenho pela ação da pressão, ou redesenho; e nesta forma, um forte caráter de superfície [...] (IPANEMA, 2017, p. 8).

Esta definição embora enfatize a presença mais explícita de uma obra em outra é aqui tomada de empréstimo para mostrar que Jô Sares não cita explicitamente obras, mas fatos e personagens históricos (e/ou menção às obras destes) e pelos quais tece pequenas narrativas ao longo dos textos que, decalcadas assumem um caráter mais ficcional digamos assim e, permite a nosso ver indicar este valor de pastiche a trechos de seu texto-carta.

Especificamente o segundo texto-carta do *corpus* analisado também nos lembra a análise da canção “Artigo 26” de Ednardo, feita por Grangeiro e Ferreira (2016). As autoras mostram em uma análise discursiva sobre efeitos de sentido provocadores do contato entre língua francesa e luso-brasileira, no nível da formulação dos enunciados, uma padaria espiritual que remete à revolução francesa, pois a significação de “pão” na letra da música mistura formas das quadrilhas e parlendas da cultura popular.

Outros efeitos deste contato também são explorados por Jô Soares no segundo texto-carta que analisamos. Neste último também vemos a menção à língua da diplomacia, pois a língua francesa foi a que na transição da *Belle époque* para o século XX agregou *status* às elites político-econômicas.

Repletos de ironias e de humor os textos-cartas materializam o humor político. Taffarello (2001) explica que o humor político, muitas vezes, recorre a recursos pragmáticos e mobiliza estereótipos que facilitam uma espécie de circuito de compreensão do leitor acerca da ironia e da subversão do sentido em questão; por vezes também se inclinam para a difamação astuta e para aspectos de cinismo, chiste e de trágico. Defendemos que o humor político também sustenta a argumentação destes textos-cartas.

2.4 O lugar da argumentação

Conforme Carmelino (2012), o humor é uma estratégia argumentativa eficaz para persuasão que na esfera do *logos*, requer o uso da lógica. Este recurso aparece de modo geral em menções à realidade como em “já leu o

livro sobre Churchill que estava sobre a sua mesa na hora da posse” (terceiro texto-carta); trata-se de operadores que também indicam noção de conhecimento e escolha prévia (cf. MARIANO, 2005) dos fatos em questão para a persuasão.

Outra estratégia que aparece é a repetição da formulação “devo confessar”, “devo lhe confessar” (primeiro texto-carta). Por este caminho, o autor Jô Soares mantém o interesse e a atenção do leitor, ao “explorar o risível dos fatos sociais” (CARMELINO, 2012, p.41). Acrescentaríamos que, no caso da realidade brasileira, há muito circula, em uma esfera do interdiscurso que remete ao início da República: “[...] O Brasil... Que somos nós? [...] Somos um povo que ri, quando devia chorar!” (VASCO LIMA, 1913 apud SALIBA, 1998, p. 300).

Carmelino (2012) mostra que os estudos que enlaçam discurso e argumentação devem se aventurar na investigação dos recursos linguísticos que encaminham a persuasão nos discursos. A partir de Pêcheux (1988), podemos cotejar que a persuasão pode ser enquadrada como da ordem do registro do imaginário e da eficácia material deste registro para firmar uma posição.

Se a eficácia depende do jogo de imagens que um faz do outro (cf. CARMELINO, 2012) é porque o registro do sujeito no imaginário assim mobiliza lugares nas falhas da estrutura simbólica da linguagem. No caso analisado, não temos marcas do não-verbal e poucas imagens (o segundo texto-carta é o único a trazer a foto de “le coronel Ramfis Trujillo Martinez” quando criança e assim identificá-lo com filho e pai Bolsonaro).

Dentre as técnicas comentadas por esta autora (léxico e figura retórica), percebemos que Jô Soares faz uso de ambas. As figuras retóricas aparecem nos argumentos, com destaque ao que ao se basear no “Tratado da Argumentação” de Perelman e Olbrechts-Tyteca usa para tratar dos tipos de argumentos Carmelino (1996 apud 2012, p. 45) explica dos estudos da nova retórica: “[...] os argumentos quase lógicos, argumentos fundados na estrutura do real, argumentos que fundam a estrutural do real e argumentos por dissociação”. A partir de explicação ao final de cada um, parafraseada desta autora, elencamos no *corpus* em questão, a saber:

- argumentos quase lógicos (CARMELINO, 2012, p. 45) (“Chanté le parabiéns, apagué les veles, comê le bolê ! Comê le bolê ! E depuis le

present principale : lui, qui há déjà une graduation em hamburguér et talvois une pos-graduaton em cheseeburguér ? aussi, si nous avons deja um ex-president, FHC, pourquoi ne pas tenté aussi um ambassadeur KFC?”, segundo texto-carta), pois se aproxima da lógica, mas faz uso do ridículo;

- “argumentos fundados na estrutura do real” (CARMELINO, 2012, p. 45) (“Imagine o senhor que confundi o dinamarquês Soren Aabye Kierkegaard, filósofo, teólogo, poeta, crítico social e autor religioso, e amplamente considerado o primeiro filósofo existencialista, com o filósofo Ludwig Wittgenstein, que, como o senhor está farto de saber, fi um filósofo austríaco, naturalizado britânico e um dos principais autores da virada linguística na filosofia do século 20”; primeiro texto-carta), pois se aproxima da experiência ao ligar coisa e fato;
- argumentos “que fundam a estrutura do real” (CARMELINO, 2012, p. 45) (em “Em 1938, le president Jacinto B. Paynado (president que sucessé a Trujillo) promové le coronel Ramfis Trujillo Marinez, de neuf ans, a general de brigada, promoción que fu outorgue “en mérito al serviço” em se constituant nel plus jeune general del histoire Du monde? Regardé les fotos: nést pás fôfe?” ; segundo texto-carta), pois criam uma realidade a partir de um modelo;
- por fim, “por dissociação” (CARMELINO, 2012, p. 45) (em “Finalmente, adoraria convidá-lo para assistir ao meu espetáculo. Foi quando surgiu um dilema impossível de resolver. Claro que eu o colocaria na platéia à direita. Assim, o senhor, à direita, me veria no palco à direita. Só que, do meu lugar no palco, eu seria obrigado a vê-lo sempre à esquerda”; primeiro texto-carta), pois busca “solucionar uma incompatibilidade do discurso a fim de restabelecer uma visão coerente” (CARMELINO, 2012, p. 46).

3 Análise

A seguir, mostraremos formas que aludem à presença do Outro, como um alhures discursivo (AUTHIER-REVUZ, 1998) de modo a pôr em questão no campo dos enunciados e do interdiscurso, a heterogeneidade discursiva

presente nestes textos-cartas ratificando que “o discurso indireto livre, o pastiche, a ironia, são formas não marcadas” (GRANGEIRO; FERREIRA, 2016, p. 87) desta heterogeneidade. Por conta disso, no decorrer da análise, apresentamos em notas de rodapé publicações da imprensa escrita, que atestam esta presença do Outro, recortada pelo sujeito-autor Jô Soares ao criar estes efeitos de sentido.

Tão logo nos surpreendemos a cada um dos três textos-cartas lidos com a genialidade da síntese de vários acontecimentos históricos e políticos, lançamos um olhar de analista/pesquisador para esta expressão crítica do autor das cartas, organizamos nossa análise dos vários sentidos recortados pelo sujeito-autor⁵, conforme: 3.1) efeitos de sentido sustentados pela presença do personagem fato/histórico: entre ficção e realidade; 3.2) efeito Münchhausen e a remissão ao Barão de Itararé e ao Monsieur de la Palice; 3.3) efeitos de sentido de uma língua inatingível: nem francês, nem português brasileiro.

3.1 Efeitos de sentido sustentados pela presença do personagem/fato histórico: entre ficção e realidade

Trata-se de trechos em que figuras históricas aparentam personagens de ficção e não personalidades históricas reais, imprimindo esta mesma dubiedade fictícia ao presidente a quem se dirigem os textos-cartas. Vejamos:

[...] Entendo a reação provocada quando o senhor afirmou que o nazismo era de esquerda. [...] Um desses grupos foi o NSDAP: em alemão (...) Entre seus fundadores originais havia dois irmãos: Otto e Gregor Strasser. Otto era um socialista convicto, queria orientar o movimento do partido à esquerda. Foi expulso e a cabeça posta a prêmio. Seu irmão Gregor preferiu unir-se ao grupo do Camelô do Apocalipse. Quanto a Otto (...) teve sua cabeça posta a prêmio por Joseph Goebbels (...) Hitler apressou-se em tirar o ‘social’ da sigla do partido. Mais tarde, Gregor foi eliminado junto com Ernst Röhm, chefe das S.A., na famigerada ‘Noite das Facas Longas’. (...)

Como se nota, os irmãos Otto e Gregor Strasser (primeiro texto-carta), fazem parte de um rol de personagens de uma narrativa fantástica e

⁵ Vale notar que autoria aqui é entendida conforme Tfouni (2010) para quem o sujeito do discurso mobiliza no interdiscurso zonas de sentido que dispostas no fio do discurso (intradiscurso) sustentam efeito de retroação e de fechamento.

subversora da ordem, uma vez que no lugar da filiação real, aparece uma fantástica: “Camelô do Apocalipse”.

Este descrédito com fatos históricos, ainda que haja informações reais disponibilizadas, como sobre os irmãos Strasser, provoca no sujeito-leitor um simulacro do efeito real do cotidiano do governo Bolsonaro. A parcialidade do fato, tomado como inteireza da verdade, recobre manipulações do imaginário que, por sua vez, transitam pelo fantástico. Jô Soares reproduz, na missiva, essas simulações recorrentes no cotidiano.

A narrativa sobre Otto e Gregor tem também quase caráter de fábula. A moral é sobre quem tomou o “mal caminho”. É um raciocínio simplista. É também um simulacro de parábola bíblica. Otto e Gregor dividiriam bem e mal. O autor Jô Soares zomba do simplismo que contido nas dicotomias veiculadas pelo atual governo.

Ao recorrer a personalidades históricas reais, por sua vez, indica haver, no governo, narrativas pouco comprometidas com os fatos históricos. Com estes recursos estilísticos, o autor também critica o interlocutor eleitor, apoiador e correligionário do presidente.

Ao mobilizar a polêmica sobre o nazismo ter sido mencionado pelo presidente como ideologia de esquerda, o autor mobiliza o fato histórico do grupo dos trabalhadores do NSDAP (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães) em meio à narrativa recheada de recursos fantásticos sobre os irmãos Otto e Gregor. Desta forma, Jô Soares também quer indiciar aspectos de reconfigurações da fronteira entre realidade e ficção em um governo que faz uso deste recurso a todo tempo, incluindo conspirações políticas globais, bem como a conjuntura das eleições de 2018.

De forma irônica ao apresentar uma sigla real, o leitor pode se lembrar da sigla apresentada pelo então candidato Cabo Daciolo como conspiração, a URSAL (União das Repúblicas Socialistas da América Latina). No imaginário comum, houve identificação com ambos os candidatos em parte porque na formação da opinião pública ambos eram retratados como evangélicos.

A respeito do liame entre absurdo fictício e fantástico no contato com a realidade política, Jacobus e Golin (2011) já se atentavam para este campo do debate ao analisar a invenção da batalha de Itararé que nunca ocorrera e que lembra também a Monarquia de esquerda inventada por Suassuna (1971/2007) como síntese entre Samuel e o “Rei e a coroa de esmeraldas” e Clemente e o

“Tratado negro-comunista da filosofia vermelha do Penetral” (nomeações do autor, no original). Aqueles autores também explicam que fazia parte da sátira do Barão de Itararé, a mistura do episódio real da queima do excedente de produção de café a assunção do fictício Imperador Itararé I da URSAS - “União das Repúblicas Socialistas da América do Sul” (p. 68), que sugeria tanto inclinação quanto crítica ao regime soviético. Portanto, há uma retroação no nível do interdiscurso, há dizeres anteriores a que se filiam as descrições de Jô Soares para criar o efeito pastiche e o humor político.

Em outro recurso argumentativo, já elencado como argumento fundado na estrutura do real mais acima, aparecem as biografias de dois filósofos, fazendo uso de dois recursos irônicos, a saber: “Imagine o senhor que confundi” e “o senhor está farto de saber”. Vejamos:

Imagine o senhor que confundi o dinamarquês Soren Aabye Kierkegaard, filósofo, teólogo, poeta, crítico social e autor religioso, e amplamente considerado o primeiro filósofo existencialista, com o filósofo Ludwig Wittgenstein, que, como o senhor está farto de saber, foi um filósofo austríaco, naturalizado britânico e um dos principais autores da virada linguística na filosofia do século 20. (primeira carta)

Nestes pontos em destaque, o narrador Jô Soares se aproxima de forma indireta do sujeito-leitor. Embora em se tratando de situações de enunciação radicalmente diferentes, pois Jô Soares não cria este simulacro já que fala mais diretamente, apresentamos estes casos por notar que estas formas históricas deslocadas não são novidade.

Não são novidades, porque está sendo recuperado um contraste. Isto porque o desprezo explícito do presidente pelo conhecimento de informações básicas em qualquer assunto é explícito. No caso, o autor contrasta com a Filosofia. Se há ignorância de temas básicos, não seria na Filosofia que haveria conhecimento. Em meio às várias declarações que trazem esta marca do desprezo pelo conhecimento destacamos uma da campanha eleitoral, em que Bolsonaro afirma não entender o tripé macroeconômico e preferir deixar o assunto para o ministro⁶, bem como afirmar que a maioria das pesquisas é produzida em Universidades privadas⁷.

6 Ver: <https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-diz-que-nao-entende-de-economia-e-video-viraliza/>. Acesso em: 24 jul.2020.

7 Ver: <https://jornalggn.com.br/educacao/desmente-bolsonaro-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-pais-vem-de-universidades-publicas/>. Acesso em: 24 jul.2020.

No segundo texto-carta (copiar grifo) este fantástico aparece em “ambassadeur KFC”, que resgata a sigla KFC de uma rede de *fast food* para se referir à experiência prévia para ser embaixador, declarada pelo filho do presidente ao afirmar que já trabalhara em uma hamburgueria. Como ensina Pêcheux (1988), o sujeito emerge ao dizer X para se referir, de forma deslocada, a Y. Entre fatos históricos e o mascaramento do “estranhamente familiar” com uma mistura “[...] de absurdo e de evidência [...]” (PÊCHEUX, 1988, p.155) também notamos no *corpus* o efeito Münchhausen.

3.2 Efeito Münchhausen e a remissão ao Barão de Itararé

Para Pêcheux (1988), em sua teoria sobre a relação entre sujeito submetido à linguagem, inconsciente e ideologia são decisivos da condição humana. À medida que sua natureza comum de estrutura e funcionamento produz um “tecido de ‘evidências subjetivas’” (p.153), ambos nos obrigam a discutir a assunção do sujeito em dada conjuntura e a evidência do sentido em dada engrenagem entre infra e superestrutura. Inconsciente e ideologia determinam a constituição de sujeito e sentido, indicando que ambos os últimos são importantes. A constituição do sujeito não seria a mais relevante, nem a do sentido.

Há um paradoxo “[...] pelo qual o *sujeito é chamado à existência*” (p.154, *itálicos do autor*). Há a evidência de que “eu sou eu” e ao mesmo tempo o que do sujeito é ocultado para lhe permitir falar “X”. Para isto, Pêcheux (1988) se propõe explicar este efeito de “sempre-já-aí” (*expressão do autor*), ao citar a comentário de Freud sobre o duque de Welington e as “fantasias metafísicas” como a “[...] das duas mãos que, tendo cada uma um lápis, se desenham uma à outra sobre a mesma folha de papel” (p. 158). Este tipo de interpelação “de si mesmo” é chamado Efeito Münchhausen.

Ora, se é impossível assegurar a posição de “que eu se estivesse em seu lugar faria igual, ou diferente” (*expressão nossa*) e se esta posição é uma ilusão metafísica, pois a interpelação tem base material concreta envolvida na contradição da luta de classes e na desigualdade da realidade a ser conhecida, como Jô Soares pode, ao dizer “eu também já fui alvo de chacota”, enunciar como se estivesse no lugar de Bolsonaro? É o efeito pastiche o humor que permitem isso, pois é uma fala deslocada, após a qual seguem conselhos.

Vejamos:

Finalmente, um conselho: não se deixe influenciar por certas palavras. Seguem alguns exemplos: [...] 2. A expressão ‘no pasarán!’: utilizada por Dolores Ibárruri Gómez, conhecida como ‘La Pasionaria’, não era uma convocação feminista para que as mulheres deixassem de passar as roupas dos seus maridos; 3. ‘Social climber’ não se refere a uma alpinista de esquerda; 4. Rosa Luxemburgo não era assim chamada porque só vendia rosas vermelhas; 6. Quanto à palavra ‘social’, ela consta até no seu partido (Fonte: primeiro texto-carta)

A interpelação sob efeito Münchhausen que faz acreditar que é possível fazer o mesmo que Bolsonaro ainda que seja Jô Soares quem fala, é marcada pelo verbo no imperativo: “não se deixe”; “entre”. E em “Devo lhe confessar que também já fui alvo de chacota, mas por um motivo totalmente diferente: só peço que não deboche muito de mim” também temos este efeito Münchhausen. O humor também reside na exploração do efeito ilusório de literalidade.

Todavia, conforme a AD, não há o sentido literal. Há um truque do imaginário que leva o sujeito comum a crer que tudo que leva o nome “social” indica opção política de esquerda. Jô Soares desfaz esta crença e problematiza a natureza do signo. Nem toda “Rosa” é vermelha. Nem sempre “passar” significa “passar roupa” ou o alpinista praticante de “social climber” seria de esquerda e mesmo que haja o nome “social”, um partido pode não ser de esquerda.

Por fim, à listagem feita por Jô Soares subjaz o embate com um silogismo do governo cuja premissa maior é: “Tudo é de esquerda”. E seguem desdobramentos filosóficos inclusive desta postura. O alcance aparentemente restrito e ao mesmo tempo amplo desta premissa parece se identificar, do ponto de vista psicanalítico, com o “Pai total”. Jô Soares indica que este presidente que aparentemente tudo sabe, tudo observa, tudo fiscaliza não resiste ao olhar mais acurado que desfaz suas obviedades como as do Monsieur de la Palice (cf. PÊCHEUX, 1988).

O autor volta a tocar na questão do nominalismo medieval, pré-republicano, ao substituir, no terceiro texto-carta, “vossa excelência” por “VoSSA Redundância”. É o imaginário e seus processos de identificação simbolizando o real da língua afetada pela História.

Há um efeito de novidade em um presidente tomar posição pelo que parece literal. Por isso, esse “novo” cargo merece um novo nome. Não mais o

nome de “Vossa excelência” que oficialmente designa o cargo de presidente, mas “VoSSa Redundância”, com destaque para o “SS” que traz no simbólico a marca histórica da recorrente alusão do governo ao nazismo⁸. Do ponto de vista discursivo, é o jogo do não recobrimento total das “coisas a saber” (PÊCHEUX, 1997b).

No universo do humor político utilizado no jornalismo, este efeito que transita entre a aparente obviedade ou a evidência, temos no cenário nacional o modo como o Barão de Itararé veiculado por Apparicio Torelly também faz uso. Vejamos como este recurso é utilizado e aparece em:

[...] Os gramáticos criaram o verbo “cavalgar”. Depois os homens montaram em burros. Mas os etimologistas até hoje não conseguiram criar o verbo correspondente e até agora nós temos que dizer que “Fulano montou num burro” ou que “Sicrano montou num porco”. A equitação desenvolveu-se, mas a língua ficou estacionária. Os homens, um dia, se utilizaram de barcas para viajar. Os gramáticos criaram o verbo “embarcar”, para designar o ato de tomar uma barca. Mais tarde a coisa melhorou e as viagens passaram a ser em navios. [...] Quem monta a cavalo cavalga. Quem toma uma barca embarca. Mas não se cavalga num burro, nem se embarca num transatlântico. Quem monta num burro emburra-se. Quem monta num porco emporcalha-se, e quem toma um transatlântico transatlântica-se (retirado de “Pela renovação de nosso idioma – escreve o professor Jacinto Dores Nobasso, Barão de Itararé, coletânea de textos, 1987, p. 128/129,).

No Barão de Itararé, o que está em jogo também é o não recobrimento total das “coisas a saber”. O estranhamento do verbo “embarcar” utilizado para “transatlântico” faz parecer que houve aceitação do arbitrário do signo. Todavia, a busca pela “pala ideal” (AUTHIER-REVUZ, 1998) obriga o Barão achar “transatlântica-se” para, por meio da estabilidade semântica (PÊCHEUX, 1997b) O efeito Münchhausen faz com que o que parece óbvio o pareça porque haveria literalidade e, assim todos fariam a “mesma” língua do “mesmo modo”, como se um “você” genérico estivesse no lugar “sempre-já-aí” do sujeito.

Como se nota, portanto, a posição do sujeito do discurso “Jô Soares” retroage com dizeres anteriores e com a inscrição de uma interface entre sujeito, História e língua que, no Brasil, ratifica a circulação de discursos sustentados pelo pastiche e pelo humor político que ironizam a nomeação.

⁸ Ver: <https://www.dw.com/pt-br/secret%C3%A1rio-da-cultura-copia-discurso-de-ministro-de-hitler-e-gera-pol%C3%AAmica/a-52040824>. Acesso em: 24 jul.2020.

Por fim, discutimos também como esta relação entre palavra e coisa é mobilizada na fronteira entre língua francesa e o português brasileiro.

3.3 Efeitos de sentido de uma língua inatingível: nem francês, nem português brasileiro

No segundo texto-carta não temos nem português brasileiro, nem francês. Temos um híbrido, que nos remete da reflexão filosófica sobre o que é uma língua aos efeitos de sentido recortados para provocar riso, que Jô Soares utiliza a partir de um jogo entre significantes dos quais emergem a relação entre sujeito e sentido.

Além disso, tomar a língua como jogo desde Saussure requer lembrar que em se tratando de discurso, a língua é determinada pelo político (ideologia), pelo inconsciente e pela História. Conforme Pêcheux (1997a), o estatuto de realidade deste jogo é o de formações imaginárias, e aparece nas posições discursivas resultantes da disputa pelo sentido do “objeto” do discurso. Ou seja, “esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo” (p. 82, *itálico no original*).

Esta representação calcada no imaginário faz com que o jogo de aproximação e estranhamento entre língua portuguesa e francesa represente de alguma forma a aproximação e distanciamento da posição sujeito do discurso Jô Soares autor do texto-carta do interlocutor Jair Bolsonaro. As posições sujeito-autor e sujeito-presidente estão em jogo. Uma tentativa de aproximação é marcada logo como uma espécie de chapéu da notícia em “Quel idê genial de nomé votre fils come ambassadeur”; ou em “Afinale de contes” e, ao final, “Bienavant, Napoleon, lembré dele?”

A par a constatação fatídica de que o presidente não é falante e fluente em francês, o uso de expressões como “Chanté le parabiéns” e “depuis le present principale” ratificam esta crença do imaginário comum e de expectativa do sujeito-enunciador. O efeito de “depuis” não como “desde”, mas como “depois” sustenta este efeito de sentido que leva em um lapso de tempo o sujeito-leitor do reconhecimento do humor ao riso. As flexões verbais “Comê, chanté, savé” zombam da crença comum de que para falar francês bastaria apenas pronunciar todas as palavras com tônica na última sílaba.

Ao final, o uso de “chegue de converse. Jagarre dans le pape mais sempre pour collaboré avec Votre Majesté”, nesta fronteira entre o que seria uma pronúncia afrancesada (em “converse”, “colabore” e “Majesté”) sustenta um efeito pastiche em que o humor serve de recurso argumentativo para criar uma falsa aproximação.

Todavia, o arremate do distanciamento que o sujeito-autor marca e que faz com que estas ironias retroajam com o elogio (“Quel idê genial de nome nomé votre fils come ambassadeur”) está na assinatura final. Nesta parte, o locutor assina “Signé: Jô Soares, influencieur analogique” e o indivíduo empírico assina “Em verité: José Eugênio Soares, oficial da ordem do Rio Branco). Ao tornar público que recebeu, de fato⁹, a Ordem do Rio Branco, a ironia está em que o recebimento foi por reconhecimento e não por ser filho de um presidente, como pode ocorrer se um filho apenas por isso receber o cargo de Embaixador. O distanciamento da assinatura final é fático.

Estes efeitos de sentido sustentados neste texto-carta dizem respeito ao que Milner (2006) comenta sobre a relação entre sujeito e linguagem: para indicar que há algo inacessível (real), e que neste inacessível “há mesmo” (no sentido de que há de fato e de que há semelhança, no imaginário) e que “há Um” (simbólico); ou seja, uma relação entre parte e todo, a ser simbolizada. A decorrência disso é que há *alíngua* e “a *alíngua* é a encarnação do simbólico” (MILNER, 2006, p.34).

Considerações Finais

O uso do pastiche e humor político na argumentação de Jô Soares nos três textos-cartas analisados requer considerar que há várias nuances na retomada do interdiscurso, cuja complexidade procuramos demonstrar conforme o modo pelo qual o pastiche e o humor político fundamentam a argumentação do autor.

Na linha tênue entre fatos históricos e imersão na ficção, acrescidos do uso da nomeação e do jogo com o sentido para criar efeitos de obviedade na linha da autorreferencialidade e do contorno do real da língua (“*alíngua*”), os textos-cartas de Jô Soares ratificam que o trânsito pelo universo político pode

9 O comentário de José Eugênio sobre recebimento desta honraria/título pode ser lido em uma entrevista à revista Playboy, postada por esta revista em 15/8/1986 e recuperado em: <http://www.ricardosetti.com/playboy-entrevista-jo-soares/>. Acesso em: 23 jul.2020.

ser resgatado por formas de linguagem nas quais o sujeito pode se refugiar mesmo em um cenário de autoritarismo e de volatilidade do compromisso com a verdade na contemporaneidade e no governo Bolsonaro em específico.

A escrita dos textos-cartas e a leitura acompanhada da possibilidade de outro modo de se inscrever no simbólico e na alteridade com o Outro, pelo humor, permite contornar fissuras civilizatórias à medida que o riso em seu valor catártico e político-argumentativo faz notar uma revolução sem barbárie. Portanto, este compartilhamento possibilita enfrentamento de pontos de silenciamento impostos de forma sutil no debate e no uso da argumentação no cenário da política nacional.

Uma reflexão decorrente deste enfrentamento levaria a investigar também se o lugar do sujeito do discurso (“sujeito-Jô Soares”) opera essas manobras como porta-voz de uma conjuntura que, conforme a teorização de Orlandi (1993) pode ser entendida como de censura ou de silêncio local. Por este caminho, em outras pesquisas com foco em outros *corpora* poder-se-ia também analisar como estes efeitos de sentido, no entremeio do fato histórico e da ficção, têm aparecido em período mais recente da história do Brasil.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Tradução: Claudia R. Castellanos Pfeiffer *et al.* Campinas: Ed. UNICAMP. 1998.

CARMELINO, Ana Cristina. Humor: uma abordagem retórica e argumentativa. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 8, n. 2, p. 40-56, 2012.

COURTINE, Jean Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução: Cristina C. V Birck *et al.* São Carlos: EDUFSCAR, 2014.

FIORIN, José Luiz. A pessoa desdobrada. **Revista Alfa**, São Paulo, n. 39: p. 23-44, 1995.

GRANGEIRO, Cláudia Rejanne Pinheiro; FERREIRA, Raul Azevedo de Andrade. A padaria antropofágica de Ednardo: uma análise de discurso da canção Artigo 26. **Desenredo**, v. 1, p. 82-96, 2016.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Da enunciação ao acontecimento discursivo em Análise do Discurso. In: GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. (orgs.). **Discurso e Arquivo: experimentações em Análise do Discurso**. Tradução: Carolina Fedatto e Paula Chiaretti. Campinas: Ed.UNICAMP, 2016. p. 225-233.

GUIMARÃES, Eduardo. A enumeração funcionamento enunciativo e sentido. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 51, n. 1, p. 49-68, 2009.

IPANEMA, Rogéria de. A estética de Don Quixote e a imagem difícil de Prudente de Moraes. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, XXVII, 2013, Natal. **Anais Eletrônicos [...]**. Natal: Associação Nacional de História - ANPUH, 2013. p. 1-10.

IPANEMA, Rogéria de. Imprensa artística de humor e os mediadores da crítica social: o decalque e o pastiche no Don Quixote brasileiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - CONTRA OS PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA, XXIX, 2017, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Associação Nacional de História - ANPUH, 2017. v. 1. p. 1-9.

ITARARÉ, Barão. **Máximas e mínimas do Barão de Itararé/seleção e organização de Afonso Félix de Sousa**. 4.ed. Rio de Janeiro, 1987.

JACOBUS, Rodrigo; GOLIN, Cida. Um nobre bufão no reino da grande imprensa: a construção da personagem Barão de Itararé na paródia jornalística do semanário *A Manha* (1926-1935). **Intercom**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 55-74, 2011.

MILNER, Jean Claude. **Os nomes indistintos**. Tradução: P. A. C. de Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.

KUNDERA, Milan. **O livro do riso e do esquecimento**. Tradução: Inês Pedrosa. São Paulo: Círculo do livro, 1988.

MARIANO, Márcia Regina Curado Pereira. Retórica e humor: o riso como estratégia argumentativa. **Estudos Linguísticos**, XXXIV, p. 1242-1247, 2005.

ORLANDI, Eni Pulcinelli Lourdes. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Pontes, 1993.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed.UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso - AAD69. In: GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**. 3.ed. Tradução: Bethânia Mariani et al. Campinas: Ed.UNICAMP, 1997a. p. 61-105.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: Estrutura ou acontecimento?** Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1997b.

PÊCHEUX, Michel. Especificidade de uma disciplina de interpretação (A análise de discurso na França). In: ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux – textos escolhidos por E.P. Orlandi. Tradução: Solange Leda Gallo. Campinas: Pontes, 2014. p. 227-230.

SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República brasileira. In: SEVCENKO, N. (org.). **História da Vida Privada no Brasil** – v. 3: República – da Belle Époque à Era do Rádio. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 289-367.

SOARES, Jô. Carta aberta ao Ilmo Sr. Presidente Jair Bolsonaro: devo confessar que também já fui alvo de chacota. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 abril. 2019.

SOARES, Jô. Outra carta aberta ao nosso excelentíssimo presidente da República, senhor Jair Bolsonaro – quel idê genial de nomé vtre fils come ambassadeur. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 jul. 2019.

SOARES, Jô. Carta aberta ao Ilmo sr. Jair BolSSonaro – VoSSa redundância é o 1º. presidente patafísico! **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 jun. 2020.

SUASSUNA, Ariano. **Romance d'A Pedra do Reino – e o príncipe do vai-e-volta**. 9.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007 [1971].

TAFFARELLO, Maria Cristina de Moraes. **A polifonia irreverente do texto de humor político**. 227f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.


TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TFOUNI, Leda Verdiani; PEREIRA, Anderson de Carvalho. Análise indiciária: uma topologia das singularidades. In: TFOUNI, Leda Verdiani; PEREIRA, Anderson de Carvalho; Milanez, Nilton (orgs.). **O paradigma indiciário e os modos de decifração das ciências humanas**. São Carlos: EDUFSCAR, 2018. p. 121-149.

A interação dos argumentos nos processos argumentativos de uma reportagem sobre bullying nas escolas


Edmar Peixoto de Lima

Professora Doutora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Brasil.

 orcid.org/0000-0001-8827-1136


Márcia Pereira da Silva Franca

Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Brasil.

 orcid.org/0000-0002-3507-3571

Maria José Fernandes da Silva Araújo

Doutoranda em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

 orcid.org/0000-0002-3969-0729

Resumo: Este artigo objetiva analisar a interação dos argumentos com vistas a compreender a força da argumentação presente na construção de uma reportagem sobre bullying nas escolas. O trabalho se fundamenta nos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Cunha (2005), Bakhtin (2016), Amossy (2018). Os resultados apontam que a força dos argumentos está relacionada às teses principais e às escolhas dos argumentos de sustentação que, por sua vez, variam de acordo com o auditório ao qual o orador se direciona e com o gênero textual utilizado na enunciação. Sendo assim, o objeto de estudos desta investigação configura uma temática importante para a argumentação, tendo em vista que não basta apenas identificar as teses defendidas, mas também cabe ao pesquisador analisar de que forma os argumentos e as teses interagem no texto para exercer a função de influenciar ou orientar o outro na conversação.

Palavras-chave: Tese. Técnicas Argumentativas. Interação. Reportagem.

Abstract: This article aims at analyzing the interaction of arguments to understand the strength of the argument construed in a report about bullying in schools. The work is based on the studies of Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005), Cunha (2005), Bakhtin (2016), Amossy (2018), among other scholars. The results show that the strength of the arguments is related to the main theses and to the choices of the supporting arguments, which, in turn, vary according to the audience whom the speaker addresses and the genre used in the enunciation. Therefore, the object of this investigation is configured as an important theme for argumentation studies, considering that it is not enough to only identify the defended theses, but it is also up to the researcher to analyze how the arguments and the theses interact in the text in order to exercise the function of influencing or guiding the other person in the conversation.

Keywords: Thesis. Argumentative Techniques. Interaction. Report.

Introdução

Este trabalho parte do pressuposto de que a argumentação é intrínseca aos diversos discursos que permeiam a sociedade, uma vez que, ao construí-los, o orador tem a pretensão de atuar sobre seu auditório, levando-o ao convencimento ou à persuasão com relação aos posicionamentos apresentados. A nosso ver, tomando por base os estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a organização dos argumentos dar-se-á de modo que o orador possa reforçar as crenças e as convicções defendidas, recorrendo à interação entre as teses e os argumentos mobilizados nos discursos.

Influenciados por esta compreensão, objetivamos investigar a interação com vistas a compreender a força dos argumentos na construção de sentidos da reportagem intitulada “*Bullying*: nem sempre é possível remediar”. Para isso, averiguamos as teses defendidas pelo orador e as técnicas a que ele recorre para sustentar estes posicionamentos e, em seguida, analisamos a interação entre os argumentos.

Salientamos, ainda, que as discussões sobre a violência nas escolas não é um tema recente. No entanto, nos últimos tempos tem ocupado grandes espaços na mídia com a denominação de *bullying*. O termo *bullying* foi utilizado pela primeira vez pelo estudioso Dan Olweus, professor da Universidade da Noruega, no fim da década de 1970. O referido estudioso desenvolveu pesquisas nas escolas na tentativa de entender os problemas existentes entre os “agressores e suas vítimas”. O *bullying* consiste em qualquer tipo de ofensa que possa afetar emocionalmente ou psicologicamente um indivíduo.

No tocante ao processo de análise da relação interacional dos argumentos, recorreremos à observação de alguns aspectos caracterizadores do gênero do discurso que selecionamos para o estudo, na perspectiva teórica de Bakhtin (2016), tendo em vista a importância que esses elementos exercem na construção argumentativa dos enunciados. Nesse mesmo viés, buscamos também os estudos de Amossy (2018, p. 41), que defende: “O gênero do discurso, em relação direta com a sociedade que o institucionaliza, determina finalidades, quadros de enunciação e uma distribuição prévia dos papéis”.

Assim, recorreremos, como aporte teórico, aos estudos elaborados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Bakhtin (2016), Amossy (2018). Metodologicamente, esta investigação apresenta natureza estritamente

qualitativa, cujos procedimentos ocorreram a partir da delimitação de sete excertos da reportagem¹ para a análise.

A pesquisa se justifica pela relevância do conteúdo temático em que se insere o texto, assim, sendo o *bullying* nas escolas considerado um assunto polêmico e atual, salientamos que esta abordagem pode trazer contribuições significativas ao ensino, tanto em séries finais do Ensino Médio quanto em outra modalidade ou nível educacional em que a temática e o tratamento discursivo-argumentativo das categorias da Nova Retórica sejam pedagogicamente adequados aos sujeitos aprendizes. Ademais, nesta perspectiva de análise, destacamos a necessidade de compreendermos as formas com as quais o orador defende suas crenças e convicções, tornando-se indispensável aos estudiosos da argumentação analisar a interação que ocorre entre as teses defendidas e os argumentos que fundamentam os posicionamentos empregados pelo orador.

1 Teses, argumentos e interação: aspectos convergentes

As nossas ações são construídas e fundamentadas nas relações sociais por meio das trocas languageiras. A representação do que pensamos e fazemos é concretizada mediante os inúmeros posicionamentos que nos constituem e nos moldam enquanto seres sociais. Considerando a diversidade de situações na qual estamos inseridos e o universo das nossas relações interpessoais regidas por processos dialógicos entre sujeitos, a argumentação apresenta um caráter utilitário. Segundo Abreu (2008, p. 15), “Argumentar é a arte de convencer e persuadir”, não no sentido de vencer, forçar, submeter a vontade do outro a nossa, mas “é, em primeiro lugar, integrar-se ao universo do outro” de modo cooperativo e construtivo para obter o que queremos.

Toda argumentação, nesse sentido, implica a defesa de uma ideia central, a qual chamamos de “tese”, utilizada no momento de argumentar, seja para convencer, seja para persuadir o interlocutor. O orador apresenta um ponto de vista e, para dar sustentação a esse posicionamento, recorre a um dos elementos retóricos, denominados pelos estudos da argumentação de

¹ Publicada em 25 de outubro de 2017, por Ana Luiza Basílio, editora responsável pelo site *Carta Educação* (A matéria pode ser encontrada no site da revista: <https://www.cartacapital.com.br>).

base retórica de técnicas argumentativas, cujas atribuições consistem em fundamentar e embasar as teses defendidas.

O ato argumentativo requer que a ideia central seja apoiada por argumentos (razões ou justificativas) que endossem a ideia (tese) defendida pelo orador. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 50),

O objetivo de toda argumentação é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno.

Com base neste entendimento, o conceito de tese (quanto à ideia que se defende) precisa ficar claro, pois ela assume um papel importante nas interações discursivas, uma vez que o objetivo no processo comunicativo é a persuasão, a adesão à tese apresentada. Na produção de um discurso, sobretudo, na defesa de um posicionamento, um argumento funcionará como central ou axial, seguido por outros que a sustentarão. Conforme Pascal (2000, p. 51), a tese atua como “uma proposição (frase) que formula precisamente o que diz o texto (e, de maneira mais geral, o que diz a inteligência em face da realidade), tendo em vista enunciar o verdadeiro ou o falso”. Assim, essa proposição central se vincula à própria temática do texto. Já as técnicas argumentativas são entendidas como estratégias a que o orador recorre para convencer ou persuadir o auditório sobre as ideias defendidas.

Os estudos da argumentação que têm por base os posicionamentos teóricos da Nova Retórica surgem com o *Tratado da argumentação: a nova retórica* (PERELMAN; OLBCRECHTS-TYTECA, 2005), o qual está dividido em três partes. Os autores recorrem a essa divisão na tentativa de didatizar a temática, embora defendam que todos os elementos retóricos estão interligados na organização do discurso.

Assim sendo, tanto as primeiras discussões, apresentadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), que contemplam a preparação para a argumentação (âmbito da argumentação), como a segunda parte, que funciona como uma espécie de mobilização dos valores existentes na comunidade para realizar a argumentação propriamente dita (ponto de partida da argumentação), e a terceira parte, definida na obra como o uso das técnicas argumentativas, são pontos fundamentais e importantes para que o

orador possa atuar sobre o interlocutor. De acordo com os autores, para que o orador consiga estabelecer algum tipo de relação com o auditório, é necessário que este apresente disposição para escutá-lo.

Com relação à presença das técnicas argumentativas, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) descrevem as características e exemplificam cada uma, as quais se diferenciam por processos de ligação (argumentos quase-lógicos, argumentos baseados na estrutura do real e argumentos que proporcionam as ligações que fundamentam a estrutura do real) e por dissociação das noções. Dessas, delimitamos apenas as que foram observadas no *corpus* de estudos.

Assim, em nossas análises, dos argumentos quase-lógicos, que são comparáveis aos raciocínios lógicos, identificamos os argumentos de *identidade*, *definição na argumentação* e *a divisão do todo em suas partes*. O primeiro consiste na ideia de que a identificação de um termo é considerada como essencial, uma vez que o conceito de um objeto do discurso permite revelar uma tomada de posição por parte do orador. Ou seja, ao assimilar e/ou tomar como sua uma conceitualização na produção de um discurso, o orador expressa concordar e compartilhar das ideias apresentadas ou somente tomá-las por base para encaminhar seus pontos de vista.

Deparamo-nos com as “definições normativas, descritivas, definições de condensação e complexas” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 239). De acordo com os dados do nosso *corpus* de análise, entendemos que, dentre as definições apresentadas, a normativa predomina na organização do texto. O seu uso, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 239), pode ser resultado “de um compromisso individual, de uma ordem destinada a outros, de uma regra que se crê que deveria ser seguida por todos”. É uma definição que se apresenta como a mais propensa a se estabelecer como regra e ser aceita pelos pares de um grupo social.

No que se refere ao tipo de argumento pertencente aos grupos dos argumentos quase-lógicos, nomeado como a divisão do todo em suas partes, a nosso ver, está presente a ideia de que o todo é formado pela união das partes. Nas palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 271), “todos os argumentos por divisão implicam evidentemente, entre as partes, certas relações que fazem que a soma delas seja capaz de reconstituir o conjunto”.

Já os argumentos baseados na estrutura do real são aqueles que se apropriam da relação entre o raciocínio e as fórmulas lógicas ou matemáticas existentes nos argumentos quase-lógicos para admitir valores aceitos ou apresentar novas propostas. Desta técnica argumentativa, deparamo-nos com as ligações de sucessão, materializadas no tipo de argumento pelo *vínculo causal*, e com as ligações de coexistência, mediante a presença do *argumento de autoridade*.

O primeiro diz respeito às relações que se estabelecem entre um acontecimento e seus efeitos. Nas palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 299), “dentre as ligações de sucessão, o vínculo causal desempenha, incontestavelmente, um papel essencial, e seus efeitos argumentativos são tão numerosos quanto variados”. Os autores destacam três tipos de vínculos causais, sendo que, na presente investigação, identificamos apenas o que alude à noção de que, dado um fato, torna-se essencial evidenciar as consequências advindas dele.

As ligações de coexistência, especificamente, o argumento de autoridade, consiste na ideia de que a argumentação é influenciada pelo prestígio daquele que é mencionado pelo orador. Com base em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), afirmamos que o uso deste argumento se refere à importância atribuída a uma pessoa ou a um conjunto de pessoas como forma de provar que o ponto de vista defendido pelo orador faz parte do pensamento daqueles que são considerados autoridades no assunto. Logo, ao recorrer a este argumento, está implícito que não se concebem questionamentos, uma vez que o nome mencionado revela prestígio e conhecimento. Enfim, é alguém apresentado como um especialista no tema e que, portanto, está autorizado pela comunidade discursiva por ser o detentor daquele saber.

Os argumentos que proporcionam as ligações que fundamentam a estrutura do real exercem papéis diversificados, que vão desde a argumentação pelo exemplo, passando pela ilustração, até a compreensão do modelo ou antimodelo como forma de persuasão. Conforme o propósito do trabalho, o destaque está no fundamento pelo caso particular com o argumento pelo exemplo e pelo modelo. A argumentação pelo exemplo pressupõe um acordo entre os envolvidos na comunicação, já que pode se configurar na “formulação de uma lei” ou na “determinação de uma

estrutura, [...] como amostras, ou seja, ilustração de uma lei ou de uma estrutura reconhecidas (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 400).

O orador recorre a essa estratégia como forma de apresentar dados que façam parte do conhecimento do interlocutor e que possam ilustrar a tese que ele defende. Com relação ao argumento pelo modelo, a ideia preponderante é a de que o orador tende a demonstrar que uma conduta poderá ser seguida pelos interlocutores ou pelo menos que promova inspiração no auditório.

Já os argumentos por dissociação das noções funcionam como uma espécie de ruptura que serve para “afirmar que são indevidamente associados elementos que deveriam ficar separados e independentes” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 467-468). Desse grupo, destacamos o par filosófico: aparência/realidade. Recorremos aos posicionamentos dos estudiosos da Nova Retórica para afirmar que:

O termo I corresponde ao aparente, ao que se apresenta em primeiro lugar, ao atual, ao imediato, ao que é conhecido diretamente. O termo II, na medida em que se distingue dele, só é compreendido em relação ao termo I; é o resultado de uma dissociação, operada no seio do termo I, visando eliminar incompatibilidades que podem surgir entre aspectos deste último (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 473).

Nesse contexto, o segundo elemento do par filosófico permite observar o que é dito e considerado como válido pelo grupo social como algo que não pode funcionar de fato quando verificado em uma situação real. Os termos aparência e realidade podem significar que as informações acionadas não representam exatamente o que de fato acontece na realidade, gerando, dessa forma, uma situação de incompatibilidade ou contradição.

Diante do debate sobre as técnicas argumentativas, percebemos que os autores retomam alguns posicionamentos e afirmam que é importante a interação dos diversos argumentos para a construção dos discursos. Em outras palavras, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 523), quando tratam dessa temática, aludem à

interação entre diversos argumentos enunciados, interação entre estes e o conjunto de situação argumentativa, entre estes e sua conclusão e, enfim, interação entre os argumentos contidos no discurso e aqueles que têm este último por objeto.

Reconhecemos que a interação entre as teses e os tipos de argumentos revela a força argumentativa que emana dos argumentos como forma de atuar sobre o interlocutor. Nesse contexto, salientamos que as técnicas argumentativas são utilizadas com a finalidade de reforçar os argumentos apresentados pelo orador. E, diante dessa ideia, depreendemos que a interação entre os argumentos de sustentação da tese, a estrutura deles, a imagem revelada do orador e as emoções suscitadas no auditório constituem a força argumentativa e o poder de persuasão. Nas palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 524), “a força dos argumentos variará, pois, conforme os auditórios e conforme o objetivo da argumentação”.

A nosso ver, esse pensamento vai ao encontro do que defende Amossy (2018, p. 243), quando a autora afirma que “A argumentação depende diretamente do quadro discursivo no qual ela se desenvolve”. Desse modo, entendemos que a compreensão acerca dos processos interacionais existentes entre os argumentos construídos no texto subjaz também à consideração dos fatores genéricos, os quais determinam as inúmeras escolhas dos meios linguísticos e estratégias textuais realizadas pelo orador, conforme abordamos no tópico seguinte.

2 Os gêneros do discurso: reflexões teóricas

Bakhtin (2016, p. 12) define os gêneros do discurso como “*tipos relativamente estáveis de enunciados*” (grifos do autor), destacando o conteúdo temático, a estrutura composicional e o estilo como elementos que os caracterizam e os compõem, de forma inseparável. Desse modo, o estilo de um gênero, que corresponde às escolhas linguísticas de que o locutor se apropria para apresentar o tema, evidencia a esfera ou campo de atividade da qual o gênero é integrante. Por sua vez, o tema, que não diz respeito simplesmente ao conteúdo, é inferido com base na valoração do locutor, na forma como este aborda as questões sociais e, principalmente, dos objetivos que ele quer alcançar com o texto que, a depender desses aspectos – objetivo, estilo, tema, entre outros – apresenta uma construção composicional.

Os componentes pragmáticos caracterizadores do gênero, como o propósito comunicativo e o contexto de enunciação em que este é produzido funcionam como aspectos mobilizadores dos meios linguísticos que integram

o estilo da linguagem utilizada e, conseqüentemente, interferem na construção argumentativa dos enunciados. Com base neste pensamento, é a situação discursiva na qual se inscreve a argumentação que determina o seu valor, portanto, é o gênero o elemento definidor dos papéis discursivos e, sendo a argumentação constitutiva do discurso, ela dependerá do gênero do discurso de que é parte (AMOSSY, 2018).

O gênero reportagem pertence à esfera discursiva jornalística, cujo propósito comunicativo consiste em informar sobre um assunto, que pode estar relacionado a um fenômeno social, cultural, político etc. Tendo em vista que tais fenômenos geralmente são de interesse do público em geral, o projeto discursivo do locutor/orador precisa ser elaborado de tal maneira que possa adaptar-se a um interlocutor/auditório amplo, universal. Ao debater sobre o direcionamento dos enunciados, na perspectiva dos gêneros discursivos, Bakhtin (2016, p. 63) atesta que as “[...] concepções do destinatário são determinadas pelo campo da atividade humana e da vida a que tal enunciado se refere”. Nessa esteira, a forma como o orador se posiciona perante o auditório, assim como a representação que constrói deste constituem aspectos decisivos na composição estilística do texto e, conseqüentemente, na capacidade argumentativa advinda das relações entre os argumentos construídos.

Assim sendo, “A argumentação depende diretamente do quadro discursivo no qual ela se desenvolve” (AMOSSY, 2018, p. 243), razão pela qual abordamos, nesta pesquisa, as propriedades do gênero na análise argumentativa da reportagem, por meio destes subsídios teóricos relevantes que, articulados aos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), possibilitaram-nos uma análise interacional, a nosso ver, consistente, dos argumentos mobilizados no texto em estudo.

Passamos a observar de que modo o orador recorre a essa interação para apresentar os posicionamentos que defende com relação ao tema *bullying* nas escolas. Para isso, inicialmente, evidenciamos a tese que o orador apresenta na reportagem; em seguida, observamos as técnicas argumentativas e o tipo de argumento e, por fim, estabelecemos a relação que há entre a tese e a escolha dos argumentos na organização da argumentação.

3 A interação entre as teses e os argumentos sobre *bullying* na escola: alguns posicionamentos

A reportagem que trata do tema *bullying* nas escolas, objeto de estudo do nosso trabalho, promove reflexões sobre a violência nas escolas e, na construção discursiva do texto, o orador recorre a diferentes técnicas argumentativas para fundamentar a defesa dos posicionamentos apresentados. Baseando-nos no pensamento de Bakhtin (2016), destacado anteriormente, pressupomos que, no texto em análise, o auditório construído pelo orador seja bastante amplo, a julgar pelo caráter heterogêneo do público a quem a temática pode interessar – estudantes, pais, professores, especialistas no assunto, entre muitos outros. Esse fato, pode, inclusive, justificar a utilização de diferentes técnicas pelo orador, no entanto, interessamos compreender de que maneira esses argumentos interagem, no sentido de aumentar a força argumentativa² presente na construção discursiva do texto. Para realizarmos esta investigação, destacamos da reportagem sete (07) excertos a serem analisados, cujo objetivo, além de evidenciar a tese e as técnicas argumentativas, observa a interação estabelecida no texto entre a defesa das teses e o uso dos argumentos.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 523) consideram que “os elementos isolados com vistas ao estudo formam, na realidade um todo” e, sob esse olhar, podemos afirmar que o orador defende a tese de que o *bullying* nas escolas, além de se configurar em graves consequências para o aluno e para a sociedade de modo geral, já que poderá ser o motivador de ações calamitosas e atingir os diversos segmentos sociais, pode ainda provocar problemas que nem sempre se conseguem remediar ou impedir, tais como as tragédias descritas no texto.

No primeiro excerto, o orador faz uma apresentação geral do fato que motivou a produção da reportagem. Vejamos:

² Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 400) afirmam que a força dos argumentos está vinculada “de um lado, à intensidade de adesão do ouvinte às premissas, inclusive às ligações utilizadas, de outro, à relevância dos argumentos no debate em curso”.

Excerto 1:

Um estudante de 14 anos, uma pistola de uso restrito da Polícia Militar, dois adolescentes mortos, quatro feridos à bala, entre eles uma garota paraplégica após o ataque. O lamentável episódio ocorrido no Colégio Goyases, em Goiânia, na sexta-feira 20, traz a amarga lembrança de outras duas tragédias em comunidades escolares.

Nesse excerto, o orador principia a reportagem destacando os elementos que compõem o conjunto de ações resultante da tragédia ocorrida no colégio Goyases, em Goiânia. A presença dos argumentos quase-lógicos se concretiza no texto com o uso da *divisão do todo em suas partes*, uma técnica argumentativa que permite ao orador demonstrar que, nesse caso, a tragédia descrita é formada por uma sequência de ações que se inicia com um adolescente, mas que tem como resultado feridos e mortos.

Esse tipo de argumento revela que o todo, no caso a tragédia, não se constitui apenas em um acontecimento isolado, pois ele é resultante da soma de suas partes, que são descritas pelo orador como: um estudante de 14 anos, uma pistola, dois adolescentes mortos e quatro feridos, e que se relacionam entre si, uma vez que se constituem em elementos pertencentes a um mesmo acontecimento. É possível observar a interação entre esses elementos sequenciados dos acontecimentos e a tese que é empreendida no todo da reportagem, tendo em vista que as ações evidenciam, já no início do texto, a gravidade representada pelo *bullying* nas escolas, reforçando, de forma antecipada, a ideia central defendida pelo orador.

Em seguida, no segundo excerto, o orador complementa a ideia apresentada anteriormente, ainda com relação à tragédia, ao afirmar que o episódio em questão faz parte de outros fatos, que ocorreram em lugares diferentes, mas que se relacionam entre si. Vejamos:

Excerto 2:

Em depoimento à Polícia Civil, o atirador afirmou vingar-se do *bullying* praticado por colegas e admitiu ter se inspirado no massacre de Realengo, em 2001, quando um ex-aluno armado com dois revólveres executou 12 jovens em uma escola carioca, e o morticínio em Columbine, nos Estados Unidos, com 12 alunos e um professor assassinado em 1999.

Notemos que a informação sobre o acontecimento ocorrido em Goiânia não é um fato único, mas mantém relação com o excerto anterior, uma vez que o adolescente declara ter se inspirado em outros episódios para organizar o processo de vingança contra o *bullying* sofrido na escola. Nesse caso, chamamos a atenção para o *argumento pelo modelo* e o *antimodelo* pertencentes às técnicas argumentativas denominadas de ligações que fundamentam a estrutura do real: o fundamento pelo caso particular.

Este tipo de argumento nos permite observar que um fenômeno pode funcionar como um estimulador ou um inspirador de uma ação. De acordo com os autores do Tratado da Argumentação (2005), o modelo resulta em um comportamento que deveria ser seguido, pois possui certo prestígio, e o antimodelo, o contrário, já que consiste em uma atitude da qual o interlocutor deveria afastar-se.

Sob o contexto de estimulação ou de inspiração como algo a ser seguido ou não por parte do auditório, convém destacar a importância dos valores (*doxa*) que são acionados pelo orador nessa tentativa de influência. Ou seja, podemos inferir que embora o massacre de Realengo, ocorrido em 2001, não possa ser considerado como algo positivo socialmente, para o adolescente funcionou como uma espécie de estopim, mobilizando o desejo de vingança pelo *bullying* experienciado em sala de aula, levando-o a decidir por copiar o modelo e agir do mesmo modo.

Assim, em um primeiro momento, o interlocutor pode pensar que o fato ocorrido em Goiânia não mantém relação com os casos que aconteceram em outros países. No entanto, como podemos observar nas palavras do próprio adolescente, ele se espelhou em situações similares que serviram de incentivo para a imitação que culminou no acontecimento descrito na reportagem. Logo, a atitude tomada pelo adolescente teve como motivação episódios já existentes.

Nesse sentido, inferimos que o *argumento pelo modelo*, entendido como algo a ser seguido pelo interlocutor, nem sempre acontece quando se relaciona à ideia de prestígio ou de um comportamento “adequado” aos padrões sociais. Muitas vezes, o que deveria ser “condenado”, como neste caso, resulta por influenciar e promover a imitação, mesmo que esteja fora dos padrões de comportamentos aceitos socialmente.

Ademais, percebemos que ocorre interação entre os argumentos presentes no excerto 2 e a tese (de que o *bullying* consiste em provocar no sujeito, vítima da violência, consequências graves, levando-o, algumas vezes, a atitudes extremas), quando este coloca em cena a voz do atirador, por meio da qual se estabelece uma relação dialógica de vozes: a do orador, a do atirador e a da Polícia Civil – neste caso, veiculadora do depoimento do jovem. Esse conjunto de vozes, que são endereçadas ao auditório, atua no sentido de reforçar a adesão deste, ao mesmo tempo em que se articula diretamente ao propósito comunicativo da reportagem, haja vista que essa estratégia argumentativa confere veracidade aos fatos apresentados.

No terceiro excerto, o orador recorre à definição do termo no texto da lei que orienta o tema para fundamentar seu posicionamento.

Excerto 3:

No texto da lei, o *bullying* é entendido como uma intimidação sistemática, baseada em atos de violência física ou psicológica, praticados de forma intencional e repetitiva, sem motivo aparente. Os agressores visam infligir dor e angústia às vítimas, valendo-se de uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

No terceiro excerto destacado da reportagem, há a predominância do *argumento de definição*, pertencente aos argumentos quase-lógicos. Conforme já afirmamos neste artigo, a ação de definir um objeto do discurso permite ao interlocutor identificar as concepções defendidas pelo orador, que pode ainda, no caso dessa definição que denominamos de normativa (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005), servir para estabelecer-se como uma regra geral.

Em outras palavras, a definição normativa expressa, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 239), a “forma em que se quer que uma palavra seja utilizada”. Logo, é nesse sentido que compreendemos a definição apresentada no texto como uma delimitação que norteará o interlocutor na interpretação do sentido do termo *bullying*.

Acrescentamos que o excerto cuja definição é retomada pelo orador também revela uma informação importante para a construção do argumento, ou seja, a definição consta na lei que trata do *bullying* na escola, portanto não

é, a nosso ver, “qualquer definição” a que o orador se filia; é aquela que faz parte do texto que representa uma norma a ser seguida por todo os cidadãos.

Chamamos a atenção do leitor deste artigo para a necessidade que o orador percebeu de estabelecer parâmetros definidores que atribuíssem valor ao termo, ou seja, o argumento por definição concretiza a relação interacionista com os argumentos utilizados no início da reportagem por se apresentar como uma retomada do acontecimento e também como uma espécie de conclusão. Nesse caso, o orador lança mão de dados irrefutáveis perante a lei para apresentar qual o sentido atribuído ao termo *bullying*, não cabendo ao auditório refutar a definição, visto que ela consta em um documento oficial. Logo, esse recurso argumentativo considera os conhecimentos que o auditório revela das leis como algo a ser obedecido pelo cidadão.

Observemos também que existe uma relação interacional entre esse argumento e a estratégia argumentativa utilizada no fragmento 2, no que se refere ao estabelecimento das vozes, uma vez que a lei que trata do *bullying* também constitui uma voz, nesse caso, uma voz social, que é dotada de autoridade porque, como dissemos, representa a norma e integra o discurso do orador, que a utiliza como argumento para sustentar a tese empreendida. Todas essas vozes interagem, pois elas mantêm entre si relações de dependência – o discurso normativo funciona, por exemplo, como norteador para a apreciação dos demais posicionamentos. Assim sendo, os argumentos que são construídos com base nelas também interagem, favorecendo a construção do processo argumentativo da reportagem.

Em seguida, o orador tenta esclarecer de forma mais concreta o que significa *bullying* em uma linguagem que faça parte do acervo de conhecimentos do interlocutor. Para isso, recorre a um especialista no assunto. Vejamos:

Exceto 4:

“No mundo adulto, seria como o assédio moral praticado no ambiente de trabalho. Nas escolas, essa perseguição tem outras implicações”, afirma Cléo Fante, doutora em ciências da educação e autora do livro *Fenômeno Bullying: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz* (Editora Verus).

Nesse quarto excerto, o orador utiliza a explicação dada por um especialista na área para facilitar o entendimento do significado de *bullying*. Para isso, na reportagem, ele, o orador, faz uso do *argumento de autoridade*, pertencente aos argumentos baseados na estrutura do real: as ligações de coexistência, como forma de esclarecer o posicionamento defendido e ainda para revelar que este pensamento está sendo endossado por alguém que se apresenta como doutora e autora de obra que discute o assunto.

Logo, esse tipo de argumento revela uma ligação que mantém relação entre uma essência e sua manifestação, ou seja, entre “uma pessoa e seus atos” (PERELMAN; OBLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 334). Podemos inferir, nesse caso, sobretudo, que a ação de estudar o tema e ter desenvolvido pesquisas na área são atributos que outorgam à pesquisadora a qualidade de ser a pessoa mais capacitada para falar do assunto. Ao recorrer a essa “autoridade”, o orador revela estar de acordo com os posicionamentos defendidos pela pesquisadora que, por sua vez, serve para endossar os pontos de vista apresentados pelo orador. No tocante à relação entre os argumentos identificados nos excertos anteriores, o orador utiliza uma estratégia diferente, porém aborda novamente recursos enunciativos, nesse caso, optando por introduzir a voz de autoridade da especialista por meio do discurso direto.

Mais uma vez, observamos que a força desse argumento está relacionada à não refutação por parte do auditório a quem a reportagem se direciona. Nas palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 525), “a força do argumento se deve em grande parte à sua possível resistência às objeções” por parte do auditório. Logo, a nosso ver, é necessário ao orador acionar elementos que sejam aceitos por esse auditório ou que pelo menos não permitam questionamentos a ponto de desconstruir o argumento apresentado.

A seguir, apresentamos o quinto excerto destacado da reportagem.

Exceto 5:

Segundo a especialista, as vítimas costumam apresentar queda no rendimento escolar e na frequência às aulas, dificuldade no processo de socialização, além de sofrer abalos psicológicos e problemas de saúde. Nem sempre, elas reagem com violência. Na maioria dos casos, sofrem caladas.

Nesse excerto, que apresenta as consequências do *bullying* sofrido pelos estudantes, o orador lança mão, mais uma vez, das ideias defendidas pela especialista no assunto, porém revela mais explicitamente que concorda com estes posicionamentos. O texto expressa essa afirmação, quando as palavras tanto do especialista quanto do orador se imbricam a ponto de não identificarmos uma só autoria. Ou seja, embora este atribua ao especialista os dizeres apresentados, percebemos que ele também revela posicionamentos que fazem parte do seu acervo de conhecimento.

Como recurso argumentativo, o orador utiliza a técnica dos argumentos baseados na estrutura do real: as ligações de sucessão com o uso do *argumento vínculo causal e a argumentação*. O destaque, nesse tipo de argumento, está na sucessão dos acontecimentos, ou seja, um episódio poderá provocar inúmeros outros como consequências.

A nosso ver, para identificar se um estudante sofreu *bullying* na escola, cabe aos responsáveis observar se ele apresenta “queda no rendimento escolar, na frequência às aulas, dificuldade no processo de socialização, além de sofrer abalos psicológicos e problemas de saúde”. Segundo a reportagem, esses elementos representam consequências do tipo de violência vivenciado pelo aluno.

Observamos que a força do argumento se relaciona ainda à definição que foi apresentada no excerto anterior. A preocupação que o orador apresenta nesse momento consiste em descrever as características que um aluno demonstra ao sofrer *bullying* na escola, inclusive como uma forma de motivar o auditório, nesse caso, professores, diretores e familiares das vítimas, a observar esse tipo de comportamento.

Percebemos, com essa estratégia, que o orador continua utilizando o discurso de autoridade da especialista (materializado no excerto 04), porém optando pela forma indireta (textualizado no excerto 05) dos enunciados, de maneira que as escolhas lexicais realizadas e reorganizadas pelo orador – que se difere da forma como a especialista as proferiu –, possa atender ao seu projeto de dizer, no sentido de atingir um auditório mais amplo. Assim sendo, mais uma vez fica evidente a relação entre os argumentos e, com isso, o esforço pela integração do auditório à tese defendida pelo orador das graves

consequências que o *bullying* provoca nos estudantes e da necessidade de se combater esse tipo de violência.

Já no sexto excerto, observamos que o orador recorre a atitudes governamentais que poderão auxiliar na amenização da problemática nas escolas. Vejamos:

Excerto 6:

Não por acaso, algumas redes de ensino têm investido em projetos de mediação de conflitos. Com mais de 5 mil escolas e 4 milhões de estudantes, a rede paulista anunciou em 2016 a ampliação do Programa Professor Mediador. De acordo com a Secretaria de Educação de São Paulo, cada unidade tem ao menos um profissional capacitado para buscar soluções pacíficas para desavenças entre os alunos. No caso de 1,7 mil escolas situadas em bairros mais violentos ou com maior vulnerabilidade social, o governo pretende alocar ao menos dois “mediadores”.

No sexto excerto, o orador recorre à técnica argumentativa denominada de ligações que fundamentam a estrutura do real: o fundamento pelo caso particular com a presença da *argumentação pelo exemplo* para sustentar a tese de que os projetos funcionam positivamente em algumas redes de ensino e que, portanto, poderão ser utilizados por outras instituições como parâmetro. Nesse sentido, o orador recorre aos dados da Secretaria do Estado de São Paulo para exemplificar medidas que foram tomadas e que deram resultados, como o investimento em projetos de mediação de conflitos. Com dados numéricos precisos, o produtor da reportagem reforça o uso dos argumentos, ao apontar que 5 mil escolas e 4 mil estudantes têm sido beneficiados com o Programa Professor Mediador, evidenciando a necessidade e o anúncio de ampliação do programa em 2016. Ele demonstra também as pretensões do governo na intensificação do número de mediadores em 1,7 mil escolas que estão situadas em bairros cuja violência e vulnerabilidade é mais acentuada e evidente.

Esses argumentos são apresentados como espécie de exemplo a ser seguido, pois encerram medidas positivas a serem tomadas pelo governo como forma de sanar a problemática. Recorrer a esse tipo de dados, como exemplo de ação por parte do governo para resolver a questão, comprova a

eficiência do projeto e se apresenta como um meio de justificar a ampliação desse na região de São Paulo.

A presença da interação expressa nesse tipo de argumento consiste na existência de uma ação que vem obtendo resultados positivos e, por essa razão, esses devem ser evidenciados pela sociedade e o empreendimento ampliado pelo governo. Logo, a força do argumento se baseia em dados concretos, não deixando dúvidas quanto à eficiência, pois, uma vez que está dando certo em um local, essa ação poderá ser aplicada na cidade de São Paulo. Nesse caso, “argumento forte é um argumento eficaz, que determina a adesão do auditório” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 526).

Para se manter coerente ao seu projeto de dizer, implementado desde o início do texto por meio de diversificados discursos que interagem na realização da finalidade a que o texto se propõe, o orador intervém, ao mostrar o exemplo de uma ação que se concretizou positivamente e, para tanto, utiliza o discurso da instituição que serve de modelo a ser seguido – a Secretaria de Educação de São Paulo.

No sétimo excerto da reportagem nos deparamos com o uso da técnica argumentativa denominada dissociação das noções.

Excerto 7:

Apesar de o Brasil ter um programa nacional de combate ao *bullying*, instituído pela Lei nº 13.185, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 2015, boa parte das medidas previstas jamais saiu do papel, como a produção e divulgação de relatórios bimestrais das ocorrências nas redes de ensino estaduais e municipais para o planejamento de ações preventivas e de proteção às vítimas.

Nesse excerto, o orador recorre ao uso da técnica argumentativa da dissociação das noções com o par filosófico aparência/realidade para defender a tese de que o governo precisa tomar medidas efetivas no combate ao *bullying* nas escolas. O orador se apropria do documento da Lei nº 13.185, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 2015, para comprovar que, embora o programa nacional de combate ao *bullying* exista no Brasil, na realidade, não funciona como deveria, visto que boa parte das medidas jamais saiu do papel.

Dito de outro modo, o orador utiliza a lei como técnica argumentativa para evidenciar o par filosófico “aparência/realidade”. A realidade configurada como a Lei materializada no texto escrito que orienta os posicionamentos do indivíduo e a aparência configurada como a eficiência/atuação dessas leis na sociedade. Essa técnica leva o interlocutor a questionar sobre a outra face da “realidade”, proporcionando reflexões para a incompatibilidade que há na criação e aprovação de medidas como essa e na existência de fato destas medidas na vida cotidiana. A força do argumento consiste na demonstração, por parte do orador, de uma prova considerada válida para o auditório, uma vez que retoma a ideia do senso comum de que há diferenças entre o que está posto na lei e as medidas que são tomadas no contexto real.

Diante das análises, identificamos as técnicas utilizadas pelo orador da reportagem para sustentar as teses defendidas e inferimos que há, de modo geral, uma preocupação com a organização do texto, no sentido de expor elementos que possam comprovar as ideias apresentadas pelo orador e que, de alguma forma, possam exercer certa influência sobre o auditório, levando-o a aderir às teses apresentadas pelo orador.

Com o objetivo de fundamentar os posicionamentos presentes na reportagem, o orador se vale de diferentes técnicas que, conforme pudemos observar, evidenciam sua capacidade argumentativa. Vale salientar, contudo, que a utilização por si só das técnicas não encerra as estratégias argumentativas empreendidas pelo orador. A nosso ver, é a organização interacional dos argumentos e desses com a tese que proporciona a devida força na busca pela adesão do auditório.

Chamou-nos a atenção a maneira gradativa e interacional com que o orador expôs os argumentos, inserindo-os na textualidade por meio das diferentes vozes – do estudante (atirador), da lei, do especialista, da secretaria de educação –, todas entremeadas, em alguma medida, à voz do orador. Nessa análise, não podemos olhar a construção dos argumentos como uma ação desvinculada do quadro genérico em que ela está inserida, pois consoante lembra Amossy (2018, p. 244), “[...] a força da palavra é indissociável da posição ocupada em um campo preciso, em um dado estado da estrutura desse campo”, porque é o espaço social que define como o discurso funciona e em que medida ele exercerá influência sobre o outro. No

tocante ao lugar ocupado pelo orador, faz-se necessário observarmos a influência do espaço que ele representa na construção do texto em análise.

Assim sendo, compreendemos que a construção dos argumentos na reportagem analisada correlaciona-se ao propósito comunicativo do texto que, mesmo prezando pela objetividade, por ser um gênero jornalístico, apresenta um orador cujo posicionamento evidencia convicções e valores, os quais se inscrevem no discurso por meio de diversas estratégias argumentativas empreendidas com vistas à adesão do auditório. Essas estratégias que, à primeira vista, manifestam-se por meio das técnicas utilizadas, vão além delas, revelam-se na interação entre os argumentos e entre esses e as técnicas argumentativas difundidas pelos autores da Nova Retórica.

Considerações finais

Para finalizar as discussões tratadas neste trabalho, cujo objetivo consiste em analisar a interação dos argumentos na construção de uma reportagem sobre *bullying* nas escolas, podemos afirmar que, argumentativamente, o orador defende uma tese macro e que, para sustentar seus posicionamentos, recorre ao que denominamos de micro teses e as relaciona às inúmeras técnicas argumentativas abordadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

Os recursos linguísticos e enunciativos utilizados pelo orador, dos quais evidenciamos o quadro polifônico inserido na construção discursiva dos argumentos, funcionam como acionadores dos aspectos argumentativos. Obviamente, as estratégias não se reduzem às escolhas, mas também à maneira como elas são organizadas na materialidade do texto. Por isso, relembremos a importância que Amossy (2018) confere às propriedades do gênero, na definição das funções desempenhadas pelos meios linguísticos e na mediação orientada do discurso.

Observamos que cada técnica implica uma força argumentativa, como por exemplo: no excerto 1, pudemos verificar que a técnica argumentativa “*divisão do todo em suas partes*” foi aplicada com o intuito de demonstrar uma sequência de elementos que culmina na tragédia, ou seja, o orador inicia o texto relatando sobre um acontecimento e para fortalecer os

posicionamentos defendidos, ele recorre às partes, dando ênfase à interação de cada elemento que compõe a tragédia, com vistas a conduzir o auditório ao entendimento de como se deu o ocorrido.

Nos excertos 2 e 6, ao utilizar a técnica “o fundamento pelo caso particular: o primeiro pelo modelo e o segundo pelo exemplo”, o orador recorre aos aspectos externos para reforçar seu posicionamento. O auditório é conduzido a relacionar o fato atual a outros episódios já ocorridos, correlacionando-os para definir uma tomada de posição.

Já no excerto 3, identificamos que o orador utiliza o “argumento por definição”, para tentar conduzir o interlocutor a aderir ao sentido que ele quer atribuir ao termo *bullying*. Há, nesse caso, uma força argumentativa em razão de o orador acionar as concepções que o auditório já tem internalizado sobre o assunto. E, para fortalecer ainda mais o uso dos argumentos anteriores, no excerto 4, ele utiliza o “argumento de autoridade”, em que a voz de um especialista atribui maior credibilidade à ideia defendida. O auditório é orientado a conferir valor/força às palavras de um alguém que, por sua vez, é o maior conhecedor do assunto.

No exceto 5, identificamos a utilização do argumento pelo “vínculo causal”, cuja força é definida pela sucessão dos acontecimentos, nesse caso, o auditório atribui ainda mais credibilidade aos relatos vivenciados pelo especialista, já que essa se revela como autoridade por apresentar características de um conhecedor do tema. E, por fim, no excerto 7, o orador, ao utilizar a técnica argumentativa denominada de dissociação das noções, concretizada pelo par filosófico aparência/realidade, orienta o interlocutor a estabelecer relação entre os elementos que fazem parte do texto da lei, mas que na prática não acontecem. Logo, nem sempre o que está materializado, de fato, ocorre na realidade, sendo, portanto, algo que figura na aparência, mas que não pertence à realidade social.

Por fim, acreditamos que os resultados apresentados evidenciam, cada vez mais, a necessidade de o pesquisador investigar a interação argumentativa por intermédio da qual os diversos discursos são construídos e cujo funcionamento inicia-se por meio dos recursos linguísticos que são acionados em função de um propósito comunicativo. A utilização das inúmeras estratégias que a língua nos proporciona são reguladas por um quadro discursivo, inseparável da vida social e institucional dos seres, onde

entram em cena orador e auditório, agindo um sobre o outro, persuadindo ou orientando. É nessa perspectiva que a interação surge como uma ação impulsionadora na força dos argumentos e no papel que a argumentação exerce na construção e na organização discursiva do texto.

Fonte

BASÍLIO, Ana Luiza. **Bullying: nem sempre é possível remediar**. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/bullying-nem-sempre-e-possivel-remediar/>. Publicado em outubro de 2017. Extraído em janeiro de 2018.

Referências

ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar: gerenciado razão e emoção**. Cotia: Atelié Editorial, 2005.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no Discurso**. Coordenação da tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

LIMA, Edmar Peixoto. **Abordagem terminológica nas veredas teóricas da argumentação: uma investigação sob a perspectiva da variação denominativa**. 2017. 325f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.


PASCAL, Ide. **A arte de pensar**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a Nova Retórica**. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Estratégias de persuasão na publicidade impressa de alimentosⁱ

Fabiano Aparecido Sales Lima

Mestrando em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

 orcid.org/0000-0002-2120-856X

Resumo: Este trabalho tem por objetivo focar o fenômeno da patemização em uma publicidade impressa na revista *Veja*. O enfoque tem como ponto de partida a análise das estratégias utilizadas na peça publicitária, propondo-se o exame dos recursos linguístico-discursivos que podem levar o auditório à persuasão. A análise proposta baseia-se na Teoria Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau, lugar teórico-metodológico em que se concebe o *pathos* como uma visada de efeito (CHARAUDEAU, 2010). Constata-se que o sujeito comunicante (publicista) utiliza-se de determinadas estratégias que buscam (re)construir a imagem do produto anunciado, de modo que o destinatário sinta emoções que o leve a aderir mais facilmente à tese apresentada.

Palavras-chave: Persuasão. Patemização. Publicidade. Alimentos.

Abstract: This work aims to focus on the phenomenon of patemization in a print advertisement on *Veja* magazine. The approach has as its starting point the analysis of the strategies used in the advertising piece, proposing to examine the linguistic-discursive resources that can lead the audience to persuasion. The proposed analysis is based on Patrick Charaudeau's Semiolinguistic Discourse Theory, a theoretical and methodological place where pathos is conceived as an aim of effect (CHARAUDEAU, 2010). It appears that the communicating subject (publicist) uses certain strategies that seek to (re)build the image of the advertised product, so that they feel emoticons that lead them to adhere more easily to the thesis presented.

Keywords: Persuasion. Patemization. Advertising. Foods.

ⁱ Agradeço à CAPES, agência que financia a pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ, a partir do qual foi possível elaborar o presente artigo.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo focar o fenômeno da *patemização* (CHARAUDEAU, 2010) em um anúncio publicitário. Esse enfoque tem como base a análise das estratégias utilizadas na peça, propondo-se o exame dos recursos linguístico-discursivos que podem levar o auditório à persuasão.

A análise proposta baseia-se na Teoria Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau (1983, 2001, 2005, 2007, 2008, 2010), lugar teórico-metodológico em que se concebe o *pathos* como uma visada de efeito (CHARAUDEAU, 2010). Esse efeito visado (ou suposto) é uma estratégia discursiva fundamental no discurso publicitário, podendo desencadear determinada emoção no destinatário do anúncio.

Vale fazer referência a que Charaudeau não emprega o termo *emoção*, por considerar que o sentimento desencadeado não constitui o foco de sua análise. Para evidenciar o efeito patêmico, o professor e linguista francês utiliza o termo *patemização*, que diz respeito à possibilidade de estabelecer sentimento por intermédio do discurso (CHARAUDEAU, 2010).

O *corpus* deste artigo é constituído por um anúncio publicitário impresso na Revista *Veja*, maior entre os semanais magazines de informação do Brasil, alcançando uma tiragem superior a um milhão de exemplares por semana¹. A mencionada revista é, desse modo, considerada um dos veículos mais influentes da mídia impressa brasileira.

Ao longo do trabalho, busca-se demonstrar como o *sujeito comunicante* (publicista), revestido da máscara de *sujeito enunciador*, utiliza-se de estratégias para reconstruir a imagem do produto anunciado. Nesse cenário, cabe ao analista do discurso elucidar as prováveis dimensões patêmicas presentes na *mise en scène* enunciativa, de acordo com o contrato de comunicação de referência.

Com este artigo, espera-se contribuir tanto para estudos de Análise do Discurso quanto para a construção do conhecimento crítico dos destinatários de anúncios publicitários.

¹ Pedro Sobreiro (17 de outubro de 2017). Qual a revista de maior circulação no Brasil? E no mundo? *Super Interessante*. Grupo Abril. Acesso em: 2 abr.2020.

1 A patemização (ou o aspecto patêmico) do discurso

Ao situar sua proposta de análise, Patrick Charaudeau (2010) evita usar o termo “emoção”, preferindo o termo *pathos* e os derivados *patêmico* e *patemização*, cerne deste artigo. Por um lado, a escolha terminológica permite ao linguista francês “inserir a análise do discurso das emoções na filiação da retórica que, desde Aristóteles, trata os discursos em uma perspectiva de visada e de efeitos”; por outro, permite-lhe “demarcar a análise do discurso”, distinguindo-a da psicologia e da sociologia (CHARAUDEAU, 2010, p. 35).

Para discorrer acerca do *pathos*, noção de que Charaudeau (2010) se utiliza, remonta-se à *Retórica*, de Aristóteles (2012). Na retórica aristotélica, os estudos do discurso argumentativo fundamentam-se, segundo o filósofo grego, em dois grupos de provas persuasivas: os *não artísticos* e os *artísticos*.

Os *meios de prova não artísticos* são construídos por intermédio da evidência de testemunhos ou de contratos escritos. Os *meios artísticos de prova*, que interessam ao presente artigo, relacionam-se diretamente aos meios de persuasão construídos pelo orador. Em sua obra, Aristóteles postula que o ato discursivo ocorre numa tríade relação entre *material linguístico*, *orador* e *auditório*. Propõe, assim, que os meios artísticos de prova sejam, metodológica e respectivamente, divididos em três categorias: o *logos*, o *ethos* e o *pathos*.

O *logos* é uma prova persuasiva correspondente ao conteúdo proposicional dos enunciados. Esse meio de prova diz respeito à produção, por intermédio da organização lógica do *material linguístico*, da convicção de verdade no auditório. Relaciona-se aos meios derivados de argumentos verdadeiros ou prováveis, referindo-se, portanto, ao domínio da razão.

O *ethos*, por sua vez, é um meio de prova que deriva do caráter do orador. Essa prova persuasiva corresponde a uma imagem de si que o orador produz em seu discurso, garantindo-lhe credibilidade (cf. EGGGS, 2005, p. 29) por intermédio de “virtudes intelectuais”, tais quais a razão (razoabilidade), a virtude (honestidade/sinceridade) e a benevolência (solidariedade).

O *pathos*, finalmente, é uma prova de persuasão voltada para o *auditório*, ou seja, os argumentos são apoiados nos sentimentos dos ouvintes, de tal modo que sua adesão às teses apresentadas pelo orador possa ocorrer mais facilmente. Na medida em que o propósito comunicativo, para além de

fazer saber o ponto de vista do orador, tem por objetivo *fazer gostar* e *fazer tocar* a afetividade do interlocutor, o *pathos* – assim como os demais – é um meio de prova indispensável no processo argumentativo (CHABROL, 2000, p. 112).

Aristóteles trata exclusivamente do *pathos* no segundo livro da *Retórica*, chamado, por alguns, de estudo das paixões. Em sua obra, Aristóteles deixa claro que o êxito no projeto de persuasão emerge da necessidade do *fazer sentir*. Segundo o estagirita

Obtém-se a persuasão nos ouvintes, quando o discurso os leva a sentir uma paixão, porque os juízos que proferimos variam, consoante experimentamos aflição ou alegria, amizade ou ódio. [...] é mesmo este o único fim a que visam os esforços dos autores atuais de artes oratórias. Trataremos, porém, minuciosamente de cada um destes pontos, quando falarmos das paixões (ARISTÓTELES, 2012, p. 33).

Nessa obra, Aristóteles propõe a análise detalhada de determinados sentimentos, bem como sua forma de ocorrência e em que tipos de interlocutores eles acontecem. Ao abordar a *compaixão*, por exemplo, o filósofo concebe esse sentimento como:

[...] uma espécie de pena causada por um mal aparente capaz de nos aniquilar ou afligir, que fere o homem que não merece ser ferido por ele, quando presumimos que também nós podemos sofrer, ou algum dos nossos, e principalmente quando nos ameaça de perto. (ARISTÓTELES, 2012, p. 118)

Para além da concepção de *compaixão*, Aristóteles (2012) explica as razões que possivelmente desencadeiam esse sentimento. Argumenta, nesse sentido, que as paixões “são as causas que introduzem mudanças em nossos juízos e que são seguidas de pena e de prazer, tais como a cólera, a *compaixão*, o termo e todas as outras emoções semelhantes, bem como seus contrários” (ARISTÓTELES, 2012, p. 97). O estagirita reconhece, assim, que o *pathos* é um outro importante componente no trabalho argumentativo, visando a conduzir a plateia ao “estado psicológico adequado” ao qual se propõe o projeto persuasivo.

Para assegurar a adesão do interlocutor a uma ideia, no entanto, é importante considerar a articulação entre o *pathos* e os demais meios de prova: o *ethos*, considerando-se as estratégias discursivas por meio das quais o sujeito enunciado idealizado é construído, passando, assim, a ser digno de

legitimidade e de credibilidade; e o *logos*, material de análise a partir do qual torna-se possível persuadir o destinatário.

Para a Teoria Semiolinguística do Discurso, o *pathos* diz respeito ao “objetivo persuasivo do evento enunciativo” (ALVES, 2016, p. 24). Para atingir esse objetivo, o *sujeito comunicante* (EUC), visando a influenciar o *sujeito interpretante* (TUI), lança mão de determinadas estratégias argumentativas, inserindo, em seu projeto de fala, “um conteúdo emocional, a partir do qual pretende causar um determinado estado no interlocutor” (ALVES, 2016, p. 24). Essas estratégias são estruturadas com base em dados conhecidos ou presumidos pelo sujeito enunciador, dados estes “passíveis de tocar [o interlocutor] em sua afetividade” (ALVES, 2016, p. 24).

Ao abordar as emoções no discurso, Charaudeau (2010) argumenta que sua proposta de análise não concebe a emoção como realidade manifesta, tendo em vista que sua teoria não dispõe dos meios metodológicos para isso. O professor propõe, desse modo, tratar a emoção como um *efeito visado* (ou *suposto*), perante o qual nunca se pode garantir um *efeito produzido*. Em sua concepção teórica, o linguista fala em *patemização*, processo discursivo por meio do qual se pode desencadear a emoção.

Discursivamente, a *patemização* pode ser tratada como uma categoria de efeito, em oposição a efeitos outros, como o cognitivo, o pragmático e o axiológico. Por exemplo, o enunciado “é necessário implodir o prédio”, proferido por um perito, terá um efeito cognitivo; para o responsável pela execução da tarefa, um efeito pragmático; no que se refere à lei, um efeito axiológico; e, no que diz respeito aos proprietários dos imóveis, um efeito patêmico.

Para Charaudeau, “a organização do universo patêmico depende da situação social e sociocultural na qual se inscreve a troca comunicativa” (CHARAUDEAU, 2010, p. 6). Pode-se afirmar, desse modo, que a *patemização* é dependente das circunstâncias em que surge, de maneira que deve ser abordada consoante a situação comunicativa, os saberes partilhados e as estratégias de enunciação.

2 A Semiolinguística do Discurso

Patrick Charaudeau posiciona-se, desde 1983, na linha de pesquisa Análise do Discurso por meio da Semiolinguística. A escolha terminológica dada por Charaudeau à sua linha teórica deve-se ao fato de sua forma de analisar discursos estar inserida em uma perspectiva pragmática, ligada a uma dimensão psicossocial.

Para explicar os pressupostos de sua teoria, o autor se vale do próprio nome dessa linha de pesquisa, separando a partícula *semio-* da palavra *linguística*. O termo “*semio-*” remete à relação entre a forma e o sentido, que está sempre sob a responsabilidade de um sujeito social, com um projeto de influência sobre o outro numa determinada situação comunicativa. O verbete “*linguística*”, por seu turno, é usado porque o objeto de análise tem caráter linguístico, ou seja, a forma, o material são as próprias línguas naturais.

Para a Semiolinguística do Discurso, o sentido nunca é dado antecipadamente: “é construído pela ação languageira do homem em situação de troca social”, sendo perceptível somente através das formas (CHARAUDEAU, 2007, p. 41). De acordo com o linguista, há uma relação mútua entre forma e sentido, de maneira que ambos estão imbricados numa relação de solidariedade recíproca (CHARAUDEAU, 2007, p. 41).

Acerca da mecânica de construção do sentido, Charaudeau (2007) postula que o sentido se constrói “ao término de um duplo processo de semiotização do mundo: de *transformação* e de *transação*” (CHARAUDEAU, 2007, p. 41). O processo de *transformação* parte de um “mundo a significar” (o mundo real), transformando-o em um “mundo significado” (o mundo textual) sob a ação de um sujeito falante (CHARAUDEAU, 2005, p. 14). Consoante o teórico francês, esse processo abrange categorias, compreendendo quatro tipos de operação de ordem languageira: *identificação*, *qualificação*, *ação* e *causação*.

A *identificação* é a operação em que os seres do mundo são transformados em “identidades nominais”, considerando-se que é necessário apreender os seres materiais ou ideais, reais ou imaginários, conceitualizá-los e nomeá-los, a fim de que se possa falar deles. A operação de *qualificação*, a seu turno, é caracterizada pela transformação dos seres do mundo em “identidades descritivas”, tendo em vista que esses seres têm propriedades,

características que, concomitantemente, os especificam e motivam sua maneira de ser.

Outra operação proposta por Charaudeau é a *ação*. Por meio dela, os seres do mundo são transformados em “identidades narrativas”, uma vez que agem ou sofrem a ação, conferindo-lhes uma razão de ser, ao fazer alguma coisa. A *causação*, por fim, é a operação em que a sucessão dos fatos do mundo é transformada em “relações de causalidade”, pois estes seres, com suas qualidades, agem ou sofrem a ação em razão de certos motivos que os inscrevem numa cadeia de causalidade (CHARAUDEAU, 2005, p. 14).

O *processo de transação*, de acordo com Charaudeau, “faz deste ‘mundo significado’ um objeto de troca com um outro sujeito, que desempenha o papel de destinatário desse objeto” (CHARAUDEAU, 2005, p. 14). O linguista francês postula que esse processo, mais vinculado ao objeto deste artigo, se realiza (cf. CHARAUDEAU, 2005, p. 15) de acordo com quatro princípios linguageiros, correlacionados à própria enunciação: *alteridade*, *influência*, *regulação* e *pertinência*.

O *princípio da alteridade* – também chamado por Charaudeau (2005) de *princípio da interação* – predica que todos os parceiros estão ligados por um *contrato de comunicação* que os intima ao reconhecimento e à aceitação recíproca de seus papéis comunicativos. De acordo com esse princípio, todo ato de linguagem é um fenômeno de troca entre dois parceiros (quer estejam diante um do outro ou não) que devem reconhecer-se como semelhantes e diferentes (CHARAUDEAU, 2005, p. 15).

São semelhantes porque, para a realização da troca linguageira, é necessário que tenham universos de referência (saberes compartilhados) e finalidades (motivações) comuns. Diferentes porque o outro só é perceptível e identificável na dissemelhança e porque “cada um desempenha um papel particular: de sujeito-emissor produtor de um ato de linguagem (o *sujeito comunicante*) e de sujeito receptor-interpretante deste ato de linguagem (o *sujeito interpretante*)” (CHARAUDEAU, 2005, p. 15, itálicos do autor).

Para Charaudeau, o *princípio da alteridade* implica, ao mesmo tempo, um reconhecimento – embora não simétrico – e uma legitimação mútuos dos parceiros da troca linguageira em seus papéis, sendo esta a condição necessária para que o ato de linguagem seja considerado válido (CHARAUDEAU, 2005, p. 15). O linguista francês afirma, assim, que esse

princípio da interação constitui o pilar do aspecto *contratual* de todo ato de comunicação.

O *princípio da pertinência* exige dois fatores: de um lado, que o interlocutor possa supor a existência de uma intencionalidade, que dará ao ato de linguagem sua motivação; de outro, que locutor e interlocutor possuam em comum um mínimo de dados que constituem esse ato, sob pena de não poderem efetuar a troca linguageira. Nessa esteira, é necessário que locutor e interlocutor possam reconhecer a existência de certos saberes sobre o mundo, valores atribuídos a estes saberes, bem como as normas que regulam os comportamentos sociais por meio de *rituais linguageiros*. Sem saberes compartilhados, não há possibilidade de estabelecer uma intercompreensão e, portanto, uma pertinência do ato de comunicação.

O *princípio da influência* predica que todo sujeito produtor de um ato de linguagem visa a um objetivo, ou seja, atingir o parceiro da troca linguageira, quer para fazê-lo agir, quer para afetá-lo emocionalmente ou mesmo para orientar seu pensamento (CHARAUDEAU, 2005, p. 15).

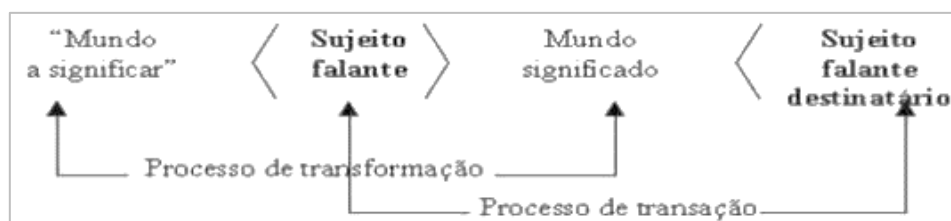
De acordo com esse princípio, cada um dos parceiros da troca linguageira busca formas de se conseguir adesão às teses apresentadas, segundo leis gerais, próprias dos processos argumentativos e persuasivos. Todo sujeito receptor-interpretante de um ato de linguagem tem, por conseguinte, ciência de que é alvo de influência, o que confere ao último a possibilidade de interação. Esse (re)conhecimento, no entanto, obriga os parceiros da troca a considerar as restrições que delimitam o exercício dessa influência (CHARAUDEAU, 2005, p. 15).

Estritamente relacionado ao princípio anterior, o *princípio da regulação* exige obediência às regras gerais de funcionamento da linguagem. Considerando-se a possibilidade de que qualquer objetivo de influência corresponda a uma contrainfluência, esse princípio postula que os parceiros sabem, consciente ou inconscientemente, a respeito do ato de linguagem da qual participam (CHARAUDEAU, 2005, p. 16).

É importante destacar que as operações do *processo de transformação* não se realizam de forma autônoma; antes, elas se efetuam sob o controle do *processo de transação* (CHARAUDEAU, 2005, p. 16). Isso significa dizer que, na dialética desse duplo processo, há uma relação de dependência do primeiro

em relação ao segundo, conferindo um sentido às operações, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1. Representação do duplo processo de semiotização do mundo



Fonte: Charaudeau (2005, p. 14).]

O postulado de que o *processo de transação* subordina o *processo de transformação* equivale à busca pelo conhecimento do sentido comunicativo dos fatos de linguagem, o que reflete uma mudança de orientação nos estudos linguísticos. Para além dessa relação de dependência, Charaudeau (2005) postula a indissociabilidade desses processos, construindo o que o linguista chama de *contrato de comunicação*.

Para Charaudeau, o *contrato de comunicação* “é constituído pelo conjunto de restrições que codificam as práticas sociolinguageiras e que resultam em condições de produção e interpretação (circunstâncias do discurso) do ato de linguagem” (CHARAUDEAU, 1983, p. 54). Trata-se, assim, de um conjunto de “regras” discursivas que determinam o que é e o que não é “permitido” no ato de produzir e de interpretar textos, sejam orais, sejam escritos.

O linguista francês aponta que todo ato de linguagem é dependente de um *contrato de comunicação* “que sobredetermina, em parte, os protagonistas da linguagem em sua dupla existência de sujeitos agentes e de sujeitos de fala” (CHARAUDEAU, 2008, p. 61). A noção contratual assenta no pressuposto de que “seres sociais pertencentes a um mesmo corpo social estabelecem uma relação de ‘convivência’ e de cumplicidade quanto ao uso dos elementos de comunicação” (PAULIUKONIS; GOUVÊA, 2012, p. 57). Por essa razão, esses seres utilizam – consciente ou inconscientemente – estratégias que colocam em cena suas intenções, podendo-se afirmar, assim, que todo ato de comunicação supõe um contrato social.

Com base em Charaudeau (2007, p. 68), pode-se dizer que o contrato é uma espécie de acordo prévio, sendo necessário, nesse quadro de referência, o “reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca linguageira”. Desse modo, o ato de comunicação somente é válido quando os parceiros se submetem a determinadas circunstâncias do discurso que lhes possibilite a identificação como verdadeiros parceiros da troca em que estão envolvidos: os *dados externos* e os *dados internos*.

Os *dados externos* configuram-se como o espaço da troca linguageira entre os protagonistas do *dizer* – *sujeito comunicante* e *sujeito interpretante*. Esses dados estão, assim, relacionados à situação de comunicação, que constitui “o quadro de referência ao qual se reportam os indivíduos quando iniciam uma comunicação” (CHARAUDEAU, 2007, p. 67).

No campo de uma prática social, os dados externos são constituídos, para além das regularidades de comportamento dos indivíduos que efetuam a troca linguageira, pelas “constantes que caracterizam essa troca e que permanecem estáveis por um determinado período” (CHARAUDEAU, 2007, p. 68). Essas características, próprias à situação de troca, são confirmadas por “discursos de representação”, responsáveis por lhes atribuir valor e, por conseguinte, determinar o quadro de referência em que os atos de linguagem fazem sentido (CHARAUDEAU, 2007, p. 68).

Os *dados internos* dizem respeito às restrições discursivas do ato de comunicação. Segundo o linguista francês

[...] trata-se de saber **como** devem ser os comportamentos dos parceiros da troca, suas maneiras de falar, os papéis linguageiros que devem assumir, as formas verbais (ou icônicas) que devem empregar, em função das instruções contidas nas restrições situacionais. (CHARAUDEAU, 2007, p. 70, grifo nosso).

Assim, a partir da percepção, da apreensão e do reconhecimento dos dados externos da situação de comunicação, os dados internos constituem “o conjunto dos comportamentos linguageiros esperados” (CHARAUDEAU, 2007, p. 70). Charaudeau (2005) ressalta, no entanto, que o contrato de comunicação não é algo pronto e definitivo que seja apenas executado pelos sujeitos. Embora seja possível definir as características gerais que diferenciam, por exemplo, o contrato propagandista do contrato do debate, as características concretas de cada contrato dependerão das condições específicas de sua realização. Ademais, ao propor um modelo de contrato

comunicativo, o linguista aponta a estruturação contratual em três níveis: o nível *situacional*, o *comunicacional* e o *discursivo*.

O nível *situacional*, ao mesmo tempo em que constitui o espaço de restrições do ato de comunicação, dá conta dos dados do espaço externo. É constituído pela finalidade do ato de linguagem, pela identidade dos parceiros, pelo domínio do saber e do dispositivo através das circunstâncias materiais da troca linguageira (CHARAUDEAU, 2005, p. 18).

O nível *comunicacional* é o lugar em que estão situadas determinadas maneiras de falar/escrever, em função dos dados do contexto situacional. O sujeito enunciador, correlativamente, pergunta-se sobre que “papéis linguageiros” deve assumir para justificar seu “direito à fala” (finalidade), que mostrem sua “identidade” e que lhe permitam tratar de um certo tema (proposição) em certas circunstâncias (dispositivos) (CHARAUDEAU, 2005, p. 19).

O nível *discursivo*, por sua vez, constitui o lugar de intervenção do sujeito comunicante, enquanto sujeito enunciador, devendo atender “às condições de *legitimidade* (princípio da alteridade), de *credibilidade* (princípio da pertinência) e *captação* (princípio de influência e de regulação), para realizar os ‘atos de discurso’ que resultarão em um texto” (CHARAUDEAU, 2005, p.19).

A *legitimidade* resulta, ao mesmo tempo, da adequação entre a posição social do sujeito comunicante, o ato de fala e a situação de troca linguageira, isto é, de normas que regem cada domínio da prática social (PAULIUKONIS et al, 2010). Relaciona-se ao reconhecimento mútuo dos parceiros, sendo fator determinante para a autoridade, a qual atribui ao sujeito comunicante o “direito à palavra”, fundador da legitimidade (CHARAUDEAU, 2009). É possível, por essa razão, considerá-la como uma condição externa ao sujeito.

As estratégias de legitimação surgem a partir da necessidade do enunciador em criar ou reforçar sua posição de legitimidade quando este tem dúvidas acerca do modo como o interlocutor percebe seu “direito à palavra”. Precisa, então, persuadir seu destinatário de que seu ato de fala e sua maneira de falar são condizentes com a posição conferida por seu *status* (CHARAUDEAU, 2009).

A *credibilidade*, a seu turno, resulta de uma avaliação feita pelo *sujeito interpretante* acerca do que o sujeito comunicante diz. Essa estratégia está relacionada ao *sujeito enunciador*, isto é, à imagem projetada pelo *sujeito comunicante*. Esta imagem, por sua vez, é recuperada pelo *sujeito*

interpretante por meio dos saberes implícitos e/ou compartilhados na troca linguageira (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

Ainda no que se refere à credibilidade, cabe destacar que essa estratégia discursiva está, muitas vezes, ligada à legitimidade. Não obstante essa ligação, a credibilidade leva o sujeito enunciador a não mais assegurar sua legitimidade, mas a *fazer crer* ao destinatário que aquilo que o EUE (*sujeito enunciador*) diz é “digno de fé” (CHARAUDEAU, 2009). Para o sujeito, portanto, a credibilidade consiste em “determinar uma posição de verdade, de maneira que ele possa ser levado a sério” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 143).

A *captação*, por fim, é uma condição que consiste em persuadir (fazer pensar recorrendo à razão) ou seduzir (fazer sentir recorrendo à emoção) o interlocutor, visando a provocar nele determinado estado emocional (PAULIUKONIS *et al*, 2010). As estratégias relacionadas a essa condição surgem quando o enunciador não está em posição de autoridade perante o interlocutor. Emergem, portanto, da necessidade de o sujeito assegurar-se de que sua intencionalidade será percebida pelo parceiro da troca.

Com o objetivo de captar seu destinatário, o enunciador pode assumir três tipos de atitudes discursivas: (i) uma *atitude polêmica*, em que o sujeito, buscando eliminar possíveis objeções apresentadas por outro(s), antecipa o questionamento acerca de determinados valores defendidos pelo interlocutor ou por terceiros; (ii) uma *atitude sedutora*, propondo ao interlocutor a construção de um imaginário que lhe possibilite atuar como herói beneficiário; e (iii) uma *atitude dramática*, em que o sujeito, por meio de relatos, refere-se a fatos relacionados aos dramas da vida, apoiando-se amplamente em valores afetivos socialmente compartilhados (CHARAUDEAU, 2009).

O contrato de comunicação engendra, por meio de suas instruções, uma identidade discursiva convencional, a qual está em conformidade com esse contrato. Define, no campo semiolinguístico, até onde os sujeitos da comunicação podem “ir” em sua atividade de codificação e de decodificação. Desse modo, para que um ato de comunicação seja válido, isto é, para que produza seu efeito de comunicação, realize sua transação, é preciso observar dois espaços: um *espaço de restrições* e um *espaço de estratégias*.

O *espaço de restrições* diz respeito ao conjunto de regras mínimas que devem ser observadas, sob pena de os parceiros não poderem se comunicar. Nesse sentido, Charaudeau afirma que a situação de comunicação é “um

palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico” (CHARAUDEAU, 2007, p. 67). Essas restrições são estabelecidas por meio de um “jogo de regulação das práticas sociais, instauradas pelos indivíduos que tentam viver em comunidade e pelos discursos de representação, produzidos para justificar e valorizar essas mesmas práticas” (CHARAUDEAU, 2007, p. 67). Para se comunicar, portanto, os indivíduos devem levar em conta os dados da situação de comunicação.

O *espaço de estratégias*, por sua vez, corresponde às escolhas possíveis – mesmo assim (cf. CHARAUDEAU, 2005, p. 18), “pré-determinadas” – à disposição dos sujeitos na *mise en scène* (encenação) do ato de linguagem, ou seja, às diferentes configurações discursivas das quais o sujeito comunicante dispõe para satisfazer as condições do contrato e realizar as intenções que lhes são próprias (CHARAUDEAU, 2005, p. 17). Considerando-se os princípios da regulação e da influência, os parceiros da troca comunicativa dispõem de uma determinada margem de manobra. Essa margem lhes permite empregar certas estratégias visando à persuasão do interlocutor acerca do que se diz.

3 O discurso propagandístico/publicitário

Os estudos de Vestergaard e Schröder (2000), acerca da linguagem da propaganda, apontam que a *propaganda* se faz presente em todos os momentos da vida em sociedade. Os autores, inicialmente, fazem uma distinção entre *propaganda não comercial* e *propaganda comercial*, cujas definições variam em função de seu propósito comunicativo.

A *propaganda não comercial* destina-se à “comunicação entre órgãos governamentais e cidadãos” ou a “apelos de associações e sociedades com finalidades caritativas ou políticas” (VESTERGAARD; SCHRÖDER, 2000, p. 1). A *propaganda comercial* triparte-se, por sua vez, em *publicidade de prestígio* ou *institucional*, *publicidade industrial* e *publicidade [voltada] ao consumidor*.

A *publicidade de prestígio* ou *institucional* destina-se ao anúncio do nome ou da imagem de uma instituição (VESTERGAARD; SCHRÖDER, 2000, p. 1). Pretende-se, nesse tipo publicidade, criar uma duradoura receptividade perante o público, de maneira que este adote uma atitude relativamente ao que se pode considerar uma indevida interferência governamental.

A *publicidade industrial* tem por objetivo anunciar produtos e/ou serviços entre empresas. É possível, por essa razão, conceber esse tipo de publicidade como uma forma de “comunicação entre iguais”. Desse modo, a publicidade industrial caracteriza-se por “dar maior ênfase às informações concretas do que aos elementos de persuasão” (VESTERGAARD; SCHRÖDER, 2000, p. 2).

A *publicidade ao consumidor*, foco deste artigo, destina-se à divulgação de informações com o objetivo de promover a venda de bens e/ou de serviços negociáveis (VESTERGAARD; SCHRÖDER, 2000, p. 2). Trata-se, segundo os autores, do tipo mais importante de publicidade, razão por que eles se propõem a investigar o modo como a linguagem é empregada para influenciar o interlocutor. Nessa situação de comunicação, os participantes – anunciante e consumidor – são desiguais no que se refere ao interesse e ao conhecimento acerca do produto anunciado.

Vestergaard e Schröder (2000) discorrem, ainda, sobre os anúncios de exibição. Com o propósito de despertar a atenção dos leitores, esses anúncios são colocados em destaque em jornais e revistas. São, em regra, divulgados por grandes empresas ou entidades, muitas vezes por intermédio de uma agência de publicidade. Dado o desejo/interesse pela coisa anunciada, esse tipo de anúncio, embora não se limite a promover vendas, visa à sua promoção. Por essa razão, é frequente a presença de elementos de persuasão (VESTERGAARD; SCHRÖDER, 2000, p. 2-3).

Com base em Charaudeau (2001 [1984], p. 99-103), o termo *propaganda* relaciona-se à veiculação de mensagem política, religiosa, ideológica, institucional ou comercial. Pode-se afirmar, nesse sentido, que a *propaganda* salienta valores éticos e culturais de uma sociedade. Difere da *publicidade* em razão de esta última se referir somente a mensagens com fins comerciais, no intuito de convencer ou seduzir o consumidor sem revelar as verdadeiras intenções.

Consoante o linguista francês, o discurso propagandístico – dentre os quais se destaca o publicitário – é definido como *incitação a fazer*. Enquanto um tipo de discurso definido de maneira ideal, o discurso propagandista concretiza-se por diferentes gêneros, variando em função da legitimidade da qual o sujeito enunciador goza, da natureza do objeto de busca e do lugar que se atribui ao sujeito influenciado.

Para Charaudeau, o discurso publicitário obedece a um “contrato de semiengodos”, tendo em vista que as instâncias de produção e de recepção conhecem mutuamente as intenções do jogo social (CHARAUDEAU, 2010, p. 4). Desenvolve-se, assim, em um dispositivo triangular, composto pelas instâncias “publicitária”, de “concorrência” (a outra marca) e “pública”.

A instância “publicitária” (sujeito anunciante), segundo Charaudeau (2010), tem sua legitimidade atribuída a partir de sua posição na economia de mercado. Obtém, desse modo, “o direito de vangloriar as qualidades de um produto em detrimento das qualidades dos produtos de seus concorrentes” (CHARAUDEAU, 2010, p. 4), apresentando-se, perante a instância receptora, como instância benfeitora.

As lições de Charaudeau (2010) também ensinam que, nesse dispositivo, o objeto de fala é duplo: de um lado, o anunciante apresenta o objeto de busca ideal, isto é, o sonho, o objetivo; de outro, o produto (ideia ou serviço) como o bem de consumo (solução). Nesse sentido, o produto é apresentado “como o único meio (auxiliar) para realizar o sonho” (CHARAUDEAU, 2010, p. 4).

Ainda no que se refere à tríade entre as instâncias, ao público é atribuído um duplo lugar: o *consumidor comprador potencial*, levado a *dever crer* que tem uma falta que só pode ser suprida pelo objeto, e o *consumidor efetivo da publicidade*, chamado a apreciar a encenação da instância “publicitária”, compactuando com esta. Suspende-se, portanto, o *dever crer* em proveito do *dever apreciar* (CHARAUDEAU, 2010, p. 4).

De acordo com Charaudeau (2010), a obediência do discurso publicitário ao contrato de semiengodos é proveniente da “idealidade individual”, da “superlatividade” e do “apelo à convivência”. Para o autor, esse contrato caracteriza-se pelo axioma “todo mundo sabe que o ‘fazer crer’ é apenas um ‘fazer crer’, mas desejaria, ao mesmo tempo, que fosse um ‘dever crer’” (CHARAUDEAU, 2010, p. 4), havendo, desse modo, uma relação de convivência entre essas instâncias.

Enquanto contrato de fala, o discurso publicitário está desvinculado de qualquer aspecto de manipulação. Numa situação em que o sujeito enunciador não está em posição de autoridade absoluta, isto é, quando o Eu precisa do Tu para realizar seu projeto de fala, é comum o emprego de estratégias de persuasão ou de sedução. Essas estratégias consistem em *fazer crer*, de maneira que este projeto seja compartilhado com o outro (CHARAUDEAU, 2010).

Não se pode relacionar, no entanto, o uso dessas estratégias com o ideário de manipulação. Primeiramente, porque o discurso publicitário é, em sua essência, um discurso de influência. Em segundo lugar, porque tais estratégias revelam as intenções do sujeito comunicante (publicista) para o outro. Em termos semiolinguísticos, a utilização de mecanismos suasórios nesse discurso “faz parte do jogo de regulação social” (CHARAUDEAU, 2010, p. 4).

Na instância publicitária, o sujeito visa à (re)construção da imagem do produto e do destinatário ideal. Faz, assim, uso de estratégias, desenvolvendo todo o empenho para persuadir o interlocutor a adquirir o produto anunciado (PAULIUKONIS, 2006).

4 Análise do anúncio publicitário

Apresenta-se, a seguir, o anúncio publicitário do néctar da marca **Fruthos**, integrante da linha de produtos do Grupo Schincariol, seguido da respectiva análise.

Figura 2 – Contracapa da Revista Veja, edição 2047, ano 41, nº 6, 13/02/2008



O néctar Fruthos foi lançado no ano de 2007, por intermédio de uma campanha publicitária desenvolvida pela Lew'Lara, uma das cinquenta maiores agências de publicidade do Brasil. Composta por dois anúncios televisivos e por seis anúncios impressos, a campanha foi veiculada pela

revista *Veja*, de onde se extraiu o anúncio publicitário impresso (cf. Anexo, figura A).

Embora a leitura do anúncio não se dê de forma linear, optou-se por iniciar a análise do anúncio pela linguagem verbal, parcela iniciada pelo segmento “Você quer saber quantas calorias perdeu virando a página desta revista? Nossa, você quer saber mesmo?”. Nesses enunciados interrogativos, o *sujeito enunciator* dirige-se ao *sujeito destinatário* explícita e diretamente por meio da forma pronominal “você”. Dado o caráter dêitico do termo, esse recurso revela a intencionalidade, isto é, a predisposição do enunciator para se comportar de maneira eficiente na atividade verbal. Objetiva-se, com isso, despertar, no interlocutor, a sensação de que a pergunta está sendo direcionada somente a este, visando à sua identificação com o produto.

Além disso, o publicitário emprega o procedimento argumentativo da interpelação. Trata-se, no contexto, de um recurso por meio do qual o enunciator não objetiva fazer um questionamento acerca da quantidade de calorias perdidas ao folhear as páginas da revista, mas *fazer saber* ao leitor a existência do néctar da marca, a fim de aguçar, ao menos aparentemente, a curiosidade do destinatário.

Ao interpelá-lo, o sujeito enunciator estabelece (cf. CHARAUDEAU, 2008, p. 75) uma relação de influência com o interlocutor, implicando este numa determinada reação. Nesta peça, esse comportamento é explícito, também, pelo uso das formas verbais “relaxa” e “toma”. Por meio da interpelação do anúncio publicitário, espera-se que o interlocutor se torne, de um lado, *consumidor efetivo da publicidade*; de outro, *consumidor comprador potencial* do produto anunciado (CHARAUDEAU, 2010).

O anúncio do néctar Fruthos está situado na contracapa da revista *Veja*. Desse modo, à proporção que as perguntas retóricas fortalecem a concepção de saúde, advinda das temáticas da qualidade de vida e da alimentação adequada e saudável. Discursivamente, esse recurso também visa a fazer com que os sujeitos interpretante e destinatário sintam emoções que os levem a aderir de maneira mais fácil à tese exposta, qual seja, de que é possível ser feliz e saudável ao mesmo tempo. Objetiva, assim, orientar e levar o destinatário do anúncio à aquisição do produto.

Nas perguntas, observa-se o processo de repetição por meio da utilização do ritornelo. Essa figura de linguagem é (cf. AZEVEDO; OLIVEIRA,

2005, p. 18) um recurso que contribui para a argumentatividade do texto, caracterizando-se pela “repetição de expressões ou enunciados integrais ou quase integrais”. No trecho “Você quer saber quantas calorias perdeu virando a página desta revista? Nossa, you want to know mesmo?”, a repetição da estrutura em destaque é um indício de que o sujeito comunicante visa não somente à intensificação do caráter retórico das perguntas, mas também o de reiterar um ideal proposto pelo publicista.

Ao reiterar sistemicamente a ação de “saber” ao sujeito destinatário, o sujeito enunciador cria um efeito de sentido característico de processos de repetição. Na peça publicitária, a ação de “saber” passa por uma ressignificação, tendo, para o enunciador, um sentido negativo, considerado a partir da asserção “O mundo tá ficando muito chato” e da forma verbal “Relaxa”, proferidas no decorrer da parcela verbal do anúncio.

No segmento interrogativo “Nossa, você quer saber mesmo?”, a interjeição destacada deixa entrever o sentimento de espanto/surpresa do enunciador. Juntamente com o recurso argumentativo da interpelação, esse vocábulo projeta o interlocutor para a cena enunciativa, convidando-o a responder ao questionamento. Pretende-se, com esses recursos, desencadear os efeitos patêmicos relacionados a comportamentos sociais que, ligados a imaginários sociodiscursivos, remetem ao **prazer**, à **felicidade** e à **saúde**.

O negrito é outro recurso utilizado na peça publicitária, podendo atrair a atenção do leitor. Salienta, na mente deste, não apenas a pergunta retórica, como também a marca e o *slogan* do produto, “**Direto da fruta**”. Nesta asserção, o sujeito “apaga” as marcas que explicitariam seu ponto de vista. Trata-se de um enunciado que se apresenta ao destinatário como uma verdade (aparentemente) objetiva, independentemente do posicionamento do enunciador.

Na continuação do texto, o trecho “O mundo tá ficando chato. Dá pra ser feliz e saudável ao mesmo tempo. Relaxa, toma um Fruthos” é apresentado em letras menores. Esse excerto contém palavras com alto teor patêmico. Destacam-se, por exemplo, os adjetivos “saudável” e “feliz”, palavras axiológicas que visam a desencadear emoções na instância da recepção. Nesse recorte, é bom realçar que esses termos axiológicos atribuem uma determinada característica ao objeto do anúncio, buscando desencadear

certos tipos de sentimentos no interlocutor, orientando-o, desse modo, ao consumo do produto.

Os adjetivos “saudável” e “feliz”, nesse sentido, são dotados de caráter eminentemente subjetivo. São termos recorrentes na linguagem publicitária, sendo usados como recurso argumentativo, exprimindo um julgamento subjetivo do locutor, com o qual ele se compromete. Por meio desses termos axiológicos, o publicitário (EUc), revestido da máscara do anunciante (EUe), compromete-se com a qualidade e/ou com a veracidade do conteúdo proposicional do enunciado. Considerando-se a produtividade desses termos avaliativos, tanto no contexto linguístico quanto na situação de comunicação, vale fazer referência a que essa é uma estratégia de patemização presente no anúncio em análise.

Também é digno de nota o seguinte raciocínio (r), que pode ser formulado pelo leitor: **Se** Fruthos proporciona sensações de saúde e de felicidade ao mesmo tempo, **então** pode ser ingerido sem preocupação ou estresse. A partir desse silogismo, é natural que o interlocutor consuma o néctar de fruta sem se preocupar com a quantidade de calorias que o produto contém, remetendo o sujeito interpretante ao ideário de uma alimentação adequada e saudável.

No enunciado “Relaxa, toma um Fruthos”, por meio de formas verbais no imperativo, o locutor aconselha (cf. CHARAUDEAU, 2010) um comportamento ao interlocutor, utilizado como estratégia para alcançar determinado efeito patemizante. A evocação da segunda pessoa do discurso resulta em um processo em que o sujeito enunciadador se dirige ao sujeito destinatário, a fim de gerar, no sujeito interpretante, mobilização por meio de um conselho ou sugestão.

Ainda sobre o enunciado “Relaxa, toma um Fruthos”, é possível analisar outros aspectos. Primeiramente, que a sentença, tomada em si mesma, pressupõe um interlocutor estressado, que precisa relaxar. Ademais, considerando-se a *mise en scène* em que o enunciado é produzido, é possível detectar a força de um conselho. Por meio dessa recomendação, o publicitário aconselha o destinatário da mensagem a relaxar, relaxamento este proporcionado pelo desfrutar do néctar. A intencionalidade discursiva direciona o destinatário a considerar o produto como saudável, de modo que possivelmente o produto seja adquirido.

Na sentença “Dá pra ser feliz e saudável ao mesmo tempo”, a fala do sujeito enunciador manifesta a terceira pessoa do discurso, situação em que o sujeito enunciador e o sujeito destinatário estão formalmente desligados do ato enunciativo. Em razão disso, a proposta emitida existe *de per se*, impondo-se aos interlocutores em seu modo de dizer. Adicionalmente, o segmento “O mundo tá ficando chato, dá para ser saudável e feliz ao mesmo tempo” refere-se ao excesso de preocupação/cuidado com o que comer, podendo vir a tornar o mundo chato e, por conseguinte, a tornar alguém infeliz.

Outra marca linguística a ser analisada é a logomarca “Fruthos”. Na parcela verbal, destaca-se, inicialmente, o termo “Fruthos”. Juntamente com o sintagma nominal “Direto da fruta”, esse verbete compõe a logomarca do produto.

Nesse contexto, chama-se a atenção para a etimologia da palavra “fruto”. Segundo Houaiss (2004), o verbete “fruto” surgiu, em nosso idioma, a partir da forma latina “fructus”, apresentando acepção de “produto, proveito, fruto”. O termo “fructus”, a seu turno, é oriundo da raiz “frug-”, da forma verbal “frui”, que significa “usar, aproveitar, desfrutar”. Na marca, o termo “Fruthos” remete a uma identificação com a natureza, com a simplicidade, relacionando-se à ideia de saudável.

Na imagem, a letra “T” da palavra “Fruthos” está grafada em formato maiúsculo. Ela representa o caule de uma árvore, ideia complementada pelas folhas verdes, localizadas na extremidade superior do caule. Na parte inferior, tem-se um traçado curvilíneo verde, que reforça a ideia de natureza, remetendo ao verde do campo.

É oportuno mencionar que o fato de o néctar vir “direto da fruta” – e ser, ao menos aparentemente, “saudável” – funciona como argumento para um raciocínio implícito (r’): **Se** Fruthos vem direto da fruta, **então** o interlocutor pode tomá-lo sem restrições ou, quando não, sem considerar a quantidade de calorias que o produto contém.

Vale destacar que as imagens que acompanham a sentença conferem significado ao conteúdo proposicional do enunciado. Assim, relativamente ao *design* da embalagem do néctar Fruthos (de 200 ml ou de 1 litro), esse envoltório graficamente representa a ideia de um caixote de madeira, remetendo ao transporte das frutas do campo à mesa da cidade. A ideia de

um *modus vivendi* campestre relaciona-se ao enunciado “Relaxa, toma um Fruthos”, fazendo alusão ao desfrute de uma vida simples e tranquila.

A embalagem do produto tem como fundo um campo verde e o céu azul. Percebe-se, também, a cor amadeirada, remetendo a uma caixa de transporte de frutas, contendo foto de laranjas inteiras com folhas nas hastes, bem como uma laranja cortada ao meio, com gotas de água.

A embalagem possui determinadas declarações, a saber: “néctar de laranja”, escrita com letras brancas e fundo laranja, remetendo a uma laranja, alimento *in natura*, isto é, vindo diretamente da natureza para a mesa do interlocutor; “rico em vitamina C”, na parte superior do envoltório; e “fonte de vitaminas B2 e C”. Todas elas remetem a possíveis atributos benéficos do produto. A menção a esses atributos são marcas que possivelmente tornam o produto mais atraente ao potencial consumidor, de modo que a publicidade proporciona maior destaque às características “positivas” do néctar. Busca-se, com isso, convencer o destinatário acerca das “vantagens” do produto.

Apresenta-se, a seguir, o quadro das marcas linguístico-discursivas que, na instância da recepção (*auditório*), integram o projeto de persuasão do anúncio publicitário impresso do néctar da marca Fruthos:

Quadro 1 – Dados da pesquisa

	PARCELA VERBAL	PARCELA NÃO VERBAL
PATHOS	<ul style="list-style-type: none"> • “você” (forma de tratamento, dêitico); • procedimento de interpelação (por meio de perguntas retóricas); • ritornelo (figura de repetição); • “nossa” (interjeição, revelando “espanto/surpresa” do locutor); • “Fruthos. Direto da fruta” (marca e <i>slogan</i>); • termos axiológicos, como “saudável” e “feliz”; • “Relaxa” e “toma” (formas verbais no imperativo); • Atributos possivelmente benéficos do produto, visando à sua superlativização: <ul style="list-style-type: none"> - “néctar de laranja”; - “rico em vitamina C”; e - “fonte de vitaminas B2 e C”. 	<ul style="list-style-type: none"> • negrito (nas perguntas retóricas como na marca e no <i>slogan</i> do produto, podendo atrair a atenção do leitor); • a letra “T” da palavra “Fruthos”, em alusão ao caule de uma árvore, ideia complementada pelas folhas verdes, localizadas na extremidade superior do caule; • embalagem que remete a um caixote de madeira (transporte das frutas do campo diretamente para a mesa do consumidor); • elementos imagéticos que remetem à natureza: <ul style="list-style-type: none"> - a cor verde, remetendo ao campo; - o azul, ao céu; - a cor laranja, remetendo a um alimento considerado “in natura”, vindo diretamente da natureza para a mesa do interlocutor; - laranjas inteiras com folhas nas hastes; e - laranja cortada ao meio com gotas de água, aludindo à recente colheita e ao frescor da fruta.

Considerações finais

A partir dos pressupostos da Teoria Semiolinguística do Discurso, buscou-se focar, neste artigo, o fenômeno da patemização. À luz desse quadro teórico, examinaram-se os recursos linguístico-discursivos empregados no anúncio publicitário do néctar Fruthos.

Apresentou-se a patemização como uma categoria de efeito, por meio da qual a emoção, concebida como um efeito visado (ou suposto), pode ser estabelecida por meio do discurso. Nos pressupostos teóricos, discorreu-se sobre o duplo processo de construção do sentido, engendrado na e pela linguagem. Ainda com base no aparato teórico da Semiolinguística, mostrou-se a noção de contrato de comunicação, responsável por reger a situação comunicativa entre os parceiros da troca linguageira.

No entrecruzamento com a patemização (ou o aspecto patêmico), abordou-se o discurso publicitário, argumentando-se que esse discurso é o espaço ideal para a utilização de estratégias persuasivas que visam a desencadear emoções no interlocutor. Salientou-se que, na instância publicitária, o sujeito enunciador não está em posição de autoridade, razão por que é frequente o emprego de estratégias que consistem em *fazer crer* [algo] ao interlocutor.

Na análise, propôs-se evidenciar, ainda que preliminarmente, as estratégias utilizadas pelo sujeito comunicante para persuadir o sujeito destinatário. Qualitativamente, constatou-se que o publicista – revestido da máscara de sujeito enunciador – (re)constrói discursivamente a imagem do produto anunciado. Ancorada no eixo da emoção (*pathos*), essa reconstrução visa a levar o interlocutor a aderir mais facilmente à tese apresentada no anúncio publicitário impresso.

Referências

ALVES, Giselle Maria Sarti Leal Muniz. Argumentação de emoções na publicidade impressa. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 11, p. 17-35, 2016. DOI <https://doi.org/10.17648/eidea-11-931>

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução: Tomás Calvo Martínez. Madrid: Gredos, 2012.

AZEVEDO, Melissa Carolina Herrera de; OLIVEIRA, Esther Gomes de. Mecanismos intensificadores no discurso publicitário. **Entretextos - Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem**, Londrina, v. 5, p. 9-20, 2005.

CHABROL, Charles. De l'impression des personnes à l'expression communicationnelle des émotions. In: PLANTIN, Christian et al. (org.). **Les émotions dans les interactions**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000. p. 105-124.

CHARAUDEAU, Patrick. **Langage et discours: éléments de sémiolinguistique**. Paris: Hachette, 1983.

CHARAUDEAU, Patrick. O discurso propagandista. Tradução: Ida Lúcia Machado et al. In: MARI, Hugo et al. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Núcleo de Análise do Discurso; FALE/UFMG, Belo Horizonte: 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (orgs.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005 [1995]. p. 11-27.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Tradução: Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (orgs.). **As emoções no discurso**. v. II. Campinas: Mercado das Letras, 2010. p. 23-56.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2004.

EGGS, Ekkehard. Ethos Aristotélico, Convicção e Pragmática Moderna. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-56.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. Estratégias argumentativas no discurso publicitário. *In*: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; SANTOS, Leonor Werneck (orgs.). **Estratégias de leitura: texto e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p. 117-130.


PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GOUVÊA, Lúcia Helena Martins; BARBISAN, Leci Borges; GIERING, Maria Eduarda; MONNERAT, Rosane Santos Mauro; GRAEFF, Telisa Furlanetto. Perspectivas discursivo-enunciativas de abordagem do texto. *In*: BENTES, Anna Cristina; LEITE, Marli Quadros (orgs.). **Linguística de Texto e Análise da Conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 171-224.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. Texto como discurso: uma visão semiolinguística. **Revista Desenredo**, v. 8, n. 1, 2012.

Os modalizadores orientando o enunciado de discentes do curso de secretariado executivo no gênero memorial


Francisca Janete da Silva Adelino

Professora Doutora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

 orcid.org/0000-0002-3804-8507


Jayne Silva de Oliveira Nelo

Bolsista de iniciação científica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

 orcid.org/0000-0002-6919-4996

Kátia Regina Gonçalves de Deus

Professora Mestre da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

 orcid.org/0000-0001-5816-0398

Resumo: Este artigo visa analisar os tipos de modalizadores que caracterizam o gênero memorial. Buscou-se mapear os tipos de modalizadores presentes no *corpus*; descrever os tipos de modalizadores; analisar o funcionamento argumentativo desse fenômeno no gênero em estudo; verificar os efeitos de sentido gerados nos enunciados; e identificar o estilo linguístico, a estrutura composicional e o conteúdo temático do gênero memorial. A pesquisa assume uma abordagem qualitativa, do tipo descritiva, interpretativa e documental, considerando a perspectiva teórica adotada. O *corpus* foi composto de seis memoriais produzidos por alunos do curso de Secretariado Executivo Bilingue da Universidade Federal da Paraíba. Os resultados comprovaram a presença de diversos tipos de modalizadores, destacando-se os delimitadores e os avaliativos, que funcionaram como estratégia argumentativa no gênero em estudo, visto que apresentaram uma maior relação com o estilo linguístico do gênero.

Palavras-chave: Argumentação. Modalização. Gênero Discursivo. Memorial.

Abstract: This article aims to analyze the types of modalizers that characterize the memorial genre. We sought to map the types of modalizers present in the *corpus*; describe the types of modalizers; analyze the argumentative functioning of this phenomenon in the genre under study; verify the effects of meaning generated in the statements; and to identify the linguistic style, compositional structure and thematic content of the memorial genre. The research takes a qualitative approach, and a descriptive, interpretative and documentary type, considering the theoretical perspective adopted. The *corpus* was composed of six memorials produced by students of Bilingual Executive Secretariat course at the Federal University of Paraíba. Results confirmed the presence of several types of modalizers, especially delimiters and evaluators ones, which worked as an argumentative strategy in the genre under study, since they presented a greater relationship with linguistic style of the genre.

Keywords: Argumentation. Modalization. Discursive genre. Memorial.

Introdução

O gênero discursivo memorial está presente na vida cotidiana da comunidade acadêmica, principalmente, dos discentes, os quais utilizam esse gênero para descrever as experiências, expressar as emoções, expectativas, objetivos, indignações, conquistas, reflexões acerca das disciplinas cursadas, participações em eventos e outras atividades, além de revelar as memórias, desde o ingresso à universidade até o término do curso. Desse modo, para redigir um memorial é necessário recorrer às suas regras gerais de produção, a sua especificidade e, principalmente, levar em consideração as normas estabelecidas pelas resoluções internas de cada curso.

Este trabalho faz parte de um projeto maior denominado “Fenômenos da Modalização em Gêneros Discursivos” (FEMGED), o qual está inserido no programa PIBIC/PIVIC, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob coordenação da orientadora deste artigo.

Levando em consideração a importância desse gênero no universo acadêmico, por este oportunizar às pessoas expressarem a construção de sua identidade, registrar emoções, descobertas, sucessos e insucessos que marcam uma trajetória em determinadas fases da vida acadêmica ou profissional, propusemo-nos a investigar o fenômeno da modalização, partindo da seguinte questão: Quais os tipos de modalizadores que são inerentes ao gênero discursivo memorial produzido por discentes do curso de Secretariado Executivo Bilíngue da UFPB?

Assim, neste recorte da pesquisa, objetivou-se analisar os tipos de modalizadores que caracterizam o gênero memorial, e, especificamente, mapear os tipos de modalizadores presentes no *corpus*; descrever os tipos de modalizadores; analisar o funcionamento argumentativo desse fenômeno no gênero em estudo; verificar os efeitos de sentido gerados nos enunciados; e identificar o estilo linguístico, a estrutura composicional e o conteúdo temático do gênero memorial.

Esta pesquisa se justifica pelo interesse de se investigar o fenômeno da modalização em um tipo de texto que é produzido por diversas áreas, sobretudo, a de Secretariado, visto que faz parte das atividades desses profissionais produzir diversos gêneros do contexto acadêmico e empresarial. Desse modo, acredita-se que este trabalho, além de contribuir com essa área

especificamente, também pode colaborar com a produção textual de outros profissionais.

Nesse contexto, tomou-se como base os estudos de Nascimento e Silva (2012), os quais conceituam a modalização como um fenômeno linguístico-discursivo, que não só revela a subjetividade do locutor, mas também indica o modo como o enunciado deve ser lido e compreendido pelo interlocutor. Além desses estudiosos, Cervoni (1989), Castilho e Castilho (2002) contribuíram para amparar a reflexão sobre a modalização. Já a teoria sobre gêneros discursivos foi tomada a partir de Bakhtin (2011), além de outros autores que abordam o memorial.

A metodologia adotada é de cunho qualitativo, do tipo descritivo, interpretativo e documental, considerando a perspectiva teórica adotada e os objetivos traçados. O *corpus* é composto de 06 (seis) memoriais produzidos por alunos do curso de Secretariado Executivo Bilíngue, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A análise do *corpus* foi compreendida à luz dos estudos sobre a modalização discursiva, a partir do modelo proposto por Nascimento e Silva (2012).

1 Gêneros Discursivos: algumas considerações sobre o Memorial

A noção de linguagem de Bakhtin (2011) é a de um fenômeno social, histórico e ideológico, que cresce, se desenvolve e se estabelece em um determinado campo. Em relação ao conceito de gênero, o referido autor afirma ser este um tipo relativamente estável de enunciado. De acordo com Bakhtin (2011), os gêneros discursivos caracterizam-se por serem heterogêneos; o que explica a infinidade de enunciados utilizados nas mais diversas situações comunicativas, como, por exemplo, o relato do dia a dia, a carta, documentos oficiais, manifestações publicísticas, manifestações científicas e todos os gêneros literários.

Além de investigar as circunstâncias e intenções da construção dos gêneros, Bakhtin (2011) apresenta três elementos que precisam ser observados na sua identificação: o conteúdo temático, o estilo linguístico e a estrutura composicional.

O conteúdo temático diz respeito ao tipo de informação veiculada no gênero e à intenção comunicativa – o querer dizer do locutor. Assim, cada

gênero é utilizado para tratar de um tema específico. Quanto ao estilo linguístico, este se refere aos recursos da língua, como, por exemplo, os recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais empregados em cada gênero. Para Bakhtin (2011, p. 283), “o estilo linguístico ou funcional nada mais é senão o estilo de um gênero peculiar a uma dada esfera da atividade e da comunicação humana”. Nesse sentido, Nascimento (2012, p. 24) destaca que:

[...] o estilo verbal de uma ata não é necessariamente o mesmo estilo verbal de um memorando ou de um ofício. Por servirem a propósitos comunicativos diferentes, o vocabulário, as expressões linguísticas, o nível de formalidade, a coordenação de frases e sentenças, tudo isso vai ser diferenciado de um gênero para outro.

Já a estrutura composicional está relacionada à forma do gênero. Bakhtin (2000, p. 301) afirma que “o intuito discursivo do locutor, sem que este renuncie a sua individualidade e à sua subjetividade, adapta-se e ajusta-se ao gênero escolhido, compõe-se e desenvolve-se na forma do gênero determinado”. O autor acrescenta ainda que todos os textos “dispõem de uma *forma padrão* e relativamente estável *de estruturação de um todo*”.

Em se tratando do memorial, este se caracteriza como um gênero discursivo de valor documental, que é produzido na esfera acadêmica com o propósito de historiar as experiências de docentes e discentes. Vale destacar que nesta pesquisa focou-se apenas nos memoriais escritos por discentes.

O memorial é considerado como uma espécie de diário. Sua tipologia é classificada como uma narrativa, que conta vivências e atribui as ações de personagens num determinado tempo e espaço (ARCOVERDE; ARCOVERDE, 2007). Assim, para Arcoverde e Arcoverde (2007), esse gênero “se insere como formas de dizer sócio historicamente cristalizadas, oriundas de necessidades produzidas em diferentes esferas da comunicação humana e tem circulado socialmente como prática de ensino-aprendizagem” (BAKHTIN, 1979 apud ARCOVERDE E ARCOVERDE, 2007, p. 2).

Considerando os critérios apresentados por Bakhtin (2011) para se definir um gênero, os quais compreendem o conteúdo temático, estilo linguístico e estrutura composicional, percebe-se que em relação ao primeiro elemento, o conteúdo temático, o memorial é utilizado para narrar toda uma trajetória de vida; e nos corpora analisados este foi utilizado para narrar a trajetória de vida acadêmica dos discentes. Assim, na produção desse gênero, o discente

discorre sobre o histórico do curso, as disciplinas cursadas, atividades curriculares e extracurriculares e faz uma autoavaliação do seu desempenho no curso. De um modo geral, o discente apresenta a sua biografia abrangendo desde a entrada na universidade até o término do curso, mostrando as conquistas, dificuldades e experiências e, além disso, descreve emoções, vitórias e fracassos de sua vivência, conforme comenta Arcoverde e Arcoverde (2007).

Sobre o estilo linguístico, Arcoverde e Arcoverde (2007) destacam que o memorial é uma narrativa. Em função disso, apresenta uma sequência de fatos que marcam um espaço de tempo e lugar, vivenciados em determinados momentos no decorrer da formação dos discentes. Assim, observa-se que o texto se apresenta na primeira pessoa do singular e marca a subjetividade dos autores, uma vez que enfatiza aspectos ligados a questões pessoais destes, tais como sentimentos, crenças e conquistas pessoais. Além disso, destaca-se também por apresentar um estilo informal, tendo em vista a maneira como as informações são relatadas pelos escritores.

Quanto à estrutura composicional, de acordo com Arcoverde e Arcoverde (2007), o memorial possui forma flexível, não seguindo um roteiro pré-definido e padrão, podendo ser elaborado livremente. No entanto, no que se refere aos memoriais produzidos pelos discentes do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal da Paraíba – UFPB – conforme a Resolução 01/2016, que orienta a produção de tal gênero, observa-se que esta estabelece alguns tipos de atividades que os discentes devem tomar como referência para discorrer o texto. Tais atividades estão relacionadas com o histórico do curso, disciplinas cursadas, atividades curriculares e extracurriculares e autoavaliação do desempenho do discente no curso. Assim, nesses casos especificamente, a estrutura composicional do gênero memorial se propõe a expor às vivências e experiências do discente no ensino, na pesquisa, na extensão, na produção intelectual e em outras atividades.

Feito isso, na seção seguinte, serão apresentadas algumas considerações sobre a modalização à luz de estudiosos que investigam esse fenômeno nas mais diversas categorias de gêneros discursivos dos universos acadêmicos e empresarial.

2 Modalidade/Modalização: alguns conceitos norteadores

Compreender a modalidade é um fator importante, pois muitos estudiosos afirmam que há, atualmente, uma grande dificuldade para se entender o que é este fenômeno. Cervoni (1989, p. 53) afirma que a conceituação mais geral de modalidade é “uma análise semântica que permite distinguir, no enunciado, um dito, que é o conteúdo proposicional, de uma modalidade”. Entretanto, o autor (1989, p. 63) não concorda com essa conceituação e se propõe a diferenciar o que ele denomina como “tipicamente modal” do “parcialmente modal”, e, além disso, pontua o que considera possível eliminar do campo das modalidades.

Nesse sentido, para o referido autor, tipicamente modal refere-se ao “núcleo duro”, ou seja, que é constituído pelas modalidades proposicionais e pelos auxiliares de modo. Já “parcialmente modal”, segundo o autor, trata-se da modalidade impura, a qual inclui “os casos em que a modalidade é implícita ou mesclada num mesmo lexema, num mesmo morfema, numa mesma expressão, a outros elementos da significação” (CERVONI, 1989, p. 68).

Alguns autores tratam modalidade e modalização com conceitos distintos, porém, aqui, estes são abordados como sinônimos, assim como propõem Castilho e Castilho (2002), que reconhecem que a distinção entre modalidade e modalização não é tão simples. Segundo estes autores:

[...] de qualquer forma há sempre uma avaliação prévia do falante sobre o conteúdo da proposição que ele vai veicular, decorrendo daqui suas decisões sobre afirmar, negar, interrogar, ordenar, permitir, expressar a certeza ou a dúvida sobre esse conteúdo etc. Por isso, resolvemos não distinguir modalidade de modalização e, neste texto, esses termos serão empregados sinonimamente (CASTILHO; CASTILHO, 2002, p. 201).

A esse respeito, Adelino (2016, p. 79) assevera que a “avaliação sobre o conteúdo é expressa também pela própria forma e escolha dos elementos linguísticos que compõem o conteúdo da proposição, em outras palavras, a avaliação reside na própria proposição”.

Para Nascimento e Silva (2012, p. 63), a modalização é conceituada como “uma estratégia semântico-argumentativa e pragmática, que se materializa em diferentes gêneros do discurso”. Os autores ainda complementam que a modalização se constitui como um “ato de fala particular”, que possibilita ao locutor deixar materializadas as suas intenções.

A partir dessa breve explanação, na próxima seção, serão apresentados os tipos de modalizadores, seguindo as categorias propostas por Nascimento e Silva (2012).

3 Tipos de Modalizadores

De acordo com Nascimento e Silva (2012, p. 80), os modalizadores são “elementos linguísticos que materializam, explicitamente, a modalização e se classificam de acordo com o tipo de modalização que expressam, nos enunciados e discursos em que aparecem”. Esses autores classificam os modalizadores em quatro categorias¹, a saber: modalizadores epistêmicos, deônticos, avaliativos e delimitadores. Vale ressaltar que essa classificação é feita a partir dos efeitos de sentido que esses elementos geram na enunciação.

Para Nascimento e Silva (2012), na modalização epistêmica o locutor indica o valor de verdade do enunciado e seu conhecimento sobre o conteúdo. Essa categoria divide-se em: *asseverativa*, *quase asseverativa* e *habilitativa*. A *asseverativa* ocorre quando o falante considera como certo o conteúdo do enunciado e apresenta um comprometimento em relação ao dito, além de assinalar o modo como ele quer que o interlocutor leia o enunciado.

Em relação a esse tipo de modalidade, Adelino e Nascimento (2019, p. 300) afirmam, com base nos achados da pesquisa que investiga o fenômeno da modalização no gênero Entrevista de Seleção de Emprego, que “esse tipo de modalizador foi empregado pelos locutores para, principalmente, imprimir asseveração ou noção de certeza, ou ainda para dar ideia de credibilidade ao dito, sempre comprometendo os locutores com relação ao conteúdo do enunciado”.

Quanto à modalização epistêmica quase-asseverativa, esta acontece quando o locutor apresenta o conteúdo do enunciado como algo incerto, uma hipótese a ser validada, logo, o falante não se responsabiliza pela veracidade do conteúdo proposicional. A esse respeito, Adelino e Nascimento (2018) constataram que:

¹ Nascimento e Silva (2012, p. 80) dividem a modalização em quatro tipos, essa divisão foi uma reformulação dos autores partindo da classificação adotada por Castilho e Castilho (2002).

[...] ao fazer uso desse subtipo de modalização epistêmica, o entrevistado e o entrevistador demonstram certo distanciamento em relação ao que apresentam em seus discursos. Percebemos que esse distanciamento fica marcado pela atenuação impressa no conteúdo da proposição, pela relativização da força da asserção e também pela isenção da responsabilidade com o dito. Ao usar essas estratégias, os locutores não se comprometem com o conteúdo enunciado e assim, apresentam a proposição em forma de hipótese que depende de confirmação (ADELINO; NASCIMENTO, 2018, p. 107).

Já na modalização epistêmica habilitativa, o locutor revela que algo ou alguém é capaz de efetuar uma ação, o que exige o conhecimento do falante. Nesse sentido, Adelino e Nascimento (2016, p. 173) destacam que essa categoria foi empregada no gênero Entrevista de Seleção de Emprego, quando os locutores “reconheciam que possuíam habilidade para assumir o conteúdo do enunciado pautado, sobretudo, no julgamento positivo a respeito do conhecimento que tinham para assumir o dito diante do interlocutor”.

Sobre a modalização deôntica, Nascimento e Silva (2012) apresentam esse tipo de recurso como uma estratégia argumentativa adotada pelo locutor para expressar uma avaliação sobre o caráter de obrigatoriedade, proibição, possibilidade e volição. A modalização deôntica de obrigatoriedade revela que o locutor imprime em seu discurso a obrigação dirigida a seu interlocutor, o qual deve obedecer ao conteúdo exposto.

A modalização deôntica de proibição mostra uma restrição feita pelo falante ao interlocutor, o qual deve considerar a proibição como uma ordem. Já a modalização deôntica de possibilidade, expressa uma proposição em que o conteúdo é facultativo, ou seja, o interlocutor tem a permissão para aceitar ou executar o que foi dito. Assim, o interlocutor poderá escolher sobre realizar ou não o ato proposto, pois não há obrigatoriedade nem proibição.

Na deôntica volitiva, o desejo ou a vontade do locutor é materializada pelo modalizador. Esse tipo de estratégia argumentativa, segundo investigação realizada por Adelino e Nascimento (2016, p. 175), revela “expressões empregadas quando os locutores sentem a necessidade de fazer um pedido e para expressar um desejo ou uma vontade. Ao empregar essa estratégia, os locutores deixam o discurso menos tenso”, e o que parece contribuir de modo positivo na interação entre locutor e interlocutor.

“A modalização avaliativa é aquela em que o locutor expõe um juízo de valor acerca do enunciado, sem que ele expresse caráter epistêmico ou

deôntico” (NASCIMENTO; SILVA, 2012, p. 93). Segundo os autores (2012), os modalizadores avaliativos, além de indicarem o ponto de vista do locutor, também direcionam como o interlocutor deve ler e compreender o enunciado.

Nessa mesma perspectiva, Adelino e Nascimento (2017, p. 33) descrevem o funcionamento linguístico-discursivo dos modalizadores avaliativos no gênero Entrevista de Seleção de Emprego, tomando esses elementos como mecanismos que materializam a argumentatividade no gênero. Nas análises empreendidas pelos autores, foram encontrados “adjetivos, advérbios, expressões adverbiais e orações adjetivas” funcionando como modalizadores avaliativos.

Além da modalização avaliativa, merece destaque também a modalização delimitadora. Segundo Nascimento e Silva (2012, p. 89), “a modalização delimitadora estabelece os limites dentro dos quais se deve considerar o conteúdo da proposição”. Possuindo um valor especificativo sobre o dito, este tipo de modalização estabelece a delimitação do enunciado, seja pelo tempo, espaço, ou por outras formas. Em estudos desenvolvidos por Adelino e Nascimento (2016, p. 175), esses modalizadores foram utilizados pelos locutores porque “apresentavam forte engajamento com o dito”, demonstrando comprometimento com o conteúdo do enunciado e estabelecendo negociações em relação as informações apresentadas, e, às vezes, estabelecendo os “limites e as condições sob as quais o enunciado deveria ser considerado”.

Para os autores, “[...] a estratégia de uso desse tipo de modalizador, na maioria das vezes, faz menção a uma restrição, isto é, os locutores delimitam o campo de atuação do enunciado [...]”. Esses modalizadores “foram mobilizados como recurso argumentativo, tendo em vista que o locutor precisa estabelecer um lugar discursivo para conseguir conduzir o diálogo com o interlocutor no ato interativo” (ADELINO; NASCIMENTO, 2016, p. 176).

4 Procedimentos Metodológicos

Nesta seção, relatam-se os procedimentos metodológicos que foram utilizados nesta pesquisa, tais como: a abordagem, o método empregado, o *corpus* da investigação e a base teórica adotada. Além disso, apresenta-se o processo de análise adotado.

Para atingir os objetivos de uma pesquisa, diversas estratégias podem ser utilizadas, sendo que a metodologia escolhida deve ser clara, tomando por base as condições específicas do problema a ser estudado (LAKATOS; MARCONI, 2003). Assim, de acordo com o objetivo geral traçado, esta pesquisa almeja analisar os tipos de modalizadores que caracterizam o gênero memorial.

Dessa forma, o estudo assume uma abordagem qualitativa, pois esse tipo de abordagem, segundo Godoy (1995), envolve a obtenção de dados descritivos sobre fenômenos, pessoas etc., sem necessariamente enumerar ou mensurar quantitativamente as características e comportamentos da situação em estudo. Ou seja, o foco desse tipo de pesquisa está na interpretação de fenômenos investigados, ao invés da quantificação.

Quanto aos fins, este estudo é do tipo descritivo, no qual o pesquisador registra e descreve características de determinado fenômeno (GIL, 2008). Nesta investigação serão descritos os tipos de modalizadores presentes no gênero memorial para análise e interpretação dos efeitos de sentido gerados nos enunciados.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, esta pesquisa pode ser conceituada como documental também, pois serão utilizados memoriais que ainda não receberam tratamento analítico (GIL, 2008).

A resenha teórica sobre modalização discursiva foi construída com base em Cervoni (1989), Castilho e Castilho (2002), Nascimento e Silva (2012), entre outros. Sobre a teoria dos gêneros discursivos foram adotados os pressupostos de Bakhtin (2011), além de outros autores que abordam o gênero memorial.

Vale ressaltar que esta pesquisa foi iniciada no projeto de iniciação científica no qual foram analisados 03 (três) memoriais e, posteriormente, decidiu-se ampliá-la para o trabalho de conclusão de curso, incluindo-se mais 03 (três) memoriais. Com isso, o *corpus* foi composto por 06 (seis) memoriais produzidos por alunos do curso de Secretariado Executivo Bilíngue da UFPB, durante os períodos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

Destaca-se ainda que a seleção desses textos se deu de forma aleatória, entre fevereiro de 2019 e abril de 2020, no entanto, decidiu-se escolher textos produzidos em períodos distintos, visando observar se havia alguma diferença com relação à construção posicional, conteúdo temático e estilo linguístico do

gênero. Além disso, os memoriais foram coletados através de buscas via rede mundial de computadores pelo *site* da Universidade Federal da Paraíba.

Logo após a seleção do *corpus*, dando continuidade à pesquisa, partiu-se para a fase do mapeamento e, na sequência, para a catalogação do objeto de estudo, separando-o por tipo, sob a orientação da professora coordenadora da pesquisa. Concluída essa etapa, iniciou-se as análises dos modalizadores, seguindo as categorias de análise propostas por Nascimento e Silva (2012).

5 A ocorrência dos modalizadores no gênero memorial

Nesta seção, apresenta-se a análise do *corpus*, a fim de expor como o fenômeno da modalização se instaura na argumentatividade de discentes ao produzir o gênero discursivo memorial. Vale lembrar que foram identificadas, nos 06 (seis) memoriais, 583 (quinhentos e oitenta e três) ocorrências de modalizadores no gênero. No entanto, foi feito um recorte de 20 (vinte) trechos dos memoriais catalogados para expor como esse fenômeno se materializa nesse gênero discursivo.

5.1 Ocorrência de Modalizadores Epistêmicos

Os modalizadores epistêmicos são utilizados para expressar valor de certeza do conteúdo. Conforme relatado na seção teórica, a modalização epistêmica subdivide-se em: asseverativa, quase-asseverativa e habilitativa. Esse fenômeno apareceu em 99 (noventa e nove) trechos do *corpus* investigado.

5.1.1 Modalizador epistêmico asseverativo

Os modalizadores asseverativos são utilizados pelo locutor para indicar uma avaliação pautada na certeza. Foram encontrados 54 (cinquenta e quatro) trechos no *corpus* estudado, conforme apresentam os recortes a seguir:

Trecho (MEA19)

Tratando-se da disciplina de Pesquisa Aplicada a Secretariado, afirmo que esta foi à base mais importante para todo o desenvolvimento acadêmico ao longo desses quatros anos e meio.

No trecho MEA19, ocorre uma modalização epistêmica asseverativa marcada pelo termo afirmo. Por meio deste, o locutor faz uma afirmação com base em suas vivências acadêmicas. Essa afirmação se dá no sentido de enfatizar o conhecimento adquirido na disciplina de Pesquisa Aplicada a Secretariado. Para esse locutor, a referida disciplina ofereceu uma base em seu “desenvolvimento acadêmico”, uma vez que essa disciplina tem como finalidade colocar em prática e ensinar os discentes sobre os tipos de pesquisa, métodos e metodologia, além de inseri-los no mundo da pesquisa. Dessa forma, ao representar o enunciado com certeza, o falante apresenta uma estratégia argumentativa acerca do valor da verdade (NASCIMENTO; SILVA, 2012).

Trecho (MEA24)

Neste período tivemos o primeiro contato com as disciplinas da área de exatas, através da disciplina de Matemática Elementar, **confesso** que tive um pouco de dificuldade nessa disciplina, uma vez que, não sou muito boa na área de exatas, mas consegui concluí-la com boas notas.

Nesse recorte do trecho MEA24 do memorial apresentado, percebe-se a ocorrência da modalização epistêmica asseverativa por meio da expressão confesso. Esse modalizador é utilizado para imprimir a certeza da dificuldade do locutor, uma vez que este não possui habilidades nas disciplinas da área de exatas e, em função disso, sentiu dificuldade ao cursar a disciplina de matemática elementar; além disso, nota-se que este modalizador possui uma dupla função, que ao dar a certeza também avalia o enunciado. Assim, a avaliação do locutor apresenta-se no sentido de seu reconhecimento com a dificuldade expressa.

Esse fenômeno ocorre quando o “modalizador ainda permite que o locutor se comprometa com o conteúdo dito, uma vez que o apresenta com o valor da verdade” (NASCIMENTO; SILVA, 2012, p. 81).

Trecho (MEA34)

A oportunidade de colocar em prática os conteúdos teóricos adquirido-estudados em sala de aula aplicou-se e desenvolveu as habilidades e competências a qual compete ao estagiário e futuro Profissional de Secretariado Executivo, de forma eficiente e eficaz, **sempre** visando o crescimento e sucesso da empresa/instituição e conseqüentemente o meu aperfeiçoamento profissional.

Neste trecho MEA34, a palavra sempre funciona como um modalizador epistêmico asseverativo. Ao expor aspectos ligados à importância do desenvolvimento do estágio na vida acadêmica do discente, o locutor expressa a certeza de que “sempre”, ou seja, a todo momento, durante a realização do seu estágio, objetivou o crescimento e sucesso da empresa e o seu aperfeiçoamento profissional. Dessa forma, “ao apresentar esse conteúdo como algo certo, o locutor imprime o modo como deseja que o interlocutor leia” (NASCIMENTO; SILVA, 2012, p. 81).

Trecho (MEA18)

Sabemos que o domínio de diferentes idiomas é um grande diferencial competitiva para os profissionais de Secretariado Executivo.

O trecho MEA18 apresenta uma modalização epistêmica asseverativa através do verbo saber, na forma: sabemos. Esse fenômeno ocorre, pois o locutor expressa uma certeza acerca do dito, o qual afirma que o domínio de diferentes idiomas traz um diferencial para profissionais de Secretariado Executivo, uma vez que o mercado de trabalho está em constante mudanças e procura profissionais que se qualifiquem de acordo com o mercado. Com isso, grandes empresários, buscam profissionais que possuem diferenciais positivos, além de desempenhar um ótimo trabalho e contribua para o crescimento organizacional.

5.1.2 Modalizador epistêmico quase-asseverativo

O modalizador epistêmico quase-asseverativo é utilizado para expressar uma hipótese na proposição. Desse modo, não é imprimido o conteúdo como afirmativo, mas como algo quase-certo. Esse modalizador apareceu em o8 (oito) trechos do corpus investigado, conforme podemos observar adiante:

Trecho (MEQA01)

A disciplina de Matemática Elementar serve como base nos conceitos matemáticos e de contabilidade empresarial, pois o graduando que pretende trabalhar em ambientes organizacionais precisa desses conhecimentos, pois **podem** ser responsáveis por transações, entre outros assuntos relacionados a parte financeira da empresa.

No trecho MEQA01, observa-se a ocorrência da modalização epistêmica quase-asseverativa marcada pela palavra podem. Esta foi utilizada pelo locutor para apresentar a possibilidade de atuação dos profissionais de Secretariado no setor financeiro das organizações, e, por isso, este é preparado através dos conhecimentos adquiridos na disciplina de matemática elementar, pois esse discente é preparado para atuar em diversos setores de uma empresa, dado que a grade curricular do curso é composta por várias áreas do conhecimento. Esse fato é apresentado como algo possível, visto que o locutor não pode se comprometer totalmente com o dito, uma vez que não tem certeza se isso ocorrerá na prática com todos os profissionais.

5.1.3 Modalizador epistêmica habilitativo

O modalizador epistêmico habilitativo ocorre quando o locutor expressa que algo ou alguém tem a capacidade de realizar algo. Esse subtipo de modalizador apareceu em 37 (trinta e sete) trechos dos memoriais analisados, como se pode observar na análise a seguir:

Trecho (MEH18)

Atuante como Diretora de Finanças pude perceber o quanto é importante ter alunos que busquem representar de forma significativa os demais alunos.

Neste trecho MEH18, percebe-se uma modalização epistêmica habilitativa marcada pelo verbo poder: pude. Este modalizador é utilizado para expressar a capacidade do locutor de realizar algo, que, neste caso, foi a percepção acerca da importância da representatividade estudantil no curso, através da diretoria de finanças do centro acadêmico. Observa-se que a “modalização epistêmica habilitativa possui, em sua base, o caráter epistêmico, uma vez que não se pode expressar que algo ou alguém é capaz de realizar algo sem que tenha conhecimento a esse respeito” (NASCIMENTO; SILVA, 2012, p. 82).

Trecho (MEH31)

A disciplina de Pesquisa Aplicada a Secretariado, estudamos o passo-a-passo da construção de um trabalho científico por meio de um projeto de pesquisa bibliográfica. Nesta disciplina pudemos praticar as normas técnicas da ABNT

que estudamos no primeiro período com a disciplina de Metodologia do Trabalho Científico.

No trecho MEH31, observa-se a presença da modalização epistêmica habilitativa através da expressão podemos. Inserida nesse contexto, essa expressão traz a ideia do aprendizado adquirido pelo locutor na disciplina de Pesquisa Aplicada a Secretariado, por meio da qual este foi capaz de praticar as normas e técnicas da ABNT, estudadas no primeiro período do curso. Dessa forma, o fenômeno da modalização identificado expressa a capacidade do falante em praticar as normas da ABNT na construção do trabalho científico.

Trecho (MEH11)

Ao fazer a matrícula online das disciplinas ao qual cursaria no primeiro semestre, me questionava sobre a importância e necessidade de algumas delas para o curso/área. Mas, somente na prática que **podemos** visualizar e compreendê-las melhor.

Neste trecho, observa-se a modalização epistêmica habilitativa marcada pela expressão podemos. Esse modalizador, imprime a ideia de que o locutor foi capaz de compreender na prática a importância de algumas disciplinas cursadas no primeiro semestre do curso, o primeiro semestre possui as disciplinas de Economia 1, Técnicas Secretariais 1, Metodologia do Trabalho Científico, Introdução a Sociologia e Introdução a Filosofia, esses questionamentos consiste nas disciplinas de Introdução a Filosofia e Introdução a Sociologia que são componentes curriculares que instigam-nos a compreender determinados fatores da sociedade e do “Eu” profissional. A capacidade de compreensão do locutor é expressa no enunciado porque ele tem conhecimento a respeito das disciplinas, já que este colocou-as em prática (NASCIMENTO; SILVA, 2012).

5.2 Ocorrência de Modalizadores Deonticos

A modalização deontica é utilizada para imprimir avaliação quanto ao caráter facultativo, proibitivo, volitivo ou de obrigatoriedade. Esse tipo de modalização apareceu em 33 (trinta e três) trechos, além disso, a modalização

deôntica se divide em quatro subtipos: modalizadores deôntico de obrigatoriedade, deôntico de proibição, deôntico de possibilidade e deôntico volitivo. Vale ressaltar, em relação à modalização deôntica de proibição, que não foi encontrado nenhum fenômeno desse tipo no *corpus* pesquisado. Essa categoria produz efeitos de sentidos diferentes, como se pode observar nos trechos a seguir.

5.2.1 Modalizador deôntico de obrigatoriedade

Nesse tipo de modalização, o locutor expressa o conteúdo do enunciado como algo obrigatório. Foram identificadas 23 (vinte e três) ocorrências, conforme observa-se a seguir:

Trecho (MDO12)

A disciplina de Psicologia das Relações Humanas nos ensina os princípios da psicologia e nos dá uma base de como devemos interagir com a sociedade, sendo uma peça importante do profissional de secretariado.

O trecho MDO12 apresenta o fenômeno da modalização deôntica de obrigatoriedade por meio da expressão devemos. A palavra em destaque apresenta-se com a ideia de “auto-obrigação” do locutor ao interagir com a sociedade, dado que o profissional de Secretariado é um agente mediador dentro uma empresa/organização, o qual deve estar sempre interagindo com a sociedade; os princípios dessa interação são adquiridos através da disciplina de psicologia das relações humanas. Dessa forma, o locutor apresenta no enunciado a obrigatoriedade dessa interação, entre o profissional de secretariado e a sociedade (NASCIMENTO; SILVA, 2012).

Trecho (MDO15)

A disciplina de Teorias de Administração I trouxe-nos um embasamento teórico a respeito das grandes corporações, ressaltada em meio a Revolução Industrial estas empresas cresceram de forma desorganizada, diante disso surgiu à necessidade de organizar, planejar e controlar a sua produtividade e conseqüentemente a competitividade.

No trecho MDO15, identifica-se a ocorrência da modalização deontica de obrigatoriedade, manifestada por meio do termo necessidade. A palavra em destaque expressa a ideia de que existe uma necessidade que precisa ser atendida, a qual está relacionada ao fato de que as organizações da atualidade precisam organizar, planejar e controlar a produtividade das empresas, as quais, após a revolução industrial, cresceram de forma desorganizada, situação evidenciada pela disciplina de teorias da administração I. Diante o exposto, percebe-se que a obrigatoriedade recai sobre as organizações, visto que são responsáveis por realizar e obedecer o conteúdo do enunciado (NASCIMENTO; SILVA, 2012).

Trecho (MDO20)

Na disciplina de Estágio Supervisionado I, aprendemos de maneira teórica sobre estágio, a disciplina serve como uma espécie de preparação para o estágio obrigatório que **deve** ser desenvolvido nas organizações, desenvolvemos também um projeto de estágio.

No trecho MDO20, observa-se a ocorrência de uma modalização deontica de obrigatoriedade, através do verbo dever, na forma deve. Ao utilizar esse modalizador, o locutor deixa claro para seu interlocutor a obrigatoriedade do desenvolvimento do estágio obrigatório nas organizações.

5.2.2 Modalizador deontico de possibilidade

A modalizador deontico de possibilidade é utilizado pelo locutor para expressar permissão ou algo facultativo na preposição. Foram encontradas 05 (cinco) ocorrências deste subtipo de modalizador no gênero memorial analisado, conforme o exemplo destacado na sequência.

Trecho (MDPo5)

Na disciplina de Relações Públicas, vimos aqui mais uma área afim a de Secretariado, está responsável pela comunicação interna da organização juntamente com os colaboradores, e de oferecer assessoria a imprensa. É rica esta disciplina na grade curricular do curso, pois é através dela que percebemos a grandiosidade de áreas e funções que o profissional de Secretariado pode desenvolver suas habilidades.

No trecho MDP05, observa-se a ocorrência da modalização deôntica de possibilidade, marcada pelo verbo poder, na forma pode. Esta foi utilizada pelo locutor para expressar uma permissão, a qual recai sobre o desenvolvimento das habilidades do profissional de Secretariado que é percebida ao estudar a disciplina de Relações Públicas, a qual aborda conteúdos ligados a comunicação. Diante do exposto, percebe-se que “o locutor responsável pelo enunciado não dá uma ordem, mas uma permissão para que o conteúdo do enunciado ocorra” (NASCIMENTO; SILVA, 2012, p. 85), e essa permissão é no sentido de indicar que é facultativo a esse profissional o desenvolvimento de habilidades no exercício de suas funções, ficando a seu critério essa decisão.

5.2.3 Modalizador deôntico volitivo

O modalizador deôntico volitivo é responsável por expressar o desejo ou a vontade do locutor no conteúdo da proposição. Esse subtipo de modalizador apareceu 05 (cinco) vezes no *corpus* analisado. A seguir, mostra-se a sua funcionalidade no gênero memorial.

Trecho (MDV04)

Quando foi disponibilizado o resultado da prova já estava decidida em relação ao curso que **queria** fazer, me inscrevi como primeira opção no curso de Secretariado Executivo.

No trecho MDV04, percebe-se que o verbo querer, na forma queria, atua sobre o enunciado: “me inscrevi como primeira opção no curso de Secretariado Executivo”. Ao fazer o uso desse modalizador, o locutor expressa um desejo, o qual está relacionado a sua vontade de estudar no curso de Secretariado Executivo. Assim, ocorre a modalização deôntica volitiva, pois o falante expressa o desejo ou vontade em ser aprovado no curso de Secretariado Executivo (NASCIMENTO; SILVA, 2012).

5.3 Ocorrências de Modalizador Avaliativo

O modalizador avaliativo é utilizado para expressar um juízo de valor ou avaliação sobre o conteúdo da proposição. Foram identificadas no *corpus* 217

(duzentos e dezessete) ocorrências desse tipo de modalizador. Os trechos a seguir apresentam seu funcionamento no gênero memorial.

Trecho (MA139)

Posso afirmar que a disciplina de Pesquisa Aplicada a Secretariado contribuiu **consideravelmente** para um desempenho satisfatório na vida acadêmica.

No trecho MA139, através da expressão consideravelmente, o falante emite uma avaliação a respeito do conteúdo do enunciado. A expressão em destaque revela o ponto de vista do falante sobre a relevante contribuição da disciplina de Pesquisa Aplicada a Secretariado em relação ao seu desempenho na vida acadêmica, uma vez que essa disciplina insere o discente no mundo da pesquisa e ensina metodologias e métodos para cada tipo de atividade científica.

Trecho (MA160)

Ao longo da minha trajetória acadêmica, posso afirmar que sempre busquei dar o meu melhor.

Nota-se no trecho MA160 uma modalização avaliativa na expressão meu melhor. Logo, ao utilizar esse modalizador, o locutor revela uma auto avaliação a respeito do seu desempenho no curso. Dessa forma, percebe-se que o falante indica seu ponto de vista sobre o dito no enunciado (NASCIMENTO; SILVA, 2012).

Trecho (MA191)

A partir do segundo período a disciplina de espanhol trouxe **grandes aprendizados**, apesar de que passamos por uma longa greve que nos limitou os estudos, mas ofereceu uma base de conhecimentos maravilhosa, no entanto me **apaixonei** pela disciplina.

O trecho MA191 apresenta uma avaliação positiva do locutor sobre o aprendizado adquirido na disciplina de Língua Espanhola 1, que este denomina de “espanhol”. Observa-se que essa avaliação é revelada pelo locutor por meio de duas expressões modalizadoras avaliativas: grandes aprendizados e apaixonei. Na primeira, a aprendizagem é vista como atingida em uma

proporção grande e a segunda revela o amor adquirido à “disciplina”. Ambas às expressões, indicam pontos de vista do locutor acerca da disciplina de Língua Espanhola I cursada durante a formação do aluno.

Trecho (MA215)

As disciplinas cursadas foram **essenciais** para o meu desenvolvimento acadêmico e servirão como base para toda a minha carreira.

O trecho MA215, apresenta o ponto de vista do locutor acerca das disciplinas cursadas durante a sua formação universitária. Percebe-se que o locutor faz uma avaliação positiva a respeito das disciplinas da grade curricular do curso de Secretariado Executivo Bilíngue, tal julgamento é materializado pela expressão essenciais. Observa-se que o locutor coloca um juízo de valor no seu desenvolvimento acadêmico que é proporcionado pelas disciplinas cursadas. Portanto, a expressão em destaque funciona no gênero memorial como um modalizador avaliativo.

5.4 Ocorrências de Modalizador Delimitador

O modalizador delimitador é responsável por apresentar limites no conteúdo da proposição. Foram identificadas 234 (duzentos e trinta e quatro) ocorrências desse tipo de modalizador no *corpus* estudado, conforme observa-se a seguir:

Trecho (MD121)

No **oitavo período** estudamos as seguintes disciplinas: 1 – Relações Públicas; 2 – Legislação Social e Direito do Trabalho; 3 – Estágio Supervisionado III; 4 – Redação Comercial em Espanhol; 5 – Comércio Exterior e 6 – Organização de Eventos.

No trecho MD119, observa-se que o locutor modaliza o enunciado com a expressão oitavo período. Através dessa escolha, o locutor assume que as disciplinas de Relações públicas, Legislação social e direito do trabalho, Estágio supervisionado II, Redação comercial em espanhol, Comercio exterior e Organização de eventos foram cursadas – no oitavo período, deixando de

lado, por exemplo, os outros períodos e as outras disciplinas que fazem parte da grade curricular do curso de Secretariado Executivo.

Nota-se que o locutor indica que tais disciplinas foram cursadas no oitavo período, não no sétimo, por exemplo.

Trecho (MD127)

As bolsas disponibilizadas pela instituição, foram muito importantes, para manter minhas despesas com **moradia e alimentação**, de modo a continuar na instituição e no curso.

No trecho MD127, percebe-se que o locutor modaliza o enunciado ao utilizar as expressões moradia e alimentação. Com essa escolha, o locutor assume que “as bolsas da instituição foram muito importantes e contribuíram para sua continuação na instituição”. Observa-se que o locutor estabelece limites sobre suas despesas, deixando de fora, por exemplo, a despesa com transporte, ou material para estudos. Em outras palavras, as bolsas cobriram apenas a “moradia” e a “alimentação”.

Trecho (MD149)

Ao fazer o Enem, já estava decidida que iria fazer um curso na **UFPB - Campus IV**, mas ainda estava indecisa em qual me inscrever.

Nesse trecho MD149, a expressão UFPB – Campus - IV funciona como modalizador delimitador, uma vez que o locutor deixa claro a instituição de ensino e o *campus*, no qual decidiu estudar após a realização e aprovação no ENEM, deixando de lado as outras instituições de ensino e/ou *campus*. Diante disso, o locutor “determina os limites que deve-se considerar o conteúdo no enunciado” (NASCIMENTO; SILVA, 2012, p. 93).

Conforme exposto anteriormente, no geral, foram catalogados 583 (quinhentos e oitenta e três) modalizadores no *corpus* investigado, contemplando diversos tipos e subtipos de modalizadores encontrados durante o mapeamento desse fenômeno. Esse total de modalizadores identificados no gênero memorial nos parece bastante representativo, principalmente no que se refere aos avaliativos e delimitadores, pois esses dois tipos se destacaram no *corpus* investigado.

O Quadro 1, a seguir, sumariza os achados dessa investigação em termos quantitativos, a respeito das ocorrências de tipos e subtipos de modalizadores que se materializaram nesse gênero do universo acadêmico, conforme se pode observar de forma mais clara.

Quadro 1 - Tipos de modalizadores identificados no corpus

Tipos	Subtipos	Ocorrência no gênero	Total por tipo
Epistêmico	Asseverativo	54	99
	Quase-asseverativo	08	
	Habilitativo	37	
Deôntico	Obrigatoriedade	23	33
	Possibilidade	05	
	Proibição	0	
	Volitivo	05	
Avaliativo	-	217	217
Delimitador	-	234	234
Total de modalizadores no corpus		583	

Fonte: Modalizadores catalogados no corpus.

Com base nas análises realizadas, constatou-se a presença significativa dos modalizadores no gênero analisado, revelando que o memorial se apresenta como um material rico referente às estratégias argumentativas – dos quais os delimitadores e os avaliativos destacam-se devido a quantidade de ocorrências no corpus investigado. Esse achado nos faz levantar a hipótese de que esses dois tipos de modalizadores são característicos do próprio gênero. Hipótese essa, que pode ser averiguada em outras pesquisas sobre esse mesmo gênero, com uma quantidade maior de memoriais produzidos por alunos não só desse curso (Secretariado Executivo Bilíngue), mas também por alunos de outros cursos.

Ademais, o modalizador delimitador, que apresentou 234 ocorrências, foi empregado para estabelecer limites dentro dos quais se deve considerar o conteúdo do enunciado. Nesse caso, observou-se que estes limites evidenciam determinadas questões que eram destacadas com o intuito de direcionar o modo como o discurso deve ser compreendido pelos interlocutores. Assim, há

um comprometimento parcial por parte do locutor com o que está sendo enunciado. Nos trechos catalogados, a modalização delimitadora surge através das seguintes expressões: “oitavo período”, “moradia e alimentação”, “UFPB – Campus IV”, etc.

Quanto ao modalizador avaliativo, que destacou-se com um total de 217 ocorrências, este foi usado pelo locutor para expressar um julgamento ou ponto de vista em relação ao discurso, assumindo uma posição de envolvimento com as memórias relatadas e também para determinar a forma como deseja que as suas memórias sejam compreendidas pelo interlocutor, nesse caso, professores responsáveis pela avaliação dos memoriais produzidos. Nos memoriais estudados, a modalização avaliativa aparece através de expressões como: “consideravelmente”, “muito difícil”, “meu melhor”, “grandes aprendizados”, “apaixonei”, “essenciais” etc.

Considerações finais

O intuito dessa pesquisa foi analisar os tipos de modalizadores que caracterizam o gênero memorial, e, especificamente, mapear os tipos de modalizadores, descrever os tipos de modalizadores, analisar o funcionamento argumentativo desse fenômeno no gênero em estudo, verificar os efeitos de sentido gerados nos enunciados e identificar o estilo linguístico, a estrutura composicional e o conteúdo temático do gênero memorial. Desse modo, constatou-se a existência de diversos tipos e subtipos de modalizadores no gênero discursivo memorial, os quais revelaram vários efeitos de sentido no gênero. Durante a análise realizada no *corpus*, o qual foi composto por 06 (seis) memoriais, foi notada uma maior ocorrência dos modalizadores delimitadores e avaliativos, os quais se constituem como característicos do referido gênero.

Em relação à modalização delimitadora, observou-se que esta foi mais utilizada quando o locutor demonstrava a necessidade de estabelecer limites no enunciado a respeito do período, lugar, experiências diversas e aspectos relacionados ao curso. Isso nos levou a entender que esses modalizadores, em função das propriedades e quantidades, se constituem como característico do gênero analisado, pois revela aspectos intrínsecos deste, uma vez que manifesta ações dos personagens narrados.

Sobre a modalização avaliativa, que se constituiu como segunda maior ocorrência no gênero, nota-se que o locutor a utiliza para revelar seu ponto de vista a respeito de diversas situações vivenciadas no decorrer do curso. Isso nos faz acreditar que a ocorrência desses modalizadores dá-se em função da natureza do próprio gênero, considerando que se trata de um gênero de valor documental e que é produzido na esfera acadêmica com o propósito de historiar as experiências de discentes. Assim, no relato de suas vivências, é comum os discentes expressarem seus julgamentos a respeito dos fatos.

Não foi constatado a ocorrência do fenômeno da modalização deontica de proibição no *corpus* analisados. Tem-se a hipótese que isto ocorre devido ao conteúdo temático do gênero em estudo, que é narrar toda a trajetória de vida, dado que, a modalização deontica de proibição expressa o conteúdo como algo proibido e não pode acontecer, dessa forma, parece que este fenômeno não é característico do gênero.

No que se refere ao fenômeno da modalização, as análises revelaram que os tipos que se constituem característicos do gênero discursivo memorial é a modalização delimitadora e a avaliativa, pois esses dois tipos representaram maior ocorrência no *corpus* estudado.

Em se tratando dos três elementos constitutivos do gênero, constatou-se sobre o primeiro elemento, o conteúdo temático, que o memorial é utilizado para narrar toda a trajetória de vida dos discentes, desde a sua entrada na universidade até o término do curso, mostrando conquistas, dificuldades e experiências. Em relação ao segundo elemento, o estilo linguístico, percebeu-se que o memorial, por ser uma narrativa, favorece a ocorrência da modalização; assim, este fenômeno parece se constituir como elemento do estilo linguístico do gênero, dado que apresenta o uso de diversos tipos de modalizadores, especialmente os avaliativos e os delimitadores.

Além disso, observou-se que os modalizadores delimitadores são utilizados no gênero para marcar as noções de espaço, tempo e lugar nos relatos; já os modalizadores avaliativos, são utilizados para evidenciar as vivências e experiências experimentadas em determinados momentos no decorrer da formação dos discentes. Sobre o último elemento, a estrutura composicional, o gênero possui forma flexível, não seguindo um roteiro pré-definido e padrão, podendo ser elaborado livremente. No entanto, em alguns

casos, essa produção é orientada por resoluções de cursos, como é o caso dos analisados nesta pesquisa.

Por fim, cabe ressaltar que as considerações apresentadas neste artigo não encerram os debates em torno do tema, por isso, sugere-se que sejam levantadas novas discussões que poderão gerar embasamento para outras pesquisas, uma vez que o gênero memorial possui outros modelos adotados por outros cursos, que poderão servir de *corpus* para análises futuras.

Referências

ADELINO, Francisca Janete da Silva. **Na trilha dos modalizadores: perscrutando os jogos argumentativos no gênero entrevista de seleção de emprego**. 332f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

ADELINO, Francisca Janete da Silva; NASCIMENTO, Eivaldo Pereira do. A modalização deôntica no gênero entrevista de emprego: estratégia semântico-argumentativa. **Revista Diálogo das Letras**, v. 6, n. 2, p. 460-480, 2017.

ADELINO, Francisca Janete da Silva; NASCIMENTO, Eivaldo Pereira do. O funcionamento semântico-argumentativo da modalização epistêmica quase-asseverativa. **Revista do GELNE**, Natal, v. 20, n. 2, p. 98-110, 2018.

ADELINO, Francisca Janete da Silva; NASCIMENTO, Eivaldo Pereira do. A modalização epistêmica asseverativa na construção argumentativa de entrevistas de seleção de emprego. **Revista Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 287-302, 2019.

ARCOVERDE, Maria Devanira de Lima; ARCOVERDE, Rossana Delmar de Lima. **Leitura, interpretação e produção textual**. Campina Grande; Natal: UEPB; UFRN, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução: Paulo Bezerra. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de; CASTILHO, Célia Maria Moraes de. Advérbios de Modalizadores. In: **Gramática do português falado**. Volume II: Níveis de análise linguística. 4. ed. Campinas: Ed.UNICAMP, 2002.

CERVONI, Jean. **A enunciação**. Tradução de: L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ática, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 4, p. 65-71, 1995.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas 2003.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. Os gêneros do discurso e os manuais da redação comercial e oficial. In: NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do (org.). **A argumentação na redação comercial e oficial**. João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 2012. p. 15-27.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; SILVA, Joseli Maria da. In: NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do (org.). **A argumentação na redação comercial e oficial**. João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 2012.


NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e Gramática**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

UFPB; CONSEPE. **Resolução nº 41/2006**. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Secretariado Executivo Bilíngue, do Centro de Ciências Aplicadas e Educação, Campus IV, Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Universidade Federal da Paraíba, 2006. Disponível em: sigarq.ufpb.br/arquivos/2015142019190310011568873c50140d/Resoluo_41_2006.htm
Acesso em: 15 jun 2020.

Argumentação implícita e multimodalidade em gêneros da instância midiática: contribuições para o ensino

Glacy Kelli Reis da Silva Xavier

Professora Doutora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

 orcid.org/0000-0002-2934-4734

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo principal investigar os recursos linguístico-discursivos e as estratégias da argumentação presentes em gêneros multimodais da instância midiática. A metodologia da pesquisa tem caráter teórico e aplicado. Como *corpus*, são utilizadas uma charge, uma peça publicitária e uma capa de revista. A base teórica principal será a Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, de Patrick Charaudeau (2008; 2016), em interface com a Argumentação no Discurso, de Ruth Amossy (2011; 2018), e com os estudos acerca da multimodalidade textual (DIONISIO, 2011; ROJO, 2012; ROJO; MOURA, 2019). Por meio da pesquisa, reforça-se a ideia de que, devido ao desenvolvimento da tecnologia e ao grande acesso ao “mundo” virtual, torna-se cada vez mais necessário o letramento (ou multiletramentos) para a leitura de textos multimodais, de modo que o indivíduo possa ampliar sua capacidade de compreender/interpretar o mundo ao redor e, conseqüentemente, possibilitar sua plena participação social.

Palavras-chave: Argumentação. Semiolinguística. Multimodalidade. Inferenciação.

Abstract: The present work aims to investigate linguistic-discursive resources and strategies of argumentation which emerge from multimodal texts of the media instance. The research methodology is essentially theoretical and applied. As a *corpus* of analysis, a cartoon, an advertisement, and a magazine cover are used. The main theoretical basis will be the Semiolinguistics Theory of Discourse Analysis, by Patrick Charaudeau (2008; 2016), in interface with the Argumentation in Discourse, by Ruth Amossy (2011; 2018), and with the studies about textual multimodality (DIONISIO, 2011; ROJO, 2012; ROJO; MOURA, 2019). Through research, it is reinforced that, due to the development of technology and the wide access to the virtual “world”, literacy (or multiliteracies) for reading multimodal texts becomes increasingly necessary, so that the people can broaden their ability to understand/interpret the surrounding world and, consequently, enable their active social participation.

Keywords: Argumentation. Semiolinguistics. Multimodality. Inferencing.

Palavras iniciais

Nos dias atuais, como aponta Dionísio (2011, p. 138), uma pessoa letrada deve ser “alguém capaz de atribuir sentidos a mensagens oriundas de múltiplas fontes de linguagem, bem como ser capaz de produzir mensagens, incorporando múltiplas fontes de linguagem”. É notório que nossos modos habituais de ler e interpretar um texto têm sido constantemente reelaborados. Por isso, a autora acrescenta que, embora já existam pesquisas bastante significativas no campo dos gêneros textuais no Brasil, a multimodalidade discursiva é uma área que necessita de investigações e atualizações (DIONÍSIO, 2011, p. 138).

Vivemos hoje, sem dúvida, em uma sociedade cada vez mais tecnológica. Conseqüentemente, por estarmos em uma era de “novos meios de comunicação”, para além dos modos linguísticos – a fala e a escrita –, temos de dar conta dos demais modos que estão a eles integrados e que se afiguram relevantes para o processo comunicativo, tais como som, imagem, gestos, imagens em movimento etc. (KRESS apud MARCUSCHI, 2011, p. 27).

A imagem, em especial, sempre fez e faz parte da vida do homem, seja em forma de fotografias, pinturas, desenhos ou mesmo rabiscos. As imagens podem ser portadoras de memórias, culturas e até mesmo tradições, ou seja, traduzem as representações sociais que circulam em determinado meio. A combinação entre imagem e palavra aumenta o potencial comunicativo de ambas, podendo uma reforçar o que diz a outra, dizer o que a outra não diz, ou mesmo desdizer o que é dito pela outra, criando diferentes efeitos de sentido (XAVIER, 2017, p. 1); e, por meio desses efeitos de sentido, muitas vezes, a argumentatividade é construída.

De acordo com Koch (1998, p. 28), a argumentatividade está inscrita na própria língua, pois, quando interagimos através da linguagem, temos sempre objetivos a serem atingidos: há relações que desejamos estabelecer, efeitos que esperamos causar, comportamentos que queremos suscitar, ou seja, pretendemos atuar sobre o outro de modo a desencadear determinadas reações, sejam elas verbais ou não verbais. Por isso, para analisar a argumentação produzida na/pela linguagem é preciso considerar a diversidade e o dinamismo provenientes das situações de uso da língua.

A mídia é uma ampla fonte de textos verbo-visuais com alta carga argumentativa. As *peças publicitárias*, sejam elas anúncios de revistas ou

comerciais de televisão, têm o objetivo de persuadir/seduzir o interlocutor a adquirir determinado produto ou serviço e, no caso de propagandas conscientizadoras, convencê-lo a agir de determinada maneira. As *charges* demonstram o ponto de vista do autor sobre determinado fato ou notícia, geralmente com teor crítico, tentando defender uma ideia. As *capas de jornais e revistas*, apesar de se dizerem “neutras”, muitas vezes demonstram a ideologia da redação e, indiretamente, expressam um juízo de valor. Por isso, exemplares desses três gêneros constituirão o *corpus* de análise deste artigo.

Sob essa perspectiva, o presente trabalho tem o principal objetivo de investigar os recursos linguístico-discursivos e as estratégias da argumentação presentes em diferentes gêneros multimodais da instância midiática. A pesquisa terá como base teórica principal a Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, de Patrick Charaudeau (2008; 2016), enfocando a dupla dimensão do fenômeno linguageiro (a interação explícito/implícito), o modo de organização argumentativo e a instância midiática. Além disso, serão considerados os trabalhos sobre a Argumentação no Discurso, de Ruth Amossy (2011; 2018), e os estudos acerca da multimodalidade textual, com base em Dionísio (2011), Rojo (2012) e Rojo e Moura (2012; 2019).

1 A argumentação como prática social

A argumentação é objeto de estudo desde a Antiguidade Clássica. Após terem sofrido certo descrédito, no final do século XIX – com a valorização do cientificismo e o declínio da retórica –, os estudos da argumentação voltaram a ganhar força a partir da segunda metade do século XX. No campo das ciências humanas, especificamente, como explica Plantin (2008, p. 16), a introdução da temática está relacionada, principalmente, às obras de Ducrot (1973) e de Anscrombre e Ducrot (1983), quando o conceito de argumentação passa a se voltar para uma reflexão sobre o sentido dos enunciados, levando-se em consideração a intenção linguística do enunciador.

Mais recentemente, pesquisas mostram que a argumentação é bem mais complexa do que uma simples ordenação de fatos, não se limitando aos aspectos linguísticos. Autores como Amossy (2011; 2018) e Charaudeau (2008; 2016), por exemplo, propõem que a argumentação seja estudada tanto pelo viés linguístico quanto pelo discursivo. Além da construção lógica, portanto, é preciso observar os elementos situacionais que envolvem o ato de linguagem,

como os parceiros envolvidos na troca e o contrato comunicativo que se instaura a partir de então. Nesse sentido, Amossy (2011, p. 132) afirma que tudo o que é elaborado na estratégia de persuasão deve ser considerado:

O discurso argumentativo não se desenrola no espaço abstrato da lógica pura, mas em uma situação de comunicação em que o locutor apresenta seu ponto de vista na língua natural com todos os seus recursos, que compreendem tanto o uso de conectores ou de dêiticos, quanto a pressuposição e o implícito, as marcas de estereotipia, a ambiguidade, a polissemia, a metáfora, a repetição, o ritmo. É na espessura da língua que se forma e se transmite a argumentação, e é através de seu uso que ela se instala: a argumentação, é preciso não esquecer, não é o emprego de um raciocínio que se basta por si só, mas uma troca atual ou virtual - entre dois ou mais parceiros que pretendem influenciar um ao outro.

Sobre esse aspecto, Menezes (2006, p. 87) explica que, ao argumentar, “estamos agindo sobre alguém, buscando inseri-lo em um quadro específico de crenças e convicções possíveis no interior de uma determinada comunidade de fala”. Portanto, a construção da argumentação consiste, para o sujeito argumentante, na utilização de diferentes procedimentos que vão servir para cumprir sua intenção de comunicação, em função da situação e de como este percebe o seu interlocutor.

Desse modo, para que haja argumentação, segundo Charaudeau (2008, p. 205), é necessário que exista uma *proposta sobre o mundo* (tese) que leve alguém a um questionamento; um sujeito (*sujeito argumentante*) que desenvolva um raciocínio para tentar estabelecer uma verdade com relação a essa proposta; um outro sujeito (*sujeito-alvo*) que constitui o alvo da argumentação. O sujeito que argumenta se dirige ao sujeito-alvo, sabendo que este pode aderir ou não à tese defendida.

A argumentação pode, então, ser considerada uma prática social intimamente ligada ao contexto de produção. Além do mais, se considerarmos que todo ato comunicativo tem o objetivo de “agir sobre o outro”, como aponta Charaudeau (2008), a argumentação é aspecto inerente à linguagem. Sob a mesma perspectiva, Amossy (2011, p. 129) afirma que “toda troca verbal repousa sobre um jogo de influências mútuas e sobre a tentativa, mais ou menos consciente e reconhecida, de usar a fala para agir sobre o outro”. A pesquisadora também ressalta que todo enunciado confirma, refuta, problematiza posições anteriores, sendo a argumentatividade – presente nos textos em maior ou menor grau – uma consequência, portanto, do dialogismo inerente ao discurso (AMOSSY, 2018, p. 42-43).

Dessa forma, tendo em vista a argumentação sob uma problemática da influência, Charaudeau (2016, p. 3) propõe que sejam observados quatro aspectos: o contrato comunicativo (“Como entrar em contato com o outro, através de qual relação?”); o *ethos* do argumentante (“Qual posição de autoridade adotar estando diante do outro”); o *pathos* (“Como tocar o outro?”); e a organização do discurso (“como organizar seu dizer de tal modo que ele esteja a serviço do processo de influência do sujeito?”). Logo, o ato argumentativo só terá validade se o efeito semântico produzido for coerente com a situação na qual a língua é empregada, considerando-se os parceiros da troca.

Por todos os aspectos elencados, o estudo da argumentação é sempre relevante e constitui um amplo campo de investigação, ainda mais se considerarmos que novos gêneros surgem a cada dia com a evolução tecnológica e que as relações sociais se modificam a partir daí. Quando falamos de ensino, a argumentação é assunto caro aos pesquisadores tanto da Educação Básica, que buscam aprimorar as aulas de produção textual e a preparação dos alunos para exames oficiais, quanto do Ensino Superior, que almejam que os alunos elaborem textos acadêmicos claros e eficientes. Em ambos os casos, o conhecimento sobre argumentação pode ajudar a formar cidadãos críticos, conscientes de seu papel na sociedade. Para isso, um importante aspecto a ser trabalhado com os alunos é a observação dos elementos implícitos da argumentação, não tão perceptíveis a um primeiro momento, como será explicado a seguir.

2 O ato de linguagem: entre o explícito e o implícito

Como foi delineado, todo ato de linguagem depende do ponto de vista dos sujeitos envolvidos na troca. A finalidade do ato de linguagem (tanto para o sujeito comunicante, quanto para o interpretante) não deve ser buscada apenas no enunciado em si, na superfície do texto, mas no “jogo” que será estabelecido entre este e seu sentido implícito. Portanto, o ato de linguagem possui uma dupla dimensão: o explícito e o implícito, indissociáveis.

O *explícito* está ligado ao jogo de reconhecimento morfossemântico construtor de sentido, ou seja, corresponde à simbolização referencial. O *implícito*, por outro lado, corresponde à significação e refere-se ao fato de discurso, ou seja, sua situação de emprego, e depende das circunstâncias de

discurso. Segundo Charaudeau (2008, p.27), é o sentido implícito que comanda o sentido explícito para constituir a significação de uma totalidade discursiva. Além disso, observa-se que a significação do ato de linguagem não é autônoma, pois depende de filtros de saberes que a constroem, e não decorre de uma única intencionalidade.

Voltando a falar de argumentação, podemos dizer que esta é uma característica básica do discurso. Como foi discutido no tópico anterior, todo discurso tem um viés argumentativo, seja ele mais explícito (como nos artigos de opinião, cartas do leitor, editoriais etc.) ou implícito. Baseando-se nos estudos de Amossy, Emediato (2013, p. 79) afirma que, em certos gêneros textuais, em especial os da instância midiática, a intenção argumentativa não é assumida pelo sujeito comunicante, sendo mascarada por operações apagamento enunciativo e de objetivação modal. Por isso, o autor sustenta que o jogo da argumentação não deve ser buscado apenas no que está explícito, mas em uma dimensão que comporta estratégias, nem sempre conscientes ou manipuladoras, pelas quais um sujeito deseja propor pontos de vista a seu interlocutor.

Amossy (2011, p. 131) propõe, então, a distinção entre a *intenção* e a *dimensão* argumentativa. Para a autora, os discursos com intenção argumentativa são aqueles em que a estratégia de persuasão é programada; consiste em uma empreitada de persuasão sustentada por uma intenção consciente (argumentação explícita). Já os discursos com dimensão argumentativa são aqueles em que a estratégia de persuasão é indireta; seria a tendência de todo discurso, ao orientar os modos de ver do(s) parceiro(s) (argumentação implícita). A argumentação, portanto, estaria presente, em menor ou maior grau, em todo ato comunicativo, seja em uma conversa por celular, em notícias, entrevistas ou mesmo em situações mais simples do dia a dia, como na elaboração de uma lista de compras (você deve decidir ou dizer para o outro o que deve ser comprado ou não).

Tal perspectiva de que a argumentatividade é intrínseca à linguagem humana tem origem nos trabalhos de Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre (1983). De acordo com esse modelo, quando um indivíduo produz um enunciado, já é possível, sobre essa base, antecipar o que ele vai dizer em seguida (orientação argumentativa do enunciado): “Ele é solteiro, logo... não é casado”. Assim, uma das noções basilares de toda a obra de Ducrot é a

pressuposição, cujo reconhecimento nos enunciados, segundo o autor, não está ligado a uma reflexão individual dos falantes, mas se inscreve na própria língua (DUCROT, 1987, p. 24).

Charaudeau (2008, p. 204), por sua vez, afirma que o aspecto argumentativo de um discurso se encontra frequentemente no que está implícito. Nesse jogo entre o explícito e o implícito, o sentido é construído, na maior parte das vezes, por meio de *inferências*. Fiorin (2016, p. 31) define inferência como

[...] a operação pela qual se admite como correta uma proposição em virtude de sua ligação (por implicação, por generalização ou mesmo, segundo alguns autores, por analogia) com outras proposições consideradas verdadeiras. O raciocínio inferencial pode estar ou não expresso integralmente no texto. Assim, o processo de leitura implica a realização de inferências. O texto diz mais do que aquilo que está anunciado: ele apresenta pressuposições, subentendidos, conseqüências não ditas etc. No processo argumentativo, usam-se inferências.

Em linhas gerais, o posto, o elemento que está claramente exposto na frase, está no âmbito do explícito; o pressuposto e o subentendido (as inferências) estão no campo do implícito. O pressuposto é o conteúdo implícito desencadeado pela formulação do enunciado, independente da situação da enunciação. O uso da pressuposição, como aponta Fiorin (2016, p. 37), é um forte recurso argumentativo, pois ele conduz o interlocutor a aceitar certas ideias do enunciador. Já o subentendido é uma informação cuja atualização depende da situação de comunicação. Por exemplo, o enunciado “Está chovendo demais”, dependendo da situação de comunicação, poderia produzir diferentes subentendidos: dito numa conversa entre dois viajantes num aeroporto, mostra a preocupação com a possibilidade de o voo atrasar-se; já dito por um juiz em meio a um jogo de futebol, demonstra sua intenção de interromper a partida (FIORIN, 2016, p. 15).

Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se dizer que, nos textos multimodais presentes na mídia, a argumentação implícita pode ser revelada por meio da análise tanto da parcela verbal, quanto da não verbal. O posto é representado por ambas as parcelas, responsáveis por produzir inferências. Novos significados também podem decorrer de sua conjugação e da relação estabelecida entre tais partes. Assim se constrói a argumentação nos textos multimodais, como será abordado no próximo tópico.

3 Argumentação e multimodalidade

Marcuschi (2008, p. 80) define texto como um evento comunicativo “construído numa orientação *multissistemas*”, que envolve tanto aspectos linguísticos como não linguísticos em seu processamento e que, por isso, torna-se, em geral, *multimodal*. A multimodalidade ocorre quando diferentes linguagens se misturam na produção e circulação dos textos. Como apontam Dionisio e Vasconcelos (2013, p. 19), a sociedade atual se constitui como “um grande ambiente multimodal, no qual palavras, imagens, sons, cores, músicas, aromas, movimentos variados, texturas, formas diversas se combinam e estruturam um grande mosaico multissemiótico”.

Vivemos em uma sociedade cada vez mais visual e, conseqüentemente, a multimodalidade é característica presente na maioria dos textos presentes na mídia. Com isso, as competências de leitura e produção de textos na atualidade precisam ser revistas, sendo necessário adotar uma visão ampliada de letramento, que englobe não apenas a compreensão do signo verbal. Conforme Dionisio (2011, p. 138), na sociedade contemporânea, “à prática de letramento da escrita, do signo verbal, deve ser incorporada a prática de letramento da imagem, do signo visual”, e, por isso, necessitamos falar em letramentos, no plural, já que a multimodalidade é um traço constitutivo do discurso oral e escrito.

Sobre esse aspecto, Rojo (2012), baseada nos trabalhos do Grupo de Nova Londres¹, propõe o uso do termo *multiletramentos*. Segundo a autora, esse novo conceito abrange tanto a multiplicidade cultural (multiculturalidade) característica das sociedades globalizadas, quanto a multiplicidade semiótica (multimodalidade) dos textos por meio dos quais a multiculturalidade se comunica e informa. Tal perspectiva traz em si a necessidade de novas práticas pedagógicas “além das da escrita manual (papel, pena, lápis, caneta, giz e lousa) e impressa (tipografia, imprensa)” – ou seja, novas práticas de produção e novas ferramentas – e, em acréscimo, a adoção de práticas que desenvolvam no aluno a análise crítica como receptor (ROJO, 2012, p. 13, 19).

¹ O Grupo de Nova Londres (GNL – *New London Group*) foi um grupo de pesquisadores ingleses, americanos e australianos que se reuniu, em 1996, na cidade de Nova Londres (Connecticut, EUA), para discutir as mudanças, então recentes, que estavam sofrendo os textos e, conseqüentemente, os letramentos. No grupo, havia pesquisadores como Bill Cope, Mary Kalantzis, Gunther Kress, James Paul Gee e Norman Fairclough (ROJO e MOURA, 2019, p. 19).

Ao se trabalhar nessa perspectiva, toma-se, portanto, uma visão ampliada de textos, voltada para uma análise do discurso crítica, que considera as multissemioses e o contexto cultural de produção. Nas palavras de Rojo e Moura (2012, p. 8):

Trabalhar com multiletramentos pode ou não envolver (normalmente envolverá) o uso de novas tecnologias de comunicação e de informação (“novos letramentos”), mas caracteriza-se como um trabalho que parte das culturas de referência do alunado (popular, local, de massa) e de gêneros, mídias e linguagens por eles conhecidos, para buscar um enfoque crítico, pluralista, ético e democrático — que envolva agência — de textos/discursos que ampliem o repertório cultural, na direção de outros letramentos [...].

Pensando na relação entre a multimodalidade e a argumentação, é possível dizer que, nos textos midiáticos, o uso de diferentes semioses, como som, imagens estáticas e/ou animadas, vídeos etc. pode configurar uma estratégia de captação do leitor. Charaudeau (2007, p. 87) destaca que a finalidade do contrato de comunicação midiática se encontra numa tensão entre a visada² de fazer saber (ou visada de informação), e a visada de fazer sentir (ou visada de captação). A visada de captação está sempre orientada para o parceiro da troca, ou seja, o sujeito destinatário.

Assim sendo, a argumentação envolve componentes não só racionalizantes (informação), como emocionais (captação por meio da sedução/persuasão do público-alvo). Segundo Plantin (2010, p. 57), o discurso argumentativo funda um “dever crer” e um “dever fazer”, mas é possível, da mesma forma, “argumentar emoções” (sentimentos, experiências, afetos, atitudes psicológicas), ou seja, “fundar, se não em razão, pelo menos por razões, um ‘dever experienciar’”. Com a evolução da tecnologia e do meio virtual, na instância midiática, a multimodalidade textual torna-se, pois, um aspecto que pode ampliar a participação do leitor, trazendo-o para “dentro” do texto, permitindo-lhe experienciar múltiplas sensações, fazendo, dessa

² De acordo com Charaudeau (2007, p. 69), numa problemática de influência, a finalidade de todo o ato de comunicação se manifesta em termos de *visadas*. O autor aponta que, no discurso midiático, geralmente aparecem quatro tipos de visadas, que podem se combinar: a *prescritiva*, que consiste em querer “fazer fazer” (levar o outro a agir de determinada maneira); a *informativa*, que consiste em querer “fazer saber” (transmitir um saber a quem se presume não possuí-lo); a *incitativa*, que consiste em querer “fazer crer” (levar o outro a pensar que o que está sendo dito é verdadeiro); a visada do *páthos* (captação/patemização), que consiste em “fazer sentir” (atrair a atenção do outro, provocando um estado emocional agradável ou desagradável).

maneira, emergirem efeitos de sentido diferentes do que haveria no texto puramente verbal.

Por esse motivo, nas aulas de língua portuguesa, faz-se cada vez mais necessário trabalhar sobre a perspectiva dos multiletramentos, pois, assim como Dionísio, Vasconcelos e Souza (2014, p. 41) indicam, trazer para o espaço escolar “uma diversidade de gêneros textuais em que ocorra uma combinação de recursos semióticos significa promover o desenvolvimento cognitivo de nossos aprendizes”. As autoras acrescentam que esse é, também, um grande desafio, se levarmos em consideração nossa formação docente, a rapidez dos avanços tecnológicos e a familiaridade dos nossos alunos com as mídias digitais.

Sob essa ótica, o próximo tópico fará uma breve análise de exemplares de textos multimodais presentes na mídia, sugerindo caminhos para um estudo da argumentação sob um viés crítico, que leva em consideração tanto a superfície linguística quanto os elementos ligados ao contexto situacional, sob uma perspectiva de multiletramentos.

4 A argumentação implícita na instância midiática

Multiletrar, segundo Dionísio, Vasconcelos e Souza (2014, p. 14), é “buscar desenvolver cognitivamente nossos alunos, uma vez que a nossa competência genérica se constrói e se atualiza através das linguagens que permeiam nossas formas de produzir textos”. Tal prática deve fazer parte das aulas de língua. Além disso, é preciso expandir o estudo da argumentação sob diferentes perspectivas, que não a canônica redação dissertativo-argumentativa; mais do que apenas trabalhar gêneros presentes na vida diária, com clara intenção argumentativa, como o artigo de opinião, a carta do leitor, a resenha crítica etc., propõe-se aqui que sejam abordados textos com dimensão argumentativa, em que o propósito de convencimento esteja mais no implícito.

Com vistas a fornecer subsídios ao professor para levar os alunos a aprimorarem sua capacidade leitora, baseando-se na fundamentação teórica apresentada até aqui, neste trabalho, três gêneros multimodais divulgados pela mídia serão analisados: a *charge*, gênero pertencente ao domínio jornalístico e vinculado ao “mundo” dos quadrinhos; o *anúncio publicitário*,

gênero atrelado ao domínio publicitário, especificamente aqui voltado para uma campanha conscientizadora; e a *capa de revista*, gênero também pertencente ao domínio jornalístico, capaz de veicular, de forma sintética, juízos de valor e opiniões a respeito de um assunto. Em todos os casos, tendo em vista o grande potencial argumentativo dos textos em tela, a tese principal pode ser inferida a partir dos efeitos de sentido criados pela relação do verbal com o não verbal, sendo este decisivo na construção dos argumentos, em sua maioria implícitos.

A seleção de *corpus* para essa pesquisa privilegiou o viés temático: os problemas trazidos para o meio ambiente por causa do uso de plásticos, mais especificamente, pelo uso dos canudos.

Segundo matéria do site “Cidades Inteligentes”³, empresas como *Starbucks*, *McDonald’s* e *Burger King*, em 2018, anunciaram a retirada dos canudos de seus estabelecimentos ou substituíram por outros de fontes biodegradáveis. Além disso, no mesmo ano, no município do Rio de Janeiro, foi aprovada uma lei (Lei nº 6.384, de 4 de julho de 2018) que proibiu canudos plásticos descartáveis, só permitindo os feitos de papel reciclável ou biodegradável. Na época, a lei causou polêmica entre os comerciantes e pesquisas mostraram que não foi adequadamente cumprida; por isso, uma nova lei foi sancionada no início de 2019 (Lei nº 6.458 de 8 de janeiro de 2019), dando prazos e regras para a migração para o novo modelo, revogando a lei anterior.

Pioneira na proibição, a cidade do Rio foi seguida por várias outras localidades. Algumas das principais cidades do país já sancionaram a lei e outras colocaram a pauta na discussão nas câmaras de vereadores. Consequentemente, na ocasião, o uso dos canudos – e sua recente proibição – tornou-se tema dos principais noticiários e, como todo assunto que gera discussão, virou alvo de *charges*.

A charge é “um texto verbo-visual (ou apenas visual) disposto em pequenos quadros, organizados ou não em sequência” (CARDOSO, 2018, n.p.). Um dos principais diferenciais da charge em relação aos demais gêneros opinativos é a realização da crítica em forma de humor e relacionada a uma situação específica e atual da sociedade; além disso, as charges são capazes de

³ Disponível em: <https://ci.eco.br/saiba-quais-as-cidades-que-ja-proibiram-o-canudo-plastico/>. Acesso em: 10 out. 2020.

transmitir múltiplas informações de maneira condensada (ROMUALDO, 2000, p. 17). Desse modo, apesar de aparentemente serem de fácil leitura, todos os mínimos detalhes contribuem para a construção do significado.

A primeira charge a ser analisada é da cartunista Maíra Colares, publicada em julho de 2018 em seu *blog* pessoal.

Figura 1 – Charge de Maíra Colares



Fonte: <https://mairacolares.blogspot.com/2018/07/canudo.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

Considerando a parcela visual, a charge da Figura 1 nos mostra uma imagem com dois rapazes que consomem vários alimentos que vêm em embalagens de plástico e descartam o lixo no chão. Há pacotes de biscoito, sacolas, garrafa pet, copos descartáveis etc. Existe ainda um balão de fala, trazendo a parte verbal. Um dos rapazes diz: “pelo menos nos livramos dos canudos”. Conjugando as duas semioses, pode-se inferir a tese subjacente: “de nada adianta proibir canudos e permitir o uso de outras embalagens de plástico que poluam o planeta”. Contribuem para a construção dos argumentos os seguintes aspectos: os rapazes estarem consumindo produtos comuns em nosso dia a dia; o fato de tais produtos virem em embalagens de plástico; os lixos jogados no chão (parcela não verbal). Uma segunda perspectiva é a crítica à falta de educação e consciência ambiental por parte dos consumidores. Nesse caso, defende-se que a proibição do uso dos canudos de plástico não é suficiente para resolver o problema da poluição, já a população não contribui com hábitos de prevenção.

Quanto à parcela verbal, a expressão “nos livramos dos canudos” é essencial para a construção do sentido, pois remete o interlocutor aos

noticiários sobre as leis de proibição de canudos que foram aprovadas em várias cidades do Brasil. Para isso, é necessário que o leitor ative seu conhecimento de mundo sobre as notícias recentes. Em somatória, a locução adverbial “pelo menos” corrobora a ideia apresentada nas imagens, pois dá uma ideia de limite: livramo-nos apenas dos canudos. A expressão ainda é quem carrega o tom de ironia típico das charges: os personagens estão hipocritamente felizes com a proibição dos canudos, mas continuam descartando outros dejetos que produzem sem consciência, ou seja, continuam no meio da poluição. Tal inscrição lembra a polêmica frase presente em memes, quando o país enfrentou uma grande crise econômica após o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff: “Pelo menos tiramos o PT”, como aparece na Figura 2, veiculada em 2017. Na imagem, aparece uma pessoa afundando no meio da areia movediça, mas feliz por ter tirado o partido do poder. Seria a mesma tônica.

Figura 2 - Meme



Fonte: <http://profpericles.blogspot.com/2017/09/pelo-menos-tiramos-o-pt.html>.

Acesso em: 10 out. 2020.

A Figura 3 é uma charge do cartunista José Ricardo, criada para o jornal capixaba “Aqui Notícias”, publicada em julho de 2018.

Figura 3 – Charge de José Ricardo



Fonte: www.aquinoicias.com/2018/07/charge-do-dia-23-07-2018/. Acesso em: 10 out. 2020.

Na imagem, temos um canudo de plástico, com as mãos para cima, em frente a um muro, sob um foco de luz, como se tivesse sido abordado pela polícia e “enquadrado” em flagrante. Ao lado esquerdo, há um balão de fala diferenciado, trazendo a ideia de uma voz enérgica ou vinda de algum dispositivo eletrônico, o que faz o leitor inferir que seja a voz de um policial. Do lado direito, há um balão simples denotando a resposta do canudo ao policial.

Na parcela verbal, temos a fala da polícia que diz: “Parado aí!” e “o senhor está preso”, reforçando a ideia apresentada na parcela visual. A frase “Canudo de plástico, o senhor está preso por crime contra o meio ambiente” também faz referência aos noticiários sobre as leis de proibição de canudos. Para a compreensão global da charge, é preciso ter a informação de que os canudos de plástico são considerados “vilões” por poluírem o meio ambiente. Por fim, a fala do canudo é o argumento central que fundamenta a tese implícita: “O criminoso que polui o meio ambiente não é o canudo, mas sim quem os utiliza”, imprimindo a ideia de responsabilidade social e da necessidade de educação ambiental, assim como na charge anterior.

Além das teses implícitas apresentadas, com relação à argumentatividade presente nas charges, Miani (2002, p. 11) aponta que o gênero se constitui como instrumento de persuasão, já que intervém “no processo de definições políticas e ideológicas do receptor, através da sedução pelo humor, criando um sentimento de adesão que pode culminar com um processo de mobilização”. Conseqüentemente, é possível dizer que, no universo da comunicação, a charge não pretende apenas distrair o leitor, mas,

além disso, “alertar, denunciar, coibir e levar à reflexão” (AGOSTINHO, 1993, p. 229).

A questão dos canudinhos também já foi tema de uma das propagandas conscientizadoras empreendidas pela Organização Não Governamental (ONG) internacional *Greenpeace*, como pode ser observado na Figura 4.

Figura 4 – Peça Publicitária do Greenpeace



Fonte: www.clubedecriacao.com.br/ultimas/dont-suck-the-life-from-our-oceans/.

Acesso em: 10 out. 2020.

De acordo com Sandmann (2007, p. 9), o termo “propaganda” vem do latim e significa aquilo “que deve ou precisa ser propagado”. Para o autor, o maior desafio da linguagem da propaganda é atrair a atenção do destinatário, para, posteriormente, convencê-lo ou levá-lo à ação. Por isso, o publicitário precisa ter uma criatividade incansável na busca de meios estilísticos que façam com que o leitor ou ouvinte preste atenção ao seu texto, chocando-o

até se for necessário (SANDMANN, 2007, p. 12). É o que Charaudeau (2004) denomina *estratégia de captação*.

A captação tem o objetivo de seduzir ou persuadir o parceiro da troca comunicativa, de tal modo que ela entre no quadro argumentativo do sujeito falante, e partilhe a intencionalidade, os valores e as emoções dos quais o ato comunicativo é portador (CHARAUDEAU, 1994, p. 40). Monnerat (2003, p. 15) afirma que “[a] publicidade é uma das várias forças de comunicação que deve levar o consumidor através de vários níveis (desconhecimento → conhecimento → compreensão → convicção → ação) ao objetivo visado”, que pode ser a compra de um produto, no caso de uma propaganda comercial, ou a mudança de comportamento, no caso de uma campanha conscientizadora.

Criada pela agência Canadense *Rethink*, a campanha em questão tinha o objetivo de levar as pessoas a refletirem e a diminuírem ou abandonarem o uso dos canudos de plástico. De forma criativa, a peça publicitária, apresentada na Figura 4, traz nas imagens a montagem de animais sendo, literalmente, sugados pelos canudos. A ilustração mostra um copo com gelo, sugerindo a bebida para a qual o canudo seria utilizado, e, dentro do copo, o animal sendo sugado pelo canudo. Daí depreende-se a tese subjacente: “ao usar canudos de plástico, você está ‘sugando’ a vida de vários animais”. A parte verbal, em inglês, traz a mensagem: “Não sugue a vida dos nossos oceanos” (*Don’t suck the life from our oceans*), reforçando a tese central. O verbo no imperativo faz com que o leitor se sinta responsável por proteger a vida nos oceanos e soa como um alerta. O verbal mostra ainda a logo do *Greenpeace* e a *hashtag* “#breakfreefromplastic” (livre-se do plástico), nome do movimento global contra a poluição por plásticos, do qual a instituição faz parte.

Por fim, na Figura 5, apresenta-se uma capa da revista *Galileu*, da Editora Globo, publicada em setembro de 2018. Essa revista mensal, voltada para o público jovem, aborda assuntos variados e tem como *slogan* a frase “A ciência ajuda você a mudar o mundo”. O periódico apresenta características semelhantes às da revista *SuperInteressante*, da Editora Abril.

De acordo com Viegas (2014, p. 1140), a capa é o primeiro elemento com que o leitor, possível comprador da revista, tem contato, e, por isso, uma boa imagem será sempre importante, tendo em vista que esta poderá prender ou

não a atenção do leitor. Além de atrair o leitor para comprar a revista ou jornal, as capas ainda têm o objetivo de informar o assunto e direcionar as opiniões a respeito. Com relação às capas e seu valor argumentativo, Viegas (2014, p. 1141) acrescenta que elas

representam a embalagem das notícias, formando antecipadamente a opinião dos leitores a respeito dos assuntos que serão abordados dentro da revista. Como grande parte do público leitor (leitor de banca) não tem acesso às reportagens anunciadas nas revistas de modo integral, a simples exposição dos elementos sónicos na capa transmite informações e direciona a interpretação dos fatos.

A capa em questão traz como matéria principal a mesma temática, como pode ser observado a seguir:

Figura 5 – Capa da revista Galileu



Fonte: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2018/08/canudos-plasticos-eles-foram-eleitos-viloes-mas-problema-vai-bem-alem.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

Na parte verbal da capa, em grande destaque, há a inscrição “Chupa, humanidade”. As letras enormes, em destaque, na mesma fonte, cor e formato do nome da revista (aspecto visual), substituem o ponto de exclamação e dão até maior ênfase do que este o faria. A palavra “chupa”, usada de modo bastante informal, adquire aqui duplo sentido. Primeiramente, refere-se ao ato de usar o canudo e “sugar” o líquido (sentido 1). Além disso, refere-se a uma gíria brasileira, usada em tom de deboche, que pode significar que a pessoa “se deu mal” e está em desvantagem em relação a algo; também

pode conotar que a pessoa agora vai sofrer as consequências de um ato que cometeu, assim como a expressão “Bem feito!” (sentido 2).

A imagem mostra uma pessoa com muitos canudos na boca. O grande número de canudos, assim como as letras grandes, além de chamar a atenção do leitor de imediato, por meio da quantificação, dá ênfase ao termo “chupa”, principalmente no sentido 1. A pessoa da foto aparece com os olhos arregalados, aparentando certo desconforto, e atribuindo um aspecto negativo ao ato de “chupar”, reforçando o sentido 2. Conjugando as parcelas verbal e visual, podemos inferir a tese implícita: “a humanidade usa tantos canudos (“chupa”, no sentido 1)”, que agora vai sofrer as consequências, pois prejudicou o meio ambiente (“chupa!”, no sentido 2)”.

Abaixo da manchete principal, há um subtítulo, que diz: “Canudos viraram vilões, mas o problema do plástico nos oceanos vai muito além. Como agir para diminuir a poluição que já atinge a água que tomamos?”. As palavras “vilões” e “problema” têm sentido negativo e, desse modo, reforçam o sentido 2 da manchete principal. Além disso, assim como na Figura 1, ampliam a informação, mostrando que, apesar das discussões, o canudo sozinho não é responsável por toda a poluição, ou seja, “o problema do plástico nos oceanos vai muito além” e está principalmente ligado à ação humana. Finalmente, termina com uma pergunta, oferecendo ao leitor a oportunidade de saber “como agir”. A pergunta é um convite ao interlocutor para comprar a revista e descobrir a resposta (estratégia de captação).

Após observar os gêneros apresentados e verificar sua carga argumentativa, não podemos negar a imensa força que exercem os meios de comunicação em massa e os gêneros deles decorrentes na formação da opinião pública, agindo fortemente em todas as esferas sociais. É possível levar tais textos para a sala de aula, inicialmente verificando as primeiras impressões dos alunos para, posteriormente, conduzi-los com questões que os façam refletir sobre as diferentes estratégias argumentativas, sejam elas explícitas ou implícitas, e desvendar as informações que emanam da relação entre as diferentes semioses do texto multimodal. Além disso, não se deve perder de vista o contexto situacional e as representações sociais e culturais subjacentes ao discurso empregado. Enfim, abordar com os alunos a argumentação implícita nos gêneros da instância midiática é extremamente importante, tendo em vista a formação de leitores autônomos, críticos, que

não serão facilmente manipulados pela grande carga de informações que recebem diariamente.

Considerações finais

O principal objetivo deste artigo foi investigar os recursos linguístico-discursivos e as estratégias da argumentação que subjazem da relação entre a parcela verbal e não verbal em diferentes gêneros multimodais presentes na mídia, analisando charges, uma peça publicitária e uma capa de revista. Parte-se do princípio de que, nesses textos, a argumentação e, conseqüentemente, a tese principal encontram-se primordialmente no âmbito do implícito e que, para trazê-las à tona, é necessário analisar o que está explícito tanto na parte verbal quanto na não verbal. Além disso, é preciso considerar que novos significados também podem decorrer de sua conjugação e da relação estabelecida entre as duas semioses.

O estudo de tais gêneros sob o viés argumentativo torna possível verificar como se integram as diferentes linguagens que um texto oferece (verbal, visual etc.), e até que ponto a mensagem implícita pode influenciar o comportamento do indivíduo diante do mundo. Na escola, o trabalho com gêneros do domínio midiático também pode, com efeito, tornar-se um ponto de partida para o desenvolvimento de uma consciência crítica, principalmente com relação àqueles que levam ao consumo e à tomada de decisão.

Acredita-se que este é um estudo que possa ser compartilhado com a comunidade acadêmica, de modo a fomentar novas discussões e novas pesquisas a esse respeito; e com professores da Educação Básica, com o intuito de promover um movimento de troca de experiências, ampliando, assim, as possibilidades de trabalho com a leitura e a produção textual de textos argumentativos e/ou multimodais na escola.

Referências

AGOSTINHO, Aucione Torres. **A charge**. Tese (Doutorado em Artes) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

AMOSSY, Ruth. *Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares*. Tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. **EID&A** -

Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, nov.2011.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Coordenação da tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. Tradução: Angela M. S. Corrêa et al. São Paulo: Contexto, 2018.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **L'argumentation dans la langue**. Bruxelles: Mardaga, 1983.

CARDOSO, Eveline. A charge em perspectiva semiolinguística: quadrinhos traduzindo o acontecimento midiático. In: JORNADAS INTERNACIONAIS DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS, 5, 2018, São Paulo. **Anais Eletrônicos [...]**. São Paulo: USP, 2018. Disponível em: encurtador.com.br/fjsvG. Acesso em: 10 out. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. Le discours publicitaire, genre discursif. **Revue Mscope**, n. 8, p. 34-44, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick. A argumentação talvez não seja o que parece ser. Tradução: Maria Eduarda Giering. In: GIERING, Maria Eduarda; TEIXEIRA, Marlene. **Investigando a linguagem em uso: estudos em linguística aplicada**. São Leopoldo: Ed.Unisinos, 2004. p. 33-44.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Tradução: Angela M. S. Corrêa et al. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. A argumentação em uma problemática da influência. Tradução: Maria Aparecida Lino Pauliukonis. **ReVEL**, v. 14, n. 12, p. 8-30, 2016. Disponível em: <http://www.revel.inf.br>. Acesso em: 10 out. 2020.

DIONISIO, Ângela Paiva. Gêneros textuais e multimodalidade. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karin S. (orgs.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 4.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 137-152.

DIONISIO, Angela Paiva; VASCONCELOS, Leila Janot de. Multimodalidade, gênero textual e leitura. In: BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (orgs.). **Múltiplas linguagens para o ensino médio**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 19-42.

DIONISIO, Angela Paiva; VASCONCELOS, Leila Janot de; SOUZA, Maria Medianeira de. **Multimodalidades e leituras: funcionamento cognitivo, recursos semióticos, convenções visuais**. Recife: Pipa Comunicação, 2014.

DUCROT, Oswald. **La preuve et le dire: langage et logique**. Paris: Maison Mame, 1973.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Tradução: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

EMEDIATO, Wander. A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa. In: EMEDIATO, Wander. (org.). **A Construção da opinião na mídia**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013. p. 69-103.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.

KOCH, Ingedore Villaça G. **A inter-ação pela linguagem**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karin S. (orgs.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 4.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 17-31.

MENEZES, William Augusto. Estratégias discursivas e argumentação. In: LARA, Gláucia Proença (org.). **Lingua(gem), texto, discurso: entre a reflexão e a prática**, v.1. Rio de Janeiro: Lucena: Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006. p. 87-105.

MIANI, Rozinaldo Antonio. A Charge na Imprensa Sindical: uma iconografia do mundo do trabalho. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXV, 2002, Salvador, BA. **Anais [...]**. Salvador: INTERCOM, 2002.

MONNERAT, Rosane Santos Mauro. **A publicidade pelo avesso**. Niterói: EdUFF, 2003.

PLANTIN, Christian. **A argumentação: histórias, teorias, perspectivas**. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PLANTIN, Christian. As razões das emoções. [1998]. Tradução: Emília Mendes. In: Emília Mendes e Ida Lúcia Machado (orgs.). **As emoções no discurso. v. 1**. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 57-80.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de S. Paulo**. Maringá: EDUEM, 2000.

ROJO, Roxane. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 11-31.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Letramentos, mídias, linguagens**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

SANDMANN, Antônio José. **A linguagem da propaganda**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2007.


VIEGAS, Ilana da Silva Rebello. Rato e política: a crítica explícita em capas da Veja. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, n. 43, v. 3, p. 1140-1156, set-dez 2014. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/512>. Acesso em: 10 out. 2020.

XAVIER, Glayci Kelli Reis da S. Histórias em quadrinhos: panorama histórico, características e verbo-visualidade. **Darandina Revisteletrônica**, v. 10, n. 2, dez. 2017.

O meme e as orientações argumentativas


Juliemerson José da Silva

Mestre em Teoria Literária e Crítica da Cultura pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), Brasil

 orcid.org/0000-0002-7028-0269

Luciani Dalmaschio

Professora Doutora da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), Brasil

 orcid.org/0000-0002-3652-7299

Resumo: O presente trabalho propõe investigar como se manifesta a (re)construção dos efeitos de sentido e a orientação argumentativa, por meio do meme, a partir de um olhar semântico-enunciativo. Sendo assim, nossa pesquisa elege os memes como objeto de estudo, no intuito de compreender esse fenômeno de ação coletiva na/da cibercultura sob a perspectiva da Semântica da Enunciação. Para desenvolver a análise a que nos propomos, buscamos discutir o conceito de meme, examinando as características que o compõem. No que tange ao tema e à delimitação do objeto de estudo, procuramos abordar os memes relacionados à ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff. A elaboração do *corpus* da pesquisa foi realizada por meio de entradas de busca na plataforma Google utilizando do processo metodológico das redes enunciativas (DIAS, 2018). Como resultado, a pesquisa constatou que os movimentos argumentativos, presentes nos memes, se configuram pela orientação temática e posicionamentos, direcionando efeitos de sentido.

Palavras-chave: Meme. Orientação Argumentativa. Semântica da Enunciação. Dilma Rousseff.

Abstract: The current paper intends to investigate how the manifestation of the (re)construction of the effects of meaning and the argumentative orientation, through memes, is done considering a Semantic-Enunciative perspective. Therefore, our research elects memes as the object of study, to comprehend this phenomenon of collective action from/on cyberculture under the perspective of Semantics of Enunciation. To develop the analysis that we intend, we aimed to discuss the concept of meme, examining the characteristics that constitute them. Concerning the theme and the delimitation of the object of study, we strived to use memes related to the former president of Brazil, Dilma Rousseff. The building of the *corpus* of the research was done through entries in the search engine Google using the Enunciative Networks methodological process (DIAS, 2018). As a result, the research found that the argumentative movements, present in memes, are configured by thematic orientation and positions, directing effects of meaning.

Keywords: Meme. Argumentative Orientation. Semantics of Enunciation. Dilma Rousseff.

Introdução

A internet se consolida cada vez mais em nossas vidas em função de seu caráter globalizante. Segundo o IBGE¹, em 2017, o acesso à internet pela população brasileira chegou aos 69,9%, sendo que desse percentual 88,0% são jovens entre 18 a 24 anos. Os números são expressivos e evidenciam o crescimento desse ambiente digital que propõe experimentar, por meio de ações coletivas, novas formas de comunicação, principalmente por grupos jovens (LÉVY, 1999). Assim, a internet se tornou um espaço a ser explorado pelo fato de estimular um contato em rede entre as pessoas, seja por dissociações e/ou associações. A interconexão e o dinamismo, próprios da internet, inserem os sujeitos em uma prática do compartilhamento, promovendo uma nova configuração de socialização de enorme impacto cultural. Desse modo, tendo em vista as transformações nas formas de expressar ideias e visões de mundo motivadas pelo advento da internet, nossa pesquisa elege os memes como objeto de estudo, no intuito de compreender essa manifestação linguística nas redes digitais sob a perspectiva da Semântica da Enunciação. Por conseguinte, o objetivo deste trabalho é analisar os memes e seus direcionamentos argumentativos e compreender em que medida promovem a participação em rede dos usuários da internet, servindo, assim, como instrumentos de posicionamento social.

No que tange ao tema e à delimitação do objeto de estudo, procuraremos abordar os memes relacionados à ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Para realização da pesquisa, os memes foram coletados da internet por meio do mecanismo de busca do Google e da rede social Twitter. Por esse procedimento, foram selecionados aqueles cujo domínio referencial estivesse sustentado pelas seguintes formas linguísticas: “tchau, querida”, “dobrar a meta”, “estocar vento”, “mulher sapiens” e “saudar a mandioca”. Assim, essas formas foram utilizadas como entrada de busca nos ambientes digitais descritos.

A fim de sistematizar nossa análise, utilizamos uma metodologia que apresenta as ocorrências organizadas em rede. O conceito de rede enunciativa foi desenvolvido por Dias (2018) “como um procedimento de demonstração das relações entre unidades articuladas, por meio de semelhanças e

¹ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101631>. Acesso em: 24 jan. 2020.

diferenças entre construções linguísticas” (DIAS, 2018, p. 36). Para o autor, esse procedimento possibilita observar o funcionamento da língua mediante a viabilidade da produção de enunciados que são entrelaçados por uma relação de compatibilidade e de contrastes.

Em relação à composição estrutural do artigo, primeiramente apresentaremos o conceito de meme no meio digital. Em seguida, discutiremos o conceito de orientação argumentativa sob a perspectiva da Semântica da Enunciação, a fim de analisarmos o meme enquanto acontecimento enunciativo que direciona dizeres e posicionamentos.

1 O que são os memes?

O termo meme – que, originalmente, tem sua premissa em uma acepção biológica - foi criado pelo etólogo Richard Dawkins (1976), cuja pretensão era elaborar uma palavra que, em analogia aos genes, pudesse representar uma unidade de transmissão cultural. Tendo como base os estudos a respeito do comportamento animal, teoria da evolução e seleção natural, Dawkins (2007 [1976]) elaborou novas convicções que transcendem as questões biológicas, mas que, ao mesmo tempo, utilizam essas questões como referência para questionamentos culturais.

Desse modo, associando transmissão genética à transmissão cultural, Dawkins (2007) defende a ideia de que o gene não é a única entidade replicadora do nosso planeta. Decorre desse fato a proposta do autor para a criação do termo meme como novos replicadores capazes de criar cópias de si mesmos. Cópias, por vezes imprecisas, demonstrando certa variedade no processo de replicação. Assim, os memes se configuram, por exemplo, como “melodias, ideias, slogans, as modas no vestuário, as maneiras de fazer potes ou construir arcos” (DAWKINS, 2007, p. 330), que se propagam “saltando de cérebro para cérebro através de um processo que, num sentido amplo, pode ser chamado de imitação” (DAWKINS, 2007, p. 330). Dessa forma, os genes, por sua capacidade replicadora, ingressam nessas reflexões acerca dos memes como analogia ao processo de transmissão cultural.

Dentre as possibilidades de replicação de um meme, Dawkins (2007) relaciona a linguagem a um processo intensamente mutacional, sustentando a ideia de que “a linguagem parece 'evoluir' por meios não genéticos, a uma

velocidade que é várias ordens de grandeza superior à velocidade da evolução genética” (DAWKINS, 2007, p. 326). Sob esse viés, apresentamos uma das delimitações de nosso trabalho: o meme como linguagem no meio digital.

No intuito de discutir o meme enquanto aspecto linguístico próprio da internet, Limor Shifman, propõe definir o que são os memes da internet e como eles se manifestam dentro desse ambiente. De acordo com Shifman (2014), os memes da internet se configuram como entidades de conteúdos variados propagados de pessoa para pessoa e que, através do ambiente digital, “moldam e refletem as mentalidades sociais gerais” (SHIFMAN, 2014, p. 4)². Filiamo-nos a ideia de que, por meio de relações interdiscursivas, os memes estabelecem vínculos entre si e não podem ser tratados como “unidades isoladas e discretas, mas como blocos de construção de culturas complexas, entrelaçadas e interagindo umas com as outras” (SHIFMAN, 2012, p. 189)³. Logo, o meme é produtivo enunciativamente e só pode ser examinado em conjunto através de relações que são estabelecidas “a partir de seus elementos discursivo e associativo” (CHAGAS; TOTH, 2016, p. 215). Ou seja, os memes só podem ser considerados memes se examinados em redes, demonstrando um variado repertório linguístico.

Ao tratar da capacidade de proliferação do meme, bem como sua capacidade de produzir derivações em rede, Shifman (2014) propõe a diferença entre memes e virais na internet. A ideia de transmissão pode sugerir que os memes se proliferam, assim como o vírus, de forma homogênea. Sendo assim, os virais se difundem com grande velocidade de pessoa para pessoa, a fim de ganhar um amplo alcance na rede. Todavia, enquanto os virais apenas se espalham e se propagam como cópias, os memes se difundem através da variabilidade e modificação textual, como uma coleção de textos que faz referência a algo em uma espécie de versão modificada (SHIFMAN, 2014). Em outras palavras, é possível “identificar um único vídeo e dizer 'Isso é um vídeo viral' sem se referir a qualquer outro texto, mas isso não faria muito sentido ao descrever um meme da Internet. Um único vídeo não é um meme da Internet, mas parte de um meme” (SHIFMAN, 2014, p. 56)⁴.

2 Tradução livre de: “shape and reflect social mindsets” (SHIFMAN, 2014, p. 4).

3 Tradução livre de: “memes are not treated here as isolated, discreet units, but as the building blocks of complex cultures, intertwining and interacting with each other” (SHIFMAN, 2012, p. 189).

4 Tradução livre de: “You can identify a single video and say 'This is a viral video' without referring to any other text, but this would not make much sense when describing an Internet meme. A single video is not an Internet meme but part of meme” (SHIFMAN, 2014, p. 56).

Desse modo, a principal diferença entre memes e virais se resume na capacidade de mutabilidade. E, mediante um movimento intenso de replicação e imitação, semelhante ao vírus, o meme se constitui a partir de uma manifestação de um grupo de textos e se modifica, reconstruindo dizeres e estabelecendo novos sentidos.

Dessa forma, o ambiente digital é baseado no envolvimento dos usuários da internet que são instigados a participar da cibercultura. Essa participação em massa incita pessoas à recriação de perspectivas contribuindo para a propagação dos memes, apontando um prisma que não se concentra “apenas nos textos, mas também nas práticas culturais que os cercam” (SHIFMAN, 2012, p. 200)⁵. Assim, a capacidade de ressignificação do meme favorece o fortalecimento da noção de cultura participativa, uma vez que a reapropriação e a recombinação material de determinado conteúdo são modos de participação no ciberespaço (LÉVY, 1999).

Sendo assim, devido ao amplo repertório de memes que circulam na internet, se faz necessário adotar direções dentro desse fenômeno multifacetado. Escolhemos o meme político em função de seu impacto social na internet e pelas mudanças que gera nas formas de manifestação pública. Além do mais, alguns autores, como Chagas (2016; 2018) e Shifman (2014) reconhecem os memes como novos veículos de opinião e, por isso, se propuseram a investigar os memes associados às questões políticas, sejam em campanhas eleitorais, promoção ou ridicularização de um personagem político, protestos e reivindicações. Nesse âmbito, os memes políticos contribuem para uma mudança significativa nas formas de participação política nas redes digitais, consolidando a noção de cultura participativa por meio da disseminação ativa e da recriação de conteúdos pelos usuários da internet (SHIFMAN, 2014).

Desse modo, os memes transcendem de uma simples propagação e alcançam um nível de expressar opiniões e se posicionar no mundo. Em virtude disso, o meme se configura em uma nova arena para discussão política, promovendo reflexões sociais e culturais constituídas por vozes individuais de uma coletividade característica da internet (SHIFMAN, 2014). Tais configurações e implicações fazem com que levemos o meme político a

⁵ Tradução livre de: “we need to focus not only on the texts but also on the cultural practices surrounding them” (SHIFMAN, 2012, p. 220).

sério ainda que seja constante o enquadramento humorístico desse fenômeno (SHIFMAN, 2014). Ou seja, engraçados ou não, os memes orientam argumentativamente ideias, empregando elementos da cultura *pop*, piadas e referências próprias do público da internet. Esses elementos associados a comentários e argumentos políticos promovem uma participação popular e informal na constituição interlocutiva. Nesse sentido, por meio da ironia, do humor e da ambiguidade, os memes apresentam seu potencial criativo através de “uma superposição de diferentes camadas semânticas a uma mesma mensagem” (CHAGAS, 2016, p. 99).

Dessa maneira, os memes políticos se constituem em um fenômeno linguístico-discursivo que possibilita aos usuários da internet expressar opiniões políticas e demonstrar certo tipo de engajamento, operando (re)construção de sentidos. Inseridos na cibercultura, os memes assumem uma postura coletiva e se relacionam entre si, promovendo uma experiência compartilhada de ideias e a socialização política de leigos a militantes. Assim, embora pareçam entidades linguísticas triviais no ciberespaço utilizadas, na maioria das vezes, para fins humorísticos, os memes são capazes de orientar um posicionamento político e social. Dentro dessa perspectiva, Chagas (2018, p.10) define de forma abrangente os memes políticos como

fórmulas discursivas ou artefatos culturais que, a partir de uma interação com seus congêneres, e através de um processo de circulação em diferentes redes sociais, são capazes de despertar ou demonstrar o engajamento político do sujeito ou ainda socializá-lo com o debate público, através de uma linguagem metafórica e orientada à construção de um enredo ou enquadramento próprios, que fazem uso, muitas vezes, de referências da cultura popular.

Logo, tais discussões sobre memes servirão como base para trabalharmos com a ideia de orientação argumentativa que não se refere, nos pressupostos que adotamos, à busca da persuasão ou do convencimento, mas sim à relação de sentidos que orienta o dizer no processo de significação (GUIMARÃES, 2013). É importante ressaltar que defendemos a tese de que todo meme orienta argumentativamente um dizer. Sendo assim, passaremos, agora, a discutir sobre nossas filiações relacionadas à Semântica da Enunciação, explorando o conceito de orientação argumentativa.

2 Enunciação e argumentatividade

Tendo em vista a propriedade mutável da linguagem, partimos do pressuposto de que “a enunciação, enquanto acontecimento de linguagem, se faz pelo funcionamento da língua” (GUIMARÃES, 2017, p. 15). Ou seja, é a partir do uso que a linguagem se constrói enquanto prática social, produzindo e reconstruindo sentidos. Nessa direção, o acontecimento não se configura cronologicamente como algo linear, em uma relação polarizada por um antes e um depois, nem como algo pontual e efêmero. Desse modo, percebemos o acontecimento “como um construto histórico que, por meio de inúmeros entrecruzamentos, é capaz de construir um estado de coisas. Trata-se, portanto, de algo relacional, mas que, ao surgir, é capaz de originar alterações no já posto, no já estabelecido” (DALMASCHIO, 2015, p. 241-242).

Logo, nos distanciamos do acontecimento como algo empírico, marcado no tempo, como uma eventualidade ou fato que ocorre, para assumirmos uma percepção histórica do acontecimento da enunciação que “agencia o falante a dizer enquanto um lugar de enunciação, como lugar que enuncia” (GUIMARÃES, 2018, p. 41).

Ao tratar, brevemente, da nossa concepção de enunciação a partir do caráter histórico da linguagem, se faz necessário, para nossos objetivos, abordar, atrelados a essa perceptiva social, os direcionamentos e tomadas de posição que um dizer manifesta. Analisando o caráter argumentativo do acontecimento, nos pautamos na tese de que “as formas linguísticas são, assim, entidades potencialmente provocadoras de orientações do dizer. As formas da linguagem evocam discursos que podem se materializar nos encadeamentos argumentativos” (DIAS, 2018, p. 60). Sendo assim, apresentaremos, a seguir, visões que dialogam, seja pela diferença ou pela similaridade, com a noção de orientação argumentativa (GUIMARÃES, 2013; 2018) assumida pela Semântica da Enunciação.

Considerar o estudo da argumentação inserida no campo da Análise do Discurso significa analisar o dizer entrelaçado a sua situação de comunicação e aos aspectos sociais que o envolvem. Segundo Amossy (2011), a língua é utilizada como uma forma de ação sobre o outro, demandando estratégias e seleção de elementos linguísticos para a construção de sua posição. Desse modo, podemos dizer que o locutor não só agencia os recursos da materialidade e os emprega em um domínio histórico como também é

agenciado por eles, estabelecendo uma relação entre o texto e seu lugar social. É dessa forma que a argumentação se inscreve na língua, assumindo uma perspectiva discursiva de análise “em suas dimensões formais e ideológicas” (AMOSSY, 2011, p. 140).

Logo, assumir que todo ato de linguagem é de certa forma argumentativo pode gerar diversas contestações. Devido a isso, Amossy (2011) afirma que muitos discursos não possuem a intenção de persuasão tão evidente. Contudo, tais discursos apresentam uma discordância e uma defesa de um ponto de vista. Tomar uma determinada posição sobre o mundo e compartilhá-la em um ambiente de livre escolha implica se posicionar em meio a ideias divergentes e “mesmo a fala que não ambiciona convencer busca ainda exercer alguma influência, orientando modos de ver e pensar” (AMOSSY, 2011, p. 129).

Por conseguinte, sobre os níveis de argumentação na língua, Amossy (2011) estabelece duas proposições: a intenção argumentativa e a dimensão argumentativa. A intenção argumentativa se configura por um propósito evidente de convencer e persuadir por meio de raciocínios articulados e sustentados em provas e posições que buscam solução a fim de obter a adesão do alocutário. Uma estratégia de persuasão planejada é, por exemplo, o discurso eleitoral e a publicidade. Já a dimensão argumentativa se constitui de uma persuasão indireta, ou seja, não tem como objetivo principal o convencimento. As notícias de jornal, relatos de vida e até mesmo o discurso literário não têm uma finalidade argumentativa. Entretanto, esses discursos, mesmo com um caráter aparentemente imparcial, não deixam de assumir posicionamentos e compartilhar ideias numa dada situação histórico-social. A argumentação está na linguagem e, por mais que não se tenha a pretensão de convencer, é importante “identificar e analisar a maneira como esses discursos destinados a, antes de tudo, informar, descrever, narrar, testemunhar, direcionam o olhar do alocutário para fazê-lo perceber as coisas de uma certa maneira” (AMOSSY, 2011, p. 132).

Com algumas aproximações e alguns distanciamentos em relação ao que descrevemos sobre o modo como a Análise do Discurso entende a argumentação, passemos, agora, a discorrer esse fato linguístico sob o viés da Semântica da Enunciação (GUIMARÃES, 2013; 2018), que baliza esta pesquisa. Em uma semântica de bases enunciativas, “a argumentação é abordada a

partir do conceito de orientação argumentativa, que é a apresentação pelo locutor para seu alocutário de uma relação de sentidos que orienta a direção do dizer, considerada como necessária” (GUIMARÃES, 2013, p. 271).

Desse modo, a argumentação não se caracteriza pela persuasão ou convencimento, mas sim pela sustentação de uma posição que adquire uma configuração conflituosa na cena enunciativa, uma vez que o “mesmo enunciado pode ter duas relações de argumentatividade opostas” (GUIMARÃES, 2013, p. 278)⁶. Sendo assim, conforme Guimarães (2018), a argumentação, como parte do processo de significação, é produzida pelo acontecimento enunciativo a partir das relações que envolvem o lugar social de dizer na sustentação de uma posição. Nesse âmbito, não nos preocupamos se o interlocutor será convencido de algo, visto que trabalhamos com a noção de direcionamentos, rumos, bússola argumentativa responsável por indicar possíveis posições de um dizer. Portanto, fundamentados nos pressupostos da Semântica da Enunciação, sustentamos “que a enunciação não se caracteriza por intenções de alguém. O sentido se constitui exatamente pelos modos de agenciamento do acontecimento da linguagem” (GUIMARÃES, 2018, p. 44).

É possível estabelecermos relações entre a ideia de orientação argumentativa que acabamos de apresentar com aquela defendida por Amossy (2011), no tocante ao que a autora nomeia dimensão argumentativa, não pela ideia de persuasão indireta, mas pela concepção de direcionamento e orientação do dizer nos modos de ver e pensar. Além desses direcionamentos, a argumentação é vista, por Amossy (2011), como uma tomada de posição, como um posicionamento em meio a ideias divergentes que, para nós, estaria ligada a uma constituição conflituosa da linguagem.

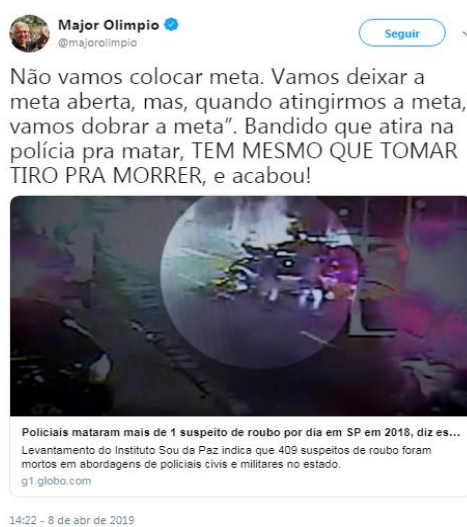
É possível, também, estabelecer alguns pontos de intersecção entre os memes e a perspectiva de orientação argumentativa que ora assumimos. A noção de posição, elaborada por Shifman (2014), pode ser associada, em certa medida, à argumentatividade, uma vez que para a autora essa noção, presente no meme, se caracteriza pela maneira como o sujeito se posiciona em relação ao texto e aos seus potenciais leitores, utilizando-se da tomada de posição e das orientações discursivas que podem se tornar conflituosas. Além disso, conforme Chagas e Toth (2016), a ideia de orientação argumentativa nos permite tratar o

⁶ Reconhecemos a diferença proposta por Guimarães (2013) entre argumentação e argumentatividade. No entanto, não trabalharemos neste artigo com esta distinção.

meme político não como peças de convencimento e persuasão (CHAGAS; TOTH, 2016), mas como fenômenos linguísticos (ou enunciados) capazes de apresentar posicionamentos políticos e orientar sentidos, constituídos pela diferença e pelo conflito, visando, assim, à produção da significação.

No intuito de exemplificar, brevemente, os conceitos abordados até aqui, apresentaremos o meme “dobrar a meta” que pertence ao *corpus* dessa pesquisa. Em 2015, na apresentação dos Planos e Metas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Jovem Aprendiz)⁷, a ex-presidente Dilma Rousseff, ao tentar explicar o aumento de oportunidades oferecidas pelo governo, esclarecendo que o programa não é regido por metas, fez a seguinte afirmação: “Nós não vamos colocar uma meta. Nós vamos deixar uma meta aberta. Quando a gente atingir a meta, nós dobramos a meta”⁸. Essa afirmação é confusa, uma vez que Dilma fala sobre não estipular metas, mas em seguida exprime o desejo de deixar a meta aberta para ser atingida e, conseqüentemente, dobrada. Assim, esse conflito lógico-semântico presente no pronunciamento da ex-presidente se tornou um meme, se propagando por toda a internet. Vejamos o meme 1 (Figura 1) que segue, a fim ilustrar essas discussões acerca da argumentatividade.

Figura 1 - Meme 1 “Dobrar a meta” relativo à morte de bandidos.



Fonte: MAJOR OLIMPIO, @majorolimpio. *Twitter*. 8 abril 2019⁹.

7 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/07/1661345-ao-anunciar-novas-vagas-dilma-se-enrola-para-explicar-meta-do-pronatec.shtml>. Acesso em: 27 jan. 2019.

8 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LeWyZEW3FzU>. Acesso em: 27 jan. 2019.

9 Disponível em: <https://twitter.com/majorolimpio/status/1115304042903867393>. Acesso em: 15 jul. 2019.

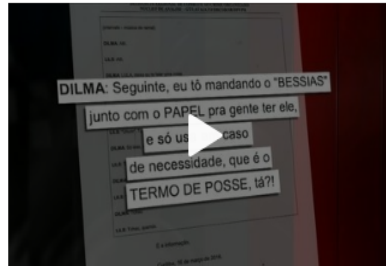
Percebemos no meme 1 a associação do pronunciamento sobre “dobrar a meta” de Dilma a um dizer favorável à morte de bandidos. Desse modo, a argumentação se dá em relação ao lugar social do dizer, ocupado nesse meme 1 pelo Major Olímpio como alocutor-senador e alocutor-major, e em relação ao posicionamento assumido por esse alocutor, que se mostra favorável à morte de bandidos que atiram em policiais. Sendo assim, as ideias de posição e lugar social de dizer estão atreladas à concepção de argumentação. No caso do meme 1, vemos uma projeção argumentativa voltada à defesa dos policiais que matam bandido, dando aos oficiais permissão para matar em prol da segurança. A utilização do meme “dobrar a meta” se integra à notícia logo abaixo que apresenta uma estatística de que policiais matam, em São Paulo, um suspeito de roubo por dia. Dessa forma, o meme 1 apresenta força argumentativa de que essa estatística precisa ser “dobrada” e de que bandidos podem e devem ser mortos por abordagens policiais. Tal orientação de sentidos não só vai a favor dos policiais e contra bandidos, como também pode trazer o efeito de agressão aos direitos humanos e a uma segurança feita com consciência em prol da valorização da vida.

Baseados nas concepções teóricas discutidas acerca do meme e da argumentatividade, apresentaremos, a seguir, a seção destinada à análise dos memes, bem como na reflexão sobre em que medida as orientações argumentativas neles presentes promovem a participação em rede dos sujeitos enunciativos, servindo, assim, como instrumentos de posicionamento social.

3 Memes e o direcionamento argumentativo

No dia 16 de março de 2016, o juiz Sérgio Moro autorizou a divulgação de um grampo telefônico contendo uma conversa entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a então presidente na época, Dilma Rousseff. Lula estava sendo investigado pela Operação Lava Jato e Dilma o nomeou como ministro chefe da Casa Civil. Segundo Sérgio Moro, Lula já sabia ou pelo menos desconfiava de estar sendo investigado pela Polícia Federal. Assim, essa nomeação seria uma estratégia de retardar as investigações contra o ex-presidente. No final da conversa divulgada, Lula se despediu de Dilma utilizando a expressão “Tchau, querida”, que acabou se propagando por toda a internet.

Figura 2 - Transcrição da conversa entre Lula e Dilma



Conversa com Dilma

Dilma: "Alô."

Lula: "Alô."

Dilma: "Lula, deixa eu te falar uma coisa."

Lula: "Fala, querida. Ahn?"

Dilma: "Seguinte, eu tô mandando o 'Bessias' junto com o papel pra gente ter ele, e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse, tá?!"

Lula: "Uhum. Tá bom, tá bom."

Dilma: "Só isso, você espera aí que ele tá

indo aí."

Lula: "Tá bom, eu tô aqui, fico aguardando."

Dilma: "Tá?!"

Lula: "Tá bom."

Dilma: "Tchau."

Lula: "Tchau, querida."

Fonte: G1 Notícias¹⁰

A expressão “Tchau, querida” não apenas se tornou um viral na internet, mas um meme devido às suas constantes remodelagens e (re)apropriações que projetaram uma gama variada de efeitos de sentido. O meme em questão ganhou uma proporção ainda maior em função da votação na câmara dos deputados que decidiu dar prosseguimento ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, no dia 17 de abril de 2016¹¹. Após a votação na câmara, o meme “Tchau, querida” começou a se replicar na internet repercutindo na deposição de Dilma. Assim, vejamos o meme 3 (Figura 3).

Figura 3 - Meme 3 “Tchau, Querida” como questionário



Fonte: BÊ GUARANI-KAIOWÁ, @ Be_neviani. **Twitter**. 17 de abril de 2016¹².

10 Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/pf-libera-documento-que-mostra-ligacao-entre-lula-e-dilma.html>. Acesso em: 28 jan. 2020.

11 Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/camara-aprova-prosseguimento-do-processo-de-impeachment-no-senado.html>. Acesso em: 28 jan. 2020.

12 Disponível em: https://twitter.com/Be_neviani/status/721885590728413185. Acesso em: 28 jan. 2020.

O meme 3 se apresenta em um formato de questionário de múltipla escolha com o objetivo de saber a quem ou a que a expressão “Tchau, Querida” se refere. A opção “Todas as anteriores” foi assinalada evidenciando não só a dinamicidade e mutabilidade referencial do termo, mas também as orientações argumentativas realizadas no movimento de participação política nas redes sociais. No plano da argumentação, observamos que o alocutor-eleitor sustenta uma posição em que “Tchau, Querida” não é somente sobre a saída de Dilma da presidência, mas também sobre outras “despedidas” relativas à “democracia” e à “Operação Lava Jato”. Desse modo, percebemos no meme 3 a ressignificação da palavra “querida” que faz relações a outros fatores também destituídos – além da figura da Presidente do país - no processo de *impeachment*. Notamos, ainda, que o meme 3 orienta uma ideia relativa a certa ilegitimidade em relação ao afastamento de Dilma Rousseff da presidência do Brasil, associando “Tchau, Querida” à “Democracia”. Sendo assim, no meme 3 há uma diretividade que aborda a “despedida” (Tchau) de um regime que se baseia na liberdade no qual o poder é exercido pelos cidadãos que têm o direito de se expressarem e escolherem seus representantes livremente. Ou seja, para o meme 3, o sistema democrático que conduz o governo brasileiro foi infringido. Ademais, associando a expressão “Tchau, Querida” à “Operação Lava Jato”, o Locutor direciona o dizer em relação ao “fim” (Tchau) das investigações de corrupção e lavagem de dinheiro no cenário político brasileiro que se dá pelo processo de *impeachment* como algo que conclui tais averiguações. Portanto, o Locutor, como alocutor-eleitor, se posiciona pela manifestação linguística do sentido de que as consequências do *impeachment* vão além da saída de Dilma do cargo presidencial. Para tanto, (re)significa a expressão “Tchau, Querida”, por meio das articulações da língua, e utiliza o meme 3 como instrumento de participação política no meio digital. Assim, a despedida (Tchau) à Querida Dilma, também orienta argumentativamente a significação para o afastamento do país da Querida Democracia e da Querida Lava Jato.

Em contrapartida ao meme 3, observemos o meme 4 (Figura 4) que apresenta uma orientação argumentativa oposta:

Figura 4 - Meme “Tchau, Querida” relativo à legalidade do *impeachment*



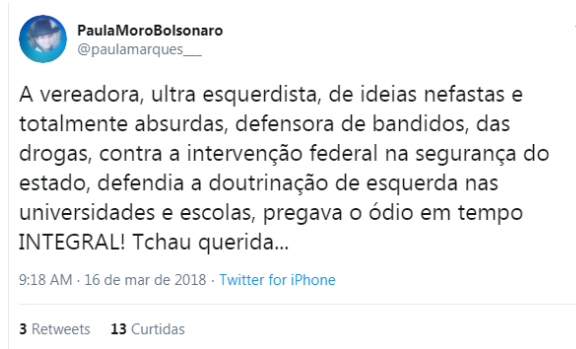
Fonte: Não Entre Aki¹³

Marcado pela constituição conflituosa própria do espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2017), o meme 4 apresenta uma argumentatividade oposta ao meme 3, uma vez que projeta sentidos relacionados à legalidade do processo de *impeachment*. O enunciado “Não é golpe é justa causa” orienta argumentativamente a ideia de que não houve uma violação da democracia, fundamentado na percepção de que Dilma “mereceu” (justa causa) “perder” o cargo em função de seus atos enquanto presidente. Dessa forma, no meme 4, o Locutor defende a saída de Dilma (Tchau, Querida) da presidência orientando seu posicionamento político pela regularidade de sentido de que é necessária a “demissão” de uma funcionária que não só não rendeu como deveria, como também descumpriu e transgrediu diretrizes que envolvem sua função (presidente do Brasil). Ou seja, o meme 4 se apresenta como outro modelo de participação política, construindo uma posição de que o governo de Dilma foi insatisfatório e prejudicial ao Brasil. Assim, o meme político, como fenômeno emergente da/cibercultura, se torna um instrumento de socialização com o debate público produzido coletivamente por confrontos e tensões de sentido. Logo, muito mais do que tentar “fazer crer”, o meme aponta direções, compartilha orientações postas em cena pelo dizer.

A fim de demonstrar a mutabilidade e a diversidade do meme em relação às diretividades argumentativas, analisemos, agora, o meme 5 (Figura 5):

¹³ Disponível em: <http://www.naoentreaki.com.br/14421887-tchau-querida.htm>. Acesso em: 28 jan. 2020.

Figura 5 - Meme “Tchau, Querida” relativo à morte de Marielle Franco



Fonte: PAULAMOROBOLSONARO, @ paulamarques. *Twitter*. 16 de março de 2018¹⁴

Notamos, pelos enunciados descritivos, que a expressão “Tchau, Querida”, no meme 5, não é referente a Dilma, nem está relacionada ao processo de *impeachment*. Contudo, a expressão mantém a orientação de despedida, agora, relacionada à morte da ex-vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, em março de 2018¹⁵. Desse modo, notamos na descrição de Marielle que o locutor-militante constrói um ponto de vista negativo sobre a ex-vereadora, a partir de formas linguísticas provocadoras de orientações argumentativas que situam sua morte no domínio referencial da satisfação e não da tristeza. Sendo assim, o locutor, agenciado pela língua, orienta a imagem de Marielle para a de uma “defensora de bandidos”, que exercia sua função por meio de ideias prejudiciais à nação (nefasta), contra a segurança e a favor do ódio. Ademais, ao associar a morte de Marielle à expressão “Tchau, Querida”, o meme 5 ironiza o assassinato da ex-vereadora, baseando-se nas informações apresentadas e justificando o óbito por seu posicionamento político (ultra esquerdista). O que sobressai no meme 5 é o desejo de emitir opiniões e desabaços no ciberespaço, valorizando o “eu” e as crenças pessoais sobre Marielle, uma vez que não interessa ao meme a validação dos fatos, já que sua função se concentra, basicamente, em ser propagado por meio de atualizações constantes.

Nessa direção, a fim de oferecer mais detalhamento ao conceito de posição e orientações argumentativas na cultura participativa digital, observemos o meme 6 (Figura 6).

14 Disponível em: https://twitter.com/paulamarques___/status/974620986933948416. Acesso em: 28 jan. 2020.

15 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio-de-janeiro.ghtml>. Acesso em: 28 jan. 2020.

Figura 6 - Meme 6 “Dobrar a meta” relativo ao aumento do dólar



Fonte: Tecmundo¹⁶

Percebemos no meme 6 que a associação entre a expressão “dobrar esta meta” e “2013: dólar a R\$2?” projeta sentidos em relação ao aumento da moeda norte-americana no governo Dilma, uma vez que o enunciado é apresentado junto à imagem da ex-presidente, além de resgatar seu pronunciamento sobre “dobrar a meta”. Dessa forma, notamos que o alocutor-eleitor toma uma posição irônica em relação à gestão econômica do governo Dilma, orientando argumentativamente seu dizer para dar visibilidade aos problemas econômicos causados durante o referido mandato. Sendo assim, o aumento do dólar aparece, em tom humorístico, como uma “meta” a ser “dobrada”, ou seja, colocando o governo de Dilma Rousseff como responsável por essa supervalorização da moeda norte-americana em detrimento do mercado brasileiro. Logo, o meme político permite aos internautas se posicionarem de modo mais informal sobre questões políticas, alternando o sério com o não sério e demonstrando novos modelos de participação em rede na cibercultura. Assim, a tomada de posição do falante frente a seus potenciais leitores no ciberespaço evidencia o individualismo em rede, tornando o meme um veículo argumentativo de ação coletiva e de amplo alcance.

Além de tratar de posicionamentos políticos, os memes, devido à sua capacidade metamórfica, também se manifestam em outros campos, como o da publicidade. Vejamos os memes seguintes (Figuras 7 e 8), a fim de demonstrar essa variação na diretividade do dizer dentro do ciberespaço.

¹⁶ Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/humor/86853-15-melhores-memes-dolar-r-4.htm>. Acesso em: 28 jan. 2020.

Figura 7 - Meme “Dobrar a meta” para fins publicitários 1

Fonte: Prisma Comunicação Visual¹⁷

Figura 8 - Meme “Dobrar a meta” para fins publicitários 2

Dada a sentença: "Se vamos dobrar a meta, então existe meta". Marque a alternativa logicamente equivalente à sentença dada.

- A) Se não existe meta, então não vamos dobrar a meta.
- B) Se não existe meta, então vamos dobrar a meta.
- C) Vamos dobrar a meta.
- D) Vamos dobrar a meta ou existe meta.
- E) Se existe meta, então vamos dobrar a meta.



Fonte: Vídeo Aulas concurso público¹⁸

Os memes 7 e 8 utilizam a expressão “Dobrar a meta”, mas se distanciam de orientações de caráter político - sem, contudo, abandoná-las, e assumem uma diretividade voltada para a publicidade de suas empresas. O meme 7 faz uso da expressão “Dobrar a meta” como fator de suspense em relação aos novos projetos que serão desenvolvidos pela empresa que atua na área da comunicação visual. Já o meme 8 transforma o pronunciamento de Dilma em uma questão sobre lógica, orientando a divulgação de aulas *online* para concursos. Desse modo, tanto o meme 7 como o meme 8 promovem, por meio do humor, um alcance “viral” na internet.

¹⁷ Disponível em: https://www.prismapaineis.com.br/blog_detalhe.php?nidBlog=50. Acesso em: 28 jan. 2020.

¹⁸ Disponível em: <http://videoaulasconcursopublico.com.br/matematica/prof-joselias/raciocinio-logico-equivalencia-contrapositiva-questao-resolvida-pelo-joselias/>. Acesso em: 28 jan. 2020.

Retornando às projeções argumentativas envolvendo Dilma Rousseff, vejamos o que ocorre nos memes seguintes.

No final de setembro de 2015, em um pronunciamento na sede da ONU, nos Estados Unidos, Dilma Rousseff sugeriu a criação de uma tecnologia para “estocar vento”, a fim de contribuir para a produção sustentável de energia. Essa fala de Dilma repercutiu na internet e, conseqüentemente, fomentou a produção de memes¹⁹. Vejamos o meme 9 (Figura 9):

Figura 9 - Meme 9 “Estocar vento” como veículo de participação no ciberespaço



Fonte: Metr6poles²⁰

Ao observar o caráter multimodal²¹ do meme 9, notamos um ventilador posicionado de frente a uma sacola plástica em um movimento que se aproxima de uma “coleta” ou “armazenamento” de vento gerado pelo próprio eletrodoméstico. Associado à imagem, o enunciado “estoque o vento” rememora a fala de Dilma na medida em que o meme 9 convida os internautas a participarem (Faça sua parte) desse processo. Dessa forma, o humor se tornou um recurso argumentativo promotor de uma ação coletiva em rede, uma vez que diversos vídeos meméticos foram elaborados²² seguindo o procedimento demonstrado na Figura (9). Por conseguinte,

19 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-sugere-estoque-de-vento-vira-piada-na-internet-17744645>. Acesso em: 28 jan. 2020.

20 Disponível em: <https://www.metropoles.com/sai-do-serio/ta-bombando/vento-que-rende-memes-tiram-sarro-de-declaracao-da-presidente/amp>. Acesso em: 28 jan. 2020.

21 Consideramos o meme multimodal, uma vez que a multimodalidade se constitui de maneira híbrida e interativa através da multiplicidade de linguagens bastante evidente nos textos em circulação, seja nos meios digitais ou não (ROJO, 2012).

22 Disponível em: <https://www.sequelanet.com.br/2015/11/estocar-vento-dilma-meme-onu.html>. Acesso em: 28 jan. 2020.

podemos notar a relação entre o aspecto individual e coletivo que se constituem em uma rede promotora de sentidos. A mutabilidade, como movimento de modificação, e o humor contribuem para a participação digital e para a replicabilidade do meme, visto que tais alterações e mutações se configuram como movimentos participativos na cibercultura (LÉVY, 1999). Logo, o meme 9 utiliza o humor e a criatividade para ridicularizar a fala de Dilma que se pautava no campo da sustentabilidade. É dessa maneira que as formas linguísticas agenciam falantes e evocam discursos por meio dos encadeamentos argumentativos presentes na materialidade.

No dia 23 de junho de 2015, em discurso no lançamento dos primeiros jogos mundiais dos povos indígenas, Dilma Rousseff proporcionou dois momentos de descontração que marcaram sua fala e, conseqüentemente, também potencializaram memes nas redes digitais²³. No primeiro momento, Dilma, ao celebrar os alimentos do cultivo tradicional dos índios, afirma: “Aqui hoje estou saudando a mandioca, acho uma das maiores conquistas do Brasil”. No segundo momento, ao discutir sobre a evolução humana a partir da criação da bola, a ex-presidente exhibe uma bola feita de folhas de bananeira como símbolo de nossa evolução e afirma: “Quando nós criamos uma bola destas, nós nos transformamos em homens sapiens ou mulheres sapiens”. As falas de Dilma referentes a “saudar a mandioca”- como um importante alimento para o Brasil - e a criação da espécie “mulher sapiens” - para descrever a evolução humana - proporcionam a criação de diversos memes que se propagaram e se reconfiguraram de muitas maneiras.

Nessa direção, vemos mais um meme que sugere uma orientação argumentativa ancorada em um possível despreparo de Dilma para o exercício do cargo público.

23 Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/4106058/em-noite-inspirada-dilma-sauda-mandioca-e-fala-em-mulheres-sapiens>. Acesso em: 28 jan. 2020.

Figura 10 - Meme “Saudar a mandioca”, “Estocar vento” e “Mulher sapiens” relativo à inaptidão de Dilma



Fonte: Não Entre Aki²⁴

Por meio de um entrecruzamento, o meme (10) utiliza as falas de Dilma “Estou saudando a mandioca”, “Mulher Sapiens” e “Estocar vento” no intuito de projetar um direcionamento argumentativo voltado à incapacidade da ex-presidente como representante do país. Desse modo, tal meme (“Saudar a mandioca”, “Mulher sapiens” e “Estocar vento”) se fundamenta na desqualificação de Dilma, orientando uma ideia de incredulidade em relação ao fato de a ex-presidente ter se tornado “líder de um país” mesmo falando “todas essas besteiras”. Assim, o alocutor-eleitor que compartilha esse meme assume uma posição de contestação à Dilma, direcionado seu dizer não só voltado para a desqualificação da ex-presidente, mas também para a relação de insensatez da população ao escolhê-la como governante do Brasil. Portanto, o falante se posiciona diante de um determinado aspecto político e utiliza do meme como meio de opinião pública no intuito de expressar pontos de vistas, construindo, assim, efeitos de sentidos em rede que auxiliam no movimento de regularizar significações e tornar pertinentes determinadas “realidades” sociais.

Nesse âmbito, o meme se constitui como uma nova forma de socialização no ciberespaço, ampliando a participação e o engajamento dos

²⁴ Disponível em: <http://www.naoentreaki.com.br/6692823-lembrando-algumas-perolas-de-sabedoria-da-dilma-rousseff.htm>. Acesso em: 28 jan. 2020.

internautas por meio do humor e de sua propagabilidade. Trata-se, portanto, de um fenômeno linguístico envolto em uma cena enunciativa que se constitui a partir das figuras de enunciação e das formas linguísticas. Vale ressaltar que o meme (10) oferece mais um suporte para a justificativa de escolha de nosso *corpus*, uma vez que põe em causa, de forma concomitante, três dos nossos memes na constituição do processo argumentativo.

A fim de finalizar nossa análise, observemos o meme 11 (Figura 11):

Figura 11 - Meme “Saudar a mandioca” relativo à lembrança do governo Dilma



Fonte: SUELY CARVALHO, @sue lycarvalho60. *Twitter*. 17 de julho de 2019²⁵

Inserido na cibercultura e configurado por tensões e conflitos de sentidos no espaço de enunciação, o meme (11) apresenta o enunciado

25 Disponível em: <https://twitter.com/sue lycarvalho60/status/1151578488153006082>. Acesso em: 28 jan. 2020

“Saudades de saudar a mandioca” em resposta a uma notícia relacionada a Eduardo Bolsonaro, deputado federal e filho do presidente Jair Messias Bolsonaro, que cita uma pós-graduação não concluída “como 'credencial' para ser embaixador”. Dessa forma, ancorado no meme “Saudar a mandioca”, o alocutor-eleitor constrói seu posicionamento contrário ao governo vigente, ao evocar, por meio do substantivo “saudades”, a fala da ex-presidente Dilma Rousseff. Ou seja, o Locutor, diferente de outros memes, não orienta uma ridicularização à Dilma e a seu governo. Pelo contrário, ele utiliza “Saudar a mandioca” na construção argumentativa de uma preferência à ex-presidente em comparação ao governo Bolsonaro. Sendo assim, se antes “saudar a mandioca” orienta o sentido a uma inaptidão de Dilma para governar, agora a expressão orienta para uma nostalgia positiva ao ser comparada com a notícia que projeta um despreparo de Eduardo Bolsonaro ao cargo de embaixador. Logo, a argumentação, como uma das possibilidades de significação, se dá em relação ao lugar social do dizer (alocutor-eleitor) que se mostra favorável ao ex-governo Dilma em relação ao “despreparado” governo atual. Ademais, o meme (12) orienta, argumentativamente, olhares e perspectivas opostas ao governo vigente, evidenciando que tal fenômeno linguístico funciona como instrumento de denúncia, reconfigurando projeções de sentido.

Considerações Finais

Neste texto, procuramos demonstrar que a orientação argumentativa constitui a significação de um meme. Desse modo, os movimentos argumentativos presentes nesse fenômeno linguístico, próprio do meio digital, se configuram pela orientação temática e tomadas de posição que não buscam a persuasão de seus potenciais leitores, mas direcionam efeitos de sentido. Sendo assim, por meio da configuração conflituosa do ciberespaço, os memes se manifestam como um instrumento de participação política, uma vez que utilizam do humor e da disseminação em rede para orientar determinados posicionamentos, mediante uma linguagem simples, multimodal e facilmente apreensível. Por conseguinte, ao relacionar questões sérias e convencionais com o não sério e o informal, o meme se torna um novo modelo de participação política que se distancia de manifestações normatizadas como comícios, propagandas eleitorais e o próprio voto, para se tornar um investimento argumentativo do internauta. Logo, mediante a

argumentatividade e tomadas de posição do alocutor-x, as formas linguísticas, presentes no meme, provocam orientações, evocando discursos que se materializam em encadeamentos argumentativos produzidos coletivamente e em conflito.

No que diz respeito aos memes da ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, percebemos que os direcionamentos, em sua maioria, procuram ridicularizar a imagem de Dilma Rousseff com críticas e piadas relacionadas ao seu governo ou de cunho pessoal, principalmente por sua inaptidão retórica e intelectual. O fato de Dilma ter se tornado memética no meio digital nos mostra uma mobilização dos internautas que utilizavam/utilizam os memes e seu efeito replicador a fim de construir uma imagem negativa da ex-presidente. O humor, como dispositivo participativo, funciona como instrumento que potencializa o aspecto da propagabilidade dos memes políticos por meio da combinação entre seriedade e leviandade, se instituindo como uma nova configuração de participação política. Desse modo, percebemos um movimento desfavorável à Dilma e a seu partido (PT - Partido dos Trabalhadores) que se manifesta por modificações que também são relacionadas a seus parceiros políticos ou a quem se aproximavam de sua posição política. Contudo, devido à configuração conflituosa que envolve a constituição de um dizer, notamos, também, um movimento de defesa à Dilma que ressignifica seus memes criados, inicialmente, para ridicularização e os desloca a seu favor. A partir dessa relação conflituosa de orientações e sentidos, alguns memes revelam uma outra visão que condena a situação política brasileira, a ilegalidade do processo de *impeachment*, a perda de direitos e estabelece críticas àqueles que se identificam como opositores de Dilma em função de um posicionamento político contrário. Desse modo, o meme funciona como dispositivo linguístico de denúncia, conflito e tensões. Seu objetivo principal é ser propagado e projetar orientações argumentativas, buscando alcance e visibilidade por meio do que nomeamos como individualismo em rede.

Referências

AMOSSY, Ruth. Argumentação e análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, nov. 2011.

CHAGAS, Viktor. “Não tenho nada a ver com isso”: cultura política, humor e intertextualidade nos memes das Eleições 2014. In: CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart; CARVALHO, Fernanda Cavassana. de (orgs.). **Internet e Eleições no Brasil**. Curitiba: CPOP, 2016. p. 86-116.

CHAGAS, Viktor. A febre dos memes de política. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 1-26, 2018.

CHAGAS, Viktor.; TOTH, Janderson. Monitorando memes em mídias sociais. In: SILVA, Tarcízio; STABILE, Max (orgs.) **Monitoramento e pesquisa em mídias sociais: metodologias, aplicações e inovações**. São Paulo: Uva Limão, 2016. p. 211-233.

DALMASCHIO, Luciani. Uma semântica de base enunciativa x A construção histórico-político-social do sentido. In: ASSUNÇÃO, Antônio Luiz et al (org.). **As letras da política**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 241-255.

DAWKINS, Richard. **O Gene egoísta**. 12.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2007 [1976].

DIAS, Luiz Francisco. **Enunciação e Relações linguísticas**. Campinas: Pontes, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. Argumentação e argumentatividade. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 9, n. 2, p. 271-283, 2013.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. 4.ed. Campinas: Pontes, 2017 [2002].

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica: Enunciação e sentido**. Campinas: Pontes, 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

ROJO, Roxane. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagem na escola. In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012. p. 11-31.


SHIFMAN, Limor. An anatomy of a YouTube meme. **New Media & Society**, v. 14, n. 2, p. 187-203, 2012.

SHIFMAN, Limor. **Memes in a Digital Culture**. Cambridge: MIT, 2014.

Sujeito dividido e argumentação: efeitos das formações imaginárias no ensino fundamental


Maria Aparecida de Souza Carvalho

Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil

 orcid.org/0000-0002-6413-7802

Soraya Maria Romano Pacífico

Professora Doutora da Universidade de São Paulo (USP), Brasil

 orcid.org/0000-0002-2973-3254

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar discursivamente como se dá a argumentação por parte de sujeitos-alunos do nono ano do ensino fundamental de uma escola pública, ao discursivizarem sobre o uso, ou não, do celular nas escolas. Adotamos o embasamento teórico da Análise do Discurso de linha francesa pecheuxtiana e os estudos sobre a argumentação na perspectiva da AD, que, para Pacífico (2016), é um direito humano; para Amossy (2016), mobiliza jogos de força e coloca em evidência a relação do discurso com o poder, e, para Piris (2016), não é um jogo de estratégias para persuadir. Foi possível constatar que a escola ainda é um espaço de interdição dos sentidos, posto que argumentar contra o sentido dominante, no caso da lei que proíbe o uso do celular na escola, nem sempre é possível para o sujeito-aluno, que produz imagens sobre o seu leitor.

Palavras-chave: Argumentação. Discurso. Sujeito. Contradição.

Abstract: The aim of this paper is to analyze discursively how ninth-year elementary school students argue in a public school, when they discuss the use, or not, of cell phones in schools. We adopted as theoretical basis the Pecheuxtian approach to Discourse Analysis and the studies on argumentation from the perspective of DA. Argumentation, for Pacífico (2016), is a human right; for Amossy (2016), it mobilizes power games and highlights the relationship between discourse and power, and, for Piris (2016), it is not a game of strategies to persuade. It was possible to verify that the school is still a space of interdiction of senses, since arguing against the dominant sense, in the case of the law that prohibits the use of cell phones at school, is not always possible for the student-subject, that produces images about its reader.

Keywords: Argumentation. Discourse. Subject. Contradiction.

*Só quem está em estado de palavra
pode enxergar as coisas sem feitiço.
(Manoel de Barros)*

Introdução

Segundo dados divulgados pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), em dezembro de 2018, cerca de 97% dos brasileiros usaram a internet pelo celular. Nesse sentido, a tecnologia já é parte constitutiva das práticas sociais e, conseqüentemente, da escola. Dessa forma, os sujeitos que estão nas escolas pertencem a uma sociedade que faz uso da tecnologia na maior parte de seu tempo. É a partir dessa reflexão que pretendemos discutir como esses sujeitos produzem sentidos sobre o uso do aparelho celular na sala de aula.

Partindo do princípio de que a argumentação faz parte das práticas discursivas cotidianas dos sujeitos, objetivamos analisar como se dá a tomada de posição dos sujeitos-alunos no espaço escolar, isto é, o presente artigo traz uma discussão acerca da argumentação nos discursos produzidos por sujeitos-alunos do nono ano do ensino fundamental que, ao serem interpelados sobre o uso do aparelho celular na sala de aula, produzem sentidos que reclamam nossa interpretação.

Para que se possa atingir os objetivos desta investigação, buscamos aporte teórico da Análise do Discurso de matriz francesa, apresentada por Pêcheux (1997; 2014a), Orlandi (1996; 2012; 2015; 2016), entre outros estudiosos. Sobre a argumentação, procuramos apoio, especialmente, nos estudos de Amossy (2007; 2016; 2017), Piris (2012; 2016) e Pacífico (2002; 2012; 2016).

Segundo o que postulou Michel Pêcheux (2014b), o discurso é um “efeito de sentidos” entre o interlocutor A e B, pois tem que ser referido a um conjunto de discursos possíveis a partir de determinadas condições de produção, designadas pelo autor como “as circunstâncias de um discurso”. Além do mais, o sujeito da interação procura a antecipação do que o outro vai dizer, fazendo funcionar as formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, como podemos ler:

[...] a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem mecanismos de qualquer formação social, regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representação dessas situações) (PÊCHEUX, 2014b, p. 82).

Essas considerações são basilares para analisarmos o discurso dos sujeitos-alunos, levando em conta que a AD não trabalha com a concepção de sujeito empírico, pois, para essa teoria, o sujeito é uma posição discursiva que o indivíduo ocupa para produzir seu dizer, sempre interpelado pela ideologia e envolto em determinadas condições de produção.

Aliada à teoria da Análise de Discurso, para construir os fios discursivos desta pesquisa, a argumentação tece, na cadeia discursiva, seus contornos, trazendo contribuições que suscitam a assunção da autoria por meio dos posicionamentos assumidos pelos sujeitos-alunos, materializados em seus discursos. Segundo Amossy (2016), com base nos postulados da AD, a argumentação mobiliza jogos de força e coloca em evidência a relação do discurso com o poder.

1 Metodologia

Sob a ótica da Análise do Discurso, a teoria e a metodologia são processos indissociáveis. Nesse sentido, cabe ao analista considerar as circunstâncias em que os discursos são produzidos e, mais que isso, o seu contexto sócio-histórico-ideológico, uma vez que tudo o que dizemos promove “efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista do discurso tem de apreender” (ORLANDI, 2015, p. 28).

Sob essa ótica, propusemos aos sujeitos-alunos do nono ano do Ensino Fundamental de uma escola pública uma discussão a partir da leitura do texto “Celular em sala de aula: proibir ou usar como ferramenta?”, publicado no portal Terra em 15 de julho de 2015¹. O texto discute os pontos positivos e negativos de se fazer uso do celular durante as aulas. Propusemos também a leitura da Lei Estadual 12.730/2007 e do Decreto Municipal 7041/2018, que versam sobre proibição do uso do celular na sala de aula. Essas leituras suscitaram muitas discussões. Os alunos formaram dois grandes grupos, para possibilitar o embate de ideias, sem configurar um debate, já que este requer um vencedor. Nosso objetivo com a discussão dos textos lidos foi o de ouvir as diferentes opiniões e os argumentos de cada grupo, sem que um precisasse

¹ Disponível em: encurtador.com.br/biB11

convencer o outro, pois, se o posicionamento fosse esse, estaríamos incoerentes com a teoria que nos embasa, bem como com nossa concepção de argumentação, uma vez que defendemos a disputa dos sentidos e não a imposição de um único, considerando que sujeito e sentido constituem-se junto com o texto. É, principalmente, nesse ponto que a discussão e o debate se diferem, conforme discute Amossy (2016, p. 11). Para a autora,

[...] a confrontação de pontos de vista, sobretudo quando ela é polêmica, constitui um dos polos da argumentação, sendo o outro a dimensão argumentativa dos discursos que influenciam as formas de pensar, de ver e de sentir sem se dar explicitamente como um empreendimento de persuasão.

Na mesma direção, Amossy (2017) discute, a partir dos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a (não) relação entre debate e discussão. Em seus escritos, a autora defende que a discussão não está na mesma perspectiva do debate. Nesse sentido, adotamos aqui a noção de discussão, e não de debate, pois nosso objetivo foi o de criar situações em sala de aula que autorizassem o sujeito-aluno a posicionar-se diante do tema proposto (o uso do celular durante as aulas), e não polarizar os diferentes pontos de vista, como requer a ideia do debate.

Após a discussão dos textos lidos, em sala de aula, propusemos aos sujeitos-alunos a escrita de textos na tipologia dissertativa-argumentativa, pois, embora a Análise do Discurso tenha outro entendimento sobre texto, esse era o conteúdo estudado pelos alunos no momento da pesquisa. A partir das produções escritas, constituímos nosso *corpus*, cujos recortes são parcialmente apresentados neste artigo.

Para procedermos às análises, procuramos direcionar nosso olhar para os indícios. Para isso, apoiamo-nos no paradigma indiciário utilizado por Ginzburg (2012), que teve o seu trabalho de analista amparado nas pistas. Esse paradigma nos auxiliou na compreensão dos sentidos não postos em discursos por evidência, mas pelo deslizamento que é constitutivo do sujeito e da linguagem. São as marcas linguísticas, as “escolhas” delas, que nos indiciam um sentido e não outro. Em outras palavras, é pelo intradiscurso que temos acesso ao interdiscurso e que encontramos indícios das formações discursivas e ideológicas às quais os sujeitos se filiam.

2 Análise do discurso e argumentação

Tendo em vista que a argumentação é inerente ao processo discursivo (AMOSSY, 2007), temos a pretensão de trazer uma discussão acerca da argumentação, não na perspectiva da técnica, da persuasão e da lógica, sentidos que já circulavam desde Aristóteles, mas, aqui, numa perspectiva discursiva.

No quadro teórico que adotamos, o da Análise do Discurso de linha francesa pecheuxtiana, já existe um grupo de pesquisadores que vem alinhavando uma articulação teórico-metodológica entre discurso e argumentação. A esse respeito, apoiaremos nossa abordagem nos estudos de Pacífico (2002; 2012; 2016), autora que concebe a argumentação como um direito humano e como condição necessária à assunção da autoria; de Amossy (2007; 2011; 2013; 2016), que situa a argumentação numa perspectiva sócio-histórica e aponta a necessidade de integrá-la à Análise do Discurso, e de Piris (2012; 2016), que apoia seus trabalhos na interface entre discurso e argumentação estabelecendo relação com o *ethos*, o *pathos* e o sujeito discursivo. Esses estudiosos concebem a argumentação como dimensão de uma prática discursiva situada em um contexto sócio-histórico e que ocorre quando a disputa dos sentidos assume papel central na interlocução. Segundo Piris (2016):

[...] uma análise discursiva da argumentação fundamentada na tese não idealista da linguagem não assume as perspectivas de estudo que tratam a argumentação como um jogo de estratégias arquitetadas por um orador plenamente consciente dos usos que ele faz dos recursos da linguagem para persuadir seu ouvinte (PIRIS, 2016, p. 105).

O que Piris (2016) traz aqui nos ajuda a pensar numa teoria da argumentação que se distancia do poder de convencimento, do jogo e de um debate em que há um vencedor. Na perspectiva da AD, as noções de *ethos* e *pathos* devem ser vistas como efeitos de sentido atribuídos ao sujeito discursivo. Embora essas noções sejam herdadas da Retórica, elas produzem sentido para esta abordagem, pois a imagem de si produz um efeito de individuação, e é por meio dela que o sujeito se difere dos demais. Isso só é possível porque a confiança do orador, ou seja, a imagem que se faz do outro, é, de fato, um dos principais elementos que interferem na estratégia de persuasão.

Estamos tratando a argumentação numa perspectiva de poder dizer e de ser autorizado a dizer. Para isso, o sujeito necessita de uma escola que não opere no discurso autoritário (ORLANDI, 1996), no modelo de transmissão e imposição de conhecimento, muito menos de uma postura silenciadora dos sujeitos-alunos, o que não é raro de acontecer na instituição escolar.

Amossy (2016) nos lembra de que a tensão entre a AD e a argumentação é que tem motivado estudos na direção de um entendimento de como uma vertente tem poder de operar no fio discursivo da outra:

[...] Se esta primeira “escola francesa” tem pouco a pouco apagado o benefício de abordagens menos ideológicas, as tendências na análise do discurso que surgiram na França na década de 1980 e, especialmente, em 1990, continuaram a mostrar sua desconfiança na tradição retórica, no entanto, a fonte de estudos sobre a linguagem foi buscada em suas dimensões de ação, de enunciação e de comunicação (AMOSSY, 2016, p. 166).

Dos apontamentos da autora, podemos inferir que, embora haja uma aproximação da argumentação à AD, é necessário duvidar dos sentidos acerca do poder que a argumentação exerce quando o intuito é convencer por meio da lógica, da persuasão e da estratégia que considera um sujeito soberano, que tudo sabe e age sobre o outro a fim de atender a um objetivo explícito. A AD opera no fio discursivo da história, levando em conta que as formas de subjetividade estão implícitas e implicam as formas de produção de sentido, visto que pertencem às possibilidades de uma formação discursiva. Sendo assim, o foco da nossa discussão não é a argumentação que exige um orador específico, mas aquela que incide sobre os mecanismos discursivos de construção dos efeitos de uma argumentação que possibilita ao sujeito constituir-se e identificar-se com uma dada formação discursiva, a qual determina o que pode e deve ser dito pelo sujeito discursivo.

Para avançarmos numa teoria discursiva da argumentação, evocamos, pois, os trabalhos de Pêcheux (2014) e Orlandi (1998), que se inscrevem na Análise do Discurso de linha francesa, trazendo a dimensão subjetiva aos estudos sobre argumentação iniciados pela nova retórica. Porém, em uma relação de continuidade discursiva distinta daquela de Amossy, citada anteriormente.

Pensar a argumentação a partir da teoria discursiva construída por Michel Pêcheux nos anos 60 do século XX, em que estudiosos passaram a se preocupar com a leitura como interpretação, ou seja, pensando o que ler quer

dizer, surge, então, a necessidade de um novo dispositivo teórico para sustentar as práticas de leitura. Ou seja, a desnaturalização da leitura, dos sentidos, tanto da leitura de textos na escola quanto da leitura de mundo, daquilo que nos cerca.

A AD é uma disciplina de entremeio, operando na contradição entre a linguística e as ciências sociais, pois rompe a dicotomia saussuriana entre língua e fala. No discurso, o social e o histórico são indissociáveis. Os interlocutores sempre estão tocados pelo simbólico e afetados pela memória discursiva, ou seja, pela memória social. Discurso e língua são indissociáveis. Só é possível interpretar porque os sentidos têm uma história sobre, têm uma memória (PACÍFICO, 2012).

Os conceitos da AD que estão sendo mobilizados ao longo deste texto, tais como discurso, condições de produção, sujeito (posição discursiva), interdiscurso, formações imaginárias e mecanismos de antecipação, possibilitam-nos analisar como se dá a argumentação por sujeitos-escolares sobre uma dada questão de interesse da maioria dos estudantes.

Para a AD, o discurso é o material bruto de análise, é o objeto discursivo. Os processos discursivos se desenvolvem nas condições materiais de base (ORLANDI, 2015). Sendo assim, o discurso a ser analisado depende das condições de produção, que contemplam o contexto imediato e o contexto sócio-histórico e ideológico.

Os discursos materializam-se nas formações discursivas (FD), que correspondem ao que deve e pode ser dito em dada conjuntura social, inscritas historicamente, ou seja, aquilo que, numa formação ideológica dada, determina o que pode e deve ser dito. Segundo Orlandi (2015), “as formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso”, isto é, a FD está no interdiscurso.

Nas palavras de Pêcheux (1990, p. 314), “uma FD não é um espaço estruturalmente fechado, pois é constitutivamente ‘invadido’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais”. As palavras de Pêcheux confirmam que a FD não é homogênea. Nesse sentido, um tema pode ser objeto de conflito, de tensão, já que sobre ele pode haver diferentes olhares, diferentes posições ocupadas por sujeitos que se opõem ao

discursivizarem sobre dada temática. Nessa tensão, as posições-sujeito filiam-se a determinadas FDs para formular seus discursos.

Entendemos que, ao adotarmos a perspectiva discursiva, levamos em conta o simbólico, e que no processo de produção dos sentidos, mesmo sabendo que eles podem vir a ser outros, há controle, pois o sujeito tenta controlar os sentidos para que haja assunção da autoria. Na argumentação, esse controle é necessário porque o sujeito só é capaz de argumentar se ele for autor do seu dizer (PACÍFICO, 2002; 2012).

Pêcheux (2015) discute os procedimentos teórico-analíticos da AD e nos mostra em que dimensão ela é uma disciplina da interpretação:

Esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da sequência marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico. E é nisto que se justifica o termo de disciplina de interpretação, empregado aqui a propósito das disciplinas que trabalham esse registro (PÊCHEUX, 2015, p. 54).

No tocante à questão da interpretação que nos coloca o autor, podemos afirmar que a proposta crítica que procura problematizar as formas de reflexão já estabelecidas confere à AD a condição de disciplina que fornece embasamentos para o estudo da argumentação, uma vez que problematizar está no processo de constituição dessa teoria. Na perspectiva discursiva, busca-se a compreensão de como um objeto simbólico - tal como textos escritos, imagéticos, orais, audiovisuais etc. - produz sentido, não apenas interpretando-o, mas explicitando como o texto encaminha seus gestos de interpretação, sempre enquanto possibilidades (ORLANDI, 2003).

Para Orlandi (2011), a AD é uma disciplina cisionista² porque procura problematizar continuamente as evidências e explicitar seu caráter ideológico, bem como sua capacidade explicativa e seu caráter subversivo no que se refere à (não) coexistência com a razão jurídica, religiosa, moral, política e científica. Desse modo, no conflito constitutivo das relações sociais, tem-se a ilusão de que um determinado sentido é neutro, mas sabemos que isso não é possível porque não há sujeito sem ideologia e é esta que faz parecer que o sentido só pode ser um. Ao considerar a ideologia, a AD pressupõe a

2 Termo cunhado por Orlandi (1987, p. 11) ao se referir à ruptura com a ilusão de neutralidade que explicita o caráter ideológico de qualquer evidência.

linguagem como produto do trabalho social e histórico do homem, por meio de um processo sócio-simbólico, e coloca em xeque sua transparência. Desse modo, o discurso, compreendido como efeitos de sentidos construídos pelos interlocutores, constitui-se de acordo com as condições de produção (ZIMMERMANN; SILVA, 2014).

A perspectiva de Orlandi (2003), com base em Pêcheux, movimentada as noções de mecanismos de antecipação e de interdiscursividade. Para a autora, os mecanismos de antecipação são, em grande parte, responsáveis pela argumentação, ou seja, o jogo que se fundamenta no imaginário construído socialmente. A interdiscursividade é caracterizada pelo entrelaçamento de variados discursos que são produzidos em diferentes momentos na história e em diferentes lugares sociais (FERNANDES, 2008). É pelo acesso a essa interdiscursividade que o sujeito se inscreve na história, ou seja, produz sentidos e se constitui como sujeito discursivo.

As situações de interlocução que envolvem a discussão em sala de aula, mediada pelo professor e sobre uma dada temática, no caso, o uso do celular na sala de aula, de acordo com suas especificidades imediatas, fazem com que o sujeito, ideologicamente, mobilize esta ou aquela região do interdiscurso. E, posteriormente, na sua escrita, esse acesso é atualizado em seu intradiscurso.

O fato de o discurso não ter rigorosamente um início e se sustentar sempre sobre um discurso prévio é que permite ao falante experimentar antecipadamente o lugar do ouvinte, imaginando que efeito seus dizeres terão naquele que ouve (PÊCHEUX, 1993). A esse mecanismo o autor chamou de antecipação, que “parece constitutiva de qualquer discurso” (PÊCHEUX, 1993, p. 77).

Nesse sentido, a relação que o sujeito estabelece entre o funcionamento das instituições às quais se vincula e as formações imaginárias é marcada pelas formações ideológicas que o capturam. A respeito desse jogo de formações imaginárias com relação ao mecanismo de antecipação, Orlandi (2015, p. 37) afirma que:

Todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele

que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto. Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor.

Diante do exposto, o mecanismo discursivo de antecipação está associado às formações imaginárias, juntamente com as relações de força. A antecipação permite trabalhar com as situações sociais no “interior” dos discursos. O sujeito-aluno, amparado pelas relações de força e poder, projeta em seu interlocutor uma imagem de quem ele é e para quem ele produz seu discurso, como sendo aquele que produz o discurso pedagógico, ou seja, o discurso autoritário (ORLANDI, 1996), o que não abre espaço para a polissemia e em que a paráfrase impera como meio de produzir sentidos esperados pelo seu interlocutor imediato, qual seja, o professor, ou, ainda, a instituição escolar.

Segundo Orlandi (2003), o mecanismo de antecipação é inerente às relações dos interlocutores, sejam elas reais ou virtuais, levando o sujeito a colocar-se no lugar do outro para aproximar-se daquilo que ilusoriamente pretende ouvir ou ler. E, ainda, o sujeito projeta aquilo que imagina que o outro quer ouvir do discurso que produz.

Assim sendo, é pelo mecanismo de antecipação que se opera a argumentação, ou seja, que podemos trabalhar com as posições discursivas, que são projeções imaginárias, e não com as posições empíricas que os indivíduos ocupam na sociedade. Em outras palavras, é com o olhar no que imaginamos sobre o outro que produzimos o discurso, e, dessa forma, sujeito e sentidos se constituem simultaneamente.

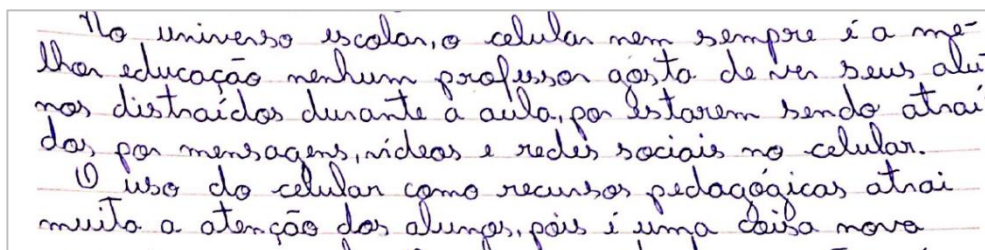
3 Análises discursivas

3.1 Sujeito dividido: os efeitos das Formações Imaginárias

Nosso movimento de análise diz respeito aos efeitos das formações imaginárias sobre um sujeito que, dividido, é afetado pela sua constituição, por um lado, como um sujeito interpelado pelo uso da tecnologia, e, por outro, pelo discurso da lei. Nesse ranger que sustenta a luta de classes, o sujeito-aluno produz efeitos de sentido que colocam a escola em um lugar de silenciamento, de interdição do seu dizer, interditando, portanto, sua possibilidade de argumentar a favor do uso do celular na escola.

É importante pontuarmos que os discursos que circulam nos recortes analisados estão reproduzidos tais quais foram produzidos pelos sujeitos-alunos, por defendermos que essas marcas são indícios que produzem sentidos, conforme a base teórica que adotamos. Passemos às análises.

Recorte 1:



Transcrição: “No universo escolar, o celular nem sempre é a melhor educação nenhum professor gosta de ver seus alunos distraídos durante a aula, por estarem sendo atraídos por mensagens, vídeos e redes sociais no celular.

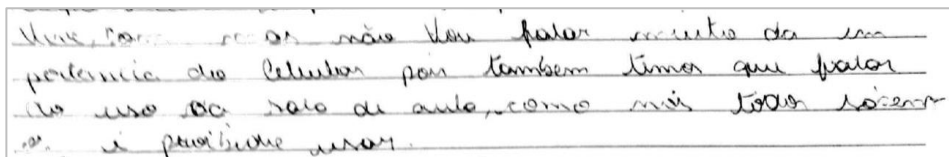
O uso do celular como recurso pedagógico atrai muito a atenção dos alunos, pois é uma coisa nova [...]” (Sujeito-aluno A).

Como podemos observar, o sujeito-aluno A produz sentidos de aprovação do uso do aparelho em sala de aula ao mesmo tempo em que desliza para o sentido contrário: o de que o celular pode provocar a distração dos alunos ao serem “**atraídos por mensagens, vídeos e redes sociais**”. Isso só é possível porque o sujeito é afetado pela formação imaginária acerca do papel do professor, qual seja, aquele que coloca a soberania do professor como um sentido cristalizado e a quem o aluno deve obediência e atenção. Nesse viés, ao produzir o intradiscurso, o sujeito é interpelado pelo interdiscurso e repete o que é do domínio da ideologia dominante, a ideia de que o aluno deve estar atento, o tempo todo, ao que o professor diz e que há um “canal” de passagem de informações entre o professor e o aluno que deve funcionar sem ruídos ou distrações, pois, se o aluno estiver “distraído”, a comunicação falha e, por isso, não haverá aprendizagem. Destacamos que essa formação discursiva constitui as teorias positivistas da comunicação.

Não concordamos com essa visão de aprendizagem, pois entendemos que essa relação desigual de poder entre a posição do aluno e a do professor acaba por criar um distanciamento daquilo que deve imperar na sala de aula: a disputa dos sentidos. Como é possível ocorrer disputa de sentidos numa

relação em que apenas o professor tem o poder de se posicionar, de falar, de ser ouvido? Por isso, defendemos o protagonismo do aluno, o que só é possível se ele tiver o direito de argumentar, ou seja, se sua subjetividade for considerada, para que ele possa se inscrever historicamente e produzir sentidos com os quais se identifica.

Recorte 2:



Transcrição: “[...] não vou falar muito da importância do celular pois também temos que falar do uso na sala de aula, como nós todos sabemos, é proibido usar” (sujeito-aluno B).

No recorte 2, o discurso produzido pelo sujeito-aluno B, em sua heterogeneidade, filia-se à formação discursiva do silenciamento do sentido de sujeito dependente do aparato tecnológico.

Ao longo de sua produção escrita, os sentidos sobre a importância do dispositivo tecnológico para a vida vêm sendo tecidos num viés de naturalização da dependência do sujeito pós-moderno à máquina. Sua construção parece indiciar um movimento até de militância pela aceitação do uso da tecnologia na escola, porém ao retomar o controle do texto, o sujeito direciona o leitor para aquilo que parece ser, imaginariamente, o que a escola espera ouvir dele. Para isso, faz funcionar em seu discurso os mecanismos de antecipação por meio das formações imaginárias.

Em meio ao exercício de sua subjetividade, o sujeito-aluno B recorre à projeção da imagem do outro sobre o que ele (sujeito-aluno B) produz. Para isso, é mobilizado o jogo de formações imaginárias que, para Pêcheux (2014), parece constitutivo de qualquer discurso. Segundo o autor:

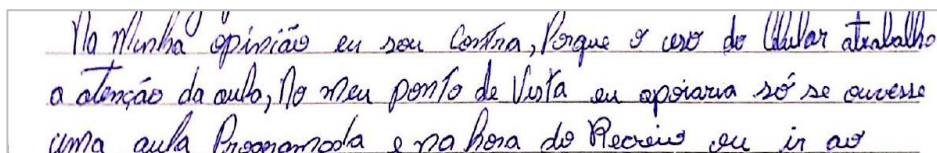
Isso implica que o orador experimente de certa maneira o lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador: sua habilidade de imaginar, de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde este ouvinte o “espera” (PÊCHEUX, 2014, p. 77).

É nesse jogo de formações imaginárias que o sujeito produz o seu dizer. Ele leva em conta o seu interlocutor, pois, de acordo com a citação acima, o

sujeito projeta seu interlocutor, ou seja, experimenta esse lugar de ouvinte para “experimental” os possíveis sentidos que serão produzidos pela sua formulação e, dessa forma, escapa aos sentidos não desejados pela escola. Ao fazer isso, ele reproduz sentidos já cristalizados pela escola e permanece no campo da paráfrase da formação discursiva dominante.

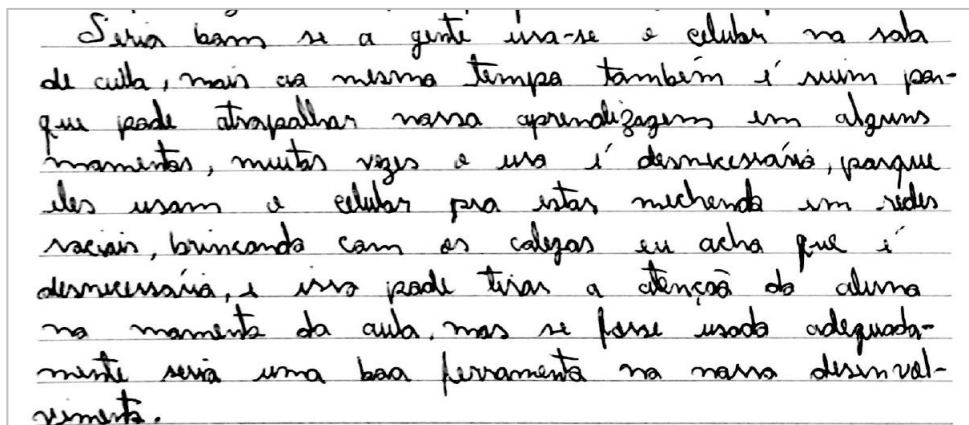
Porém, quando sua subjetividade não é controlada pela escola, seu discurso sai da paráfrase e alcança a polissemia. Para Pacífico (2016), o aluno, de modo geral, percebe que a escola não admite o exercício da subjetividade, então se esforça para ser um “bom aluno”, produzindo o discurso que venha ao encontro daquilo que a escola espera, ou seja, do cidadão que respeita a lei de proibição do aparelho na escola, mesmo tendo o uso da tecnologia na constituição de sua subjetividade. Esse é o modo do funcionamento da contradição na/pela língua, ou seja, a mesma língua que defende o uso da tecnologia, em sala de aula, nega esse uso e, conseqüentemente, nega que a constituição da subjetividade na contemporaneidade ocorre por meio do uso da tecnologia.

Recorte 3:



Transcrição: “Na minha opinião eu sou contra, Porque o uso do Celular atrapalha a atenção da aula, no meu ponto de vista eu apoiaria só se ouvesse uma aula programada e na hora do recreio [...]”. (sujeito-aluno C).

Recorte 4:



Transcrição: “Seria bom se a gente usa-se o celular na sala de aula, mais ao mesmo tempo também é ruim porque pode atrapalhar nossa aprendizagem em alguns momentos, muitas vezes o uso é desnecessário, porque eles usam o celular pra estar mechendo em redes sociais, brincando com os colegas eu acho que é desnecessário, e isso pode tirar a atenção do aluno no momento da aula. Mas se fosse usado adequadamente seria uma boa ferramenta no nosso desenvolvimento” (sujeito-aluno D).

O que apresentamos nos recortes 3 e 4, produzidas pelos sujeitos-alunos C e D, constitui um contínuo de repetições de discursos permitidos pela escola que não possibilitam a polissemia. Destacamos a contradição que funciona, de modo indiciário, entre o que é da ordem da brincadeira, do prazer, da diversão (usar celular para brincar com os colegas; na hora do recreio; para ver redes sociais) em oposição ao imaginário do que são as atividades escolares (prestar atenção em um único ponto, o professor; aprendizagem unifocal).

O uso de “bom” e “ruim” (“Seria bom se a gente usa-se o celular na sala de aula, mais ao mesmo tempo também é ruim...”) marca bem essa oposição de sentidos, o conflito do sujeito, que é capturado pelo modo de funcionamento das práticas tecnológicas contemporâneas, mas também o é pelo discurso da lei. A contradição também fica marcada com o uso dos pronomes referentes à primeira pessoa do plural (“nossa aprendizagem”) e a terceira pessoa do plural (“eles usam o celular”), cuja alternância de pessoa gramatical indicia um sujeito dividido, que ora se coloca como integrante da turma de alunos sala de aula, pois está preocupado com a aprendizagem de todos (“nossa”), ora se distancia dos alunos, pois são “eles” que fazem um uso inadequado do celular. Esses usos linguísticos afetam a construção e sustentação da argumentação, pois o sujeito-aluno não consegue controlar a contradição que fica explicitamente marcada em sua formulação.

Pacífico (2012, p. 44) considera a argumentação uma arte, tanto no sentido de capacidade criadora de o sujeito colocar em prática um posicionamento, quanto no sentido mais relativo ao papel da arte, que é o de provocar, romper com os padrões aceitos pelas instituições sociais. Aqui, os sujeitos-alunos fazem o movimento contrário: eles repetem aquilo que a instituição escolar espera do “bom aluno”, que pode ser interpretado como o “bom sujeito” a que se refere Pêcheux, em *Semântica e Discurso*. O autor defende que a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob

a forma do ‘livremente consentido’” (PÊCHEUX, 2014a, p. 199, grifos do autor). Ou seja, “o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica” (PÊCHEUX, 2014a, p. 199).

Levando em conta as condições de produção, é possível constatar a presença de um discurso construído por relações de força e poder; um discurso que se sobrepõe àquilo “que eu quero dizer” ao “o que querem que eu diga”; o discurso do “bom sujeito”, que “sofre cegamente” as determinações das instituições sociais (PÊCHEUX, 2014a).

Considerações finais

A partir do que analisamos, concluímos que a contradição foi recorrente e marcou o funcionamento da argumentação, posto que argumentar contra o sentido dominante, no caso da lei que proíbe o uso do celular na escola, nem sempre é possível para o sujeito-aluno, que imagina o sujeito-professor como seu leitor.

Nesse sentido, a argumentação funciona por meio do mecanismo de antecipação que busca no outro os sentidos que podem e devem ser ditos em determinada condição de produção. Desse modo, os sujeitos-alunos dessa pesquisa produziram sentidos de contradição porque foram afetados pelo discurso pedagógico, dada sua posição de sujeito-aluno, pelo discurso da lei, que impõe à instituição escolar a proibição do uso do celular na escola, e pelo discurso da cultura do digital, que é aquele que o constitui. Nesse sentido, a relação entre os interlocutores, isto é, os sujeitos-escolares, torna-se conflituosa e afeta a construção da argumentação, pois os sujeitos repetem o discurso da lei, mas também deixam vestígios de que a proibição do uso do celular na escola não deve ser tão radical, visto que “O uso do celular como recurso pedagógico atrai muito a atenção dos alunos, pois é uma coisa nova” (sujeito-aluno A).

Referências

AMOSSY, Ruth. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. Tradução: Adriana Zavaglia. **Filologia e linguística portuguesa**, São Paulo, n. 9, p. 121-146, 2007.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, 2011.

AMOSSY, Ruth. O *ethos* na interseção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 119-144.

AMOSSY, Ruth. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. Tradução: Rosalice Pinto et al. **ReVEL - Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 14, n. 12, p. 165-190, 2016.

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Tradução: Rosalice Pinto et al. São Paulo: Contexto, 2017.

FERNANDES, Claudemar Alves. **Análise do Discurso: Reflexões introdutórias**. 2.ed. São Carlos: Claraluz, 2008.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Autoria e interpretação. Dispositivos de interpretação. In: **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 63-98.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto: formulações e circulação de sentidos**. Pontes Editores, Campinas, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12.ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Educação e sociedade: o discurso pedagógico entre o conhecimento e a informação. **Revista ALED**, v. 16, n. 2, p. 68-80, 2016.

PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Argumentação e autoria: o silenciamento do dizer**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Argumentação e autoria nas redações de universitários: discurso e silêncio**. Curitiba: Appris, 2012.

PACÍFICO, Soraya Maria Romano. O direito à argumentação no contexto escolar. In: PIRIS, Eduardo Lopes; FERREIRA, Moisés Olímpio (orgs). **Discurso e argumentação em múltiplos enfoques**. Coimbra: Grácio Editor, 2016. p. 191-212.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas. Tradução: Jonas de Araújo Romualdo. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 311-318.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5.ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, 2014b. p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 7.ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2015.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a Nova Retórica**. 6.ed. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIRIS, Eduardo Lopes. A dimensão subjetiva da argumentação e do discurso: focalizando as noções de *ethos* e de *pathos*. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 2, p. 52-62, 2012.


PIRIS, Eduardo Lopes. A argumentação numa perspectiva materialista do discurso. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 97-121, 2016.

ZIMMERMANN, Narjara; SILVA, Henrique César da. O mecanismo de antecipação aplicado à análise discursiva de entrevistas: imaginários de leitura de professores na educação científica. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 33-51, 2014.

As descrições sobre o negro escravizado nos jornais *Correio Paulistano* e *A Redempção*

Mírian Lúcia Brandão Mendes

Professora Doutora do Centro Universitário Newton Paiva, Brasil

 orcid.org/0000-0002-9550-7837

Resumo: Este artigo tem como proposta discutir a construção descritiva do racismo no século XIX. O objetivo principal é verificar os mecanismos da descrição como estratégias discursivas utilizadas nos enunciados dos anúncios de escravizados do jornal *Correio Paulistano* e nos textos opinativos em *A Redempção*. A análise metodológica do *corpus* é fundamentada a partir da Teoria Semiollingüística de Charaudeau (2008), com foco na verificação do funcionamento dos procedimentos discursivos da construção descritiva. De um modo geral, as análises sinalizaram que, nos textos analisados, as categorias do qualificar surgem em maior número revelando os primeiros traços do racismo sobre o negro no Brasil. Essa percepção pode ser confirmada não só nas análises dos anúncios de escravizados do *Correio Paulistano* como também nas propostas abolicionistas de *A Redempção*.

Palavras-chave: Construção Descritiva. Discurso. Racismo. Antirracismo

Abstract: This article aims to discuss the descriptive construction of racism in the 19th century. The main objective is to verify the mechanisms of the description as discursive strategies used in the statements of the slave announcements of the *Correio Paulistano* newspaper and in the opinative texts in *A Redempção*. The methodological analysis of the *corpus* is based on the Semiollingüistic Theory of Charaudeau (2008), with a focus on verifying the functioning of the discursive procedures of the descriptive construction. In general, the analyzes indicated that, in the analyzed texts, the categories of qualification appear in greater numbers, revealing the first traces of racism on the black in Brazil. This perception can be confirmed not only in the analyzes of the advertisements of enslaved people of *Correio Paulistano* but also in the abolitionist proposals of *A Redempção*.

Keywords: Descriptive construction. Speech. Racism. Anti-racism.

Introdução

Este artigo discute a construção descritiva do racismo e da ideologia antirracista no século XIX por meio da análise de enunciados de anúncios de escravizados do jornal *Correio Paulistano*, publicados no período de 09/01/1874 a 20/01/1874, e de textos opinativos de *A Redempção* que circularam entre 02/01/1887 e 10/02/1887. Nesta perspectiva, considera-se que o escravismo foi o berço do racismo no Brasil, remetendo ao colonialismo e às subsequentes formas de dominação social. Por isso, os discursos escravistas e antiescravistas são aqui reconhecidos como precursores dos discursos racistas e antirracistas, uma vez que historicamente sempre houve na sociedade uma linha divisória entre o “nós” e o “eles”, conforme postula Van Dijk (2012).

Sobre os jornais analisados, destaca-se que o *Correio Paulistano* foi um veículo de comunicação do século XIX representante do Partido Conservador e sustentado pelos aristocratas da época. Embora o estudo tenha se concentrado no século XIX, o *Correio Paulistano* teve uma longa permanência na história da imprensa paulista. Fundado por Joaquim Roberto de Azevedo Marques, em 26 de junho de 1854, na província de São Paulo, o *Correio Paulistano* permaneceu em circulação até 1963, com 109 anos de publicações. Analisando, especificamente, as publicações do século XIX, destacam-se as numerosas descrições que acompanhavam os anúncios de escravizados nesse jornal.

Já sobre o jornal *A Redempção*, periódico publicado na cidade de São Paulo entre janeiro de 1887 e 13 de maio de 1888, é possível adiantar que ele é uma importante fonte para a compreensão das divergências de opiniões nos projetos abolicionistas que antecederam a Lei Áurea. Por essa razão, foram selecionados os artigos opinativos deste jornal para integrar os *corpora*, a fim de verificar as estratégias discursivas utilizadas por seus enunciadores.

Como procedimento metodológico, as análises partiram da investigação dos componentes da construção descritiva utilizados para as atividades de “nomear”, “localizar-situar” e “qualificar” em três artigos de opinião do jornal *A Redempção*, publicados em 1887 e, também, em três anúncios de escravizados do jornal *Correio Paulistano*, publicados nas edições de 1874. A escolha dos textos opinativos para análise deve-se ao fato de que, nesse gênero, o enunciador produz um discurso social constituído de julgamentos e apreciações que podem revelar o que Brandão (2007, p. 489) denomina

“relações de aliança ou antagonismo”. Já os anúncios sobre escravizados são interessantes para esta pesquisa porque as marcas linguísticas das nomeações e qualificações presentes em seus enunciados podem servir como base para verificação e estudo sobre como o negro era discursivamente representado pelas classes dominantes nos jornais do século XIX. Nesse sentido, é possível investigar, a partir dos enunciados, as designações negativas que se perpetuaram historicamente no imaginário social sobre o negro.

1 Sobre os conceitos de racismo e antirracismo

De acordo com Munanga (2003, p. 3), o conceito do termo “racismo” foi criado por volta de 1920 e, a partir daí, já foi alvo de inúmeras interpretações. Por isso, entre as diversas definições desse termo que poderiam ser trazidas para este estudo, elegeu-se a do antropólogo e professor Kabengele Munanga (2003) que o define como:

[...] uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e moral, o físico e o intelecto, o físico e cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religioso etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (MUNANGA, 2003, p. 3).

Pode-se pensar de maneira semelhante à fala do professor se tomados como exemplo os enunciados dos textos do jornal *A Redenção* (20 de janeiro de 1887):

- (1) “Desde hoje estariam livres; porém só tomariam posse completa da liberdade, de hoje a três anos”.
- (2) “Pelas idéas que enunciam, reconhecerão os abolicionistas que consideramos uma indeminisação ensinar os ex-escravizados a amar o trabalho”.
- (3) “Não queremos que o escravizado tenha a liberdade completa, absoluta, no dia da abolição”.

Os enunciados acima mostram que, na avaliação do redator do jornal *A Redenção*, a liberdade imediata seria um risco para raça negra pela sua

condição de inferioridade intelectual. Nesse sentido, manter a concessão da “meia liberdade” seria um gesto de pura bondade, uma vez que, no imaginário dos escravocratas e dos abolicionistas, o negro livre, pela sua origem inferior, seria incapaz de cuidar do seu próprio destino.

Munanga (2003) acrescenta ainda que é preciso ter critério para utilizar o termo, pois o uso generalizado do racismo pode constituir-se em armadilha ideológica e levar à banalização, isto é, a um esvaziamento da importância ou da gravidade dos seus efeitos perversos.

Na prática, o racismo tem seus desdobramentos no preconceito de cor e na discriminação. Simão Neto (2011, p. 105), no *Estatuto da Igualdade Racial*, explica com relação à “discriminação racial” que:

Artigo 1º - 1. Para fins da presente Convenção, a expressão “discriminação racial” significará toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública.

De acordo com o mesmo autor, o preconceito significa a atitude desfavorável para um grupo ou indivíduos que nele se inserem, baseada não em seus atributos reais, mas em ideias preconcebidas. Em síntese, pode-se dizer que o preconceito e a discriminação racial são instrumentos legitimadores do racismo. No entanto, a diferença que há entre eles reside no fato de que a discriminação implica sempre uma ação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas contra outra pessoa ou outro grupo de pessoas.

Sobre o antirracismo, ainda na perspectiva de Munanga (2003), considera-se que seja uma reação à postura ou à ideologia racista, por considerar que todos os indivíduos, independentemente de suas características físicas ou biológicas, têm direito a exercer a individualidade e a cidadania na esfera social. Os discursos racistas e antirracistas constituíram-se historicamente em diversos contextos sociais. É certo que no período colonial não havia um interesse em combater o racismo científico¹, porque acreditava-se em uma inferioridade biológica do negro. A ideologia antirracista e o

¹ Em meados do século XIX, tal pensamento editou conceitos e preconceitos que procuraram justificar o sistema escravocrata no Brasil. Trata-se do chamado “racismo científico”, pautado em teorias que se esforçavam em classificar a humanidade como raças inferiores ou superiores.

discurso de igualdade racial irão surgir somente no início do século XX com a formação do movimento da Frente Negra Brasileira². Contudo, mesmo no século XIX, quando o racismo que imperava era o científico, é possível citar alguns marcos positivos resultantes de ações de negros escravizados e abolicionistas que já sinalizavam um caminho em direção à busca de igualdade de direitos como, por exemplo, a promulgação das leis Eusébio de Queiroz (em 1850, por meio da qual o tráfico de escravos é definitivamente proibido), *Ventre Livre* (em 1871, que libertava os escravos que nascessem a partir da sua data de promulgação), Saraiva-Cotegipe (em 1885, que dava liberdade aos escravos com mais de sessenta anos) e a Lei Áurea (em 1888, que extinguiu oficialmente a escravidão no Brasil).

O combate ao racismo, portanto, começa pelo combate ao pensamento escravista e segue até os dias atuais com discursos produzidos por militantes e estudiosos preocupados com as desigualdades sociais.

2 O Jornal Correio Paulistano

O jornal *Correio Paulistano* foi fundado por Joaquim Roberto de Azevedo Marques em 26 de junho de 1854, na província de São Paulo, e permaneceu em circulação até 1963, com 109 anos de publicações. O *Correio Paulistano* teve uma longa trajetória e influenciou o surgimento de outros jornais em São Paulo tão importantes quanto ele, como o *Diário Popular*, que atualmente é o *Diário de São Paulo*, *A Província de São Paulo*, que hoje é *O Estado de São Paulo* e ainda a *Folha de São Paulo*.

O início da trajetória do *Correio Paulistano* foi politicamente situado no contexto liberal, tendo como primeiro redator o jornalista e político Pedro Taques de Almeida Alvim. Contudo, ao longo da sua trajetória, o jornal passou por transformações e adaptações, assumindo várias posturas políticas que variavam de acordo com as circunstâncias de cada época, entre elas, as dificuldades financeiras. Em suas primeiras publicações, declarava-se ser imparcial quanto à postura política, mas, de acordo com Schwarcz (1992),

² De acordo com Pinto (2013, p. 88), o jornal *A Voz da Raça*, porta-voz da Frente Negra, refere-se, vagamente à fundação da entidade como uma tentativa do negro de se unir, possuir um organismo que lutasse pelos seus direitos e, finalmente, contar com um local onde pudesse exercer a sua sociabilidade. Portanto, os motivos eram os mesmos que fizeram surgir grandes partes das entidades negras.

entre 1855 e 1858, uma forte decadência financeira o levou a aderir publicamente às ideias conservadoras. Nessa época, o grupo do Partido Conservador estava em poder de liderança na província de São Paulo.

De forma resumida, de acordo com Alonso (2015), o Partido Conservador, conhecido na década de 40 do século XIX com o nome de Saquarema por fazer referência ao Município do Rio de Janeiro, onde se localizavam as terras de seus líderes, defendia um governo centralizado justificado pela necessidade do progresso. Já o Partido Liberal, surgido no Período Imperial e extinto com a Proclamação da República, pregava a libertação política das províncias, com um governo mais aprimorado, além de defender temas como a abolição da escravatura e as eleições diretas. Esse partido era chamado de Luzias por ter vencido uma batalha na Vila de Santa Luzia, em Minas Gerais. Ambos os partidos tinham como membros os grandes proprietários de terras. Contudo, no Partido Liberal, havia também alguns comerciantes, jornalistas, enfim, pessoas que mantinham um laço mais estreito com o povo.

Uma característica peculiar do *Correio Paulistano* era manter uma visão pessimista sobre o elemento de cor negra, o que pode ser constatado nos numerosos anúncios de escravizados que o jornal publicava. Esses anúncios, além de revelarem preconceitos, traziam à tona a cumplicidade do jornal com os grandes proprietários escravocratas. Já nos artigos opinativos, as discussões giravam em torno das mudanças econômicas que ocorriam na província de São Paulo.

3 O Jornal *A Redempção*

O jornal *A Redempção* foi uma folha abolicionista, comercial e noticiosa publicada aos domingos e quintas-feiras e distribuída na província de São Paulo, entre janeiro de 1887 e 13 de maio de 1888. Durante os quase dois anos em que o jornal esteve em circulação, as instalações da Confraria da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios serviram como sede para reuniões e tipografia de *A Redempção*³.

3 Em 2014, a Equipe de Conservação e Restauo do Arquivo Público do Estado de São Paulo iniciou os trabalhos de restauro da coleção de jornais *A Redempção*, 1887- 1888. Antes disso, devido ao estado fragilizado do suporte papel-jornal, a consulta a esses periódicos estava suspensa.

Sob o comando do redator Antônio Bento de Souza e Castro, conhecido por liderar o grupo *Ordem dos Caifazes*, o jornal *A Redempção* é uma importante fonte para a compreensão da organização dos projetos abolicionistas das décadas que antecederam a abolição da escravatura. De acordo com Schwarcz (1992, p. 81),

Tratava-se de um jornal ligado ao grupo dos caifazes, que praticavam o que na época era denominado como “abolicionismo ilegal”, já que seus membros não se apoiavam só nos “benefícios da lei”, mas antes buscavam, através de formas mais diretas, como incitamento à fuga, chegar à libertação total de grupos de escravos.

Apesar da pluralidade de ideias do jornal, as palavras da autora deixam claro que o pensamento que respalda todas as suas publicações é o da extinção do sistema escravagista no Brasil. Além de possuir uma postura partidária diferente do *Correio Paulistano*, *A Redempção* apresentava uma linguagem mais popular e acessível ao público das diferentes camadas sociais que apoiava as iniciativas de libertação dos escravizados. O caráter irônico do jornal tinha como objetivo provocar reações nos proprietários de escravizados e nos jornais da oposição, como mostra o texto a seguir:

O *Correio Paulistano* e o abolicionismo

O *Correio Paulistano*, que, para agradar a caipira imbecil e estúpido, costuma insultar os abolicionistas, a propósito do officio que fez o Barão de Parnahyba ao sr. Lopes dos Anjos, officio que é uma chapa muito usual, traz o seguinte:

“A classe agrícola, principalmente, deve-lhe serviços que jamais poderão ser esquecidos. A’ sua actividade, energia e dedicação pôde ella abrigar-se muitas vezes contra as ousadas tentativas do abolicionismo anarchista”.

E’ melhor que o rabugento *Correio Paulistano* não nos provoque com sandices.

Um conselho de amigo: lêmos em uma folhinha que o uso de pinta cabellos e barbas traz como consequência o amolecimento cerebral e faz com que os que uzão d’essesridículos disfarces se tornem provocadores iraciveis; talvez seja essa a causa do *Correio* provocar-nos: pois não pinte mais esses cabellos e barbas, amigo, que assim perderá esse sestro de atrevido, e ficará amável e bom, como era quando não se pintava.

Si continuar a provocar-nos contaremos a história de certo cavalheiro ... muito conhecido.

(Jornal *A Redempção*, 6 de janeiro de 1887)

O texto acima foi publicado em resposta a uma provocação do *Correio Paulistano*. A linguagem coloquial e irreverente apresentada fez com que o jornal se tornasse um dos mais lidos e populares da província. Conforme explica Azevedo (1987, p. 216):

O jornal teria como função primeira a de servir como núcleo organizador e aglutinador dos chamados “caifazes”, ou seja, uma multidão de cocheiros, mascates, ferroviários, pequenos comerciantes, artesãos, estudantes, profissionais liberais, mulheres, menores e libertos, que em toda a província movimentavam-se para auxiliar os escravos em suas fugas, escondendo-os em suas próprias casas, facilitando suas viagens em suas ferrovias e orientando-os para Santos, onde os aguardava o quilombo do Jabaquara, fundado especialmente para eles pelos abolicionistas.

Porém, o projeto abolicionista de *A Redempção* não previa uma libertação imediata dos escravizados devido ao fato de não haver planejamento político algum para integrar o ex-escravizado à sociedade livre. Inicialmente, o grupo dos Caifazes que liderava o jornal não objetivava a completa emancipação dos negros porque previa um processo de libertação sem alteração da ordem social. Contudo, na seção denominada *Album Abolicionista*, era usual a divulgação e os elogios aos proprietários que por vontade própria libertavam seus escravizados.

O jornal *A Redempção* permaneceu em circulação em São Paulo até o dia 13 de maio de 1888, quando foi promulgada a *Lei Áurea* no Brasil. A partir dessa data, passou a ser publicado anualmente para lembrar e comemorar o acontecimento do dia 13 de maio. Apesar da contradição de ideias e propostas antagônicas que o jornal apresentava com relação à abolição, é importante considerar que a sua linguagem mais direta e coloquial e o seu preço mais acessível proporcionavam um espaço mais aberto para divulgação popular e discussão dos projetos de extinção da escravatura. Desse modo, pode-se dizer que esse jornal cumpriu um papel importante nas discussões abolicionistas.

4 O Modo de Organização Descritivo na Teoria Semiollingística

Os discursos dos jornais *Correio Paulistano* e *A Redempção* envolvem diversas circunstâncias sociais, tais como o tempo, o espaço, o papel social do

produtor, além das situações psicológicas e linguageiras. Circunstâncias essas que são abarcadas pela Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (2008)⁴.

Nos textos analisados neste artigo, sobretudo nos anúncios de escravizados, o modo de organização descritivo é de especial importância para se compreender como os posicionamentos racistas e antirracistas são estruturados. Como teoriza Charaudeau (2008), o modo de organização descritivo é um procedimento discursivo que utiliza algumas “categorias de língua” para produzir certos efeitos que resultam na “descrição”. O descrever, por sua vez, é uma atividade de linguagem que consiste em fazer existir os seres, nomeando-os, localizando-os e qualificando-os a partir de uma visão de mundo.

De acordo com o autor, na construção descritiva, “nomear”, “localizar-situar” e “qualificar” são componentes fundamentais. Do ponto de vista do sujeito que constrói o texto, “nomear” consiste em dar existência a um ser, classificando-o a partir da sua percepção do mundo. O procedimento discursivo para a nomeação é a “identificação”. Todavia, para Charaudeau (2008, p. 112), “nomear não corresponde a um simples processo de etiquetagem de uma referência preexistente. É o resultado de uma operação que consiste em fazer existir *seres significantes no mundo, ao classificá-los*”. Essa operação, porém, dependerá do modo pelo qual o sujeito descritor observa e percebe o mundo.

Com relação ao “localizar-situar”, o autor teoriza que se trata de colocar o ser nomeado em um determinado espaço temporal criando uma “construção objetiva do mundo”. Além de colocá-lo no espaço e no tempo, também são atribuídas a ele algumas características, na medida em que ele delas depende para a sua existência ou para sua função.

Já o terceiro componente, o “qualificar”, consiste em atribuir ao ser uma qualidade que o caracteriza, classificá-lo e especificá-lo em um subgrupo, a partir do olhar do sujeito falante, suscitando procedimentos que podem ser objetivos ou subjetivos. É por meio da qualificação que o sujeito falante manifesta o seu imaginário individual ou coletivo. Por essa razão, nos exemplos das próximas seções deste artigo, a qualificação e a denominação

4 A Teoria Semiolinguística foi empreendida por Patrick Charaudeau no livro *Langage et discours – Éléments de sémiolinguistique*, publicado em 1983. O referido livro foi traduzido no Brasil com o título *Linguagem e discurso: modos de organização*. Vide Charaudeau (2008).

serão observadas mais de perto, uma vez que historicamente esses dois procedimentos discursivos têm servido como ferramenta para a manutenção de estereótipos e uma representação negativa do negro nas práticas sociais.

5 Os procedimentos descritivos nos anúncios de escravizados dos jornais *Correio Paulistano*

Como dito anteriormente, o *Correio Paulistano* expressava a opinião dos conservadores, por isso era considerado pelos abolicionistas um jornal escravocrata. Do ponto de vista situacional, os anúncios de negros escravizados veiculados neste jornal pertencem ao domínio dos “textos com a finalidade de incitar”, conforme Charaudeau (2008, p. 123), porque eles têm a finalidade de chamar a atenção do leitor, o TUI⁵. Eles são produzidos por um EUE, o proprietário de escravos, aquele que mandou pôr o anúncio, dotado de uma intenção e espera que a sua mensagem seja interpretada corretamente pelo TUI. Já o referente do discurso dos anúncios é sempre o escravizado, o outro, de quem se fala.

Os anúncios de escravizados aparecem em diversas seções dos jornais conservadores do século XIX e obedecem às coerções do gênero tal como se fazia uso na época. Na situação específica em que se encontram no *Correio Paulistano*, eles constituem uma situação de comunicação com propósitos somente comerciais de informar um determinado acontecimento, como fuga, oferta de venda, de aluguel ou ainda objetivam um efeito persuasivo no TUI para a ação de compra e captura. Para esta pesquisa, esses anúncios vão além dessa finalidade, porque eles possibilitam reconstruir as representações sociais dos negros e negras na sociedade do século XIX. De acordo com Brandão (2007, p. 486):

Como parte do dizível, do “narrável” e argumentável das práticas discursivas de uma comunidade de falantes do século XIX, a tematização da escravidão nos anúncios emerge como objeto de discurso e representação signíca de um modo de viver, pensar o mundo, refletindo e refratando não só o cotidiano, o universo das pequenas transformações que circulam na rede tecida pelas práticas de linguagem, mas também todo um quadro social, político e ideológico de um período de nossa história.

5 Para Charaudeau (2008), o sujeito ocupa um lugar central na Situação de Comunicação, o que torna o ato de linguagem um ato interenunciativo entre quatro sujeitos: o sujeito comunicante (EUC), o sujeito enunciador (EUE), o sujeito destinatário (TUD) e o sujeito interpretante (TUI).

Quanto aos aspectos discursivos desses textos, há a predominância do modo de organização descritivo tendo como base os três tipos de componentes: “nomear”, “localizar-situar” e “qualificar”, já teorizados por Charaudeau (2008). Os interlocutores (TUi) pretendidos eram aqueles pertencentes ao mesmo círculo social de seus produtores (EUE), ou seja, os outros proprietários de escravizados e as autoridades que, nos casos de fuga, eram incumbidas de cumprir o papel do resgate e do retorno do escravizado para o seu devido dono.

O posicionamento do *Correio Paulistano* com relação à libertação dos escravizados era incompatível com os projetos dos liberais. Esse posicionamento ficava evidente nas publicações de apoio à captura dos negros fugidos. Era do saber público que esses escravizados, quando capturados e devolvidos aos seus donos, eram severamente castigados, como mostra a construção descritiva dos anúncios de fuga:

Escravo Fugido

Fugio do abaixo assignado, um mulato por nome Lucas com idade de 28 annos creoulo da Faxina, sapateiro, estatura regular, corpolento, pés e mãos chatos, pernas grossas, tem falta de um dente na frente, e também um signal no beijo, tem signaes de castigo tanto nas costas como nas nadegas; fugio há mais de dois annos e esteve em Tiririca com o suposto nome de Custodio Gomes Ribeiro. Quem prender e entregar ao s.r. Francisco Gonçalves Moreira em S. Paulo será gratificado com 100\$000. Consta que está morando nos arrebaldes da cidade de Santos.

(Jornal *Correio Paulistano*, 09 de janeiro de 1874)

Analisando a construção linguística dos enunciados do anúncio acima, o procedimento do “nomear” é identificado pela “denominação” do escravizado fugido sob forma de nome próprio, “Lucas”, que é o seu nome cristão de batismo. Maingueneau (2008, p. 183) teoriza que “para que haja nome próprio, é necessário que, em um dado momento, esse nome tenha sido atribuído pelas pessoas a um determinado referente, que tenha ocorrido o que certos filósofos da linguagem chamam de ‘um ato de batismo’”. No Brasil, quando os negros africanos eram comprados, seus respectivos donos tinham um prazo de até seis meses para batizá-los e torná-los cristãos. Daí recebiam um nome cristão. Nesse sentido, Charaudeau (2008, p.112) define o ato de nomear da seguinte maneira:

Esse procedimento consiste em dar existência a um *ser* (qualquer que seja a sua classe semântica) através de uma dupla operação: *perceber uma diferença* na continuidade do universo e simultaneamente relacionar *essa diferença a uma semelhança*, o que constitui o princípio de *classificação*. Como essa *percepção* e essa *classificação* dependem do sujeito que percebe, evitaremos considerar que o mundo seja pré-recortado e que bastaria descobri-lo enquanto tal: considerando que **é o sujeito que constrói e estrutura a visão de mundo**. (grifo do autor)

Nessa perspectiva, é importante lembrar que o referente do anúncio recebe a denominação de “Lucas”, sem um sobrenome, pois, na condição de escravizado, é um objeto particular de seu dono. Porém, ao se passar por liberto, na cidade de Tiririca, atribui a ele mesmo um sobrenome. Já o proprietário de “Lucas”, o s.r. Francisco Gonçalves Moreira, é nomeado não apenas com o nome completo, mas também com o tratamento de senhor, o que o distingue socialmente como parte daqueles que estão do lado do poder dominante. Já o nome próprio atribuído ao escravizado “Lucas” não diz nada sobre ele, apenas o distingue dos demais escravizados.

O procedimento do “qualificar” é identificado pelas qualificações que caracterizam o referente. As funções que o escravizado exercia, “creoulo da faxina” e “sapateiro” exemplificam esse procedimento. O detalhamento das características físicas do referente também pode ser classificado na ordem das “qualificações”. Entre elas, estão as expressões “signaes de castigo tanto nas costas como nas nadegas”, além dos registros de deformações pelo excesso de trabalho, como “pés e mãos chatos”. Observa-se, então, que a descrição das marcas físicas dos escravizados eram aproveitadas nos anúncios como sinais para favorecer a rapidez da captura.

Por fim, destaca-se, ainda, no anúncio de fuga apresentado, dois componentes do “localizar-situar”, representados linguisticamente pelos nomes das cidades de Tiririca e São Paulo. Já em relação à categoria do “quantificar”, ou seja, no que diz respeito ao tempo que alguns escravizados fugidos permaneciam sem serem encontrados, tem-se a expressão “há mais de dois anos”. Esse dado indica que muitos negros fugidos não eram facilmente capturados e devolvidos aos seus senhores. Costa (2008) explica que depois de fugirem os escravizados buscavam refúgio em outras cidades onde misturavam-se aos homens livres e conseguiam algum trabalho. De outro modo, os escravizados eram ajudados por abolicionistas que os encaminhavam até os quilombos, onde estariam a salvo de uma captura,

como faziam os participantes do grupo dos *Caifazes*⁶. Em contrapartida, de acordo com Freyre (2010, p. 171),

Muito negro atrevido, apanhado pelos capitães de campo, voltava ao senhor de quem fugira ou desaparecera. E era, então, surrado, castigado, posto em ferros, marcado a fogo como fujão. Os instrumentos mais comuns de castigo eram o azorrague, a gargalheira, a pega, o tronco, o vira-mundo, a corda de sedenho, os anjinhos, o colete de couro. Mas havia senhores mais exigentes. Não se contentavam com castigos tão suaves. Empregavam contra os negros as navalhas seguidas da salgadeira, o suplício dos insetos, o das urtigas, o da roda-d'água, o de pingos de cera e de lacre às costas em carne viva do escravo, o de queimar o corpo do negro com água fervendo.

No jornal *Correio Paulistano*, há diversos anúncios que fazem menção às marcas deixadas pelos instrumentos de suplícios mencionados na fala de Freyre (2010), como mostra o segundo exemplo de anúncio de fuga:

Escravo fugido

Fugio dos fins de novembro de anno pp. Da fazenda Santa Maria, deste município, o escravo de nome Ladislau, creoulo do Campo Alto, província do Paraná, côr fula, feição bonita, idade 20 annos, tem um signal na testa que parece ser um talho de faca, nas costas da mão esquerda outro signal de queimadura, boa dentadura, bem feito de corpo, sabe alguma cousa de musica. Levou um ponche velho, forrado de novo com baeta vermelha e uma pequena faca. Fugiu em companhia de um outro. Quem o entregar na dita fazenda a sua senhora ou em Campinas ao sr. João Fortunato Ramos dos Santos será bem gratificado.

(Jornal *Correio Paulistano*, 15 de janeiro de 1874)

No caso do anúncio acima, o EUE oferece as primeiras informações sobre o referente por meio do componente da construção descritiva “localizar-situar”, isso é representado no enunciado “fins de novembro de anno pp. Da fazenda Santa Maria, deste município”. Assim como ocorre nos anúncios de venda, o EUE atribui ao escravizado algumas qualificações positivas: “feição bonita, idade 20 annos, bem feito de corpo, sabe alguma cousa de musica”. Nesse sentido, uma observação interessante com relação às feições dos escravizados foi feita por Freyre (2010) é que o tipo predominante que se aventura a fugir da casa ou da fazenda do senhor era o da “bonita figura”; ou o “bem parecido”; o de “ar alegre”, o “retórico” ou “muito poeta” no falar. Ainda com relação ao anúncio do exemplo 2, nota-se

⁶ A respeito desse grupo, serão apresentadas explicações mais precisas no decorrer das análises do jornal *A Redempção*.

que o EUE faz menção a um “outro”, companheiro de fuga do escravizado anunciado. Como os enunciados fazem referência à busca somente do primeiro, o Ladislau, parece possível não haver interesse na captura “de um outro”.

Por fim, destaca-se que nos anúncios de escravizados era comum o enunciatador mencionar a sua origem. Quando a origem era desconhecida, o escravizado recebia a denominação de negro da nação ou preto. No caso do referente do exemplo 2, o nome “Campo Alto, província do Paraná” representa o componente do “localizar-situar”, teorizado por Charaudeau (2008, 113), que determina a origem do escravizado.

O negro escravizado estava presente em todas as áreas e setores de atividades, o que representa que ele era um bem, um objeto necessário da sociedade escravocrata. É nessa condição de objeto provedor de lucro que os proprietários investiam um capital tanto na compra quanto no resgate, quando os negros escravizados fugiam. De acordo com Freyre (2010, p. 117), “Às vezes, a um anúncio de escravo que fugira em tal dia, e cujos sinais se publicavam pelo miúdo, sucedia-se a resposta do necessitado ou perverso que o capturara e o conservava em casa bem guardado, à disposição do dono, mediante 50 ou 100 mil-réis”. As promessas de gratificações variavam de acordo com o proprietário e com o apreço que ele tinha pelo escravizado, como exemplifica o anúncio a seguir:

Atenção

No dia 6 do corrente fugio o escravo de nome Antonio, com os signaes seguintes, preto, já velho, official de ourives, muito conhecido nesta cidade. Foi escravo do falecido José Manoel Paz, hoje de Manuel Bernardo da Rocha. Quem dele der noticias ou leval-o a seu senhor ou ao abaixo assignado, será bem gratificado.

(Jornal *Correio Paulistano*, 09 de janeiro de 1874)

No exemplo citado, o EUE atribui ao referente, de maneira explícita, uma qualidade que o caracteriza e o especifica por meio da designação de “escravo” e classifica-o em um subgrupo dessa categoria qualificando-o de “velho”. Quanto à denominação, a questão da designação do envelhecimento, Schwarcz (2017, p. 77) esclarece que para os escravizados este “ocorria cedo, assim como o fim da adolescência: a partir dos oito anos e até os doze um escravo já era classificado como adulto”. De acordo com a

autora, há registros de escravos considerados adultos com apenas oito anos de idade, pois o trabalho excessivo driblava o tempo, envelhecendo e amadurecendo precocemente as crianças escravizadas. Já com relação aos critérios de qualificação de cor, ela explica que eles eram baseados em função da oposição entre preto e branco. Para ela, a vasta gama de variação de cor não implicava a falta de discriminação e preconceito. Desse modo, as denominações de preto, mulato, crioulo ou negro remetiam igualmente à designação de escravizado.

Outra observação importante é que nos anúncios de escravizados, o EUE, aquele que mandou colocar o anúncio, aparece identificado com nome e sobrenome, fato que já o distingue socialmente do “outro”, o negro fugido que deveria ser capturado. Com relação a essa forma de identificação, Brandão (2007, p. 495) explica que,

o nome é o primeiro passo de um processo simbólico de construção da identidade: o nome distingue, singulariza, individualiza, confere estatuto de existência ao ser designado. Mas como objeto reduzido à condição de simples mercadoria o prenome bastava.

Refletindo sobre a fala da autora em relação aos anúncios de escravizados apresentados neste artigo, percebe-se que há uma demarcação dos lugares sociais do sujeito dominador (o EUE e proprietário) e do sujeito dominado (o escravo). Como este último precisava ser identificado quando fugia, o EUE esforçava-se para construir uma descrição que se aproximasse ao máximo da imagem física do escravizado, que geralmente é citado pelo seu nome cristão. Já as “caracterizações qualificatórias” quanto à estatura, feições, habilidades, sinais, entre outros, vêm logo em seguida do nome. De acordo com Charaudeau (2008, p. 115),

A descrição pela qualificação pode ser considerada a ferramenta que permite ao sujeito falante satisfazer seu desejo de *posse do mundo*: é ele que o singulariza, que o especifica, dando-lhe uma substância e uma forma particulares, em função da sua própria visão das coisas, visão essa que depende não só de sua racionalidade, mas também de seus sentidos e sentimentos.

Considerando a perspectiva do autor, percebe-se que o detalhamento da aparência e dos sinais que o referente trazia no corpo ratificam a tese de que o negro escravizado era tido como “objeto”, um patrimônio vivo, sendo

diferenciado dos demais pertences do proprietário apenas pelas marcas físicas.

6 Os procedimentos descritivos nos textos opinativos do jornal *A Redenção*

Entre as décadas de 60 e 80 do século XIX, o estado de São Paulo, região onde eram lidos os jornais *Correio Paulistano* e *A Redenção*, ocupava o terceiro lugar na contagem de população escravizada no Brasil. Os escravizados estavam distribuídos na província de São Paulo trabalhando nas lavouras das fazendas paulistas. Por isso, nessa região, surgiram movimentos de resistência escravista repletos de especificidades, como o grupo dos Caifazes, por exemplo. Imerso no contexto da luta abolicionista, esse grupo, liderado por Antônio Bento, lançou a campanha de libertação dos territórios em junho de 1887. O grupo dos Caifazes era uma rede libertadora da linha dos que não tinham temor em usar a força contra a escravidão, conforme explica Alonso (2015, p. 312-313):

Os Caifazes agiam nas sombras, “sem nome, sem residência, sem profissão, disciplinados, resolutos, esquivos, impalpáveis”. Infiltravam-se como mascates ou trabalhadores manuais para ganhar a confiança de escravos e engendrar “trama revolucionária”.

As ações abolicionistas lideradas por Antônio Bento, bem como as propostas de libertação do grupo, eram publicadas no jornal *A Redenção* que, desde o primeiro número, mostrou-se diferente dos outros jornais, como atesta o excerto de um artigo de sua primeira publicação:

Título do nosso jornal já indica a nossa missão na imprensa.

Divergimos completamente tanto, dos liberaes resistentes, como dos escravocratas, não concordamos com as idéas conservadoras e detestamos aqueles que, trazendo o capacete *phrygio* na cabeça, trazem na mão o bacalháu com que quotidianamente surram os seus míseros escravos.

Nós queremos a libertação imediata, sem praso; para conseguil-a aceitamos a própria revolução porque não podemos admitir que continuem debaixo do azorrague e da escravidão tantos brasileiros que, livres, poderiam concorrer vantajosamente para a felicidade de nossa pátria.

(Jornal *A Redenção*, 02 de janeiro de 1887)

Nos enunciados acima, o enunciador, por meio do uso da qualificação, constrói uma visão objetiva do jornal deixando clara a sua postura política em relação à luta abolicionista. De acordo com Charaudeau (2008, p.120), associada a outros procedimentos linguísticos, a visão objetiva produz efeitos de “realidade”, o que parece ser a intenção do jornal.

Ainda com relação à construção da qualificação, percebe-se que há uma “analogia implícita” por meio do emprego de metáforas no enunciado: “aqueles que, trazendo o capacete *phrygio* na cabeça, trazem na mão o bacalhau com que quotidianamente surram os seus míseros escravos”. A fala do EUE faz referência a duas figuras que denotam sentidos opostos: o barrete *phrygio* e o bacalhau. O barrete frígio, no século XVIII, era considerado um símbolo de liberdade. Já o bacalhau, no contexto escravocrata do século XIX, era um chicote composto de tranças de couro com pontas cortantes de metal, usado para torturar os escravizados no tronco. Desse modo, considerando a perspectiva dos significados já citados, presume-se que o EUE tenha se valido dessas figuras para fazer entender que os sujeitos que se passavam por defensores da liberdade eram os mesmos que torturavam os escravizados. Por último, é possível também apontar a relevância dos verbos dominantes “divergimos” e “queremos” reforçando a convicção do posicionamento abolicionista do jornal.

Os abolicionistas de *A Redempção* diziam acreditar que não havia diferenças entre os homens da terra. Assim prossegue o artigo:

De passagem diremos que, para nós, todos os homens são eguaes: tanto faz se marquez, conde Alferes ou soldado.

Desde que commettam abusos encontrarão o nosso jornal sempre prompto a descascal-os, escrevendo os seus nomes, para que o público conheça os tartufos que querem governal-o.

Estamos cançados de aturar tartufos; é preciso purifica-se a sociedade. Contudo, prometemos que a nossa linguagem, se bem que severa e enérgica, será polida e conveniente. Contamos com o povo e nada mais.

(Jornal *A Redempção*, 02 de janeiro de 1887)

Há neste texto uma distinção entre o “nós”, abolicionistas de *A Redempção*, e “eles”, representando o grupo dos liberais resistentes e dos escravocratas. A explicitação disso aparece no enunciado: “diremos que, para nós, todos os homens são eguaes”. Observa-se nesse enunciado a estrutura

de operação de qualificação tal como teorizaram Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 152) no *Dicionário de Análise do Discurso*. Segundo eles, “a operação da qualificação é mais frequentemente realizada pela estrutura do grupo nominal (nome + adjetivo) e pelo recurso predicativo ao verbo ser” que no enunciado em análise equivale à sequência “são eguaes”. Do ponto de vista do EUE, os negros escravizados são seres humanos assim como também são o “marquez, o conde Alferes ou o soldado”. Desse modo, no procedimento descritivo, o EUE classifica todos os escravizados na categoria de “homens” e atribui um sentido particular a esses seres reduzindo-os à subclasse de “iguais”.

De acordo com Charaudeau (2008, p. 117), os procedimentos de configuração da descrição podem ser utilizados de maneira ao mesmo tempo livre e também não arbitrária:

São utilizados de maneira *não arbitrária*, porque toda **descrição** está sempre em relação com outros modos de organização” (**Narrativo, Argumentativo**), e que, sem ser totalmente dependente, ela adquire sentido (ou parte de seu sentido) em função destes outros modos. Mas, ao mesmo tempo, de maneira *livre*, porque o **Descritivo** é um modo de organização que não se fecha, em si, por uma lógica interna, como o são os outros modos. Isso explica, aliás, por que é possível fazer o *resumo* de um relato ou de uma argumentação, e não de uma descrição (grifos do autor).

Essa orientação do autor é importante porque as análises apresentadas neste artigo direcionam para o raciocínio de que nos enunciados dos jornais *Correio Paulistano* e *A Redenção* os procedimentos linguísticos de base para a construção descritiva estão a serviço de uma argumentação racista ou antirracista. Nesse sentido, identificou-se que para argumentar sobre a necessidade da libertação imediata dos escravizados e buscar a *influência* de seus leitores, os redatores dos referidos jornais tomam como empréstimo categorias dos modos de discurso descritivo e narrativo para construir enunciados “em *busca de influência* que tendem a um *ideal de persuasão*”, compartilhando com o TUD um certo *universo de discurso*, nos termos de Charaudeau (2008, p. 206). Segundo o autor, esta busca

é um tanto ambígua, pois se apresenta como integrando um processo racional e lógico, quando “compartilhar com o outro a sua própria convicção” pode ser obtido por meios diferentes do raciocínio; por exemplo, pelos meios da *sedução* tomados de empréstimos a outros modos de discurso (Descritivo e Narrativo).

Com relação aos textos da imprensa, o autor acrescenta, ainda, que embora seja necessário fazer uma distinção por gênero, eles utilizam principalmente o descritivo e o narrativo, vindo o argumentativo somente em contraponto. Presume-se que esse seja o caso da organização dos textos de opinião do jornal *A Redempção*, pois as análises apontaram para uma heterogeneidade de modos de organização e categorias de língua que juntos constroem os sentidos desejados por seus enunciadores.

Considerações finais

Com base nas análises realizadas dos anúncios de escravizados do *Correio Paulistano* e textos opinativos de *A Redempção*, constatou-se que os componentes da organização descritiva teorizados por Charaudeau (2008) têm uma finalidade argumentativa.

Já com relação aos procedimentos linguísticos, identificou-se que as categorias de língua do “nomear” e do “qualificar” são mais recorrentes nos exemplos analisados. A explicação para essa constatação encontra respaldo nos dizeres de Charaudeau (2008, p. 112), quando menciona que “o argumentar só pode exercer-se a respeito de seres que têm uma certa identidade e qualificação”.

Especificamente com relação à recorrência dos procedimentos linguísticos para o “nomear”, identificou-se a presença das categorias que conferem o uso da “denominação”. Tais categorias foram identificadas por meio dos nomes e sobrenomes que são encontrados nos textos. Em todos os textos, também foram recorrentes as categorias da “qualificação”, sobretudo as que dizem respeito aos procedimentos de “acumulação de detalhes e de precisões”, como ocorre nos anúncios de escravizados. Presume-se que tal procedimento esteja a serviço da produção do que Charaudeau (2008) denomina “efeitos de realidade”. Nos anúncios de escravizados, a “acumulação de detalhes e de precisões” pode ser justificada em função da necessidade do próprio estilo do texto e da situação de comunicação. Nesse sentido, uma observação importante em relação a esses anúncios é que eles seguiam a mesma estrutura textual apresentando uma descrição pormenorizada de todos os elementos que sinalizassem o reconhecimento do negro a ser capturado, vendido ou alugado.

No que diz respeito às semelhanças entre as estratégias discursivas dos exemplos analisados, pode-se destacar que os procedimentos descritivos do “nomear”, “localizar-situar” e “qualificar” apontam para uma distinção bastante clara entre o “nós”, os escravistas do *Correio Paulistano* ou abolicionistas de *A Redempção* e um “eles”, os escravizados. Em ambos os discursos, o branco, no papel de algoz ou redentor, é colocado em evidência, enquanto ao negro é reservado o estado de inércia e passividade.

Nas publicações analisadas, observou-se que, tanto nos anúncios de escravizados do *Correio Paulistano*, como também nos artigos de opinião de *A Redempção*, as “denominações” e as “qualificações” atribuídas ao negro contêm um caráter representacional e, ao serem inseridas no contexto da escravidão, salientam um sentido conservador aos seus discursos. Isso quer dizer que as “denominações” e “qualificações” teorizadas por Charaudeau (2008) e representadas nos textos dos jornais analisados geram discursos que, apesar de não partirem de argumentos especificamente racistas, não significam ausência de conservadorismo. Pelo contrário, os elementos linguísticos usados pelos enunciadores para qualificar o escravizado em ambos os jornais atestam que a distinção racial, em termos de inferioridade do negro, permanece marcada.

É importante destacar também que, embora o direito à “liberdade” seja ideia fixa em *A Redempção*, nota-se que o jornal não trata da noção de racismo e nem apresenta uma proposta antirracista de tutoria no sentido de elevar os escravizados a uma situação de igualdade com os brancos porque, no contexto do século XIX, a questão racial era compreendida dentro das teorias científicas de que os negros eram biologicamente inferiores.

Referências

ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AZEVEDO, Célia. Maria. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. Escravos em anúncios de jornais brasileiros do século XIX: discurso e ideologia. *In: Para a história do português brasileiro* [S. l: s.n.], 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**. Rio de Janeiro: Contexto, 2008.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Global, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução: Cecília Perez de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2008.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In: Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação*, 3, 2003, Rio de Janeiro: PENESB, 2003. p. 15-34

PINTO, Regina Pahim. **O Movimento Negro e São Paulo: luta e identidade**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**. São Paulo: Círculo do livro S.A, 1992.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SIMÃO NETO, Calil (coord.). **Estatuto da igualdade racial: comentários doutrinários**. Leme: J. H. Mizuno, 2011.


Van DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e poder**. São Paulo, Contexto, 2012.

“Levante a voz pela Amazônia”: a organização argumentativa da mensagem da CNBB sobre a devastação da Amazônia

Mônica Santos de Souza Melo

Professora Doutora da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil

Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq

 orcid.org/0000-0002-6502-9280

Resumo: O presente artigo visa analisar a organização argumentativa da nota da CNBB “Levante a voz pela Amazônia”, para identificar como nela se dá o discurso da Igreja Católica pela preservação do meio ambiente e das populações vulneráveis da região amazônica. Tal nota se insere no esforço histórico dessa instituição de contestar a política neoliberal, as desigualdades e agressões aos oprimidos e ao meio ambiente e se alinham às diretrizes do Concílio Vaticano II e, mais recentemente, às orientações do Papa Francisco. Nossa análise adotará como referencial teórico e metodológico a Teoria Semiociológica do Discurso, de Patrick Charaudeau, especificamente as categorias pertencentes ao modo de organização argumentativo. Essa investigação nos permitiu identificar um posicionamento que deixa claro que a devastação da Amazônia é um fato decorrente da ação humana. Há também um engajamento em relação à necessidade de mobilização da população e das autoridades em defesa da Amazônia.

Palavras-chave: Discurso religioso. Argumentação. CNBB. Amazônia.

Abstract: This paper aims to analyze the argumentative organization of the CNBB note “Raise your voice for the Amazon”, in order to identify how the discourse of the Catholic Church for the preservation of the environment and of the vulnerable populations in the Amazon region takes place. This note is part of the historic effort of CNBB to contest the neoliberal politics, the inequalities and aggressions against the oppressed people and it harmonizes with the guidelines of the Second Vatican Council and, more recently, to the directions of Pope Francis. We will adopt the framework of Charaudeau’s Semiociological Discourse Theory, specifically the categories belonging to the argumentative mode of organization. This investigation allowed us to identify a position that considers that the devastation of the Amazon is a fact due to human action. There is also an engagement regarding the need to mobilize the population and the authorities in defense of the Amazon.

Keywords: Religious discourse. Argumentation. CNBB. Amazonia.

ⁱ Este trabalho se insere em um projeto que conta com o apoio do CNPq, por meio de Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

Introdução

O Brasil e o mundo têm se mostrado alarmados com o agravamento das queimadas na Amazônia. Dados recentemente divulgados pelo sistema de monitoramento de focos ativos do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)¹ registram, nos primeiros onze dias do mês de setembro de 2019, mais de 8.308 focos de queimadas no bioma Amazônia.

De acordo com os números publicados pelo INPE, comparando-se o nível de queimadas no período de janeiro a setembro de 2019 com o período de janeiro a setembro de 2018, constatam-se no período de 1º de janeiro até 11 de setembro de 2019, 55.133 focos de queimadas. No mesmo período do ano anterior, foram 38.515 focos, o que representa um aumento de 43% em 2019.

A divulgação desses dados, juntamente com pesquisas divulgadas pela NASA que os corroboram, teve uma enorme repercussão não só no país, mas também no mundo, no sentido de se cobrarem das autoridades brasileiras medidas para coibir e combater as causas dos incêndios. As ações do governo, porém, não se mostraram efetivas. Diante de tal cenário, o presidente Bolsonaro questionou a credibilidade do INPE e demitiu seu diretor, Ricardo Galvão. As providências que se seguiram se restringiram a medidas paliativas, tais como o envio de bombeiros e de soldados do exército para combater o fogo na região. O governo federal também publicou um decreto proibindo as queimadas por 60 dias.

Especialistas acreditam que esses incêndios não se devem a razões naturais, como o período de seca na região, mas podem ser atribuídos à intervenção humana, sendo responsabilidade, em grande parte, da atividade agropecuária ilegal, cujos agentes promovem uma degradação da mata “em pé”, na qual a queimada é precedida pela derrubada de árvores, isto é, por uma espécie de limpeza do pasto, por meio de queimada que pode, também, atingir áreas florestais ao redor. Nos dois casos, a área mais regular passa a ser usada para a agricultura e o terreno mais acidentado é destinado à criação de gado. Além disso, acredita-se que os índices altíssimos de queimadas em 2019, que são os maiores da nossa história e representam um aumento de 82% em relação aos números de 2018, têm relação com a política ambiental implementada pelo atual governo. Essa política é considerada desastrosa por

¹ Dados publicados no relatório **Banco de dados de queimadas**. Disponível em: <http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>. Acesso em 27 set. 2019.

especialistas, pois se materializa em ações extremamente nocivas à preservação do meio ambiente, tais como a tentativa de extinção do Ministério do Meio Ambiente e, depois de sua manutenção, a revisão de todas as Unidades de Conservação do país; a proposição de projetos de leis prevendo o fim das Reservas Legais; o enfraquecimento e desprestígio dos fiscais de órgãos de defesa ambiental, tais como o IBAMA; a revisão e isenção de multas ambientais; a demissão do diretor do INPE, após a divulgação dos dados sobre as queimadas na Amazônia, entre outras iniciativas que visam assegurar os interesses do agronegócio em detrimento da preservação do meio ambiente.

Contra tal situação, no entanto, muitas manifestações contrárias, partindo de vários setores, têm se tornado públicas. A população, por meio das redes sociais, manifestou sua indignação; ambientalistas, mídias de informação, políticos, autoridades brasileiras e estrangeiras cobraram do governo brasileiro providências, no sentido de garantir aquilo que é previsto na Constituição, no seu artigo 223, de acordo com o qual: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 1988).

Diante de tal cenário, um dos segmentos da sociedade que se manifestou foi a Igreja Católica. No âmbito internacional, o Papa Francisco se expressou por meio de pronunciamentos públicos, notas oficiais do Vaticano e publicações nas redes sociais. Além disso, Francisco convocou, para o mês de outubro de 2020, o Sínodo da Amazônia, a fim de debater propostas e estratégias para a preservação de sua biodiversidade e das comunidades tradicionais e buscar meios de desenvolver um modelo econômico sustentável. Essa iniciativa coloca o problema ambiental em lugar de destaque na agenda do Vaticano.

Em consonância com a posição assumida pelo Vaticano, no âmbito nacional, a CNBB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, emitiu, em 23 de agosto de 2019, a nota intitulada “Levante a voz pela Amazônia”, que foi publicada no seu site e compartilhada nas redes sociais por várias entidades e por pessoas comprometidas com a preservação do meio ambiente.

O presente artigo tem como objetivo analisar a organização argumentativa dessa nota, assim como o ponto de vista projetado pela CNBB em torno da questão ambiental no Brasil, a fim de identificar como se dá a construção do discurso da Igreja Católica sobre o tema. Para isso, recorreremos a categorias do modo de organização argumentativo, nos termos da Teoria Semiollingüística do Discurso, de Patrick Charaudeau. Tendo em vista o fato de que a CNBB é uma entidade que norteia os posicionamentos e comportamentos dos católicos no Brasil, cujas notas costumam ser lidas nas missas católicas em todo país, seu posicionamento é relevante no sentido de contribuir para formar opiniões.

Nas seções que se seguem vamos apresentar uma discussão em torno do papel da Igreja como instância de poder na sociedade, abordando também a doutrina social cristã, especialmente em relação à questão ambiental. Em seguida, descreveremos a CNBB, suas atribuições e importância no contexto nacional para, só então, descrevermos e analisarmos a nota publicada por ela. Nossa discussão se insere no âmbito da Análise do Discurso, especificamente, da Teoria Semiollingüística do Discurso, de Patrick Charaudeau, a partir da qual definimos as categorias que serão relevantes para nossa análise, a saber, a encenação argumentativa e os procedimentos discursivos, semânticos e de composição pertencentes ao Modo de Organização Argumentativo do Discurso.

1 Pressupostos teórico-metodológicos

1.1 Teoria Semiollingüística: uma visão geral

Nosso eixo teórico será a Teoria Semiollingüística, de Patrick Charaudeau. A Semiollingüística é uma teoria que se insere no escopo dos estudos discursivos e, como tal, considera o ato de linguagem como o produto de um contexto do qual participam um emissor e um receptor que, por serem pessoas diferentes, podem atribuir a uma expressão lingüística diferentes interpretações.

A Análise do Discurso considera que as unidades das quais a língua se compõe não são autônomas de sentido, mas existem apenas no discurso, ou seja, na totalidade de um ato de linguagem, e sua significação depende de

“filtros de saberes” (CHARAUDEAU, 2008, p. 33) do ponto de vista do enunciador e do interpretante.

Nessa perspectiva, todo ato de linguagem se insere num projeto geral de comunicação que é concebido por um sujeito comunicante, o qual precisa organizar seu discurso em função da situação em que se encontra. Para fazê-lo está subordinado a um espaço de restrições, que compreendem as condições mínimas às quais o ato de linguagem deve satisfazer para que seja válido, e um espaço de estratégias, que corresponde às escolhas que os sujeitos podem fazer na encenação comunicativa. As restrições são estabelecidas pelo contrato comunicacional, que se refere a uma espécie de obrigação convencional de cooperação que liga os parceiros numa finalidade de dizer e que atribui a eles determinados papéis languageiros, definindo as práticas sociolinguageiras em função das circunstâncias do discurso, a partir das quais vão se definir as estratégias a serem adotadas.

As estratégias são fornecidas por princípios de organização da matéria discursiva, os quais Charaudeau (1992) denomina “modos de organização do discurso”. Trata-se de procedimentos de ordem languageira que consistem no uso de certas categorias de língua, ordenadas em função das finalidades do ato de comunicação. Esses procedimentos estão agrupados em quatro modos: (i) o *modo de organização enunciativo*, que se refere aos protagonistas do ato de linguagem, indicando a posição que o enunciador ocupa em relação ao destinatário, ao dito e ao outro; (ii) o *modo de organização descritivo*, que se refere aos procedimentos pelos quais o enunciador identifica, localiza e qualifica os seres por meio de um olhar sobre o mundo que os faz existirem, olhar esse que é limitado pela finalidade da situação e comunicação em que se inscreve; (iii) o *modo de organização narrativo*, que organiza o mundo numa sequência de ações que se sucedem, mas, ao mesmo tempo, se influenciam e se transformam; (iv) o *modo de organização argumentativo*, que constitui um mecanismo que permite ao falante, inserido numa situação que tem finalidade persuasiva, levar o interlocutor a partilhar determinado ponto de vista.

Ao conceber o ato de linguagem do ponto de vista psicossocial, a Semiolinguística procura interpretar a organização discursiva como parte de um conjunto de estratégias pelas quais os indivíduos tentam se influenciar, relacionando o sentido proveniente da categorização referencial (externa)

com o proveniente da categorização discursiva (interna), o que permite identificar os imaginários veiculados pelo discurso.

A ideia de que a fala veicula imaginários e constrói identidades já se encontra nos trabalhos de Bourdieu (1973), quando este ressalta o papel da fala como expressão das condições de existência. Para Bourdieu, a fala revelaria condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos. Também Bakhtin ressalta o valor da palavra como “o modo mais puro e sensível de relação social” (BAKHTIN, 1995, p. 36). Propõe-se, ainda, que os processos que engendram imaginários estão inseridos na comunicação e nas práticas sociais.

É dentro dessa perspectiva que vamos procurar abordar a questão da tomada de posição contrária ou de oposição à determinada situação ou a determinados discursos. Essa oposição se manifesta, em grande parte, através do discurso, e é afetada por restrições históricas e sociais em que o sujeito se insere. Tal perspectiva surge de uma espécie de deslocamento da tradicional visão do sujeito assujeitado de Pêcheux para uma visão do sujeito como alguém submetido a formações ideológicas e discursivas heterogêneas e que pode manifestar uma “tomada de posição” (PÊCHEUX, 2009) frente a essas restrições. Sendo assim, o sujeito pode se identificar plenamente com os “dizeres” das formações ideológicas e discursivas nas quais se inscreve ou pode, por outro lado, divergir dessas opiniões, por meio de atitudes discursivas de separação, tais como distanciamento, dúvida, questionamento, contestação e revolta.

Para Charaudeau (2008), o sujeito é levado a tomar posição com relação à argumentação, adotando, diante do seu próprio quadro de questionamento, posições de não-engajamento ou de engajamento. No primeiro caso, o sujeito escolhe não se implicar pessoalmente na argumentação e mantê-la a distância. No caso do engajamento, o sujeito pode escolher implicar-se no questionamento, que se torna uma controvérsia, na qual outros sujeitos e argumentos são colocados em cena, por julgamentos de valor, denúncias e acusações. Essa é a postura assumida na nota da CNBB que analisaremos nesse trabalho.

1.2 A organização argumentativa na perspectiva semiolinguística

No âmbito da Teoria Semiolinguística, Charaudeau (2008) aborda a questão da tomada de posição ao descrever o chamado “modo de organização argumentativo” que, como vimos acima, comporta um mecanismo que se insere numa encenação argumentativa e visa promover a adesão do interlocutor a determinadas teses. Nessa perspectiva, para que haja argumentação é necessário haver uma proposta ou tese sobre o mundo, defendida por um sujeito que se engaje em relação a essa proposta e que essa seja direcionada a um outro sujeito, alvo da argumentação.

Para esse autor, ao promover uma encenação argumentativa, o sujeito utiliza diversos procedimentos que são ativados em função do seu propósito na situação de comunicação dada e cujo uso tem como objetivo validar a argumentação. Trata-se dos procedimentos discursivos, semânticos e de composição, os quais descreveremos, a seguir, sucintamente, uma vez que neles se identificam as categorias que permitirão a análise do nosso *corpus*.

Os procedimentos discursivos recorrem a categorias linguísticas com objetivo de produzir certos efeitos de discurso e consistem no uso de certas categorias da língua ou de procedimentos de outros modos de organização do discurso (enunciativo, narrativo e descritivo) a fim de produzir efeitos de persuasão. Charaudeau destaca entre esses procedimentos a definição, a comparação, a citação, a descrição narrativa e o questionamento.

Os procedimentos semânticos se baseiam no valor do argumento e dizem respeito aos chamados domínios de avaliação do ético, do hedônico, do pragmático, do estético e da verdade. Esses valores são fundamentados num consenso social e compartilhados pelos membros de um grupo.

Finalmente, os procedimentos de composição referem-se à forma como o conjunto da argumentação é organizado e consistem em distribuir e hierarquizar os elementos ao longo do texto argumentativo.

Nas próximas seções procuraremos identificar e interpretar a utilização desses procedimentos como mecanismos promotores da adesão ao conteúdo da nota em questão. Antes, porém, consideramos importante discutir o papel da Igreja Católica e da CNBB como instâncias de poder na sociedade, tendo em vista que esse papel vai se materializar nas estratégias selecionadas pelo sujeito argumentante da encenação em foco.

2 A Igreja católica como instância de poder: a CNBB

A reflexão a respeito da presença da religião no espaço público nos conduz à questão das relações de poder no âmbito religioso. A esse respeito Lemos (2005) destaca que:

A religião é um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos seres humanos. Ela pode tanto fornecer a explicação e a justificação das relações sociais como construir o sistema de práticas destinadas a reproduzi-las (LEMOS, 2005, p. 28).

O poder da religião está relacionado à sua onipresença e ao fato de proporcionar aos fiéis uma compreensão das relações sociais, a partir de preceitos definidos e mediados pelas diversas igrejas. Sendo assim, é comum que os indivíduos recorram a ela para compreender não apenas seu lugar no mundo, mas também a si mesmos e, a partir daí, balizar valores e comportamentos. Essa influência, que afeta o comportamento moral, ético e político do fiel e, conseqüentemente, a sua própria identidade, é ressaltada pela autora, quando afirma:

É exatamente por trabalhar com questões simbólicas que os discursos religiosos interferem na elaboração e difusão dos símbolos culturalmente disponíveis, dos conceitos normativos, das noções de fixidade e de identidade. Ao interferir na elaboração e difusão destes elementos em conexão com outros campos da cultura, os discursos religiosos penetram no âmago das concepções de vida das pessoas (LEMOS, 2005, p. 127).

A religião é, portanto, uma instância de poder. Para Van Dijk (2008), as relações de poder social pressupõem uma estrutura ideológica e se manifestam na interação, através das ações reais ou potenciais de um grupo pelas quais ele exerce um controle social sobre outro. Esse controle das ações, segundo o autor, pressupõe um controle cognitivo, que inclui desejos, planos e crenças. Assim, a manutenção desse poder social se faz de forma indireta, através de persuasão que, por sua vez, se efetiva por meio do discurso. Esse poder relaciona-se, ainda, ao campo e à extensão dos agentes de poder. Em geral, o poder desses agentes, assim como a extensão de suas ações, se restringe a um domínio social (política, religião, direito), mas pode ultrapassá-lo. É o que acontece com agentes oriundos do campo religioso, que atuam e exercem influência também no domínio político.

Ao longo de toda a sua história, a Igreja Católica vem mantendo diferentes relações com o Estado. Desde o Concílio Vaticano II, um movimento mais progressista vem dando maior espaço a discursos que se opõem a posturas opressoras e que defendem a justiça social e políticas comprometidas com o bem-estar dos mais pobres e marginalizados. No Brasil, muitos movimentos dentro da Igreja procuram assumir esse compromisso e lutar por políticas mais justas de preservação da vida e do meio ambiente.

Nesse contexto, a CNBB assume um papel fundamental, propondo diretrizes para os católicos de todo país, por meio de suas notas, que são divulgadas em eventos oficiais e ganham, atualmente, ainda mais projeção pelos compartilhamentos nas redes sociais. Esse instrumento revela-se relevante no sentido de convencer a população e as autoridades da urgência de algumas atitudes e tomadas de posicionamento.

A CNBB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, é uma Instituição fundada em 1952, da qual fazem parte os Bispos Católicos do Brasil. Congrega bispos com ideologias heterogêneas, o que fomenta debates sintetizados em notas e documentos que, em função dessa heterogeneidade, podem apresentar certa pluralidade de ideias, por vezes contrárias.

Esse caráter plural das publicações da CNBB se verifica desde os primeiros anos de sua implantação. Cordonha (2011) cita a Declaração emitida em 29/05/64, período em que vivíamos a implantação do regime de Ditadura Militar. Esse documento se compõe, nitidamente, de duas partes: na primeira, há uma espécie de apologia da nova ordem, onde se afirma que as Forças Armadas evitaram a implantação do regime comunista. Na segunda parte, porém, os bispos condenam atos de força e arbitrariedade, defendendo o direito de defesa aos acusados.

Após esse documento, várias foram as notas emitidas pela Congregação repudiando a prisão de religiosos e de membros de movimentos de base da igreja, tais como a JUC (Juventude Universitária Católica) e a JOC (Juventude Operária Católica), durante o Estado Autoritário Brasileiro², sob acusação de subversão.

² Ao conceituar o regime da época como *autoritário*, sobretudo depois do AI-5 (13/12/68), Cardoso o faz com base num conjunto de características: “centralização crescente em desmedro do espírito federativo; preponderância do executivo sobre outros poderes; convivência entre a ordem jurídica (existe uma constituição) e o arbítrio corporificado no AI-5; censura à imprensa; condicionamento da cultura” (CARDOSO, 1975, p. 188).

As discussões e publicações da CNBB priorizam os problemas sociais. Nesse sentido, promovem-se, historicamente, diálogos sobre como superar as desigualdades e promover uma sociedade mais justa e solidária. Em termos econômicos, essa postura se concretiza por uma reação contrária ao pensamento neoliberal. Em termos políticos e sociais, tem-se um posicionamento contrário ao autoritarismo e uma defesa aos direitos humanos, sobretudo, das pessoas menos favorecidas. Esses posicionamentos são responsáveis por discursos materializados em artigos e notas que são divulgados no site da CNBB, lidos nas missas e em outros eventos católicos, publicados nas suas redes sociais, além de serem compartilhados por milhares de usuários.

3 Um clamor pela Amazônia: a organização argumentativa da nota da CNBB

A nota da CNBB que é objeto de nossa análise se inscreve num dispositivo argumentativo em cujo centro se encontra um sujeito que toma uma posição com relação ao quadro e ao desenvolvimento da argumentação.

A forma particular da argumentação depende da situação de comunicação na qual o sujeito argumentante se encontra. No caso da nota em análise, esta é assinada por dois Arcebispos (Dom Walmor Oliveira, Dom Jaime Spengler), um Bispo (Dom Mário Antônio) e um Bispo Auxiliar (Dom Joel Portella). Eles publicaram primeiramente a nota no site da CNBB, mas depois essa mesma nota foi publicada em redes sociais oficiais da CNBB e, em seguida, foi compartilhada pelos internautas. Ela se destina, portanto, prioritariamente, aos católicos que visualizam o *website* da CNBB, mas pode também ser lida por qualquer internauta. Fica claro no texto que se pretende que ele ecoe em espaços mais diversificados, uma vez que nele se explicita um chamado mais genérico a todas as pessoas, em especial, às autoridades. Essa possibilidade de o discurso se propagar em outros ambientes é potencializada pelo dispositivo utilizado que permite o rápido compartilhamento nas redes sociais digitais.

No documento da CNBB, há um engajamento por parte do enunciador, que se implica no discurso, defendendo sua proposta. São colocados em cena argumentos, e os sujeitos interlocutores são implicados pelo uso da modalidade alocutiva da injunção, correspondendo ao procedimento discursivo de questionamento, como veremos.

O texto é uma conclamação ao fiel e a toda a população, especialmente às autoridades, para que se manifestem e ajam a favor da Amazônia. Na nota defende-se a tese de que a responsabilidade da preservação da Amazônia é de todos nós e se propõe que o problema seja tratado nos parâmetros da chamada “ecologia integral”. O texto comporta um chamamento veemente para que a população e as autoridades se mobilizem em defesa da Amazônia e possui uma dimensão argumentativa em torno da defesa de duas teses principais:

- a devastação da Amazônia não resulta de causas naturais, mas da inescrupulosa ação humana;
- a sobrevivência da Amazônia depende da conscientização e da ação de todos, principalmente das autoridades brasileiras.

Nossa leitura da nota vai focalizar, como já mencionamos, a presença dos procedimentos discursivos, semânticos e de composição.

A identificação dos procedimentos discursivos definidos por Charaudeau (2008) nos permite compreender o percurso argumentativo adotado no texto a fim de defender as teses descritas acima. Do quadro proposto por Charaudeau, destacaremos três procedimentos recorrentes na nota em questão: a definição, o questionamento e a citação. A definição consiste em descrever os traços semânticos que caracterizam uma palavra, num determinado contexto. Na nota, a Amazônia não é considerada apenas como um espaço físico, mas é descrita em toda sua complexidade, levando-se em conta sua constituição “multiétnica, multicultural e multireligiosa”. Por meio de sintagmas nominais tais como “precioso território”, “rico tesouro de sua fauna, flora e recursos hidrominerais”, desenha-se um cenário quase paradisíaco, que tem sido vítima de agressões. Essas agressões são descritas como altamente nocivas, sendo ameaças para o futuro da região e do mundo, caso não sejam contidas. Tal definição se harmoniza com a proposta de que o meio ambiente deve ser compreendido na perspectiva de uma “economia integral”, conceito cunhado pelo Papa Francisco.

Partindo dessa compreensão, o texto reitera, por meio do questionamento, o apelo para que haja uma mobilização da população e principalmente das autoridades no sentido de se tomarem providências para a preservação da Amazônia. O questionamento é um procedimento discursivo que tem como finalidade, entre outras, a “incitação a fazer” (CHARAUDEAU,

2008, p. 242), colocando em evidência uma necessidade e solicitando uma solução para essa carência. Constata-se aqui o valor performativo do documento em questão, que tem como finalidade não apenas tornar pública uma situação e expressar uma insatisfação diante dela, mas também cobrar providências por parte dos responsáveis. O excerto abaixo exemplifica um dos momentos em que o questionamento é adotado:

1. É urgente que os governos dos países amazônicos, especialmente o Brasil, adotem medidas sérias para salvar uma região determinante no equilíbrio ecológico do planeta- a Amazônia.

Tal provocação é marcada, especialmente, pela reiteração da expressão “Levante a voz”, que aparece repetidas vezes ao longo do texto e que o finaliza, como um apelo incomodamente difícil de ignorar.

Para fundamentar essa reivindicação, dando a ela mais credibilidade e legitimidade, recorre-se também à citação. Para Charaudeau, tal procedimento, que participa do fenômeno conhecido como discurso relatado, consiste em reproduzir, com certo grau de fidelidade, falas de outro locutor, para gerar um efeito de autenticidade à argumentação. Nesse sentido, a nota recorre à voz do Papa Francisco, autoridade máxima da Igreja Católica, a fim de chamar a atenção para a importância do tema e dar credibilidade às teses defendidas. É de Francisco o chamamento que sintetiza o conteúdo do texto: “Levante a voz”, como se verifica na seguinte passagem:

2. “Levante a voz” na voz profética do Papa Francisco ao pedir, a todos os que ocupam posições de responsabilidade no campo econômico, político e social: “Sejamos guardiões da criação”.

O recurso à voz do Papa Francisco é especialmente relevante tendo em vista o público ao qual a mensagem preferencialmente se dirige: o fiel católico.

Quanto aos procedimentos semânticos adotados na mensagem, predominam os domínios da verdade, do ético e do pragmático, articulados, respectivamente, para descrever a situação do território amazônico, denunciar responsabilidades e, finalmente, apontar atitudes esperadas diante

de tal situação, a fim de que se possa minimizar as consequências danosas que estão por vir.

O domínio da verdade define os fatos em termos de verdadeiros e falsos. Na nota em questão, são dadas como verdadeiras: a devastação da Amazônia; as causas dessa devastação, que são imputadas a atitudes irresponsáveis e criminosas, e as consequências desse problema, caso não sejam tomadas providências.

O domínio da verdade se materializa em enunciações delocutivas, no formato de declarações, como nos excertos seguintes:

3. O Brasil possui significativa extensão desse precioso território, com o rico tesouro de sua fauna, flora e recursos hidrominerais.

4. Os absurdos incêndios e outras criminosas depredações requerem, agora, posicionamentos adequados e providências urgentes.

5. O meio ambiente precisa ser tratado nos parâmetros da ecologia integral, em sintonia com o ensinamento do Papa Francisco, na sua Carta Encíclica *Laudato si*, sobre o cuidado com a casa comum.

O excerto 3, acima, é uma declaração que incorpora sintagmas nominais que descrevem a Amazônia como “precioso território” e “rico tesouro”. Essas e outras descrições com qualificações subjetivas, tais como “uma região determinante no equilíbrio ecológico do planeta” visam acentuar o valor do território que tem sido ameaçado pelas queimadas e enfatizam a importância da mobilização da população pela sua defesa. A situação dramática pela qual a região passa é retratada no fragmento 4, quando se utilizam os sintagmas definidos “os absurdos incêndios” e “criminosas depredações”. Aqui já se introduz a convicção de que a situação descrita tem origem na ação humana intencional e criminosa.

No fragmento 5, temos uma referência à fala do Papa Francisco, que apresenta o conceito de “ecologia integral”. De acordo com Canção Nova (2019), o:

paradigma da ‘ecologia integral’ é capaz de manter unidos fenômenos e problemas ambientais (aquecimento global, poluição, exaustão dos recursos, desflorestamento etc.) com questões que, normalmente, não são associadas à

agenda ecológica em sentido estrito, como a pobreza, a qualidade de vida nos espaços urbanos ou a problemática dos transportes públicos.

Assim, por meio desse conceito, a Igreja Católica sinaliza a necessidade de se encarar a região amazônica e os problemas que a afetam numa perspectiva mais ampla, que contemple a dimensão humana e social integrada ao problema ambiental.

Constata-se uma inalienável relação do texto com a formação ideológica e discursiva católica, não apenas pelo fato de o texto ser produzido e colocado em circulação por autoridades vinculadas à Igreja Católica, mas pela expressão de posicionamentos que se harmonizam com o pensamento dessa Igreja. A marca mais evidente dessa vinculação é a referência ao conceito de ecologia integral, introduzido pelo Papa, a documentos por ele produzidos na Encíclica *Laudato si* (LS) e ao Sínodo dos bispos sobre a Amazônia. Todos esses dados exercem aqui o papel de argumentos de autoridade, uma vez que o texto se direciona, prioritariamente, ao público católico. Além disso, a ênfase ao cuidado com a população mais pobre e marginalizada, preconizado pela vertente mais progressista da Igreja, também está presente no texto.

Outro procedimento semântico identificado no documento é o uso de valores pertencentes ao domínio do ético, que definem os comportamentos em termos do bem ou do mal, a partir de uma moral externa ou interna. Assim, ao longo do texto, procuram-se evidenciar as causas da devastação da Amazônia, apontando que ela é de responsabilidade de atitudes pouco éticas, irresponsáveis e irracionais. Tal visão é materializada em expressões, tais como:

6. Os absurdos incêndios e outras criminosas depredações requerem, agora, posicionamentos adequados e providências urgentes.

7. “Levante a voz pela Amazônia” é um movimento, agora, indispensável, em contraposição aos entendimentos e escolhas equivocados.

8. (...) descompassos vindos de uma prolongada e equivocada intervenção humana, em que predominam a “cultura do descarte” e a mentalidade extrativista.

Por fim, no domínio do pragmático, as ações passadas e futuras são vistas em termos de suas consequências. Sendo assim, a nota aponta a urgência de providências para que se evitem danos ainda mais desastrosos nos próximos anos. Essa necessidade se concretiza, no texto, por meio de estruturas em que predomina a modalidade alocutiva de injunção, por meio da qual, segundo Charaudeau (2008), o locutor estabelece no seu enunciado uma ação a realizar; impõe essa ação ao interlocutor e atribui a si um estatuto de poder, de autoridade. Na nota, a CNBB interpela a população e as autoridades a “levantarem a voz” e agirem em favor da Amazônia, e o faz em nome de uma instituição que exerce um poder sobre o fiel católico e sobre a sociedade brasileira como um todo.

Há, portanto um apelo à responsabilidade do povo brasileiro e dos seus representantes na defesa e preservação da Amazônia, cobrando-se uma postura firme para solucionar esse problema (excerto 9). Também se apresenta uma crítica àqueles que, em vez de tomarem atitudes concretas para solução do problema, dedicam-se apenas a construir discursos demagógicos a respeito (excerto 10). Essa crítica pode ser interpretada como uma interpelação às autoridades brasileiras que ganha relevância quando se considera que a Igreja Católica é, como vimos acima, uma instância de poder:

9. Os absurdos incêndios e outras criminosas depredações requerem agora, posicionamentos adequados e providências urgentes.

10. É urgente que os governos dos países amazônicos, especialmente o Brasil, adotem medidas sérias para salvar uma região determinante no equilíbrio ecológico do planeta – a Amazônia. Não é hora de desvarios e descabros em juízos e falas.

Verifica-se que o texto promove uma espécie de chamado à mobilização, que está ligado simultaneamente aos domínios da verdade, do ético e do pragmático, descritos acima. O sujeito enunciadador adota, como uma das diretrizes do seu raciocínio, a dedução condicional, pertencente ao eixo do necessário e/ou obrigatório, que, no nosso caso, tem como escopo uma hipótese, combinada com uma generalização. Na nota, ao se referirem à necessidade de todos assumirem a “nobre missão” de proteger a Amazônia, conclui-se que: “Sem assumir esse compromisso, todos sofrerão perdas

irreparáveis.” Recorrendo a Charaudeau (2008), podemos dizer que se trata de um tipo de dedução em que se levanta uma hipótese da qual dependerá o resto da argumentação.

Em alguns momentos, essa relação condicional se manifesta implicitamente, isto é, fugindo de estruturas canônicas tradicionalmente usadas para introduzir uma condição. É o que acontece em:

11. Vamos construir juntos uma nova ordem social e política, à luz dos valores do Evangelho de Jesus, para o bem da humanidade, da Panamazônia, da sociedade brasileira, particularmente dos pobres desta terra.

Nessa passagem integra-se a conclamação à população e às autoridades a uma hipótese, de acordo com a qual se não agirmos em favor dessa nova ordem social e política, toda a humanidade, particularmente os mais pobres, serão prejudicados.

Ao estudar os modos por meio dos quais a obrigação se manifesta, Lyons (1977) aponta algumas características dessa modalidade, que é tradicionalmente reconhecida como “deôntica”. Para o autor, essa modalidade se caracteriza pela necessidade ou possibilidade de ações serem realizadas por agentes moral ou legalmente responsáveis, sejam esses agentes, pessoas ou instituições. Na nota analisada, impõe-se um apelo: “Sejamos guardiões da criação”, apelo esse endereçado a “todos os que ocupam posições de responsabilidade no campo econômico, político e social.”

Sendo assim, trata-se não apenas de se impor uma obrigação, mas de se projetar um efeito ou consequência que será obtido se o ato em questão for concretizado. Nesse sentido, a obrigação mantém uma conexão com o futuro. Finalmente, para o autor, a obrigação procede de alguma origem ou causa.

Analisando a nota da CNBB, constata-se, portanto, que o enunciador, por meio dos domínios da verdade, do ético e do pragmático, articula o fato (a agressão à Amazônia) a suas causas e convoca os agentes capazes de operar mudanças (os governos dos países amazônicos, especialmente o Brasil) para que possam evitar as graves consequências que podem estar por vir.

Quanto aos procedimentos de composição, a nota apresenta uma estrutura marcada por um começo, em que há a exaltação da Amazônia e de sua importância material e humana. A isso se segue um desenvolvimento em

que se conjugam a exposição de causas das agressões à região e de suas consequências associadas ao apelo por ações. E, ao longo de todo o texto, há reiterados apelos que insistem na urgência de providências em favor da preservação da região, com forte apelo emocional, especialmente no final da nota. Para todos esses três estágios (o fato, as causas e as consequências), são utilizadas expressões que sugerem a urgência das providências, como as destacadas nos excertos abaixo:

12.O povo brasileiro, seus representantes e servidores **têm a maior responsabilidade** na defesa e preservação de toda a região amazônica.

13.Os absurdos incêndios e outras criminosas depredações **requerem, agora, posicionamentos adequados e providências urgentes**. O meio ambiente precisa ser tratado nos parâmetros da ecologia integral [...].

14.“Levante a voz pela Amazônia” é um movimento, agora, **indispensável** [...].”

15.**É urgente que** os governos dos países amazônicos, especialmente o Brasil, adotem medidas sérias para salvar uma região determinante no equilíbrio ecológico do planeta – a Amazônia.

16.**É indispensável** para promovermos e preservarmos a vida na Amazônia e em todos os outros lugares do Brasil. Em diálogos e entendimentos lúcidos, que se “levante a voz”!

Reafirmamos a presença, ao longo da nota, de índices que nos permitem identificar a orientação social e política da mensagem e sua vinculação à formação discursiva católica. Essa vinculação é verificada não só pela referência explícita ao Papa Francisco (excerto 17), a citações a documentos da Igreja e ao Sínodo da Amazônia (excertos 18 e 19, respectivamente), mas também pela inspiração no Evangelho, que, para os cristãos, promoveria a visão de que somos todos irmãos, o que nos aproximaria das populações diretamente atingidas pela destruição na região amazônica. Os excertos seguintes exemplificam tal vinculação:

17.“Levante a voz” na voz profética do Papa Francisco ao pedir, a todos os que ocupam posições de responsabilidade no campo econômico, político e social: “Sejamos guardiões da criação”.

18. O meio ambiente precisa ser tratado nos parâmetros da ecologia integral, em sintonia com o ensinamento do Papa Francisco, na sua Carta Encíclica *Laudato si*, sobre o cuidado com a casa comum.

19. O Sínodo dos bispos sobre a Amazônia, em outubro próximo, [...] é sinal de esperança e fonte de indicações importantes no dever de preservar a vida, a partir do respeito ao meio ambiente.

Além disso, o compromisso social e político da Igreja se materializa pela responsabilização de alguns agentes e por propostas de ações que tenham como objetivo não remediar as agressões ao meio ambiente, mas preveni-las, por meio de uma política que vise preservar a região em sua integralidade, o que inclui não apenas sua fauna e flora, mas “as dinâmicas sociais e institucionais em todos os níveis”, em sintonia com o conceito de “ecologia integral”, introduzido pelo Papa Francisco.

Considerações finais

A presente análise nos permitiu verificar como o discurso se constrói a partir da atividade da instância de produção, que adota procedimentos argumentativos que revelam o seu engajamento e podem vir a levar o público a compartilhar informações, crenças e valores que poderão repercutir em ações concretas.

A nota focalizada nesse artigo é um importante documento em que a Igreja assume um posicionamento explícito em favor da Amazônia, apontando responsabilidades pela grave situação da devastação do território amazônico e cobrando soluções. Procuramos evidenciar, no presente estudo, como é construído esse percurso, por meio da análise de componentes da organização argumentativa, especificamente os procedimentos discursivos, semânticos e de composição que são adotados pelo enunciador. Legitimando-se por meio da citação de documentos da Igreja Católica e de pronunciamentos do Papa Francisco, a nota adota a definição de “ecologia integral” a fim de conceber a Amazônia em toda sua complexidade étnica e cultural. A partir dessa visão, cobram-se atitudes das autoridades para minimizar as agressões que se abatem sobre a região. Recorrendo aos procedimentos semânticos da verdade, do ético e do pragmático, o locutor

traça um percurso que parte da descrição da situação amazônica para uma cobrança por mobilização da população e atitudes dos governantes.

Observamos que, por meio desse documento, a Igreja se posiciona como uma voz que procura conscientizar a população e as autoridades, opondo-se a uma política em que o desenvolvimento sustentável deixa de ser uma prioridade. Apesar das dissonâncias dentro da própria instituição, esse tipo de manifestação coloca a Igreja Católica numa posição diferenciada em relação a outras igrejas cristãs no Brasil (como grande parte das Igrejas Evangélicas) e traz à cena um discurso de oposição contra uma tendência neoliberal que vem sendo implantada no Brasil e que coloca o interesse econômico acima das questões sociais e ambientais.

Embora esse trabalho tenha focalizado apenas uma nota da CNBB, acreditamos que esse estudo pode nos ajudar a compreender a visão da Igreja Católica sobre a atual conjuntura social e política brasileira.

Referências

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 7.ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Suisse d'une théorie de la pratique**. Paris: Librairie Droz, 1973.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CANÇÃO NOVA. **Você sabe o que é ecologia integral?** Disponível em <https://formacao.cancaonova.com/atualidade/meio-ambiente/voce-sabe-o-que-e-ecologia-integral/>. Acesso em: 14 set. 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

CHARAUDEAU, Patrick. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**. Os modos de organização. Coordenação da equipe de tradução: Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

CORDONHA, José. **A igreja católica nos “anos de chumbo”**: resistência e deslegitimação do Estado Autoritário Brasileiro 1968-1974. 2011. 543 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em <https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/3327/1/Jose%20Cardonha.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

LEMOS, Carolina Teles. **Religião, gênero e sexualidade**. O lugar da mulher na família camponesa. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

LYONS, John. **Semântica**. Tradução: Marilda Winkler Averbug. Lisboa: Presença, 1977.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni P. Orlandi et al. 4.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009 [1975].

Van DIJK, Teun. **Discurso e poder**. Tradução: Judith Hoffnagel e Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2008.

Anexo - Nota da CNBB

O povo brasileiro, seus representantes e servidores têm a maior responsabilidade na defesa e preservação de toda a região amazônica. O Brasil possui significativa extensão desse precioso território, com o rico tesouro de sua fauna, flora e recursos hidrominerais. Os absurdos incêndios e outras criminosas depredações requerem, agora, posicionamentos adequados e providências urgentes. O meio ambiente precisa ser tratado nos parâmetros da ecologia integral, em sintonia com o ensinamento do Papa Francisco, na sua Carta Encíclica *Laudato si*, sobre o cuidado com a casa comum.

“Levante a voz pela Amazônia” é um movimento, agora, indispensável, em contraposição aos entendimentos e escolhas equivocados. A gravidade da tragédia das queimadas e outras situações irracionais e gananciosas, com impactos de grandes proporções, local e planetária, requerem que, construtivamente, sensibilizando e corrigindo rumos, se levante a voz.

É hora de falar, escolher e agir com equilíbrio e responsabilidade, para que todos assumam a nobre missão de proteger a Amazônia, respeitando o meio ambiente, os povos tradicionais, os indígenas, de quem somos irmãos. Sem assumir esse compromisso, todos sofrerão com perdas irreparáveis.

O Sínodo dos bispos sobre a Amazônia, em outubro próximo, em sintonia amorosa e profética com a convocação do Papa Francisco, no cumprimento da tarefa missionária e da evangelização, é sinal de esperança e fonte de indicações importantes no dever de preservar a vida, a partir do respeito ao meio ambiente.

“Levante a voz” para esclarecer, indicar e agir diferente, superar os descompassos vindos de uma prolongada e equivocada intervenção humana, em que predominam a “cultura do descarte” e a mentalidade extrativista. A Amazônia é uma região de rica biodiversidade, multiétnica, multicultural e multirreligiosa, espelho de toda a humanidade que, em defesa da vida, exige mudanças estruturais e pessoais de todos os seres humanos, Estados e da Igreja.

É urgente que os governos dos países amazônicos, especialmente o Brasil, adotem medidas sérias para salvar uma região determinante no equilíbrio ecológico do planeta – a Amazônia. Não é hora de desvarios e descalabros em juízos e falas. “Levante a voz” na voz profética do Papa Francisco ao pedir, a todos os que ocupam posições de responsabilidade no campo econômico, político e social: “Sejamos guardiões da criação”.


Vamos construir juntos uma nova ordem social e política, à luz dos valores do Evangelho de Jesus, para o bem da humanidade, da Panamazônia, da sociedade brasileira, particularmente dos pobres desta terra. É indispensável para promovermos e preservarmos a vida na Amazônia e em todos os outros lugares do Brasil. Em diálogos e entendimentos lúcidos, que se “levante a voz”!

Brasília-DF, 23 de agosto de 2019

A referência como estratégia retórico-discursiva em tirinhas da Mafalda

Patrícia Sousa Almeida de Macedo

Professora Doutora da Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil.

 orcid.org/0000-0003-3889-687X

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar como a referência funciona enquanto estratégia argumentativa em tirinhas da Mafalda, do escritor argentino Quino. Para alcançar esse fim, apoiamos-nos na Teoria da Argumentação no Discurso, proposta por Amossy (2002; 2005; 2006; 2011; 2016; 2018), na tese de Macedo (2018) e nos estudos sobre referência de Custódio Filho (2011; 2012). O diálogo estabelecido entre a teoria retórico-discursiva de Amossy e a Linguística Textual mostrou-se profícuo, pois, na análise, pudemos verificar que a construção de referentes nas duas tirinhas selecionadas consiste não somente em uma estratégia textual, que contribui para o estabelecimento da coerência, mas também em uma estratégia argumentativa, na medida em que permite desvelar os embates discursivos subjacentes e que orienta a maneira de ver do interlocutor.

Palavras-chave: Linguística Textual. Argumentação no discurso. Referência. Mafalda.

Abstract: The aim of this paper is to analyze how referencing works as an argumentative strategy in comic strips by Mafalda, by Argentine writer Quino. To achieve this purpose, we rely on the Theory of Argumentation in Discourse, proposed by Amossy (2002; 2005; 2006; 2011; 2016; 2018), on the thesis of Macedo (2018) and on studies on referencing by Custódio Filho (2011; 2012). The dialogue established between Amossy's rhetorical-discursive theory and Textual Linguistics proved to be fruitful, since, in the analysis, we could verify that the construction of referents in the two selected strips consists not only of a textual strategy, which contributes to the establishment of coherence, but also in an argumentative strategy, insofar as it allows to reveal the underlying discursive clashes and which guides the interlocutor's way of seeing.

Keywords: Textual Linguistics. Argumentation in the discourse. Referencing. Mafalda.

Introdução

Este trabalho insere-se no campo disciplinar da Linguística Textual (doravante, LT) e estabelece uma interface com a Teoria da Argumentação no Discurso (daqui por diante, TAD), proposta por Ruth Amossy. Nele, refletimos sobre como a estratégia de textualidade denominada referenciação serve à expressão de posicionamentos e a uma argumentatividade (inter)discursiva que se constrói pela via do implícito: a dimensão argumentativa. Para isso, analisaremos tirinhas da afamada personagem Mafalda, produzidas pelo cartunista argentino Quino, falecido neste ano pandêmico de 2020. Nosso objetivo é demonstrar como as construções referenciais erigidas em torno de personagens e objetos das tirinhas analisadas funcionam como estratégia, a um só tempo, textual e retórico-discursiva.

Primeiramente, faremos uma explanação sobre a TAD, a partir de um recorte de nossa tese (MACEDO, 2018), na qual estabelecemos uma interface entre a LT e a TAD, a fim de demonstrar como esta teoria poderia se beneficiar dos parâmetros de textualização adotados por aquela disciplina linguística. Nessa seção sobre a TAD, focaremos em duas concepções basilares nessa abordagem: a de sujeito e a de argumentação.

Em seguida, trataremos da concepção de referenciação que encampamos – aquela proposta por Mondada e Dubois (2003 [1995]) e por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) – e do modo de operacionalizar a análise – alinha à segunda tendência dos estudos em referenciação (cf. CUSTÓDIO FILHO, 2011, 2012). Cabe fazermos uma justificativa a respeito da escolha dos dados: as tirinhas da Mafalda sempre fizeram parte de nossa vida leitora. O falecimento de seu criador, em setembro deste ano, pareceu-nos conferir a este momento uma motivação para formalizar e sistematizar o modo como temos lido suas tirinhas desde que nos apropriamos da TAD, apesar da vastidão de trabalhos acadêmicos já publicados que as tomam como *corpus*. Trata-se, portanto, de uma singela maneira de prestarmos nossa homenagem a Quino.

1 Concepções e princípios da Teoria da Argumentação no Discurso

A TAD consiste, grosso modo, em uma proposta de articulação teórica e metodológica que ambiciona apreender a argumentação retórica em suas

dimensões propriamente linguageiras e interdiscursivas, valendo-se, para tanto, dos postulados das retóricas clássica e nova e dos instrumentos metodológicos advindos da linguística do discurso, que se situa no vasto campo das ciências da linguagem. Por tomar como pressupostos o enquadramento socioinstitucional da linguagem, a relação intrínseca entre texto e contexto e o sujeito como sobredeterminado pelas possibilidades de um contexto sócio-histórico, Amossy (2016, 2018) define a análise argumentativa do discurso como um ramo da Análise do Discurso francesa (AD)¹.

A argumentação, no interior dessa AD, foi reconhecida por Dominique Maingueneau como fator primordial da coerência discursiva, em sua obra **L'analyse du discours**, de 1991, mas não prosseguiu para além desse reconhecimento (AMOSSY, 2016). Uma das razões pelas quais a AD não deu marcha à análise da argumentação nos discursos reside em incompatibilidades epistemológicas existentes entre ela e a retórica, em especial, no que diz respeito às concepções de sujeito, categoria substancial para a AD francesa na qual se enraíza a TAD.

1.1 A concepção de sujeito na TAD

O sujeito da AD francesa, seja de viés mais, seja de viés menos ideológico, não governa o seu dizer, não é senhor de si. De acordo com Mussalim (2006), a AD francesa é marcada por três diferentes fases e, em cada uma delas, a concepção de sujeito sofreu alguma variação, em decorrência das reformulações teóricas e metodológicas operadas no âmbito da disciplina em cada uma dessas fases. Nas duas primeiras, há a proeminência da noção de ideologia e das ideias segundo as quais os discursos seriam produzidos sob condições (posições ideológicas e lugares sociais) mais estáveis e homogêneas (primeira fase) e as formações discursivas (FDs), apesar de terem suas próprias identidades, seriam atravessadas por outras FDs (segunda fase). Na terceira fase, a identidade das FDs é estruturada por relações interdiscursivas em seu próprio interior, diferentemente de como a identidade é vista na fase dois, na qual cada FD é constituída

¹ Essa AD francesa é aquela cujas tendências – de viés não materialista, diferentemente da AD inspirada nos preceitos de Pêcheux – surgiram na França entre os anos de 1980 e 1990 e cujo representante mais conhecido é Dominique Maingueneau (AMOSSY, 2016).

independentemente das outras e, só depois, é posta em relação com elas (MUSSALIM, 2006, p. 120). As concepções de sujeito das duas primeiras fases, “apesar de diferentes, [...] são influenciadas por uma teoria da ideologia que coloca o sujeito no quadro de uma formação ideológica e discursiva”, tratando-se, portanto, de um “sujeito ideológico” através do qual a ideologia se manifesta (MUSSALIM, 2006, p. 133-134). Na fase terceira, “tem-se um sujeito essencialmente heterogêneo, clivado, dividido”, “compatível com uma noção de discurso marcado radicalmente pela heterogeneidade” e com a ideia de primado do interdiscurso (MUSSALIM, 2006, p. 134).

Salvaguardadas as diferenças entre essas fases, há um traço conceptual que lhes é comum e pelo qual podemos distinguir o “sujeito da AD” do “sujeito da retórica”: enquanto o sujeito da AD não é dono de sua vontade, porque ou é coagido por forças ideológicas e discursivas ou está submetido a uma inconsciência que lhe é constitutiva², o sujeito da retórica se mostra um sujeito soberano, que governa a si e a seu discurso, sendo capaz de utilizar conscientemente a língua para condicionar e persuadir seu auditório. Em outras palavras, para a retórica, o sujeito tem vontade própria e parece ter plena consciência do que faz ao selecionar dados e construir raciocínios.

Sem ver nessa incompatibilidade epistemológica um impedimento para operar uma articulação entre retórica (clássica e nova) e AD, Amossy (2005) defende que a retórica pode ser reorientada por uma abordagem que a considere como um ramo da AD e que, assim, o sujeito retórico seja ressignificado. No âmbito da TAD, o sujeito seria considerado, conforme o papel social que desempenha, como elaborador de um projeto persuasivo constrangido por fatores de ordem social, que definem a forma genérica e o pertencimento de sua fala a uma significação social dotada de lugares comuns e de argumentos próprios. Nesse sentido, o discurso e os modos de pensar e de dizer o mundo do locutor são necessariamente vistos como uma resposta, ainda que implícita, às palavras alheias ditas anteriormente. Trata-se de uma perspectiva dialógica de linguagem, pautada em Bakhtin, na qual “o sujeito aparece, então, como atravessado pelo interdiscurso, investido da palavra do

² Parece-nos importante salientar, como o fez Mussalim (2006, p. 134-135), que a discriminação entre a vertente que inclui as duas primeiras fases e a outra, associada à terceira fase, levou ora à focalização da noção de ideologia, ora à da noção de inconsciente. Ambas as vertentes, no entanto, articulam essas duas noções, de modo que a primeira, ao conceber um sujeito ideologicamente interpelado, também o concebe como inconsciente, enquanto a segunda não deixa de considerar que o sujeito inconsciente é ideologicamente constrangido.

outro e imerso em uma circulação discursiva generalizada que não possui exterioridade absoluta” (AMOSSY, 2005, p. 175).

O sujeito da TAD é involuntariamente determinado pela fala social na qual está imerso, mas também é estrategista. Como diz Possenti (2009, p. 83), “se os sujeitos não inventam o jogo, não significa que não joguem”. Nessa condição, antes de buscar levar seu interlocutor a aderir a uma opinião, ele mesmo adere (ainda que inconscientemente) a uma *doxa* que está subentendida em seu projeto persuasivo e em sua fala, e fora da qual não é possível dizer nem se dizer. Em vez de impedir o desenvolvimento da argumentação, como alegam alguns analistas do discurso, Amossy (2005) vê essa condição como um vetor importante para o empreendimento argumentativo, porque é a partir da inscrição do sujeito nessa fala social e nessa *doxa* que ele busca orientar o olhar, o sentir e o pensar do outro com o qual interage e busca, conseqüentemente, influenciar esse outro no sentido de, ao menos, predispor-lo a uma determinada ação. Alinhando-se, nesse ponto, à sociocrítica, Amossy (2005) acrescenta que o estatuto do locutor e o quadro institucional no qual ele profere sua fala também têm importância para essa concepção de sujeito ao mesmo tempo livre e coagido, porque seu discurso não somente é uma resposta a um já dito como também reflete uma engrenagem social que o autoriza ou não a proferir um discurso, a depender da posição e do grau de legitimidade de que desfruta esse locutor no contexto em que escolheu intervir.

O sujeito da retórica faz de seu discurso um instrumento de persuasão na medida em que o profere com vistas a condicionar o auditório e, assim, levá-lo à adesão da tese que lhe é apresentada. A argumentação concebida como a tentativa de um locutor de levar um auditório à adesão de sua tese pressupõe duas coisas: 1) que apenas o auditório é condicionado em uma argumentação e 2) que o orador é o “dono” da tese, ou seja, que ele tem pleno domínio sobre seu discurso, sua opinião, seu ponto de vista. Podemos resumir esses dois pressupostos em um só: o orador não é condicionado (por isso, a AD o considera um sujeito soberano, senhor de si). A TAD, como um ramo da AD francesa, reconfigura esse sujeito retórico autônomo e plenamente consciente, concebendo-o como uma instância enunciativa constrangida pela *doxa* que o circunda e tributária dos quadros institucionais nos quais ele se situa (AMOSSY, 2005). A abordagem discursiva da

argumentação, portanto, permite desvelar a dimensão social dos discursos, dimensão que foi apenas muito rasteiramente sugerida pela nova retórica quando tratou do acordo e da razoabilidade dos raciocínios argumentativos.

1.2 A concepção de argumentação na TAD

Para Perelman (como para Aristóteles), *argumentação* e *retórica* são termos intercambiáveis e designam a arte da persuasão e os meios verbais suscetíveis de levar os espíritos à adesão de uma tese. Contrários a essa visão positiva da retórica, há posicionamentos como o de Platão, para quem a retórica não passa de pura manipulação (AMOSSY, 2006). Neste modo de concebê-la, em vez de persuadir, a retórica seria um meio de seduzir um auditório por meio de um discurso cativante que primaria pelo ornamento; daí a associação do termo às figuras. Diferentemente da retórica, a argumentação é que corresponderia à via pela qual se poderia influenciar, de modo racional, um auditório.

Apesar de concordar que a ameaça da sedução demagógica é sempre iminente, Amossy (2006) dá relevo à função positiva da retórica na vida da sociedade: como uma alternativa ao uso da força bruta e à violência física, ela pode ser um meio democrático de tomar decisões coletivas, ou mesmo individuais, e de expressar pontos de vista diferentes ou conflituosos. Assim, a autora usa o termo “argumentação” como referente ao termo “argumentação retórica”, em oposição a uma “retórica das figuras”, e adota, conseqüentemente, a perspectiva retórica de razão que se assenta no plausível, no razoável e no verossímil para estabelecer acordos ou para debater (ainda que sem a possibilidade, algumas vezes, de chegar a um acordo) sobre questões pertinentes à vida social. Aliás, mais do que considerar a argumentação retórica como um meio para levar um auditório a aderir a uma tese e, assim, se chegar a um consenso, a autora advoga em favor de uma abordagem retórica reconfigurada pela linguística do discurso de viés enunciativo e pragmático, que englobe “todas as modalidades segundo as quais a fala tenta agir no espaço social” (AMOSSY, 2006, p. 3, grifo da autora, tradução livre).

Esse redimensionamento da retórica implica duas contribuições teóricas que imprimem singularidade à TAD: primeiro, o reconhecimento da argumentação como algo intrínseco ao funcionamento global do discurso e,

em consequência desse princípio de inerência, a consideração da polêmica como uma modalidade argumentativa que inscreve o dissenso no seio da retórica. Neste trabalho, nos debruçaremos sobre a primeira contribuição, no sentido de buscar apontar marcas de natureza textual que desvelem a argumentatividade interdiscursiva. No entanto, a respeito da segunda contribuição, sugerimos ao leitor uma consulta à obra de Amossy sobre a modalidade polêmica (AMOSSY, 2017) e à nossa tese (MACEDO, 2018).

Em vários dos textos que integram o delineamento da TAD, Amossy (2002, 2006, 2007, 2011) sublinha a proximidade da retórica (em especial, a perelmaniana) com a linguística do discurso em suas vertentes enunciativa e pragmática, porque ambas concebem a linguagem em termos de influência e de ação de um locutor sobre um alocutário. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 50, grifo nosso),

O objetivo de toda argumentação [...] é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, *de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida* (ação positiva ou abstenção) *ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação*, que se manifestará no momento oportuno.

A busca por adesão que implica, no mínimo, uma predisposição para a ação confere à argumentação retórica um caráter substancialmente pragmático, que é reforçado também pela ideia de que o orador, antes mesmo de proferir seu discurso, projeta o auditório com suas características sociais, culturais e ideológicas (idade, sexo, valores, crenças, costumes, etc.), em função das quais mobiliza as estratégias de persuasão que lhe pareçam mais pertinentes. O exercício mútuo de influências entre os participantes de uma interação e a tentativa de agir sobre o outro e de levá-lo à (uma predisposição para a) ação são atribuídos, por Amossy, nos trabalhos citados acima, às teorias enunciativas, pragmáticas e interacionistas de linguagem e, mais especificamente, a Émile Benveniste e a Catherine Kerbrat-Orecchioni.

Declaradamente alinhada também à perspectiva dialógica de linguagem de Mikhail Bakhtin e seu círculo, a TAD, assim como a Linguística Textual, adota a noção de responsividade ativa como pressuposto teórico que reforça a ideia de que a argumentação é inseparável do funcionamento discursivo, de vez que enunciar é, sempre e necessariamente, responder a um já dito, seja para concordar com ele, seja para refutá-lo ou modificá-lo. Isso significa que,

para se posicionar em relação a um tema, para apresentar um ponto de vista sobre ele, não é imprescindível que o já dito com o qual dialoga seja expresso nem claramente identificável, pelo menos não em sua totalidade.

Nessa perspectiva dialógica, a argumentação está, pois, *a priori* no discurso, na escala de um *continuum* que vai do confronto explícito de teses à co-construção de uma resposta a uma dada questão e à expressão espontânea de um ponto de vista pessoal. Por isso, cabe ao analista descrever as modalidades da argumentação verbal da mesma forma que os outros processos linguageiros, e numa estreita relação com eles. (AMOSSY, 2011, p. 131).

A tomada dos pressupostos enunciativo (de influência sobre o outro), pragmático (de ação linguageira) e dialógico (de responsividade ativa) levou Amossy a reformular o conceito de argumentação da nova retórica, considerada como sendo a busca por “*provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento*” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 4, grifo dos autores), pelo conceito de argumentação como sendo “*a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do locutário. (...) [a] tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir*”. (AMOSSY, 2011, p. 130, grifo nosso). Assim, nem todo discurso busca levar seu auditório à adesão de uma tese (o que pressupõe um posicionamento declarado e claramente definido por parte do locutor), mas todo discurso tende a orientar os modos de ver, de pensar e de sentir dos interlocutores. Essa constatação, de base dialógica, enunciativa e pragmática, resultou na distinção entre *visada argumentativa* e *dimensão argumentativa*, que consistem em modos de manifestação da argumentatividade em textos.

Antes de expormos a distinção entre visada e dimensão argumentativa, esclarecemos que os termos “tese” (ou “opinião”) e “ponto de vista” serão usados distintamente: enquanto este consiste na expressão de um modo particular de ver as coisas, que é inerente a todo e qualquer dizer, aquela corresponde à opinião estrategicamente defendida por um locutor com vistas à sua adesão pelo auditório. O ponto de vista é, em outras palavras, uma perspectivização semiotizada de um dado.

Na *visada argumentativa*, há estratégia argumentativa programada, com a sustentação de uma tese apoiada em argumentos, pois o objetivo do locutor ao produzir um texto que comporte visada é levar o interlocutor a aderir à sua

opinião sobre o tema debatido. Os gêneros discursivos considerados como tipicamente argumentativos, tais como o artigo de opinião, a ação judicial, a carta aberta, o debate eleitoral, entre outros, contém uma visada argumentativa, porque, com base em um arrazoado, buscam arregimentar adeptos da opinião defendida no texto. A *dimensão argumentativa* é muito mais ampla, pois consiste na “tendência de todo discurso a orientar os modos de ver do(s) parceiro(s)” (AMOSSY, 2011, p. 131). A existência de dimensão argumentativa requer tão somente que um ponto de vista se manifeste sob o fundo de posições antagônicas ou divergentes, que não precisam ser expressamente formuladas, porque toda enunciação pressupõe, como já o dissemos, a existência de um já dito ao qual ela responde.

Grosso modo, os textos de visada argumentativa equivalem àqueles que, tanto no senso comum como em abordagens teóricas da argumentação, são considerados “argumentativos”, em oposição aos “não argumentativos”.

Essa distinção entre visada argumentativa e dimensão argumentativa dá o tom de uma análise argumentativa preocupada com a elaboração de um quadro teórico e metodológico que permita apreender a argumentação em suas dimensões propriamente interdiscursivas, nos mais variados *corpora* (AMOSSY, 2006), lançando mão de instrumentos analíticos advindos das mais diversas disciplinas da linguística do discurso. Esta é uma razão fundamental para que o pressuposto em tela seja adotado por nós, no âmbito da LT. Compreendemos que a inscrição da TAD no campo da linguística do discurso – esta entendida como um feixe de disciplinas que buscam apreender a linguagem considerando aspectos ligados à enunciação, à interação, à interdiscursividade, à subjetividade, à textualidade etc. (cf. MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2014, p. 169-172) – abre a possibilidade de se utilizar os parâmetros analíticos da LT para a apreensão da argumentatividade retórico-discursiva em textos que comportem tão somente dimensão argumentativa.

Dessa feita, buscaremos, na seção a seguir, demonstrar como se operacionalizaria uma interface entre LT e TAD, com a utilização do critério da referência, a ser mobilizado nas análises de tirinhas da Mafalda, de Quino.

2 A referenciação como parâmetro analítico da argumentatividade

O fenômeno textual que vamos analisar e relacionar com a argumentação retórico-discursiva é a referenciação. Esse fenômeno possui relação com dois elementos muito importantes para os estudos da Linguística Textual: texto e coerência.

A concepção de referência tal como consensualmente se adota hoje nos estudos em LT assenta suas bases, principalmente, nas visões teóricas de Mondada (1994), Mondada e Dubois (2003 [1995]) e Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) sobre a referência. Contrapondo-se à concepção até então predominante sobre a referência, segundo a qual a linguagem funcionaria como um espelho do mundo, ou seja, que representaria objetivamente a ontologia das coisas e dos seres do mundo real, esses autores propõem reconsiderar tal ideia, pela adoção do pressuposto de que as categorias são constitutivamente instáveis, além de sua natureza, e da natureza de seus processos de estabilização, ser cognitiva e discursiva (não ontológica).

Mondada e Dubois (2003, p. 20) exprimem assim essa reconfiguração teórica da referência, que passam a denominar *referenciação*:

passando da referência à referenciação, vamos questionar os processos de discretização e de estabilização. Esta abordagem implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito ‘encarnado’, mas ainda um sujeito sociocognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Este sujeito constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso. Isto significa que, no lugar de fundamentar implicitamente uma semântica linguística sobre as entidades cognitivas abstratas, ou sobre os objetos *a priori* do mundo, nós nos propomos reintroduzir explicitamente uma pluralidade de atores situados que discretizam a língua e o mundo e dão sentido a eles, constituindo individualmente e socialmente as entidades.

Essas entidades – não sendo objetos do mundo nem objetos cognitivos abstratos, mas resultantes de relação indireta entre os discursos e o mundo, estabelecida por sujeitos sociocognitivos em interações contextualizadas – são de natureza discursiva e cognitiva. Disso resulta que, nessa perspectiva, os referentes são denominados e tratados como *objetos de discurso*. Os fatores que definem esses objetos, portanto, não são extensionais, mas socioculturais e pragmáticos, que condicionam contextualmente os designadores linguísticos (cf. APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995).

Nos estudos em LT, o impacto dessa mudança de percepção se reflete diretamente no modo com que os referentes e os textos são analisados. Tradicionalmente, a referência era tratada, simplesmente, em termos de remissão a um “elemento de referência” (KOCH, 2012). As análises consistiam em identificar e classificar os tipos de remissões ocorridas em um texto: situacional ou textual; se textual, anafórica ou catafórica. Também havia a preocupação em identificar e classificar as formas gramaticais que operavam a chamada coesão referencial: formas remissivas gramaticais presas (artigos definidos e indefinidos, pronomes adjetivos etc.), formas remissivas gramaticais livres (pronomes pessoais e 3ª pessoa, pronomes substantivos etc.) e formas remissivas lexicais. O exemplar mais amplamente conhecido dessa abordagem inicial da referência no Brasil é o livro de Ingedore Koch intitulado *A coesão textual*, cuja primeira edição data de 1989.

Dando um salto teórico-metodológico, trabalhos como os de Koch (2005), Marcuschi (2005), Cavalcante (2003, 2005) e Cavalcante e Santos (2012), entre muitos outros, refletem a tônica dos estudos em referenciação no Brasil até a primeira década dos anos 2000. Esses trabalhos têm em comum, basicamente, duas características: primeiro, pautam-se nos mesmos princípios da concepção de referenciação desenhada por Mondada e Dubois e Apothéloz e Reichler-Béguelin; segundo, ocupam-se da classificação e/ou da análise dos chamados processos referenciais (não mais dos tipos de remissões, nem tampouco das formas gramaticais que operacionalizam esses tipos).

Os princípios nos quais ancora essa abordagem da referenciação e que conferem dinamicidade a ela são três: 1) a instabilidade das representações do real; 2) os sentidos como resultantes de uma negociação entre os interlocutores; e 3) a natureza sociocognitiva da referência. Nas definições de Mondada e Dubois (2003) e de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) para referenciação e objetos de discurso, anteriormente expostas, veem-se diluídos esses princípios, compartilhados por esses autores e por todos os pesquisadores que adotam essa visão mais dinâmica do fenômeno. Quanto ao fato de ocuparem-se dos processos referenciais, Koch (2005), Marcuschi (2005), Cavalcante (2003, 2005) e Cavalcante e Santos (2012) concordam que a referenciação, muito mais do que simples remissão com o objetivo de estabelecer coesão aos textos, consiste em uma atividade discursiva que é

estratégica no sentido de que deriva de escolhas de um sujeito sociocognitivamente motivado, ou seja, que opera sobre o material linguístico de modo a buscar concretizar sua proposta de sentido.

Os trabalhos que operam nessa linha, representativos do viés mais discursivo, sociocognitivo e dinâmico da referência, e considerados por Custódio Filho (2011, 2012) como pertencentes à primeira tendência dos estudos em referência, foram de extrema importância para o enriquecimento teórico e analítico dos processos referenciais (introdução referencial, anáfora direta, anáfora indireta, encapsulamento, recategorização e dêixis) e de suas funções, permitindo a realização de mais um passo em direção ao refinamento do tema pelos estudos da segunda tendência.

Os estudos alinhados à segunda tendência (CUSTÓDIO FILHO, 2011, 2012) diferenciam-se dos estudos da primeira tendência não do ponto de vista teórico, mas do metodológico. Compartilhando dos mesmos princípios da referência, eles consideram outros elementos textuais e discursivos (como os aspectos multimodais), para além das expressões referenciais, e elementos extratextuais (aparato cognitivo e aspectos sociais, históricos e circunstanciais) como convergentes à construção dos referentes. O movimento de análise, portanto, é mais difuso e ainda mais dinâmico do que aquele adotado nos trabalhos da primeira tendência. É influenciado pela segunda tendência que buscamos, aqui, relacionar a construção referencial de objetos de discurso à argumentação retórico-discursiva em textos do gênero tirinha.

2.1 A tessitura da dimensão argumentativa pela ótica da referência

Mafalda é uma personagem icônica e mundialmente (re)conhecida, criada pelo cartunista argentino Joaquín Salvador Lavado Tejón, vulgo Quino. A menininha, protagonista de uma sequência de tiras publicadas entre as décadas de 1960 e 1970, ganhou fama por sua singular capacidade de abstrair sentidos muito mais condizentes com a de um adulto politizado do que com a de uma criança com idade de seis anos.

A perspicácia reflexiva e política da garotinha pode ser testemunhada em tirinhas tais como a da Figura 1.

Figura 1 – Mafalda na escola



Fonte: encurtador.com.br/qrvH8. Acesso em: 15 out. 2020.

Do ponto de vista textual e referencial, vemos um conjunto de referentes introduzidos no primeiro quadrinho desse texto: Mafalda, a professora, o quadro de giz, o giz, a mesa. Nos dois primeiros quadrinhos, Mafalda encena uma situação típica e tradicional do ambiente escolar: o exercício oral de conjugação verbal. Até então, Mafalda é categorizada e recategorizada como uma criança qualquer em idade escolar, que faz um exercício corriqueiro e mecânico, e a professora como a figura responsável por observar se a conjugação está correta. Essas duas cenas são compatíveis com o *frame* (BATESON, 2002 [1972])³ de atividade escolar de língua materna, dada a estereotípia da situação ali representada: uma aluna conjugando o verbo *confiar* nas seis pessoas gramaticais do presente do indicativo e a professora observando o desempenho da aluna no desenvolvimento dessa atividade.

A introdução referencial corresponde à estreia do referente em um texto, ou seja, à sua primeira aparição, que pode dar-se de modo verbal, imagético ou verbo-imagético. Neste caso, da primeira tirinha, os referentes foram introduzidos imageticamente. Após ter sido introduzido em um texto, o referente pode ou não ser retomado. As retomadas são consideradas anáforas e correspondem a um processo de recategorização referencial: cada retomada (explicitamente expressa ou não) imprime no referente alguma

³ A noção de *frame* (ou “enquadre”) é um conceito psicológico que remete à ideia de que as interações funcionam, do ponto de vista linguageiro, como um quadro emoldurado. A moldura delimitaria o fundo sobre o qual a figura deve ser percebida e compreendida. O *frame* funciona, então, como um enquadre metacomunicativo (nem sempre verbalmente explícito) a partir do qual os interactantes entendem estarem engajados em uma situação interacional X e não Y. Para aprofundar o entendimento dessa noção, sugerimos a leitura de Bateson (2002 [1972]) e de Tannen e Wallat (2002 [1987]).

transformação, seja no sentido de confirmar a orientação discursiva inicialmente atribuída a ele, seja no sentido de acrescentar-lhe características, seja, ainda, no sentido de corrigir a orientação anteriormente estabelecida (CUSTÓDIO FILHO, 2011).

No terceiro quadrinho, o referente erigido em torno de Mafalda é recategorizado: ao fazer um comentário crítico sobre o sentido atribuído ao verbo *confiar* e ao conjunto das formas conjugadas em todas as pessoas verbais, que poderia ser condensado em uma sentença do tipo “todo o mundo confia (em algo ou em alguém)”, a menina dá a ver uma característica de sua personalidade que a transforma em criança prodígio. Há um raciocínio subjacente ao comentário inusitado de Mafalda, que se apoia na *doxa* (aqui tomada como premissa) segundo a qual confiar demais é sinônimo de ingenuidade e que poderia ser expresso em uma redução lógica do tipo: “Confiar demais é sinal de ingenuidade/Todos (eu, tu, ele, nós, vós e eles) confiam/São um bando de ingênuos”.

Esse comportamento (que surpreende a professora, a julgar por sua expressão facial no terceiro quadrinho) inesperado para uma criança, e recorrente nas tirinhas de Mafalda, é construído, do ponto de vista textual, por processos referenciais de introdução e de recategorização. Do ponto de vista discursivo, temos um embate entre um discurso conservador e um posicionamento revolucionário (que se deixa entrever pelos processos referenciais mencionados e descritos).

Na tirinha abaixo (Figura 2), também podemos observar como a construção dos referentes contribui para a progressão e para a orientação argumentativa do texto, revelando as características das personagens e os posicionamentos a eles atribuídos pelo autor.

Figura 2 – Manolito oferece um doce à Mafalda



Fonte: encurtador.com.br/bcmv7. Acesso em: 15 out. 2020.

No primeiro quadrinho, quatro referentes sobressalientes são introduzidos: Mafalda, Manolito, o doce (na mão de Manolito) e a mãe de Mafalda. No início da tirinha, percebemos, através das expressões faciais das personagens, que a mãe de Mafalda está assustada pelo fato de a filha estar recusando um doce e que Manolito parece não estar satisfeito, pelo mesmo motivo. No segundo quadrinho, a mãe de Mafalda interfere na conversa das crianças, pedindo que a filha aceite o doce que ela supõe estar sendo oferecido gratuitamente por Manolito, ao que ele, no mesmo instante, parece se alegrar com tal interferência. Em seguida, Mafalda fica entusiasmada por aceitar o caramelo, em consequência do conselho da mãe e da suposta assunção de responsabilidade, por ela, do ato de aceitar.

No último quadrinho, ocorre uma transformação/recategorização dos referentes por correção. De acordo com Custódio Filho (2011, p. 195), a transformação por correção

consiste nas transformações diretamente envolvidas no efeito de surpresa e/ou, eventualmente, nas mudanças no estatuto dos personagens as quais se orientam em sentido contrário ao que se vinha construindo até então. Claro que as correções também são mudanças por acréscimo, mas, nesse caso, a modificação tem a função específica de corrigir a construção referencial, a fim, principalmente, de que a nova formulação cause impacto no interlocutor.

Vê-se, no último quadrinho, que Manolito está fazendo anotação em um caderno e que Mafalda diz à mãe que “no fim do mês”, ela deverá “entender-se” com ele. Com base nos conhecimentos de mundo arquivados em nossa memória, sabemos que Manolito é um garoto que só pensa em dinheiro, que está anotando a dívida contraída pelo aceite do doce e que essa dívida será cobrada no fim do mês (o início ou o fim do mês é o momento em que as pessoas de classe social popular recebem seus salários e pagam suas contas)⁴. No mesmo trecho do texto, os referentes “caramelo” e “Mafalda” também são recategorizados por um processo de correção que se acomoda à visão de Manolito sobre essa interação: o caramelo não se trata de um presente, mas

4 Obviamente, esses conhecimentos de mundo somente serão acionados se: i) o leitor conhecer Manolito, como consequência, talvez, da leitura de outras tirinhas da Mafalda; e ii) o leitor conhecer (por experiência própria ou por intermédio de outros textos) a cultura socioeconômica de comprar “fiado” (a pagar posteriormente), comum em sociedades e localidades periféricas da América do Sul e cuja “garantia” de pagamento se dá pela anotação manual da dívida em caderno.

de uma mercadoria, e Mafalda não é vista como uma amiga, mas como uma cliente/consumidora.

A construção desses referentes na tirinha orienta nosso modo de ver a realidade e contribui para a produção concomitante de dois *ethé*:

- no âmbito do mundo estético⁵, o *ethos* de garoto de espírito mercantilista para Manolito, que aproveita para lucrar financeiramente até mesmo em um gesto simples de oferecer um doce, que poderia ser gratuito, considerando a relação de amizade entre ele e Mafalda;
- no âmbito do mundo ético, o *ethos* de Quino de cartunista que sabe fazer humor crítico sobre temas político-econômicos sempre atuais. Esse *ethos*, aliás, é reforçado por todas as tiras produzidas pelo autor e, em última análise, podemos dizer que se trata de uma crítica ao sistema capitalista, cuja lógica se faz presente no nosso cotidiano.

Nessa segunda tirinha, o embate discursivo promovido, entre outros recursos, pelos processos referenciais se dá entre um discurso mercantilista e um discurso fraternal, pautado no valor da amizade e da afetividade. Evidentemente, por força do interdiscurso, o discurso mercantilista somente se dá a ver como tal em contraposição a um discurso socialista que lhe faz frente.

Em ambas as tirinhas, pudemos verificar que não há visada argumentativa. Os dois textos comportam, tão somente, uma dimensão argumentativa, isto é, uma argumentatividade retórico-discursiva que se deixa entrever por mecanismos linguageiros dos quais não demos conta em sua totalidade, até mesmo porque isso exorbitaria nosso propósito. Dada a nossa inscrição disciplinar na LT, optamos por analisar a argumentatividade por um critério analítico da textualidade: a referenciação.

⁵ As noções de mundo estético e de mundo ético remetem, aqui, à reflexão de Bakhtin sobre o autor e o herói (GERALDI, 2003). O mundo estético corresponde, grosso modo, ao mundo da narrativa e do herói, no qual o autor tem conhecimento do todo do herói e da obra. É essa suposição de acabamento do objeto (herói ou obra), ou excedente de visão, que distingue o mundo estético do mundo ético. Este, que corresponde ao mundo da vida, não é passível de acabamento (nem dos sujeitos nem de sua trajetória): “Da vida não há um autor e se estou vivendo, tenho um por-vir e portanto sou inacabado. O todo acabado de minha vida eu não o domino” (GERALDI, 2003, p. 16).

Conclusão

Desde nossa pesquisa de doutorado (MACEDO, 2018), temos advogado em favor de uma articulação entre a LT e a TAD, de modo a buscar demonstrar como a análise da argumentação no discurso pode ser pautada em parâmetros de textualização.

Neste artigo, optamos pelo critério da referenciação para analisar como a argumentatividade retórico-discursiva se inscreve em tirinhas da Mafalda, de Quino. Para alcançar nosso objetivo, iniciamos por apresentar a TAD e mobilizar duas concepções que lhe são caras: a de sujeito e a de argumentação. Para a TAD, o sujeito não é “soberano”, como nas retóricas, mas também não é totalmente sobredeterminado pelas condições de produção do discurso; trata-se de um sujeito parcialmente coagido pela *doxa* que o circunda e pelas restrições que lhe são social e institucionalmente impostas. O conceito de argumentação também é diferente do conceito retórico do termo: não se trata de concebê-la somente como a tentativa de tentar levar um auditório à adesão de uma tese (ou de reforçar essa adesão), mas também de orientar, pelos recursos da linguagem, seus modos de ver, de sentir e de pensar.

Para ilustrarmos, aqui, como operacionalizamos o diálogo em tela, escolhemos duas tiras da Mafalda, de Quino. Uma delas, na qual Mafalda se encontra em um contexto tipicamente escolar, realizando oralmente a tradicional atividade de conjugação verbal, é um dos tantos textos nos quais a personagem mais afamada do cartunista argentino se mostra uma garotinha de inteligência singular. Seu posicionamento crítico em relação à atividade realizada, de conjugação do verbo *confiar* em todas as pessoas gramaticais no tempo presente do modo indicativo, revela o *ethos* revolucionário sedimentado em toda a série de tirinhas dessa personagem.

Na segunda tirinha, dois outros *ethe* são sedimentados: o da personagem Manolito, amigo de Mafalda, e o do próprio Quino, autor das tiras. O *ethos* mercantilista de Manolito é oposto à imagem discursiva de si que Quino construiu ao longo da série de tirinhas e segue sendo construído por ocasião da circulação desses textos: humorista e questionador, que critica a lógica capitalista que permeia as relações humanas atuais.

Os traços retóricos (*logos* e *ethos*) das tirinhas se inscrevem de maneira enviesada no fio dos textos e pode ser abstraída pelo parâmetro da referenciação, permitindo desvelar a dimensão argumentativa, ou argumentatividade, ali implícita. A abstração dos embates discursivos, recuperados pela análise dos processos referenciais, revelou as oposições de pontos de vista subjacentes à materialidade textual e a dinâmica argumentativa que opera quando não se tem um arrazoado que sustenta uma opinião ou tese explicitamente declarada.

A TAD tem contribuído, vigorosamente, com sua proposta de articulação da retórica com a linguística do discurso, para as reflexões que temos empreendido sobre as estratégias de organização textual das quais os locutores se utilizam para negociar sentidos e pôr em prática seus projetos argumentativos.

Referências

AMOSSY, Ruth. Nouvelle rhétorique et linguistique du discours. In: KOREN, Roselyne; AMOSSY, Ruth (éds.). **Après Perelman: quelles politiques pour les nouvelles rhétoriques?** Paris: L'Harmattan, 2002. p. 153-171.

AMOSSY, Ruth. Rhétorique et analyse du discours. Pour une approche socio-discursive des textes. In: ADAM, Jean-Michel; HEIDMANN, Ute (éds.). **Sciences du texte et analyse de discours: enjeux d'une interdisciplinité.** Genebra: Slatkine, 2005. p. 163-179.

AMOSSY, Ruth. **L'argumentation dans le discours.** Paris: Armand Colin, 2006.

AMOSSY, Ruth. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 9, p. 121-146, 2007.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e análise do discurso perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, 2011.

AMOSSY, Ruth. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. Tradução: Rosalice Pinto et al. **ReVEL**, v. 14, n. 12, p. 165-190, 2016.

AMOSSY, Ruth. Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica. Tradução: Angela Maria da Silva Corrêa. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 13, 2017.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Coordenação da tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. Tradução: Angela M. S. Corrêa et al. São Paulo: Contexto, 2018.

APOTHÉLOZ, Denis; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. Construction de la référence et stratégies de désignation. **Tranel – Travaux neuchâtelois de linguistique**, Neuchâtel, n. 23, p. 227-271, 1995.

BATESON, Gregory. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (orgs.). **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 85-105.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 44, p. 105-118, 2003.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 125-149.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; SANTOS, Leonor Werneck dos. Referenciação e marcas de conhecimento partilhado. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 12, n. 3, p. 657-681, 2012.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. **Múltiplos fatores, distintas interações**: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação. 329f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Reflexões sobre a recategorização referencial sem menção anafórica. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 12, n. 3, p. 839-858, 2012.

GERALDI, João Wanderley. Palavras escritas, indícios de palavras ditas. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 3, p. 9-25, 2003.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 33-52.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. 22.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MACEDO, Patrícia Sousa Almeida de. **Análise da argumentação no discurso**: uma perspectiva textual. 242f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick. **Dicionário de análise do discurso**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. *In*: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 53-101.

MONDADA, Lorenza. **Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir**: approche linguistique de la construction des objets de discours. Tese (Doutorado) – Université de Lausanne, Lausanne, 1994.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação [1995]. *In*: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BIASI-RODRIGUES, Bernadete; CIULLA, Alena (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras, vol. II. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 101-142.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POSSENTI, Sírio. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.

TANNEN, Deborah; WALLAT, Cynthia. Enquadres interativos e esquemas de conhecimentos em interação: exemplos de um exame/consulta médica. *In*: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (orgs.). **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 183-214.

O ponto de vista da Lógica Natural: demonstrar, provar, argumentarⁱ

Jean-Blaise Grize

Universidade de Genebra, Suíça

Tradução:

Luci Banks-Leite

Universidade Estadual de Campinas

Resumo: Considera-se aqui que argumentar é uma atividade discursiva endereçada a alguém com a intenção de convencê-lo(la) ou persuadi-lo(la) de algo, enquanto demonstrar é uma atividade de cálculo que não se endereça a alguém em particular. Uma argumentação apresenta dois aspectos: ela deve provar para convencer, ou seja, dirimir dúvidas que podem nascer no destinatário; e como as palavras do discurso remetem necessariamente a objetos carregados de valores emotivo-afetivos, a argumentação deve também iluminar a situação de forma positiva aos olhos do destinatário.

Palavras-chave: Lógica Natural. Demonstração. Argumentação.

Abstract: Arguing is considered here as a discursive activity aimed at somebody S, in order both to convince or persuade him (her) of something, and to demonstrate as a matter of calculus independent of S. An argument has two aspects: it must prove what is said in such a way as to convince the addressee; and, because words necessarily refer to objects loaded with emotional values, it also must clarify the situation in a positive way for the receiver.

Keywords: Natural Logic. Demonstration. Argumentation.

ⁱ A Revista EID&A agradece vivamente à Catherine Brun, diretora da Presses Sorbonne Nouvelle, por autorizar a publicação da tradução do texto original “Le point de vue de la logique naturelle: démontrer, prouver, argumenter”, presente na obra *L’argumentation aujourd’hui - Positions théoriques en confrontation*, organizado por Marianne Doury e Sophie Moirand em 2004.

Introdução

Procurando ser tão claro quanto possível, apesar do risco de ser um pouco simplista, vou associar *demonstrar* a *calcular*, *provar* a *convencer* e *argumentar* a *persuadir*, não sem antes sublinhar que há “vencer” em *convencer* e “suave” em *persuadir*, de tal forma que o terreno da convicção não é o da persuasão.

De outro lado, não considerarei a argumentação à maneira de Lalande (*Vocabulaire de philosophie*) como uma “série de argumentos tendendo à mesma conclusão”, mas como um tipo de “*esquematização*”¹ discursiva, isto é, como a produção de um discurso (procedimentos e resultado) organizado de forma a intervir sobre a opinião, a atitude e o comportamento de alguém.

Durante sua estada no país de Burgondes, Georges Vignaux (1976, p. 72) nos ensinou algo fundamental, a saber, que “o discurso argumentativo deve [...] sempre ser considerado como uma *mise en scène* para outrem”. Assim sendo, uma esquematização permite ver, ou melhor, olhar, uma situação na qual se acham objetos e atores sob uma certa iluminação (*éclairage*)². Pode-se, então, dizer que *demonstrar* é o desenrolar de um cálculo conduzido sob os olhos do espectador, enquanto *argumentar* se apresenta como uma atividade discursiva entre atores da qual o espectador também participa: há bons e maus públicos. Essa atividade comporta duas vertentes, uma constituída de *provas* e outra de *focos de luz* e ambas são necessárias. Com efeito, Pascal notava que “todos os homens são quase sempre levados a acreditar não pela

1 Nota das organizadoras da versão original: Para J.-B. Grize, cada vez que um locutor A produz um enunciado, ele propõe uma esquematização a um interlocutor B, isto é, ele constrói um micro-universo a partir da realidade tal como ele a percebe, mas igualmente tal como ele a reconstrói para B. Esse micro-universo é uma reconstrução cognitiva do mundo (real ou fictício) que não reflete as exigências de uma observação científica, mas depende da maneira como A se representa a situação: o micro-universo construído pelo discurso é orientado, ou seja, é organizado para B com o objetivo de obter certos resultados, certos efeitos. A esquematização que A propõe a B é, portanto, efetuada em função da finalidade de A mas também das representações que ele tem de B, das representações que ele faz de si ou quer dar de si mesmo e das representações daquilo que ele fala (o tema T). Se as representações são conhecimentos que se tem da situação, daquilo sobre o que se fala, de si mesmo e do outro (os universos de saberes, de crenças ou de opiniões, das predisposições à ação), na materialidade verbal, são as imagens de A, de B e de T que estão assim inscritas no fio do enunciado e que se pode identificar como marcas de construção de uma esquematização.

2 N.T.: *Éclairage* no sentido figurado significa maneira de descrever, de dar a ver sob certa perspectiva. No presente texto, o termo é traduzido ora por “iluminação”, ora por “foco de luz”.

prova, mas pela aprovação³ e Rousseau acrescentava no *Emílio* que de nada serve convencer, se não se sabe persuadir.

Ainda que os aspectos mencionados estejam intimamente misturados uns aos outros, vou separá-los e tratá-los sucessivamente: a *ilação* (utilizo esta palavra - bárbara por definição porque vinda não do grego mas do latim - para abranger a dedução e a inferência, duas noções que serei levado a distinguir); a *verossimilhança*; e finalmente, a *iluminação*.

1 A ilação

Há bastante tempo, eu havia proposto a distinção entre uma *lógica-sistema* que é uma linguagem e uma *lógica-processo* que é uma atividade. Hoje, esclareço tal distinção, afirmando que a *lógica-sistema* se situa fora de todo contexto e ignora tudo dos sujeitos que dela se servem, enquanto a *lógica-processo* exige a participação ativa dos sujeitos. Em outras palavras, isso quer dizer que a *lógica-sistema* é um cálculo e que a *lógica-processo* se manifesta por meio dos discursos. Entretanto, é necessário assinalar imediatamente uma propriedade essencial das palavras da língua que, ao contrário dos signos dos cálculos, remetem sempre e simultaneamente a dois domínios: de um lado, remetem a conteúdos no seio do sistema da língua - uma palavra se define por palavras - e de outro lado, elas remetem a referentes no mundo, a unidades culturais. Por convenção, eu diria que as palavras *denotam* seus objetos que são, portanto, explicitamente definidos e que elas *designam* seus referentes, ou dito de outra forma, que elas apontam para realidades do mundo. Portanto a *lógica-sistema* é caracterizada por se servir apenas de denotações que eu denominarei *conceitos*. A *lógica-processo*, por sua vez, utiliza tanto as denotações como as designações; nesse caso, eu falarei de *noções*. O conceito de “trevo com 4 folhas” é uma contradição, a *noção* é um amuleto, um talismã. Quanto às *ilações* correlatas, são, de uma parte, a *dedução* que se serve de conceitos e, de outra, a *inferência* que utiliza *noções*.

Em decorrência disso, uma *dedução* exprime apenas o que se encontra no conceito, quase no sentido de um espremedor de limão que deste retira o suco. Se posso deduzir a mortalidade de Sócrates, é porque esta já se

³ *Opuscles*. VII, Section II, p. 592

encontra no conceito de homem e eu deduziria sua fragilidade de junco se a colocasse no conceito de premissa maior. O único motor é o da implicação lógica *se P então Q*, relação que não diz respeito nem a *P*, nem a *Q* enquanto tais, mas sobre o papel epistêmico desses elementos: *P* é condição suficiente para *Q* e *Q* é condição necessária para *P*. Pouco importa o que significam *P* e *Q*. É suficiente que um número seja múltiplo de 6 para que seja par mas ele pode muito bem ser par sem ser múltiplo de 6; ou seja, é necessário que um número seja par para ser múltiplo de 6, mas isso não é suficiente. Da mesma forma que *si vis pacem para bellum*, sabe-se bem demais que mesmo se o antecedente é falso, a implicação permanece.

Enfim, uma *demonstração* é uma sequência ordenada de deduções que se apresentam sob forma de proposições na qual cada uma implica a seguinte. Duas observações são necessárias: de um lado, trata-se de *proposições* e não de *enunciados* (em uma demonstração, nunca figuram expressões como “sem dúvida” ou “eu penso”, por exemplo); de outro lado, nenhuma proposição traz uma informação que não esteja contida nas precedentes. Uma demonstração age apenas sobre o estatuto das proposições, fazendo-as passar da contingência à necessidade. É o que bem marcava a maneira escolar de apresentá-las: *P. Com efeito... Portanto P*. Parte-se de *P* e chega-se a *P*.

Entretanto, uma demonstração não é uma prova; *demonstra-se uma proposição*, mas *prova-se alguma coisa a alguém* e isso transforma tudo, pois torna-se indispensável remeter-se a alguém. Isto ocorre com a ajuda de um discurso. Certamente, a atividade daquele que se torna, então, um interlocutor é orientada pelo enunciador. Não é menos verdade que sua própria atividade é necessária ao discurso e que ela torna-se possível pelo uso de *noções* ao invés de *conceitos*. Uma *noção* se caracteriza, como já afirmei acima, pelo fato de permanecer ligada aos referentes que os signos-palavras designam de tal forma que, como dizia Charles S. Peirce (1984 [1878], p. 270) é necessário “conceber o raciocínio de uma nova maneira como uma operação que (deve) ser efetuada com os olhos abertos e manejando objetos reais”. Quanto a mim, falarei neste caso de *inferência* e não mais de dedução. Segue-se, então, que uma inferência é *contextual*, ou seja, demanda *pré-construídos culturais* partilhados pelos interlocutores, estabelece uma ligação entre os conteúdos de pensamento e introduz aspectos novos no seio da situação. Assim, se eu vejo um amigo almoçando sozinho no restaurante, posso *deduzir*

que ele faz uma refeição (“almoçar” = fazer a refeição do meio-dia), mas só posso *inferir* que sua esposa está viajando. Isso vai depender simultaneamente de certos pré-construídos ideológicos, do tipo “a mulher no lar”, e do que eu conheço de meu amigo, de seu lar, de suas formas de viver etc.

Neste caso, o que serviu como ponto de partida para minha inferência, ou seja, a presença de meu amigo no restaurante, é o fato de tê-lo visto “com meus próprios olhos” e eu não duvido disso. As coisas se complicam quando é uma esquematização que fornece as bases da inferência. Ela propõe ao destinatário relações entre *objetos*, mas deve também fazê-los passar por fatos verdadeiros.

2 A verossimilhança

É digno de nota que é impossível enunciar *P* sem sugerir que se trata de *P*, mas sugerir não é suficiente, é necessário ainda que o destinatário não duvide disso. É aqui que a imagem do enunciador vai desempenhar um papel-chave: “com certeza, é verdade. Eu é que digo isso”. É um lugar-comum da retórica o de se apoiar sobre a imagem do locutor e sobre a autoridade que ele se outorga ao falar. Entretanto, pode acontecer que, por modéstia (raramente) ou por estratégia, o locutor avalie que é bom se refugiar atrás de alguém mais crível que ele. É o que denominei *efeito guarda-chuva*: Aristóteles serviu algum tempo para isso, Marx mais tarde, os “científicos” sempre (mais frequentemente os americanos do que os porto-riquenhos aliás) e, por pudor, eu não insisto nas notas de rodapé que enriquecem nossas publicações.

A autoridade dos outros pode ainda parecer insuficiente para obter a convicção e, frequentemente, é necessário mobilizar mais diretamente a atividade do destinatário fornecendo-lhe *suportes* de diferentes tipos. Trata-se de conduzi-lo a sair de sua dúvida por inferências que ele mesmo produzirá, apoiando-se em dados que ele não coloca em questão. Isto pode ser feito tanto a partir de noções recebidas como a partir de situações de conjunto. Trata-se de se servir de exemplos concretos ou analogias que permitem, como

afirmava Diderot, “a comparação de coisas que foram ou são para concluir aquelas que serão”⁴, ao menos na mente do interlocutor.

Porém, há algo mais. Para ser convincente, uma esquematização deve parecer verossímil para aquele que a reconstrói, ela não deve apresentar a seus olhos nem não-coerência, nem incoerência. Denomino *não-coerência*, a existência de um hiato no seio das representações que o destinatário se faz da situação. Nesse caso, convém introduzir algum elemento novo próprio a preencher a lacuna, causa ou razão; em suma, é necessário explicar as coisas. Dizem-me que o TGV (Trem de Grande Velocidade) está com vinte minutos de atraso e eu acredito nisso; entretanto, tal fato se coaduna tão mal com o alto conceito que eu tenho da SNCF (Sistema Nacional de Ferrovias), que isso não me parece verossímil; a nevasca, até aqui ausente da esquematização, restabelecerá uma certa coerência (note-se, pois, que é esta mesma necessidade de apreender o “porque” e o “como” que permite compreender por que o relato desempenha um papel tão importante nas argumentações de todos os dias e até mesmo naquelas que se supõem científicas). Denomino *incoerência* a existência, não de um simples hiato, mas de uma contradição, desde que se diferencie o que pode eventualmente se enquadrar na contradição lógica e o que é relativo ao pensamento comum.

Com efeito, Aristóteles sublinhara claramente que o que é da ordem da contradição no sentido lógico forte é de natureza atemporal, seja de um ponto de vista substancial “é impossível que o mesmo atributo pertença e não pertença, ao mesmo tempo, ao mesmo sujeito” (*Métaphysique*, 1005b), seja de um ponto de vista proposicional, “é impossível afirmar ou negar ao mesmo tempo um predicado de um sujeito” (*Secondes Analytiques*, 77a) seja ainda de um ponto de vista psicológico “não é *jamais* possível conceber que a mesma coisa é e não é” (*Métaphysique*, 1005b). Mas o discurso transcorre no tempo e, assim sendo, em uma interlocução, sempre é possível “eliminar contradições” como se diz costumeiramente. É suficiente proceder a modificações que incidam sobre “os objetos de discursos”. No livro “*La consultation*”⁵ [A consulta], o doutor Norbert Bensaïd, que defendia a IVG (Interrupção Voluntária da Gravidez), recusava aceitar que seu desejo de aborto livre fosse contraditório com o respeito absoluto da vida; é que, dizia ele, o aborto não é

4 Diderot, *Eléments de Psychologie*, t. 13, p. 789.

5 Paris: Mercure de France, 1975.

a interrupção da vida, mas um remédio para um atraso da menstruação. E a tarefa de um médico...

A partir do momento em que ninguém tem nada mais a retrucar ao que lhe é proposto, ou seja, no momento que ele aceitou o que lhe foi dito como fatos e que esses fatos não provoquem nem incoerência nem não-coerência nas suas representações, então pode-se considerar que ele está convencido. Contudo não está necessariamente persuadido. Eu mesmo estou convencido, não de que “Fumar é matar”, mas ao menos de que “Fumar é perigoso para a saúde”. Nada tenho contra as estatísticas, mesmo se estas são *ad hoc*, e nenhuma não-coerência aparece nas minhas representações. *Eppure*, eu fumo. É que o grau zero de risco a correr não faz parte de meus valores e são estes que devem intervir para conduzir à persuasão.

3 A Iluminação

O psiquismo humano funciona em diferentes níveis, corpóreo-instintivo, emotivo-afetivo e intelectual (MARCHAIS, 1986). Em nossas atividades cotidianas, os sentimentos importam tanto quanto a razão e uma argumentação não pode se contentar em se dirigir unicamente à inteligência; ela deve também comover. Para tanto, não é suficiente comunicar ideias, ou seja, *dar a saber*, mais é também, preciso *dar a ver*, o que se realiza pelo uso de figuras do discurso. Em *La rhétorique ou l'art de parler*, Bernard Lamy (1715 [1675]), já dizia que tais figuras “são próprias a excitar as paixões”. É a visão das coisas que comove e coloca a vontade em movimento; assim, o *pathos* se acrescenta ao *logos*. Os objetos do discurso devem ser *iluminados*, o que significa colocar em evidência algumas de suas facetas e a ocultar outras; todo *foco de luz* dá cores ao que ilumina, em decorrência do fato de se servir de pré-construídos culturais que nunca são neutros. Cada um destes se situa em um eixo eufórico-disfórico que pertence ao destinatário.

Ilustrarei “coisa” com um exemplo do objeto *Conselho Constitucional* (*Conseil constitutionnel*). Esse é definido pelo artigo 56 da Constituição francesa de 4 de outubro de 1958 como um corpo constituído de membros de direito vitalícios (os ex-presidentes da República) e de nove membros nomeados por nove anos pelo presidente da República, pela Assembleia Nacional e pelo presidente do Senado (três membros cada um). O editorial do

jornal francês *L'Humanité* de 21 de julho de 1988 designava o objeto por “essa coisa”, um “areópago de notáveis exaustos”, “essa instituição petainista” (em alusão ao General Pétain), “especialistas de uma linguagem hipócrita” e alguns outros termos cujo objetivo era *iluminar* o referente de uma certa maneira. Figuras à parte, nota-se que não se trata de comunicar fatos: Philippe Pétain, por exemplo, fora julgado em abril de 1945 e há muito tempo não era mais chefe do Estado francês. O único objetivo era o de colorir o objeto de maneira a persuadir os leitores desse jornal da inutilidade do Conselho.

Insisto que a iluminação é proposta pelo enunciador que se responsabiliza pelas determinações, no caso, o editorialista (Claude Cabanes) e que o colorido depende da imagem que ele soube dar de si próprio. Quando Jesus Cristo disse “Deixai vir a mim as criancinhas”, nasceu um sentimento de confiança. Esse mesmo enunciado vindo de um ogro, por exemplo, suscita um outro sentimento. Isso porque toda iluminação remete a valores que, se não são, como é o bom senso aos olhos de Descartes, igualmente partilhados, o são por membros de certos grupos sociais.

Em decorrência disso, afirma-se que uma argumentação não persuade por si mesma, mas que ela conduz o destinatário a se persuadir ele mesmo.

Referências

- BOREL, Marie-Jeanne; GRIZE, Jean-Blaise; MIÉVILLE, Denis. **Essai de logique naturelle**. Berne: Peter Lang, 1992.
- DIDEROT, Denis. **Œuvres complètes**. Paris: Club Français du Livre, 1969-1972.
- GRIZE, Jean-Blaise. **Logique Moderne - I, II, III**. Paris: Gauthier; Villars et Mouton, 1969, 1971, 1973.
- GRIZE, Jean-Blaise. L'argumentation: explication ou séduction. In: **L'argumentation**. Lyon: Presses Universitaire de Lyon, 1981. p. 29-40.
- GRIZE, Jean-Blaise. **De la logique à l'argumentation**. Genève: Droz, 1982.
- GRIZE, Jean-Blaise. **Logique et langage**. Paris: Ophrys, 1990.
- GRIZE, Jean-Blaise. **Logique naturelle et communications**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

GRIZE, Jean-Blaise. Les deux faces de l'argumentation. In: FORNEL, Michel de; PASSERON, Jean-Claude (orgs.). **L'argumentation, preuve et persuasion**. Paris: Éditions de l'EHESS, 2002. p. 13-27.

GRIZE, Jean-Blaise; PIERAUT-LE BONNIEC, Gilbert. **La contradiction**. Paris: Presses Universitaires de France, 1983.

LAMY, Bernard. **La rhétorique ou l'art de parler**. Paris: Pralard, 1715 [1675].

MARCHAIS, Pierre. **Permanence et relativité du trouble psychique**. Paris: Privat, 1986.

PEIRCE, Charles S. Comment se fixe la croyance. In: **Textes anticartésiens**. Apresentação e tradução: J. Chenu. Paris: Aubier, 1984 [1878]. p. 266-286.

VIGNAUX, Georges. **L'argumentation**. Genève: Droz, 1976.

EID&A

Nº 20
v. 3

Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação

ISSN 2237-6984

Editores responsáveis:

Eduardo Lopes Piris

Isabel Cristina Michelan de Azevedo

Maurício Beck

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Rubens Damasceno-Morais

Editores fundadores:

Eduardo Lopes Piris

Moisés Olímpio-Ferreira